

JOSÉ DA CRUZ LOPES

**ECOLOGIA HUMANA E TURISMO
NUMA REGIÃO DO NOROESTE DE
PORTUGAL**

ÉVORA

1992

JOSE DA CRUZ LOPES

**ECOLOGIA HUMANA E TURISMO
NUMA REGIÃO DO NOROESTE DE PORTUGAL**

Dissertação apresentada para obtenção
do grau de Mestre em Ecologia Humana
pela Universidade de Évora



86935

EVORA

1992

Na qualidade de docente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo um agradecimento se deve ao Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), que, ao ter-me concedido uma bolsa de estudo nos anos de 1989/90 e 1990/91, se constituiu em valioso apoio, sem o qual me não teria sido possível recolher e tratar muita da informação que esta dissertação contém.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, é justo expressar que este trabalho muito deve ao primeiro curso de Mestrado em Ecologia Humana, da Universidade de Évora, o qual me possibilitou um aperfeiçoado saber sobre as relações intrínsecas que unem toda e qualquer comunidade humana ao seu território e, muito em particular, um abrir de horizontes, no tempo e no espaço, para a compreensão mais global dos problemas e das realidades que a vida em sociedade, hoje tão complexa e vulnerável, traz ao Homem qualquer que seja a escala de análise. Consequentemente, todos os professores do supracitado curso corresponderam, através das suas especialidades, para que este projecto de trabalho se configurasse nos moldes que agora se apresenta.

Mas um agradecimento muito especial é dirigido ao Professor Doutor J. Manuel Nazareth que, desde a primeira hora, aceitou ser meu orientador e, nessa qualidade, me ter facultado a sua orientação, as suas críticas e sugestões para que esta dissertação fosse possível.

Por último, não devo ignorar a população anónima da Várzea e de Amorosa, com a qual estabeleci um contacto muito forte. Desse relacionamento, sempre muito aberto e franco, já típico no carácter de ser das nossas gentes, recebi a espontânea hospitalidade das suas casas e dos seus corações. Sendo (re)conhecido que essa hospitalidade por eles praticada é um recurso turístico, esse contacto directo propiciou-me "sentir" as realidades quotidianas destas gentes, bem como captar o rol dos problemas que actualmente se levantam nestes espaços.

INTRODUÇÃO

No decurso deste século, os avanços tecnológicos e culturais atingiram tal dimensão, que o homem se depara hoje, e cada vez mais, com novas realidades. Tendo por base fenómenos e tendências construídas pelas sociedades humanas no seu relacionamento com os espaços geográficos, emergem disfunções ambientais e sociais com notório indício de um desajustamento de algumas acções humanas relativamente ao quadro natural.

Na transição de uma civilização industrial para uma civilização dos ócios, esse relacionamento encontra-se numa encruzilhada, quando é assumido que a era industrial não potencializou a manutenção de alguns equilíbrios vitais em muitos ecossistemas e, por isso, deu origem a uma organização do espaço geográfico susceptível de ameaçar os últimos elos que ligam o homem à natureza.

Neste contexto, faz cada vez mais sentido anotar as palavras de SAINT MARC quando pressente que, numa civilização dos ócios, *o tempo livre vai matar o tempo livre, se não houver lugar onde gozá-lo.*

Na sua feroz conquista de espaço e de recursos, a sociedade humana atingiu actualmente duas realidades: uma traduziu-se na progressiva diminuição das paisagens naturais; a segunda diz respeito à disponibilidade cada vez maior de tempo livre. A Ecologia Humana diz-nos actualmente que o homem precisa, para além dos alimentos, de água pura para usos pessoais, de uma atmosfera equilibrada em oxigénio e dióxido de carbono, ou seja, de um reservatório natural que lhe propicie fontes de descanso e de saúde física e moral. Há, por conseguinte, necessidades recreativas, as quais são fundamentalmente fornecidas por paisagens adultas, isto é, de grande diversidade biótica, estáveis e pouco produtivas. Ora é este difícil equilíbrio de necessidades humanas que o turismo intenta perseguir como forma particular de ocupação desse tempo livre.

Mas a dimensão actual do fenómeno turístico ameaça a perpetuação dessas paisagens naturais, tal é a procura humana de que são objecto. Por conseguinte, o turismo depara-se com a urgente necessidade de recorrer ao âmbito da Ecologia Humana, como campo de análise para melhor estruturar e integrar a actividade turística. O carácter residual dos "refúgios naturais" impõe uma racional organização do espaço turístico, fundamentalmente ditado pelo grau de acesso e de fruição das paisagens naturalizadas.

Neste quadro, se justifica, por um lado, a forma como se estrutura este trabalho e, por outro lado, algumas reflexões tecidas na análise geográfico-turística da região do *Alto Minho*.

Cap. I – DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO ALTO MINHO

A área de trabalho abordada – o *Alto Minho* – estrutura-se e hierarquiza-se no corpo de uma entidade geográfica mais vasta – o *Minho* –, que, por sua vez, faz(ia) parte do denominado território de *antre Douro e Minho*, designação atribuída, em 1316, num documento de D. Dinis¹.

Ao usarmos estes termos geográficos, convém, no entanto, referenciar e delimitar estes espaços. A formalização destes aspectos irá-nos conduzir à descoberta de que a estrutura administrativa actual tem razões de natureza histórica profunda, que se alicerçam em acidentes geográficos. A realidade destas unidades regionais complementam-se através da sua afirmação étnica, da sua dimensão territorial e geográfica e da individualização de práticas técnico-culturais próprias. Outro aspecto é a constatação da mutação de limites destes espaços regionais, operada no tempo, por forma a ajustar-se às vontades sociais e à subjacente política de gestão e organização administrativa do território nacional.

Assim, vejamos:

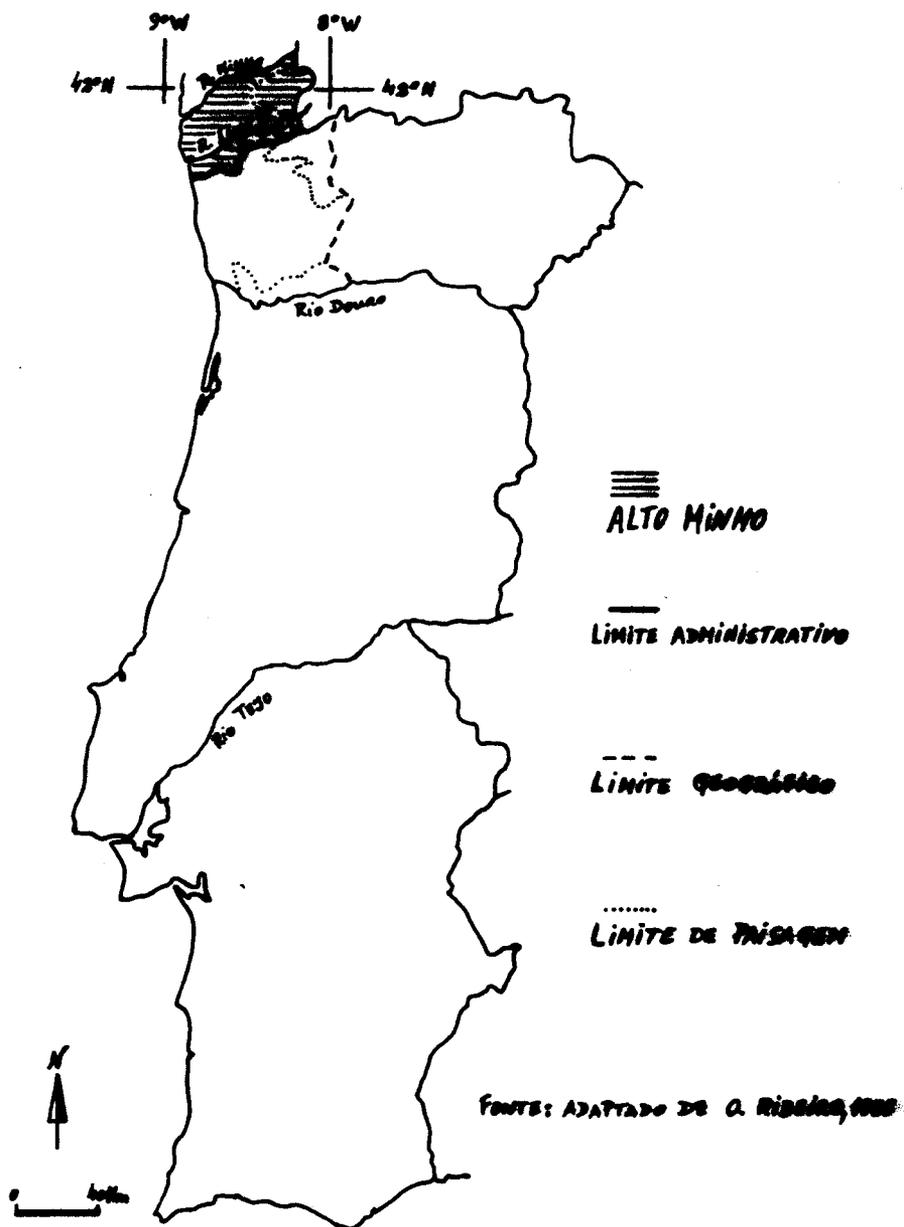
a) na opinião de Leite de Vasconcelos, o território de *antre Douro e Minho* é «modo de dizer que chegou até tarde», em que a expressão evoluiu para *Entre Douro e Minho* (empregue já em 1690), e é designação de «uma denominação geográfica, isto é, de um nome próprio»². Os termos *Douro* e *Minho* correspondem a dois acidentes geográficos, o rio Douro e o rio Minho, que limitam, respectivamente, a Sul e a Norte este território, e a Oriente uma região vizinha denominada *Trás-os-Montes*³, região que está efectivamente por (de)trás dos montes, determinando que o limite entre estes territórios passe pelas linhas de cumeeada de 3 sistemas montanhosos – a serra do Gerês, a serra da Cabreira e a serra do Marão –, em que mais uma vez são acidentes geográficos que servem de delimitação e fronteira;(Fig. 1)

¹ Cfr. J. Leite de VASCONCELOS, *Alto Minho*, apontamento inédito datado de Lisboa (1-III-1935) in *Arquivo do Alto Minho*, vol. 1^o, 1^a série, Viana do Castelo, 1945, p. 1.

² *Idem, ibidem.*

³ Esta região geográfica é indicada, pelo menos oficialmente, por «*Tralos Montes*», na Lei de 30 de Agosto de 1444.

Fig. 1 - Enquadramento territorial da área em estudo em Portugal continental



b) Como entidade geográfica, o *Minho* é confirmado pelo Código Administrativo de 1936, o qual institui a *província* do Minho (não tendo em 1959 realidade administrativa), formada única e exclusivamente pelos distritos de Braga e de Viana do Castelo⁴. Foi só em finais do séc. XIX que «a província histórica de Entre (ou Antre) Douro e Minho foi dividida em 3 distritos administrativos»⁵;

c) o *Alto Minho* é expressão dada por Alexandre Herculano na primeira edição do tomo I da sua História de Portugal em 1846. Contudo sabemos que esta designação era já formalmente veiculada, em 1823, pela Comissão de Estatística, a qual apresentou uma proposta de divisão regional do país em 11 províncias. Surgia, desta forma, a província do Alto Minho como resultado da junção das comarcas de Viana e Braga⁶.

Para Leite de Vasconcelos, a «*região que de presente se chama Alto Minho é designada do seguinte modo num documento de D. Afonso III: entre – Lima e Minho*»⁷. Como em 1846 já estava criado o distrito de Viana do Castelo, tendo o seu limite sul correspondência quase total com o rio Neiva, o Alto Minho vai perder o Lima como seu limite histórico, para, por extensão, ser o rio Neiva a sua fronteira sul, e para o interior os cumes da serra Amarela. Deste modo, se equaciona o Alto Minho como correspondência relativamente ao distrito de Viana do Castelo, criado por decreto de D. Maria II de 6 de Novembro de 1836 e confirmado pelo Código Administrativo, publicado em 31 de Dezembro de 1836 por Passos Manuel⁸. (Fig. 1)

Em conclusão, constata-se que os termos geográficos aplicados para decompor o território do NW português são determinantes na formalização da identidade da região. Lembremos aqui Pedro Homem de MELLO que era de opinião de que o «*estudo dos bailados auxilia o da geografia*»⁹ e, por esta razão, reconhecia ao Alto Minho

⁴ *Minho*, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 13^a, ed. Verbo, p. 808.

⁵ *Idem, ibidem*.

⁶ Vide José António SANTOS – *Regionalização: processo histórico*, col. "Espaço e Sociedade", 4, Lisboa, Horizonte, 1985, p. 57-91.

⁷ L. de VASCONCELLOS, *op. cit.*, 1945, p. 1.

⁸ C.f. José Luis BRANCO, «Apontamento Histórico: para a História do concelho de Viana do Castelo», in *Cadernos Vianenses*, Tomo XI, Viana do Castelo, Câmara Municipal de V. do Castelo, 1988, p. 163.

⁹ *In Danças Portuguesas*, Porto, Lello & Irmão, 1962, p.7.

«foros de província autónoma»¹⁰. Mas esta realidade acompanhou sempre uma outra: o facto de internamente as sub-regiões sofrerem arranjos espaciais, de modo a justificarem uma organização administrativa coerente e racional.

1. GEOGRAFIA NATURAL

O meio natural é o resultado da acção e dinâmica de fenómenos físicos e biológicos. A face com que hoje se apresenta corresponde a um modelado construído por sucessivas condições ambientais ocorridas ao longo do tempo geológico. Posteriormente e no tempo proto-histórico constituiu-se em produto moldado pelo trabalho do Homem, sendo essa face que actualmente observamos.

Caracterizar o meio natural de uma região é fazer apelo aos domínios geográficos e, muito particularmente, a factores de natureza abiótica, os quais criaram superfícies, formas e realidades geográficas expressivas de um território. Realizar esta tarefa é interpretar o espaço e, ao mesmo tempo, descobrir o jogo das diferenciações, das contradições e das competições que aí se desenrolam. Compreender em termos gerais a natureza do Alto Minho para aí saber agir mais correctamente, é a nossa proposta.

1.1. ASPECTOS CLIMATICOS

Relativamente ao ambiente climático, o território do Alto Minho posicionado entre as latitudes de 42º 9' 20''N e 41º 40'N e as longitudes de 8º 5'W e 8º 45'W sofre a influência da circulação atmosférica da zona temperada do Norte, ou seja, enquadra-se na faixa de convergência de ventos com a trajectória de W-E e de contacto de massas de ar com características físicas distintas, especificamente, o *ar tropical* que vem de sul, e o *ar polar* que desce de norte.

Divergindo dos *anticiclones tropicais* e convergindo para as *depressões subpolares*, os ventos de oeste ao atravessarem o Oceano Atlântico determinam um ar húmido, ora relativamente fresco no Verão, ora frio no Inverno, que ao atingir o litoral apresenta valores higrométricos elevados, tanto mais elevados quanto maior for a temperatura do ar.

¹⁰ *Idem, ibidem.*

A distribuição anual da temperatura e da precipitação podem ser analisadas através dos dois gráficos elaborados. A realidade da irregularidade morfológica e orográfica determinou a escolha de uma estação no litoral e outra no interior montanhoso. Assim, escolheu-se Viana do Castelo e Gerês, onde os contrastes térmicos e pluviométricos são flagrantes, permitindo realçar diferenças de ambiente climático (Fig. 2). Por exemplo, verifica-se em Viana do Castelo que a temperatura mínima anual tem valores acima dos 9°C enquanto no Gerês é de 8°C; a temperatura máxima mensal em Viana do Castelo não atinge os 20°C enquanto no Gerês é um pouco acima dos 21°C; quanto à precipitação o Gerês não possui meses secos enquanto Viana do Castelo apresenta dois meses secos - Julho e Agosto -, indicador da existência de um período seco estival curto, período esse característico dos ambientes climáticos mediterrânicos, mas aqui já degradado pelo efeito da latitude desta região.

Em conclusão, o ambiente climático do Alto Minho é marcado pelo contraste entre um litoral, menos frio no Inverno e menos quente no Verão e pouco pluvioso, e, um interior mais frio no Inverno e mais quente no Verão e muito pluvioso. Estas diferenças são justificadas pela acção que a altitude e a disposição do relevo impõe ao trajecto da circulação atmosférica regional. O estudo de S. DAVEAU e colaboradores, sobre os regimes térmicos ocorrentes nesta Região são: um Verão moderado e um Inverno fresco na fachada atlântica; um Verão quente e um Inverno fresco nos vales interiores; e, finalmente, um Verão fresco e um Inverno fria a muito frio nas zonas serranas do interior¹¹. O facto de ocorrer mais de 50% da precipitação no Gerês (2 908.8 mm¹²) que em Viana do Castelo (1 442.2 mm¹³) resulta do mecanismo de ascensão do ar, que esbarra, de imediato, com o sistema orográfico da *arriba fóssil* (a 1-2 km da linha de costa), constituído por pequenas colinas com uma altitude média de 200 m, de orientação NNW-SSE. O fenómeno de ascensão do ar, em andares, continuará para o interior ao encontrar os sistemas montanhosos de Arga-Extremo e Nora-Oural, a ocidente dos vales do Vez e Vade, com cerca de 700 m de altitude média e, por último, encontrar a última barreira formada pelas serras da Peneda-Soajo e Amarela-Gerês, com altitudes superiores a 1000 m (Fig. 3). O arrefecimento do ar, resultante do mecanismo de ascensão, provoca o aumento da humidade relativa do ar

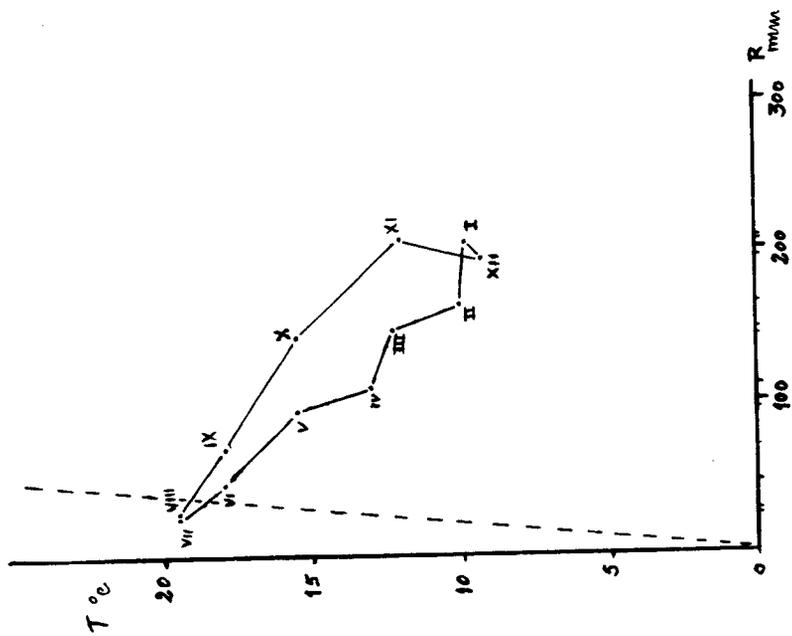
¹¹ *In Mapas Climáticos de Portugal: nevoeiro e nebulosidade; contrastes térmicos*, Memórias do C.E.G. nº 7, Lisboa, Univ. de Lisboa e INIC, 1985, p.51.

¹² Cfr. S.M.N., *O Clima de Portugal*, Normas Climatológicas do Continente, Açores e Madeira correspondentes a 1931-60, Fasc. XIII, 2ª ed., Lisboa, Serviço Meteorológico Nacional, 1970, p. 148.

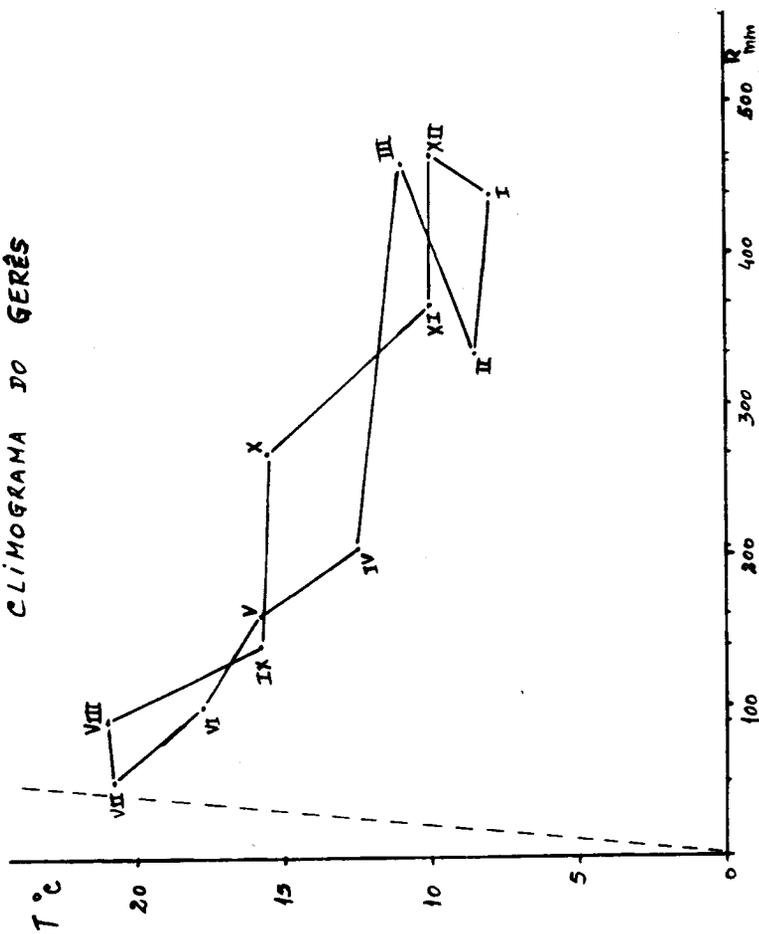
¹³ *Idem, ibidem.*

Fig. 2 - Climogramas de duas estações meteorológicas no Alto Minho

CLIMOGRAMA DE V. DO CASTELO



CLIMOGRAMA DO GERÊS



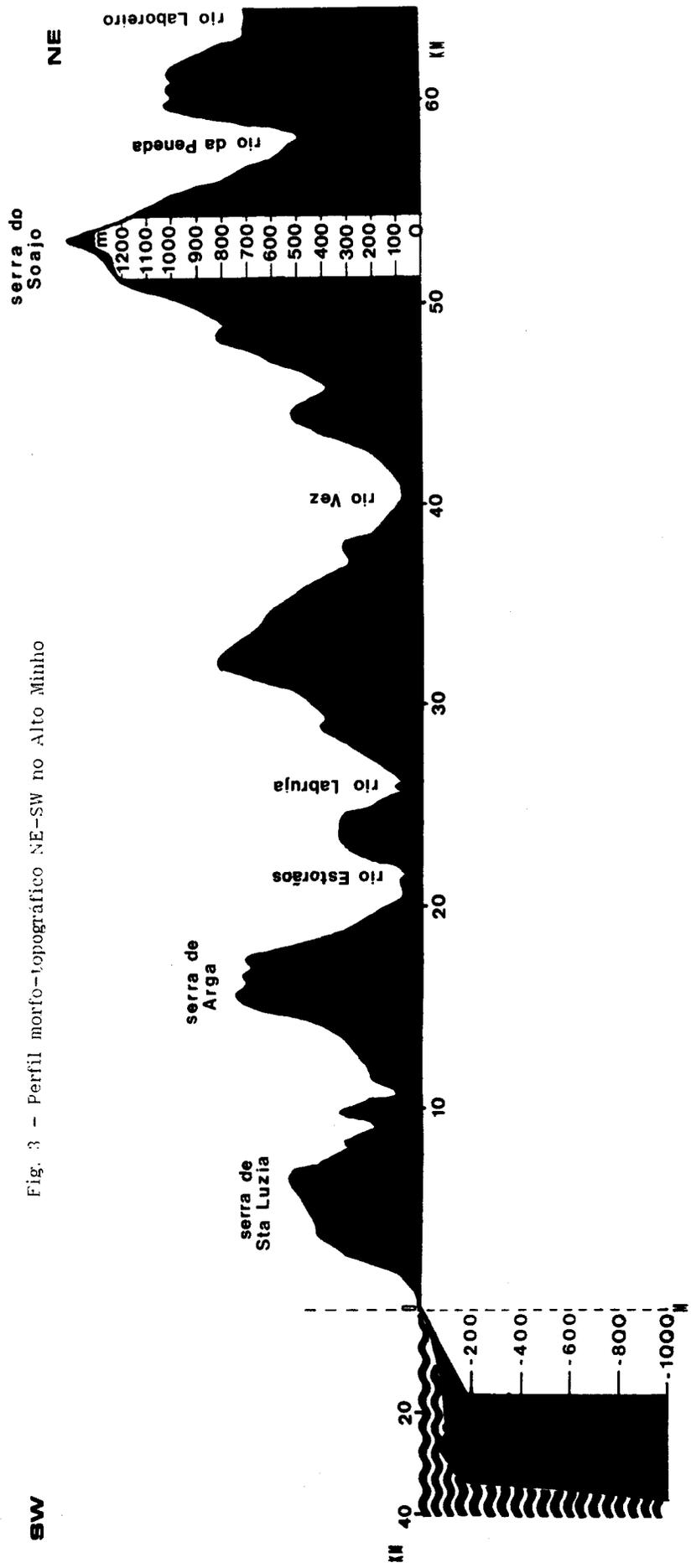


Fig. 3 - Perfil morfo-topográfico NE-SW no Alto Minho

e posterior condensação¹⁴(Fig. 4). O fenómeno da condensação do ar é a causa próxima da ocorrência de precipitação e daí a natural correspondência de **máximos de precipitação**, **máximos de altitude**¹⁵. (Fig. 5)

No organismo humano a sensação de conforto e de equilíbrio psico-orgânico ocorre quando certos elementos de clima, como a temperatura, a humidade e o vento, se conservam dentro de determinados limites. Ora este conforto na generalidade coexiste com um ambiente que propicie no corpo humano a manutenção da sua temperatura interna próxima dos 37°C, quando a temperatura da pele se aproxima dos 33°C, quando a humidade relativa do ar ronda os 40% e quando a velocidade do vento não ultrapasse valores superiores a 25-30 Km/hora. Por este motivo, o desenvolvimento de actividades recreativas e turísticas está em grande medida condicionado pelo contexto climático, do qual depende a fruição de **prazer** em locais de férias, de animação ou de vilegiatura. Para o Alto Minho os dados climatológicos das suas estações permitem-nos concluir que na estação estival a área não litoral apresenta melhores aptidões turístico-recreativas que o litoral, na medida em que o vento ao predominar de Norte e Noroeste de Março a Outubro¹⁶ causa desconforto, em grande parte desse período, através das velocidades que a *nortada* por vezes atinge nas praias. Na estação fria tanto o interior como o litoral comportam um climatismo desfavorável¹⁷.

1.2. GEOLOGIA REGIONAL

A geologia do território do Alto Minho contém formações de idade e natureza muito diferenciada. (Fig. 6)

A sua constituição geológica é predominantemente granítica, possuindo, contudo, outras rochas de idade *precambrica* e *paleozoica*, nomeadamente os xistos que estão bem representados em toda a área que circunda a serra de Arga e estendendo-se para norte, no concelho de Vila Nova de Cerveira, e para sul, no concelho de Ponte

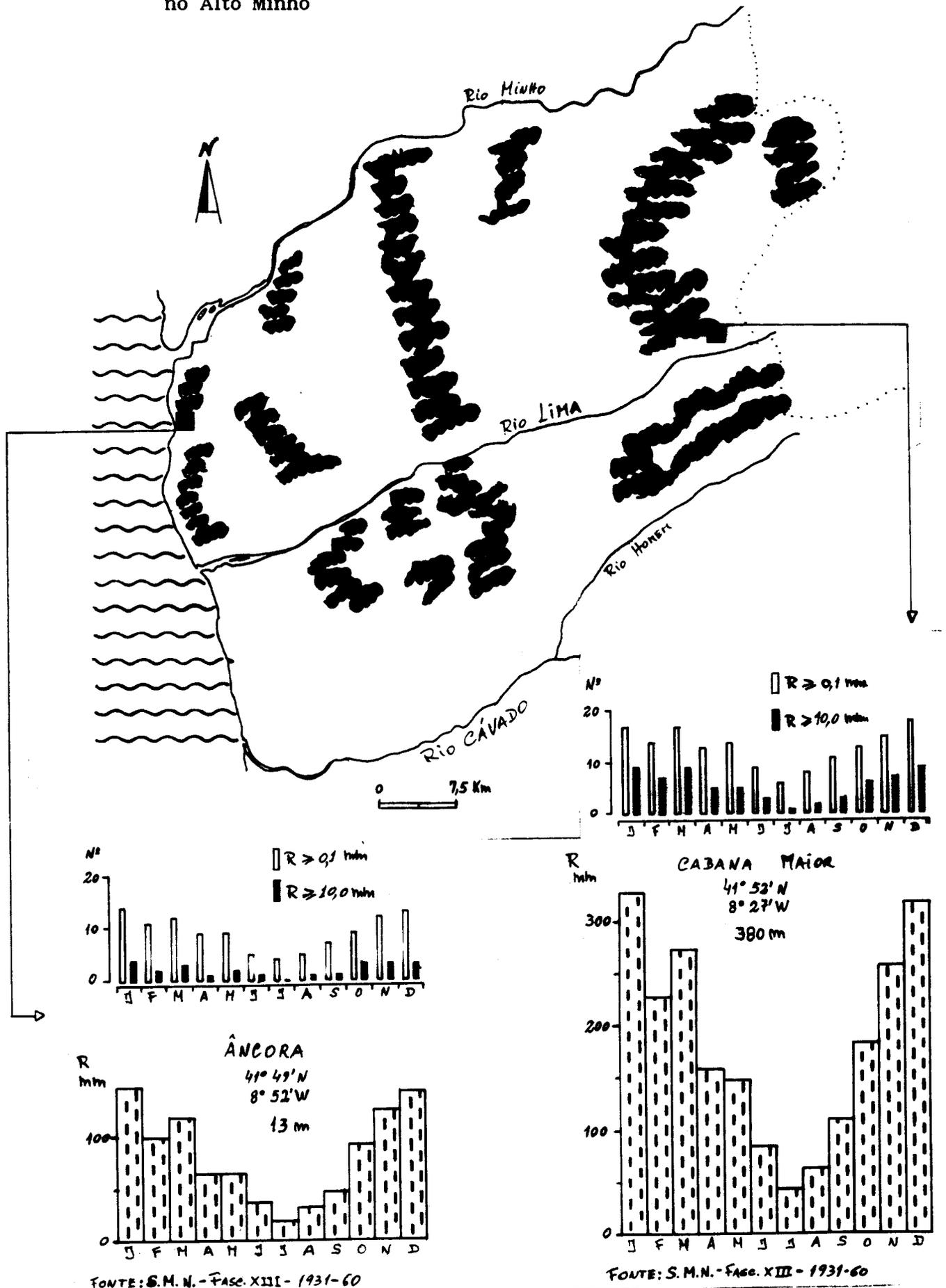
¹⁴ Vide Suzanne DAVEAU e colaboradores, *op. cit.*, 1985.

¹⁵ Vide Suzanne DAVEAU e colaboradores - *Répartition et rythme des précipitations au Portugal*, Lisboa, Univ. de Lisboa e INIC, 1977.

¹⁶ *In O Clima de Portugal*, Entre-Douro e Minho, Fasc. II, Lisboa, Observatório do Infante D. Luiz, 1942, p. 21.

¹⁷ Afirmção que se pode extrair a partir das conclusões expressas por A. de Brum FERREIRA et alii, *Ambiência Atmosférica e Recreio ao ar livre: duas tentativas de classificação e sua aplicação a estações litorais portuguesas*, Linha de Acção de Geografia Física (Relatório nº 17), Lisboa, CEG e INIC, 1983.

Fig. 4 - Vertentes de nebulosidade e precipitação em dois postos udométricos no Alto Minho



FONTE: S.M.N. - FASE. XIII - 1931-60

FONTE: S.M.N. - FASE. XIII - 1931-60

Fig. 5 - Esboço termo-pluviométrico na área do Minho

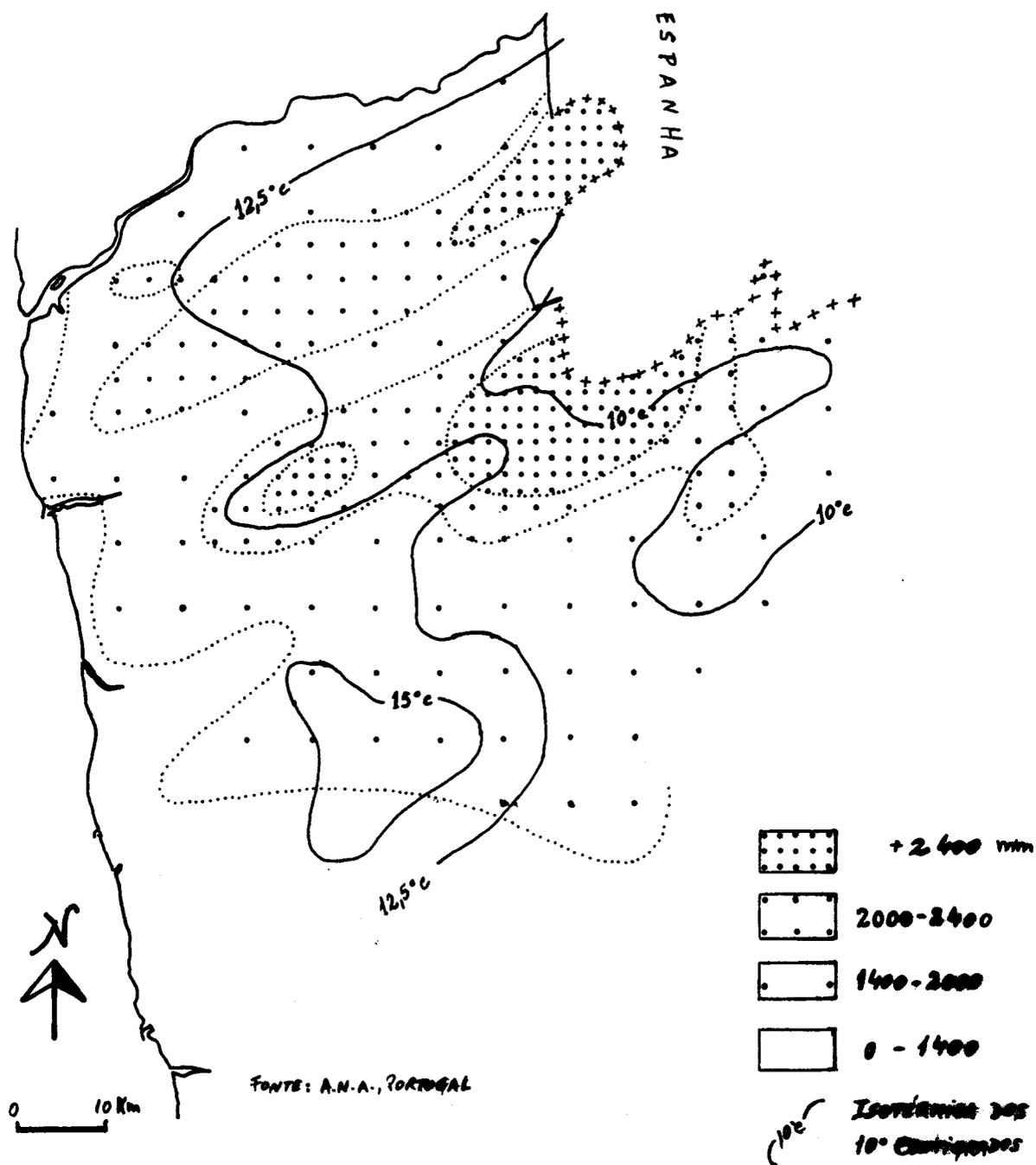
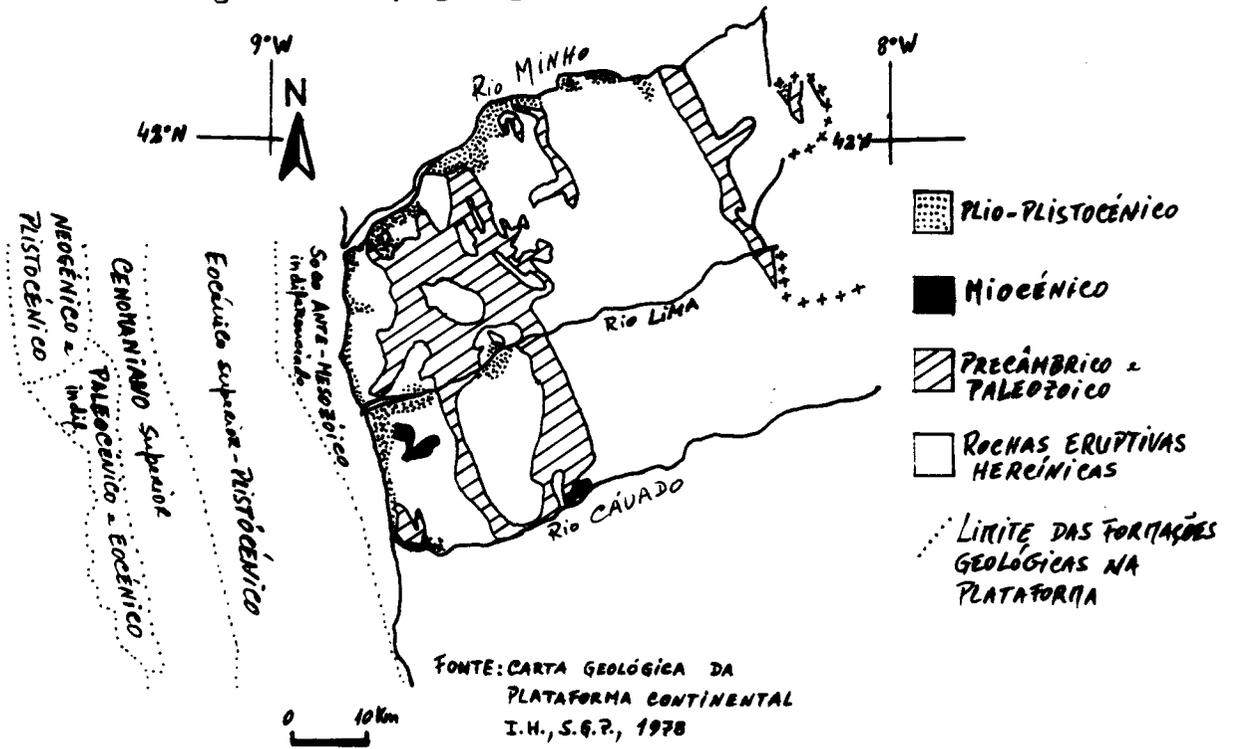


Fig. 6 - Esboço geológico do Alto Minho



de Lima, com orientação NW-SE. Também para o interior encontramos os xistos na vertente ocidental da serra da Peneda e no planalto de Castro Laboreiro dispostos no sentido NW-SE.

De formação mais recente, de idade *quaternária*, surgem nas margens dos rios Minho e Lima depósitos de aluviões, com relativa abundância na parte terminal dos principais cursos de água. No litoral encontramos outras formações detríticas constituídas por depósitos de areias de duna, bem representados no litoral entre Lima e Neiva, e depósitos arenosos e cascalhentos no litoral a norte da cidade de Viana do Castelo e no litoral do concelho de Caminha.

1.3. ALTITUDE E OROGRAFIA

São os aspectos altimétricos e orográficos que fundamentalmente dão originalidade e expressão à divisão da região minhota em *Alto Minho* e *Baixo Minho*. Função da sua posição litoral, as altitudes na área do Alto Minho crescem no sentido W-E, destacando-se no seu litoral duas particularidades: o traçado muito rectilíneo da sua linha de costa e o contacto do mar com rochas de natureza granítica. A estes aspectos acrescenta-se o facto da sua altimetria média ser mais elevada, o que originam as especificidades geográficas da região. (Fig. 3 e 7)

As superfícies montanhosas no Alto Minho¹⁸ distribuem-se, de norte para sul, de acordo com os dados contidos no Quadro I.

As áreas altimétricas mais baixas distribuem-se, naturalmente, em toda a faixa litoral e prolongam-se para o interior da região ao longo dos cursos de água. Tomando em consideração a curva de nível dos 50 metros verifica-se que esta isolinha estende-se no rio Minho até à fronteira, enquanto que no rio Lima essa penetração é menor, ficando relativamente afastada da fronteira. O rio Cávado, já fora da área em estudo, possui uma superfície ainda maior. (Fig. 8)

Função das irregularidades altimétricas, o território pode ser dividido em quatro superfícies distintas:

¹⁸ As cotas e serras indicadas foram retiradas de documentos cartográficos, nomeadamente, as cartas geológicas de Portugal, na escala 1:50 000.

Fig. 7 - Pontos cotados e respectivas altitudes entre os rios Cávado e Minho

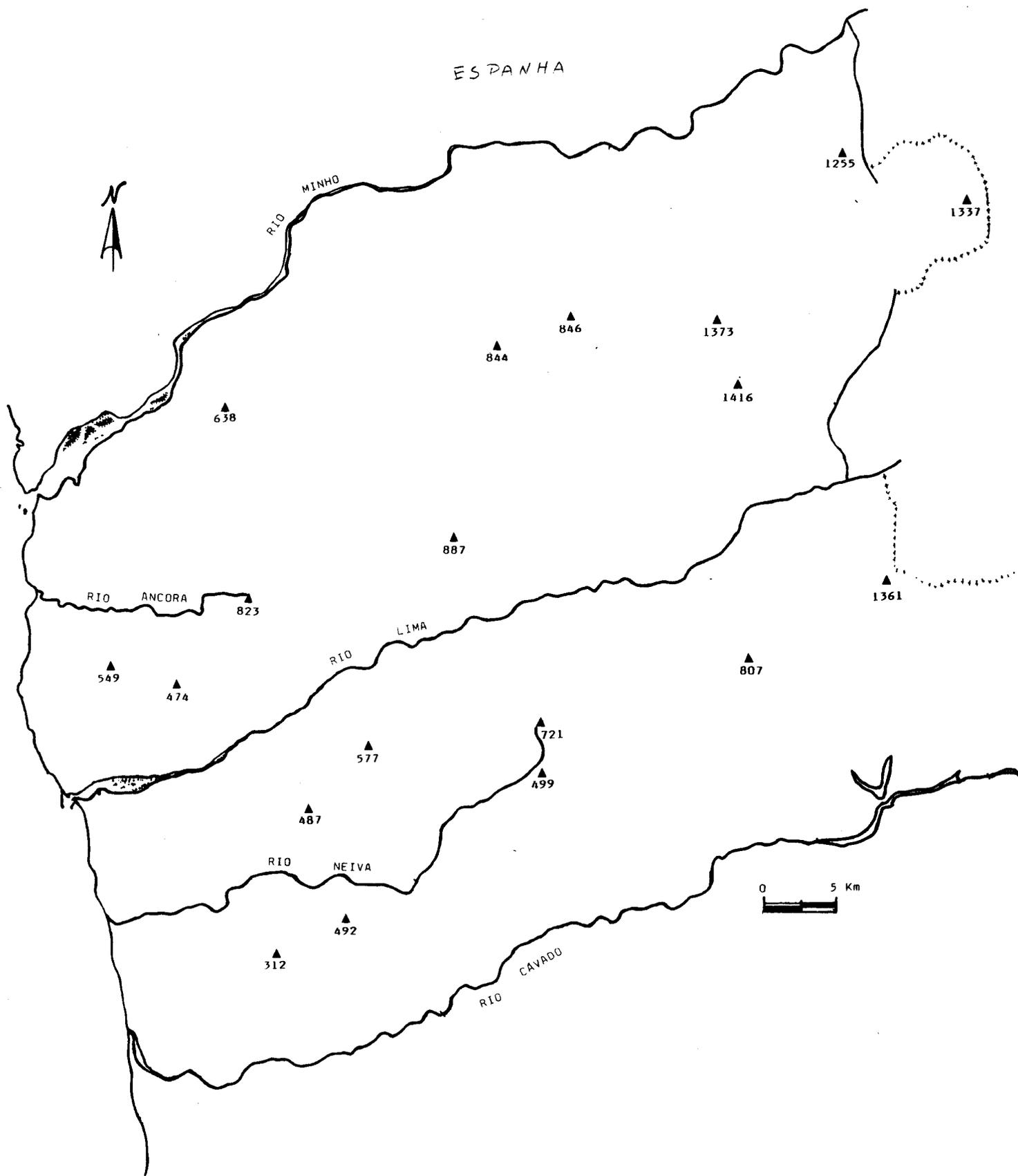
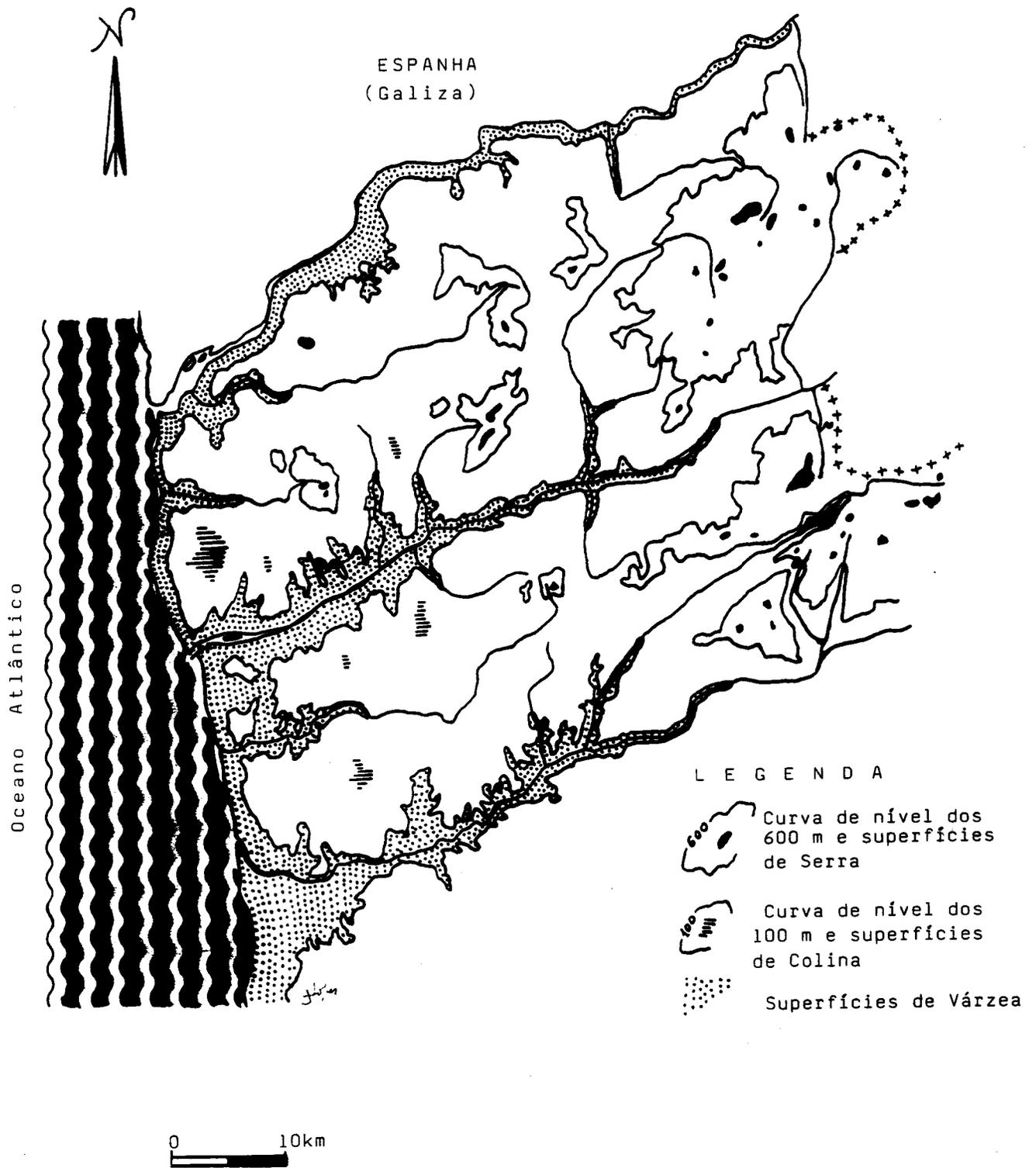


Fig. 8 - Zonagem morfológica do Alto Minho



- as superfícies baixas e planas, correspondentes às áreas de várzea, inferiores a 50 metros, e onde se instalam os vales dos principais cursos de água;

- as superfícies de encosta, em geral com declives fracos e moderados, com várzeas em socalcos, entre os 50-400 metros;

- as superfícies de pré-montanha, entre os 400-600 metros, por vezes apresentando encostas socalcadas quando o pendor do declive o permite;

- as superfícies de serra com altitudes superiores a 600 metros, correspondendo às áreas das principais serras da região. Os cimos aplanados de algumas serras são um aspecto morfológico importante.

Tanto a altimetria como a orografia jogam um papel decisivo na moldura geográfica do território nacional. Sobre esse aspecto Orlando RIBEIRO impôs, na sua proposta de divisão regional do país, uma entidade sub-regional a que deu o nome de *unidades de paisagem*, fazendo desta forma realçar determinadas particularidades físicas dentro das suas regiões. Por este motivo, surge-nos na essa divisão geográfica a região de *Entre Douro e Minho* e dentro dela a *Montanha do Minho*¹⁹. A sua argumentação reside na leitura viva do espaço, do seu conteúdo intrínseco e das suas funções, ao ponto de nos dizer que a 600-700 metros domina o centeio em vez do milho, o pinheiro é substituído pelos carvalhos e castanheiros; o povoamento deixa de ser disperso e concentra-se em pequenos núcleos que sobem até 1 100 metros; o centeio, a batata e a criação de gado constituem os recursos destas terras pobres²⁰.

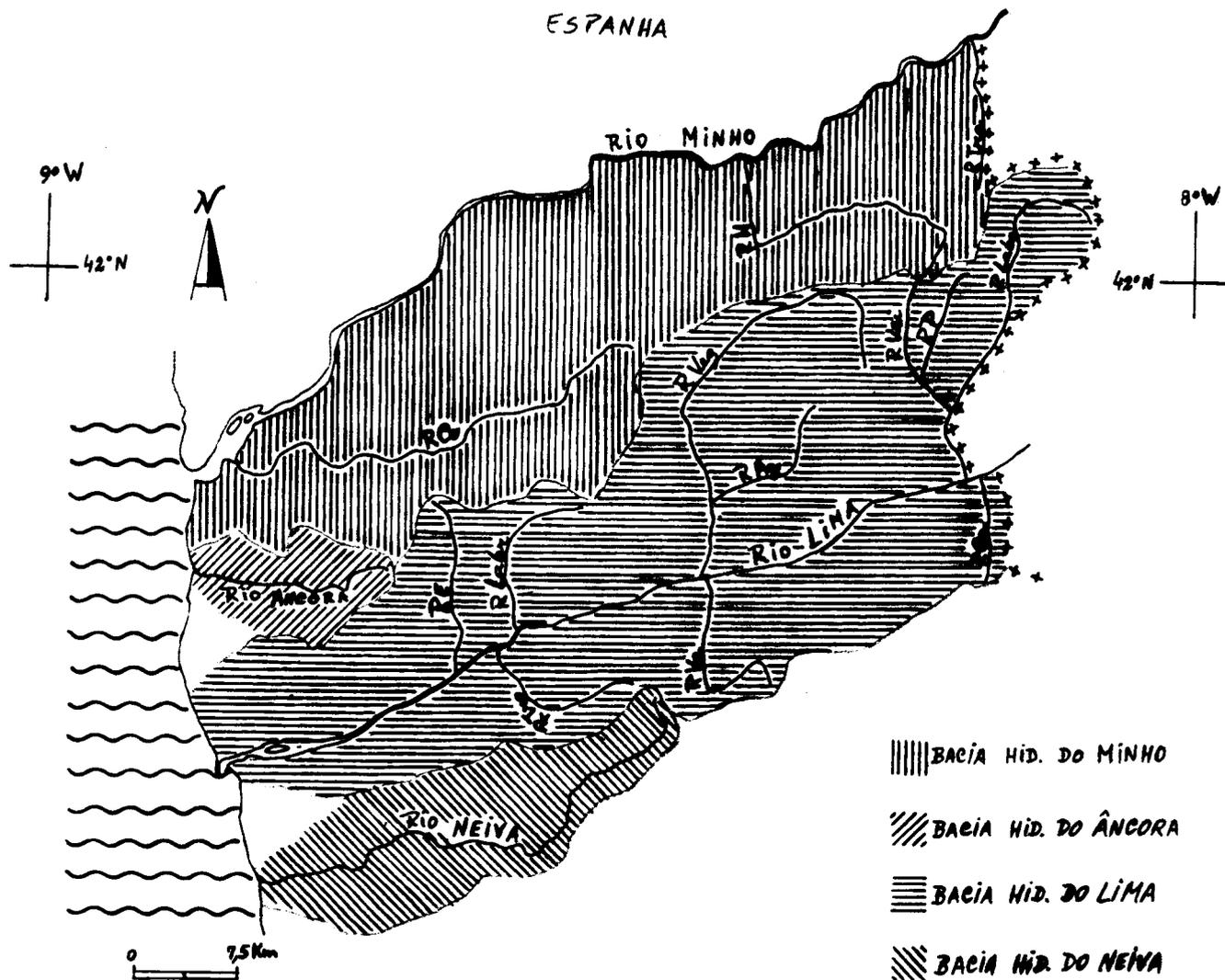
1.4. HIDROGRAFIA

Este território é composto por quatro redes hidrográficas. A densidade da rede é relativamente densa, sobressaindo, daí, duas bacias hidrográficas principais, o rio Minho e o rio Lima, e duas pequenas bacias hidrográficas correspondentes aos rios Ancora e Neiva. (Fig. 9)

¹⁹ Vide Orlando RIBEIRO - *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1986, pp. 188-189.

²⁰ O. RIBEIRO - *Portugal*, tomo V, *Geografía de España y Portugal*, Barcelona, Montaner y Simon, 1955.

Fig. 9 - As bacias hidrográficas no Alto Minho



R_{Tca} - Rio TRANOSO
 R_M - Rio MOURO
 R_{Co} - Rio COURA

R_{Labo} - Rio LABOREIRO
 R_P - Rio DA PENEDA
 R_{Veii} - Rio DA VEIÇA
 R_{Ca} - Rio CABRIL
 R_{Vez} - Rio VEZ
 R_{Az} - Rio AZERE
 R_{Va} - Rio VADE
 R_{Labro} - Rio LABRUJA
 R_E - Rio ESTORÃES
 R_{Tro} - Rio TROVELA

Um aspecto a reter é o carácter de correlação da rede hidrográfica com a estrutura da humanização da paisagem regional. A uma escala regional de macro análise cartográfica salta-nos à vista o aspecto estruturante das linhas de água nas formas de configuração e dimensionamento do *habitat* humano ao longo dos vales desta área geográfica. De facto, os rios da região comandaram o sistema de fixação do povoamento e de uso dos seus recursos naturais.

Por este facto, as bacias hidrográficas são uma realidade geográfica importante, na medida em que possuem internamente uma dada homogeneidade física, ao ponto de serem consideradas como áreas de gestão sub-regional. Para o Alto Minho foi considerado o *vale do Minho* (agrupando o território dos concelhos de Caminha, Paredes de Coura, V. N. de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço) e o *vale do Lima* (agrupando os concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo) como unidades de gestão por parte da Administração Pública.

1.5. GEOMORFOLOGIA

Em meados do século passado, esboçou-se para esta região uma interpretação *sui generis* da sua estrutura morfológica. Num pequeno artigo, registam-se alguns aspectos geomorfológicos distintos entre as costas minhota e galega, carreando observações de factos relativos à dinâmica erosiva dos rios e aos achados arqueológicos encontrados. Na tentativa de explicar esta efectiva diferenciação geográfica entre o litoral galego e o litoral a Norte do rio Cávado o autor do artigo expõe a tese de um movimento desigual de blocos, a partir da *existência de uma série de fracturas*. Por esta via, concluiu tratar-se de um relevo particular, a que deu o nome de *Teclado Minhoto*²¹.

De facto, a ocorrência de nascentes termominerais bordejando, em geral, os cursos de água do Minho (termas de Monção e Peso-Melgaço) e do Cávado (termas do Gerês e do Eirogo), bem como no Lima (no estudo de ARROYO, 1908, cita-se as *Agua das Virtudes*, de características sulfurosas²²), constituem o indício factual da existência de uma fracturação profunda que propicia a circulação subterrânea das águas e, daí, pontualmente surgirem nascentes de água com características particulares.

²¹ Cfr. Falcão MACHADO - «O Teclado minhoto» in *Alto Minho, Revista ilustrada de investigações regionais*, 1º volume, 1938, p. 1-4.

²² Informação inserida no trabalho de Carminda CAVACO - «O Turismo em Portugal: Aspectos evolutivos e espaciais» in *Estudos Italianos em Portugal*, 40-41-42, Lisboa, 1978, p. 195.

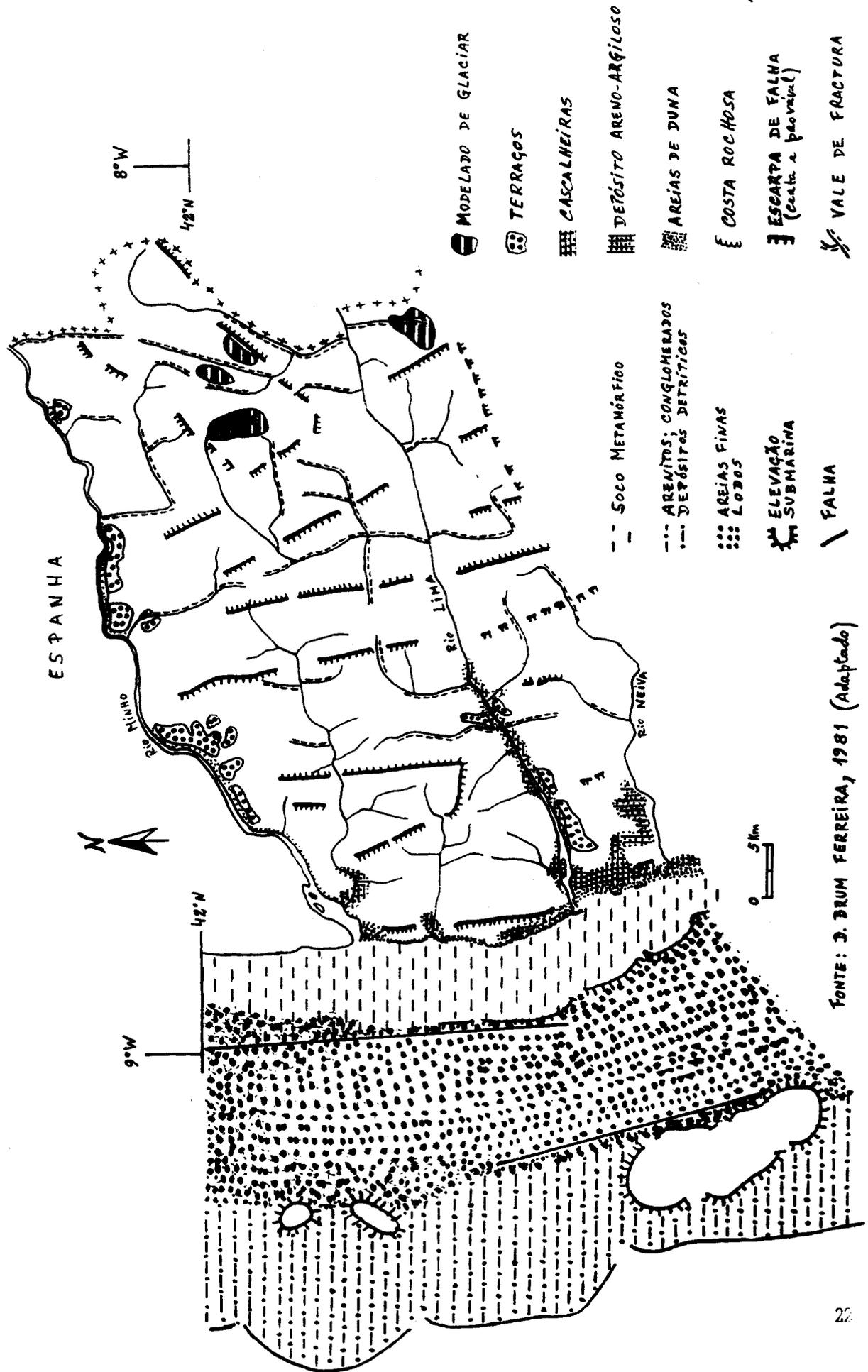
Em estudos posteriores, tanto geólogos como geógrafos retomaram esta questão, apresentando a interpretação do jogo de blocos (bloco galego a norte do Minho; bloco minhoto, entre Cávado e Minho; e bloco duriense, a sul do Cávado) por movimentos tectónicos que aliado à flexura continental impuseram, no final do Pliocénico, a actual estrutura morfo-topográfica desta região. Com esta base admite-se, por um lado, «*um abatimento do bloco galego em relação ao bloco minhoto [...], mergulhando para noroeste, responsável, ao mesmo tempo, pela formação das rias e pela ausência de praias antigas*», e por outro lado, «*uma superfície de aplanamento pouco desenvolvida e imperfeita, de idade provavelmente Plio-quadernária, que penetra ao longo dos rios principais, constituindo um belo exemplo de embutimento*»²³.

Há, por conseguinte, no bloco minhoto especificidades geomorfológicas a ter em conta. A primeira diz respeito à existência de uma costa de rochas cristalinas em contacto directo com o mar e, conseqüentemente, ao escalonamento de terraços marinhos embutidos na base de uma arribas *fóssil* e na plataforma de abrasão, de natureza granítica. Para esta região, isto leva a reconhecer actualmente cinco níveis de praias levantadas: a 3-5 m; 8-14 m; 20-25 m; 45-55 m; e 60-70 m²⁴. Uma outra é a fisionomia dos vales principais e a acção da geomorfologia fluvial, com uma morfologia em tudo derivada do sistema de orientação da fracturação alpina (de orientação sensivelmente NE-SW), enquanto os seus vales secundários - onde correm os afluentes dos principais rios da região -, retomam em grande maioria os alinhamentos da fracturação hercínica e tardi-hercínica, com a típica orientação NW-SE e NNW-SSE (Fig. 10). Por último, uma série de *alvéolos* (depressões talhadas em rochas cristalinas e não derivadas de erosão fluvial). Estas formas, de fundos planos, variadas e de contornos muitas vezes irregulares, atravessadas pelos rios ou então apresentando-se com uma drenagem incipiente e sem hierarquia bem definida, andam associadas à passagem, no caso de Paredes de Coura e Caminha, dos granitos e do complexo xisto-migmatítico para os xistos andaluzíticos. A origem e formação destes alvéolos (na zona média do rio Coura)

²³ Cfr. A de Brum FERREIRA - «*Problemas da Evolução Geomorfológica Quadernária do Noroeste de Portugal*» in *Aspectos da Evolução Geomorfológica Quadernária de Portugal*, Linha de Acção de geografia Física (Relatório nº 18), Lisboa, CEG e INIC, 1983, pp. 5-17.

²⁴ Cfr. J.P. TEXTIER e J. MEIRELES - «*As Formações Quadernárias do Litoral do Minho: propostas*» in *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 4, 1987, p. 15.

Fig. 10 - Esboço estrutural e geomorfológico do Alto Minho



é devida à erosão diferencial, visto que, se encontram instalados sobre granitos alcalinos e os seus limites não são de origem tectónica, mas antes de natureza litológica porque nunca se desenvolvem à custa dos xistos andaluzíticos²⁵. (Fig. 11)

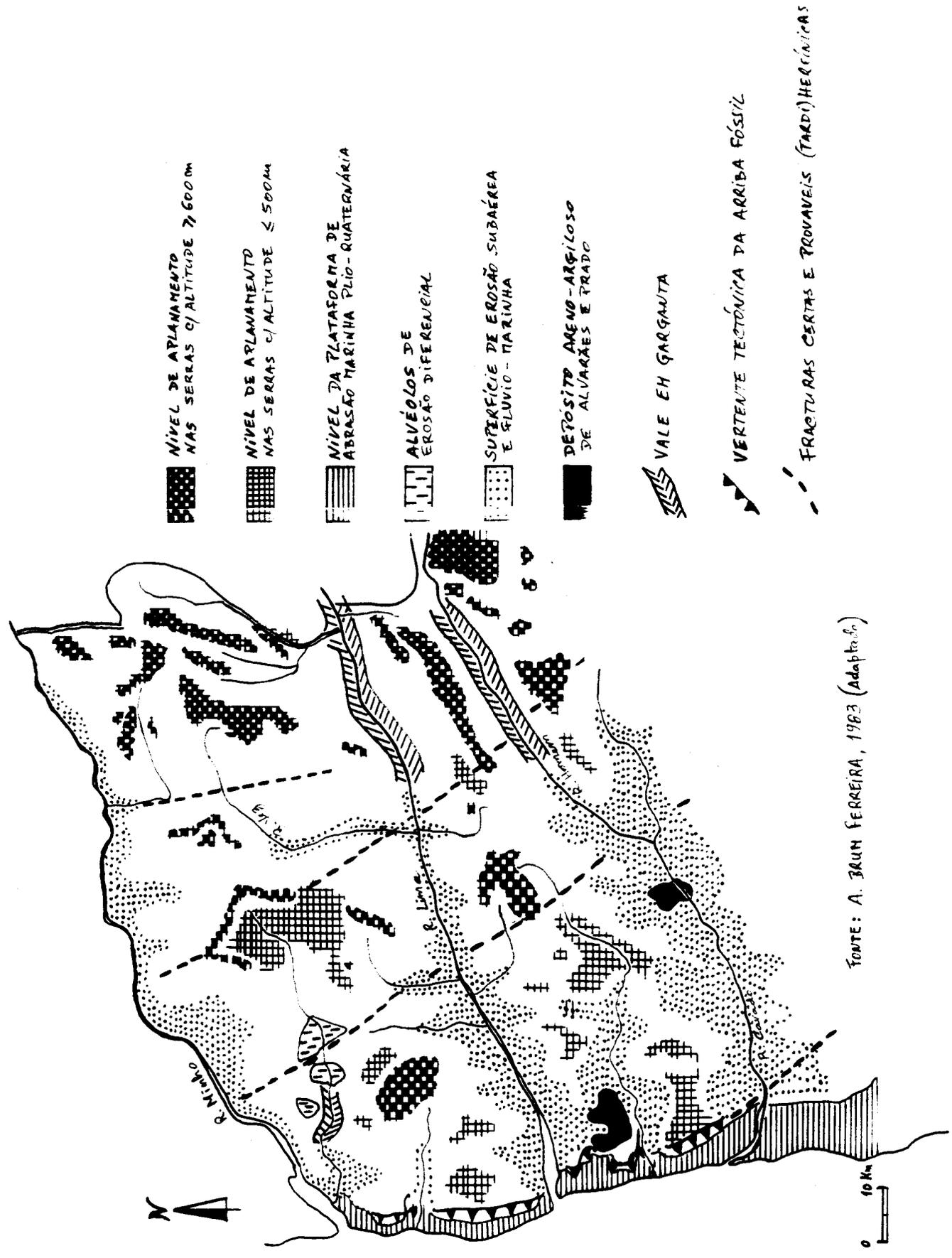
Não obstante, as formas geomorfológicas desta área encontram-se ainda parcialmente interpretadas. A *Carta Geomorfológica de Portugal*, na escala 1:500 000, permite analisar a dimensão e distribuição dessas formas, nomeadamente, as *superfícies de aplanamento* a diferentes altitudes (150-250 m, 450-650 m, 700-900 m, e acima dos 1100 m); os numerosos vales *de fractura*, com particular realce para os casos do Laboreiro, da Peneda, do Vez e do Vade, bem como os dois casos de vales *em garganta*, que propiciaram a instalação das duas actuais barragens existentes nesta região; as *escarpas de falha* com origem em descontinuidades tectónicas, de que resultaram declives muito acentuados, bem observáveis nas encostas das serras da Peneda-Soajo, da serra de Arga e no litoral, constituindo a chamada *arriba fóssil* (sistema de colinas paralelas à linha de costa e distanciadas cerca de 1-2 km); e, por último, superfícies em *alvéolos*, resultantes da erosão diferencial, que originaram superfícies de depressão (agricultáveis) e que estão bem representadas na zona média do vale do Coura e na serra da Peneda (onde dá lugar a brandas).

Mas, neste campo da interpretação geomorfológica, o facto mais surpreendente só muito recentemente veio a lume. Para esta região do Noroeste trata-se de uma questão já aventada nos finais dos anos cinquenta por geógrafos portugueses, de entre os quais se deve citar Amorim GIRÃO (1958), o qual ao iniciar um seu artigo lembra as palavras de um escritor sobre o Gerês: «*para os turistas [é] uma das maiores surpresas da terra de Portugal*»²⁶. Ora esta afirmação, abrangente para as restantes serras minhotas, assenta nas qualidades da paisagem que aí se usufrui. Nas suas andanças pela serra do Gerês este geógrafo regista que no «*Ribeiro do Camalhão, alinhado quase no sentido N.-S., pareceu-nos encontrar mesmo sinais de acção glaciária*,

²⁵ Cfr. A. de Brum FERREIRA - «Os Mantos de Alteração e o Modelado das Regiões graníticas: ideias recentes e orientações de pesquisa» in *Finisterra*, vol. XIV, nº 28, Lisboa, C.E.G., 1979, pp. 221-223

²⁶ Vide A. de Amorim GIRÃO - «Três excursões na SERRA do JURÉS», in *Panorama*, 11, 3ª série, Lisboa, S.N.I., 1958, s/p

Fig. 11 - Vistas e formas geomorfológicas no Alto Minho



FONTE: A. BRUM FERREIRA, 1963 (Adaptado)

que algumas rochas polidas e penedos aborregados já nos tinham feito evocar anteriormente». Para além desta observação e respectivo registo, juntou como provas desta sua opinião fotografias de aspectos particulares da erosão e da paisagem²⁷.

Muito recentemente pode-se compreender algumas formas ocorrentes nas zonas montanhosas desta Região, pelo facto de se comprovar a acção de glaciares²⁸ nos cimos serranos da Peneda-Soajo e da serra Amarela (Fig. 10). O *modelado glaciário* traduz-se na existência de pequenos circos glaciários, de depósitos de moreias e de blocos erráticos aqui existentes²⁹. Por outro lado, ao reconhecer-se que «*acima dos 600 m, num sector onde a erosão periglaciária é fortemente actuante e responsável pela degradação de muitas vertentes*»³⁰, isto cria uma unidade espacial fortemente homogénea do ponto de vista físico, e bem delimitada relativamente a outras altimetricamente mais baixas. Contudo, esta geomorfologia do frio interage com as outras unidades, através da escorrência fluvio-sedimentar que aí se desenvolve. Daí, o dimensionamento e espessura dos mantos aluvionares que em grande parte se acumularam nas depressões orográficas. Isto criou toda a morfologia dos vales existentes neste território e, conseqüentemente, as jazidas do recurso solo, o qual também é factor estruturante de todo o povoamento e do espaço agricultável.

1.6. O SOLO

Composto de partículas minerais e orgânicas, o elemento solo é um recurso natural vital para os homens e outros organismos biológicos. É o suporte de produção de matérias úteis ao homem. Recorrendo à carta dos solos³¹, constatamos que regionalmente este recurso relaciona-se intimamente com a substracto geológico e a altimetria do território (Fig. 12). Quatro grandes tipos cobrem esta área, repartindo-se

²⁷ Cfr. GIRAÓ, *op. cit.*, 1958, na página quatro do seu texto.

²⁸ Vide Geneviève COUDÉ-GAUSSSEN - *Les Serras da Peneda e do Gerês: étude géomorphologique*, Memórias do C.E.G. nº 5, Lisboa, Univ. de Lisboa e INIC, 1981.

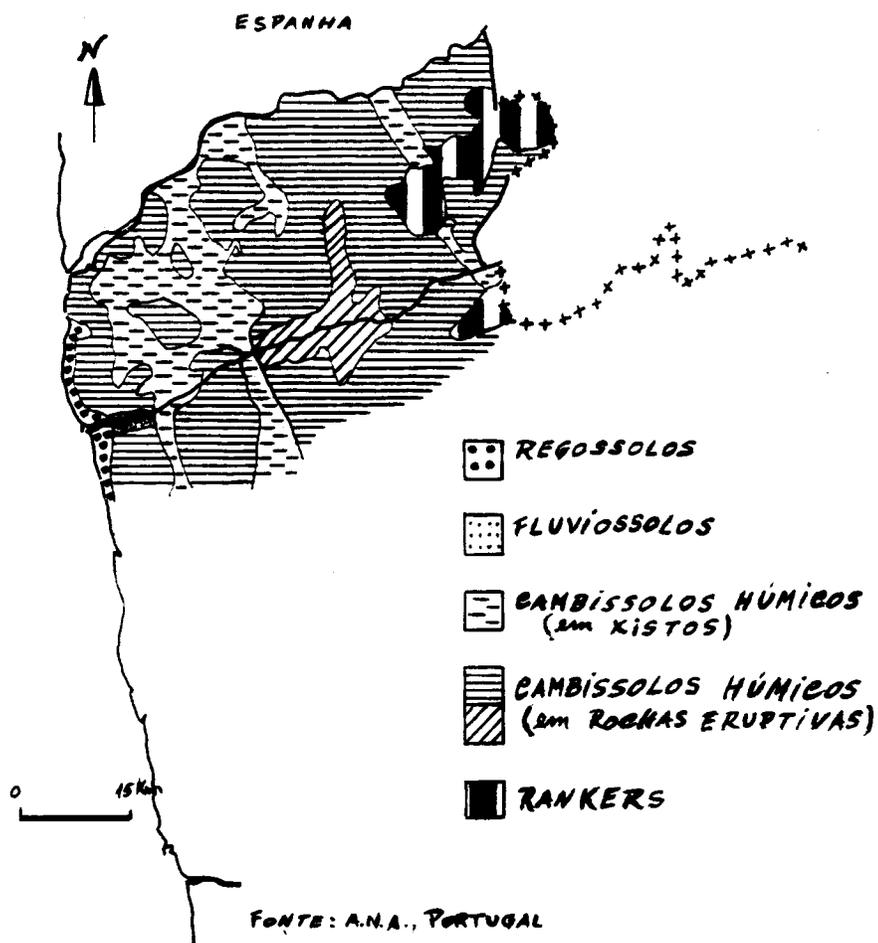
²⁹ A carta geológica 1-D elaborada em 1985 traz já inventariada e cartografada as formas típicas da presença de glaciares.

³⁰ Citado por Isabel MEDEIROS, *Estruturas Pastoris e Povoamento na Serra da Peneda*, p. 2, segundo G. Coudé GAUSSEN *et alii*, «*Nouvelles Observations sur la Glacion des Montagnes du Nord-Ouest du Portugal*», in *Aspectos da Evolução Geomorfológica Quaternária de Portugal*, Lisboa, C.E.G., 1983.

³¹ *Atlas Nacional do Ambiente (ANA)*, Portugal, 1978.



Fig. 12 - Esboço dos tipos de solos no Alto Minho



do seguinte modo: os *Regossolos*³² ocupam a faixa litoral correspondente à cobertura de terraços marinhos e de areias de duna. São solos ocorrentes a altitudes baixas; os *Fluvissoles*³³ estendem-se por uma superfície restrita, em geral ladeando as margens fluviais, e particularmente expressivos no trecho montante do estuário do Lima; os *Cambissolos*³⁴ têm uma implantação expressiva na região (a sua relação de grandeza é aproximadamente 2/3 do território), já que ocorrem onde aflora o granito e o xisto, e topograficamente posicionam-se nas encostas e nas colinas de média altitude; os *Rankers*³⁵ estão circunscritos a altitudes elevadas (a partir dos 900 metros), em locais de clima mais húmido. Assim, surgem com correspondência aos cimos montanhosos mais significativas da região (caso do sistema orográfico da Peneda-Soajo-Amarela), sendo por esta razão solos de fraca fertilidade porque a acidez e a sua diminuta espessura são factores limitantes para as culturas.

Ainda com o recurso à cartografia temática, a **figura 13** retrata a capacidade de uso dos solos com aptidão agrícola³⁶ a nível regional. Evidencia-se a reduzida expressão dos solos com forte aptidão agrícola (classe A), sendo a sua distribuição nitidamente correlacionável com os depósitos de aluvião, derivados de deposição da carga sólida fluvial, e os mantos de alteração detrítica acumulados na base de vertentes e em fundos de vale. Opostamente, os solos com capacidade de uso não agrícola cobrem uma extensa superfície correspondente às zonas de vertente média e alta dos interflúvios do Alto Minho. A dimensão destas três classes de uso dos solos têm, por isso, uma diferente expressão territorial, função das condições naturais da Região.

³² São solos originados de areias plio-pleistocénicas de natureza predominantemente quartzosa. Ao ocorrerem em áreas de duna ou de outras formações grosseiras não consolidadas, a granulometria dos seus minerais e o fraco poder de retenção da água são obstáculos à sua fertilidade e logo para a sua plena utilização agrícola.

³³ Integram os solos resultantes de depósitos estartificados de aluviões com características diferentes, de natureza coluvial (de inundação), constituindo uma grande parte destes solos as superfícies aráveis mais férteis do país.

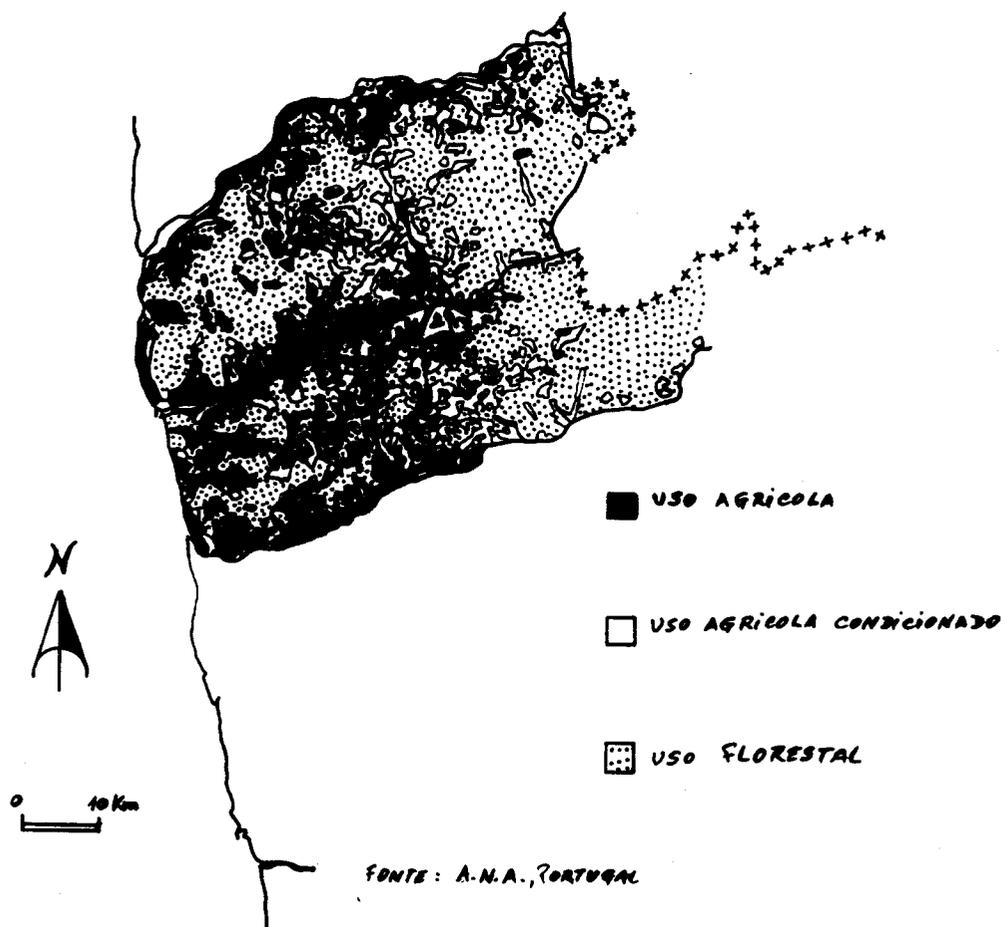
³⁴ Englobam solos derivados de rochas-mãe de natureza diferente, associados a áreas graníticas e xistosas, advindo deste facto características e propriedades particulares e uma fertilidade considerada moderada.

³⁵ Corropondem a solos delgados formados a partir de rochas predominantemente siliciosas, em áreas bastante húmidas, e quase sempre associados à ocorrência de afloramentos rochosos.

³⁶ Este grupo de solos engloba os solos das classes A, B e C, com uma espessura superior a 35 cm, seg. SEQUEIRA e SILVA, «Definição de uma Política para o Solo Português», in *Geonovas*, 8/9, Lisboa, 1985, p. 159.

O Decreto-Lei nº 196/89, de 14 de Junho, ao contemplar as áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional (RAN), apresenta as características das classes de solo.

Fig. 13 - As capacidades de uso do solo entre Cávado e Minho



1.7. O COBERTO VEGETAL

A estruturação e diversidade das espécies vegetais resultam de um longo processo de evolução. O estudo de ROTHMALER (1939) considera que a flora indígena pliocénica foi invadida, no decurso das fases glaciárias, por espécies de clima frio, determinando no Norte do país um «coberto de matas de *Pinus silvestris*, *Betula* e *Vaccinium*»³⁷. Hoje em dia só podemos contemplar essa diversidade muito localmente e em áreas naturais onde o grau de humanização é fraco ou nulo. Os sistemas montanhosos impõem, por natureza, condicionamentos a essa humanização, facto que determina a existência de ecossistemas pouco alterados. É o caso do interior do Alto Minho, onde o sistema orográfico da Peneda-Soajo-Amarela permitiu a manutenção de certos traços naturais intrínsecos a um ecossistema de montanha, razão pela qual, a quase totalidade deste sistema montanhoso integra, desde 1971, a área (superior a 50%) do único parque nacional, estatuto que ainda hoje mantém apesar dos múltiplos problemas que presentemente enforma o *Parque Nacional da Peneda-Gerês*, e maioritariamente decorrentes de actuações antrópicas desajustadas.

Opostamente, grande parte do território em análise encontra-se sujeito a um forte grau de humanização. Como essa humanização depende da disponibilidade em recursos energético-alimentares, ela sobrepõe-se com maior intensidade nas áreas de grande aptidão agrícola. (Fig. 13)

Tendo como ponto de partida a abordagem do revestimento vegetal natural, a área em estudo integra espécies predominantemente oriundas da Europa Central e Ocidental, as quais sofreram um progressivo recuo, tanto maior quanto as favoráveis condições naturais de morfo-altimetria e solo favoreceram as práticas agrícolas. Com um *Quercetum roburis*, associado a outras espécies de folhagem caduca como o pilriteiro (*Crataegus oxyacantha* L.), o plátano bastardo (*Acer pseudoplatanus* L.), o freixo (*Fraxinus excelsior* L.), o cornogodinho (*Sorbus aucuparia* L.), a aveleira (*Corylus avellana* L.) e o sanguinho legítimo (*Cornus sanguinea* L.), o Noroeste tinha o carvalho alvarinho ou roble a dominar, quase desde o nível do mar até aos 500-600 metros, para entre os 500-1 400 metros, ser o carvalho negral (*Quercus pyrenaica* Will) a espécie dominadora (Fig. 14). Isto porque a partir dos 1 000 m o *Quercus robur* L.

³⁷ In TEIXEIRA, Carlos e PAIS, João - *Introdução à Paleobotânica; as grandes fases da evolução dos vegetais*, Lisboa, s/ed., 1976, p. 191.

Fig. 14 - As áreas de Carvalhos dominantes no Alto Minho



desaparece. Mas, a «900 m de altitude, o medronheiro introduzia nesta [vegetação natural] um elemento sempre verde, bem como o azereiro e o azevinho; a única conífera existente a baixa altitude era o teixo.»³⁸

Típicas desta zona geográfica são também as silvas (*Rubus ulmifolius* Schott), ainda hoje formando sebes e ladeando as bordas dos caminhos, as sete espécies endémicas de tojos (casos do *Ulex argenteus* Welw. e do *Ulex densus* Welw.), do fetó comum (*Pteridium aquilinum* Kuhn) e da hera (*Hedera helix* L.) que tonaliza de verde escuro casas e musgosos muros de granito sempre presentes na região. A completar este rol de espécies e intimamente relacionadas com os fundos aluviais – os lameiros –, crescem, por entre plantas higrofiticas, espécies de árvores caducifólicas, como choupos (*Populus* sp.), amieiros (*Alnus glutinosa* L.), freixos (*Fraxinus excelsior* L.) e salgueiros (*Salix fragilis* L.). De uma forma esparsa ou formando sebes, estas espécies arbóreas estão sempre presentes ao longo das linhas de água na região, facto fitogeográfico que está intimamente relacionado com as condições pluviométricas e com a densidade da rede hidrográfica. São, por isso, formações rípicolas integradas no agrupamento fitossociológico *Alnion lusitanicum*, com base na presença significativa do amieiro. De um ponto de vista morfo-funcional estas comunidades vegetais são conhecidas pelas designações de "corredores" ou "cortinas" arbóreas. Para além deste agrupamento vegetal potencial (isto é, coberto vegetal que naturalmente se constitui se não existir intervenção humana), a área em análise apresenta outro conjunto climácico, o denominado *Quercion occidentale*, o qual é caracterizado por carvalhais acidófilos de carvalho roble.

Em resultado da altimetria e da orografia considera-se para o Alto Minho a existência de dois andares florísticos, ou seja:

- o andar inferior, compreendendo a faixa altitudinal até aos 400-500 m, e de onde se excluiu a estreita zona litoral. Neste andar ocorrem para além das supracitadas espécies caducas, uma típica flora mediterrânea como, por exemplo, a azinheira (*Quercus ilex* L.) e o sobreiro (*Quercus suber* L.), a urze branca (*Erica arborea* L.) e o medronheiro

³⁸ Cfr. LAUTENSACH, Herman in *Geografia de Portugal*, Vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1988, p. 560.

(*Arbutus unedo* L.). Como bem notou O. RIBEIRO o sobreiro é normal ocorrer tanto isolado como em tufos, nos bosques, e a azinheira, mais residual, subsiste no Gerês até 1 000 metros³⁹; e

- o andar de montanha, o qual está compreendido entre os 500-1 400 metros de altitude. Aí o meio é predominantemente granítico e as espécies espontâneas de montanha que podemos encontrar correspondem às que são referenciadas por LAUTENSACH no Gerês, perto de Leonte, a 850 metros. É um agrupamento constituído por carvalho alvarinho (*Quercus robur* L.), carvalho negral, plátano bastardo, videeiro (*Betula pubescens* Ehrh.), pilriteiro, cornogodinho, aveleira, azereiro (*Prunus lusitanica* L.), sanguinho legítimo, teixo (*Taxus baccata* L.), azevinho (*Ilex aquifolium* L.) e medronheiro⁴⁰.

Mas nos cimos aplanados de grande altitude a cobertura florística despe-se da vegetação de certo porte (porque a altitude impõe limites a essas espécies) e é constituída por um manto herbáceo «onde vegeta especialmente o *Nardus stricta* tão apreciado dos gados, e onde o forno dos pastores marca às vezes, muito episodicamente, o único sinal da ocupação humana»⁴¹. Sendo uma descrição para a serra do Gerês, ela é abrangente também para os cimos aplanados das serras da Peneda-Soajo e Amarela.

Para a faixa litoral é de admitir que as dunas, no período anterior às influências antropogeográficas, estariam cobertas de pinheiros mansos (*Pinetum pinea*), se atendermos à recente consideração de que o *Pinus pinaster* não é autóctone em Portugal⁴². Aí, a vegetação espontânea compõe-se de arbustos de camarinheira (*Corema album* D. Don) e de tufos de uma planta herbácea muito típica, vulgarmente conhecida na Região por feno-das-areias (*Ammophila arenaria* Link). No litoral do Alto Minho a toponímia regista uma espécie antiga desse coberto - tal é o caso da margem esquerda da foz do rio Minho onde hoje existe uma mata nacional, criada em 1836, e

³⁹ In *Geografia de Portugal*, Vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1988, p. 583.

⁴⁰ In *Geografia de Portugal*, Vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1988, p. 558.

⁴¹ Cfr. A. de Amorim GIRÃO - «Três Excursões na Serra do Jurês» in *Panorama*, 11, 3ª SÉRIE, LISBOA, S.N.I., 1985

⁴² Afirmação mencionada por Suzanne DAVEAU, in *Geografia de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1988, p. 594.

Alguns autores admitem que o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) tenha sido introduzido vindo da região francesa das Landes no séc. XIV (in TELXEIRA e PAIS: 1976, 194).

com uma área de cerca de 140 hectares -, significativamente denominada de **Camarido**, apelido derivado da palavra *Camarinha*, nome dado aos «frutos pequenos, globosos, geralmente brancos, mas às vezes róseos»⁴³ da camarinheira.

No entanto, a cobertura florística actual reflecte na globalidade as acções praticadas pelo homem sobre esse revestimento vegetal natural. Vejamos a este propósito o caso dos **baldios**, considerados «*um reservatório de vegetação espontânea*»⁴⁴, mas que sujeitos ao pastoreio e à procura de material lenhoso acabaram por possuir um revestimento mais pobre e selectivo: «fetos, tojos, urze branca, carqueja, queiró e grande variedade de gramíneas que nos lugares mais frescos se consegue "enlameirar". Aparecem também giestais que são vedados e até entram em rotação com a cultura de centeio nas áreas mais carentes em recursos lenhosos»⁴⁵. Tendo como recurso outros dados extraídos de documentação consultada, inferimos que a área em estudo teria ainda no final do século XIX uma densidade significativa de espécies autoctones. Tomando como exemplo a área das *matas e terrenos arborisaveis municipais*, a superfície ocupada por carvalhos correspondia a 48,3%, os pinheiros a 36,9%, os castanheiros a 9,6%, os sobreiros a 4,7% e os salgueiros e choupos a 0,55%⁴⁶.

Mas, no decurso de um período superior a um século, a distribuição das espécies arbóreas já se encontra muito alterada. Para a área do distrito os pinheiros (bravo) ocupam agora uma superfície de 78,2%, os carvalhos 4,7%, os eucaliptos 0,8%, os castanheiros 0,02%, e os sobreiros e as azinheiras 0,01%⁴⁷. Confrontando estes dados, concluimos que o coberto vegetal natural foi significativamente reduzido e que nos aparece uma espécie nova - o eucalipto -, árvore apelidada de **exótica** porque é originária do hemisfério sul, da Austrália, sendo relativamente recente a sua introdução no nosso país. Como se adaptou bem às nossas condições climáticas, encontra-se

⁴³ Citação extraída da obra de Gonçalo SAMPAIO - *Flora Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, INIC, 1988, p. 450.

⁴⁴ Vd. Isabel MEDEIROS - *Estruturas pastoris e povoamento na Serra da Peneda*, Linha de Acção nº2, Estudos de Geografia Humana e Regional, Lisboa, C.E.G., 1984, p. 25.

⁴⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 26.

⁴⁶ Estes valores resultam dos dados apresentados para o distrito de Viana do Castelo e relativos ao *comprimento arborisavel em metros* de espécies arbóreas existentes nos concelhos com terrenos arborisaveis municipais (num total de nove, já que para o concelho de Viana do Castelo não se indica qualquer valor). Cfr. Eusébio C.C.P. Furtado COELHO - *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p. 28

⁴⁷ Valores calculados a partir dos dados indicados na publicação do MPAT-SEARN, *Compêndio (experimental) de Estatísticas do Ambiente*, Lisboa, GEPAT, 1987, p. 54-56.

presentemente em expansão por razões meramente económicas (é uma espécie de rápido crescimento), realidade que determina muitas preocupações de natureza paisagística e ecológica, porque é reconhecidamente assumido que o eucalipto compete e degrada os recursos e as espécies naturais do País⁴⁸.

Os factores de decréscimo do coberto de carvalhos e castanheiros são vários: «*não só para obtenção de combustível e madeira, para usos domésticos, mas sobretudo para usos industriais; a introdução do caminho de ferro foi um dos últimos motivos de destruição da floresta de carvalhos*» (TEIXEIRA e PAIS: 1976; 195). Mas estes factos, sendo graves, não viabilizam a vinda de espécies exóticas, fenómeno a que assistimos nos últimos tempos através da florestação, apoiada pelo Estado nos últimos cinquenta anos⁴⁹. Levada a cabo em quase todas as serras do país⁵⁰, na base da monocultura do pinheiro bravo e, hoje, do eucalipto, «*veio perturbar e alterar de modo nefasto [a paisagem portuguesa autêntica, natural, em equilíbrio com o meio, desde tempos muito antigos], sem atender às características particulares da cobertura florística autoctona, às condições mesológicas e climáticas, nem tão-pouco, às consequências resultantes da expansão dos invasores. Assim aconteceu com o pinheiro bravo, e está a acontecer com o eucalipto, introduzido no País, sem qualquer estudo prévio*» (TEIXEIRA e PAIS: 1976; 195).

A florestação, entendida como plantação e cultivo de espécies arbóreas pelo homem, foi para as serras do Noroeste uma intrusão física e cultural porque rompeu com os equilíbrios construídos ao longo de séculos pela dialéctica entre Homem e Natureza. De um conjunto de quinze factores responsáveis pela alteração da vegetação natural portuguesa, indicados numa obra da especialidade⁵¹, três deles integram a problemática relativa ao repovoamento florestal. O caso estudado da Serra do Soajo

⁴⁸ Vejam-se as considerações tecidas sobre a ocupação biofísica do solo em Portugal. Cfr. E. Menezes SEQUEIRA, «*Situação dos Solos em Portugal*», in *Livro Branco sobre o Ambiente (Anexos)*, Lisboa, MARN, 1991, p.8-9.

⁴⁹ A questão da florestação em Portugal é tratada por Nicole DEVY-VARETA - «*La Question du Reboisement au Portugal, un processus de longue durée*», in *Revue Géographique des PYRÉNÉES et du SUD-OUEST*, Tomo 59, 2-3, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail-Toulouse, 1988, pp. 159-186.

⁵⁰ TEIXEIRA e PAIS, *op. cit.*, 1976, faz referência a várias áreas do país. Desse registo é significativo o Gerês, «*quase totalmente «pinheirizado»*», e a mata do Cabril, na serra Amarela, onde «*o pinheiro «afogou» belos e raros exemplares de azevinho (Ilex aquifolium) com porte arbóreo, relíquia florestal que devia ter sido cuidadosamente conservada*».

⁵¹ Vide João do Amaral FRANCO e Maria da Luz da Rocha AFONSO - *Distribuição de Pteridófitos e Gimnospermicas em Portugal*, col. "Parques Naturais", 14, Lisboa, SNPRCN, 1982, p. 6-7.

é digno de reflexão, tanto ao nível dos impactos ambientais como ao nível das desregulações sócio-económicas. Hoje, a desertificação humana das áreas serranas - que é o interior - entronca nas consequências dessa acção técnica de florestação, a qual ao limitar (e até impedir) as actividades tradicionais de pastorícia nos prados naturais (de posse e uso comunitário em montanha) e de algumas culturas de subsistência (batata e centeio), através de um planeamento e ordenamento florestal não democrático, desarticulou o *modus operandi* destas comunidades serranas, abrindo-lhes como única saída as portas da (e)migração, até aí com um relativo significado⁵².

Para além destes factos há actualmente a registar as consequências ecológicas, traduzidas numa desertificação fito-faunística, em resultado dos escassos *biotopos* naturais⁵³ não permitirem assegurar o crescimento de grande parte de populações e biocenoses de vida selvagem. É neste encadeamento de factos e constatação de realidades que pressentimos a urgente necessidade de uma nova política de florestação, muito particularmente para a área do Parque Nacional da Peneda-Gerês, onde a recente vaga de incêndios é o culminar de erros praticados no passado e o primeiro sinal para se implementar um rigoroso estudo da capacidade de carga humana e turística desta área, de modo a formalizar um plano de gestão territorial consentâneo com a perenidade das relíquias naturais e culturais desta área protegida. (Quadro II)

O pressuposto básico em que deve assentar este novo plano de florestação é a consideração efectiva e real de significativas áreas destinadas à recuperação da dinâmica natural do ecossistema de montanha, de forma a permitir novos equilíbrios de carácter biofísico e a formação de uma grande área de *floresta* natural, condições geo-espaciais potenciais para a ocorrência de uma variabilidade e qualidade de recursos naturais oferecidos pela Região em questão. Do exposto se concluiu que a renaturalização fitogeográfica (suporte básico da conservação da natureza) é a melhor estratégia para o desenvolvimento regional. Desta forma se poderá realizar o tão falado e actual desenvolvimento sustentado.

⁵² Vide Raquel Soeiro de BRITO - *Uma aldeia da montanha do Minho: o Soajo; Estudo de Geografia Humana*, Lisboa, Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, tomo XVIII, 2ª série, nº 1 e 3, 1953.

⁵³ O programa *CORINE* ao contemplar uma lista de biotopos, insere muitas destas áreas naturais. Este programa europeu desenvolve-se em Portugal no sentido de inventariar um registo de sítios de maior importância para a conservação da natureza. Cfr. MPAT-SEARN, *Relatório do Seminário do Programa Corine*, Lisboa, Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente, 1986, p. 69.

1.8. A FAUNA

Reconhece-se que, tanto para a área em estudo como para o conjunto do país, as espécies faunísticas ocorrem com carácter de fraca densidade populacional mas com evidente diversidade. Estas duas características essenciais são determinadas por um conjunto de factores marcadamente geográficos (Fig. 15). Desse conjunto de factores realçamos os seguintes:

- variabilidade geomorfológica e bioclimática do território, variáveis que propiciam zonas *fronteira* fitogeográfica e, desta forma, uma diversidade de condições para a ocorrência da fauna;

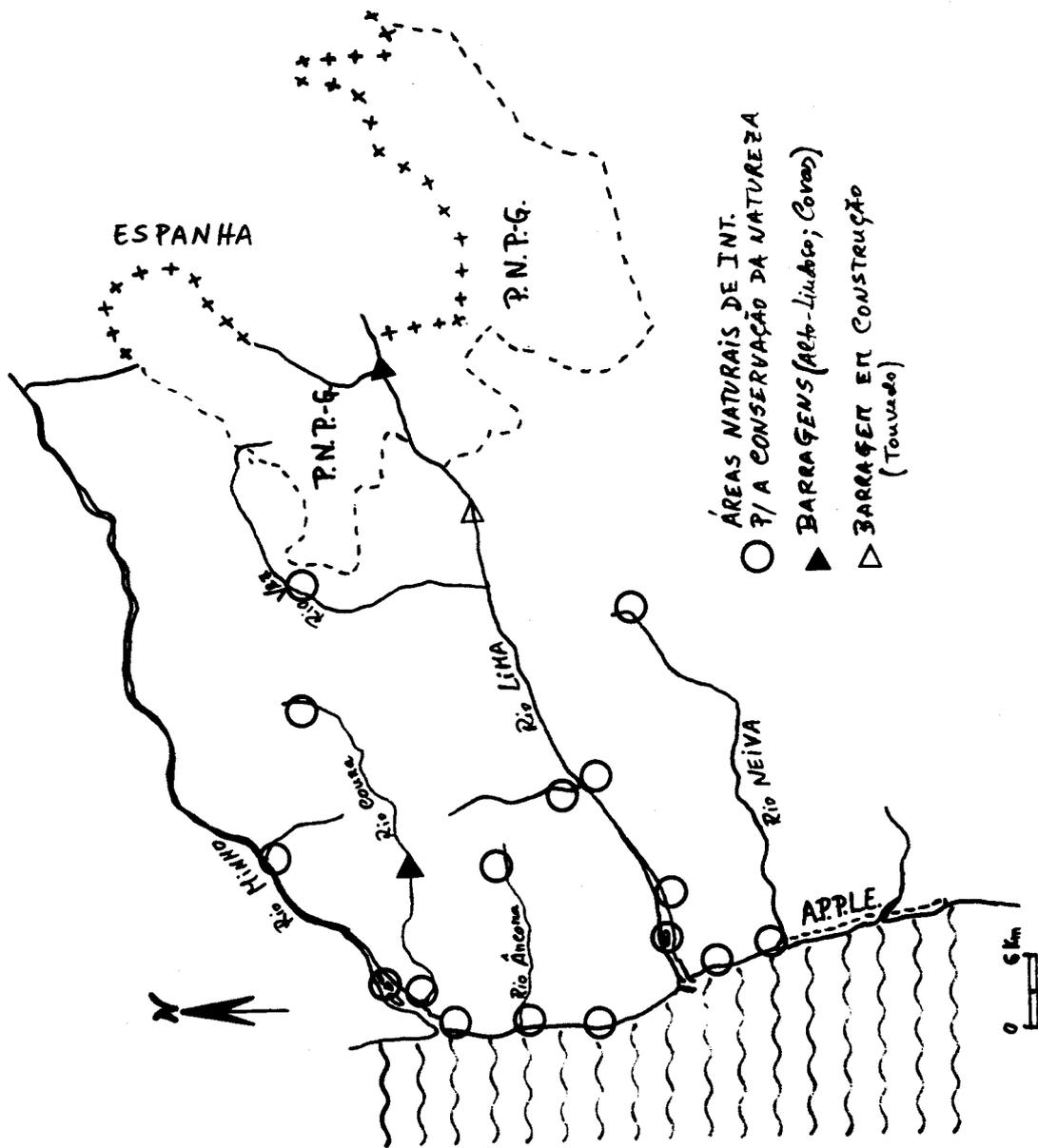
- posicionamento, em latitude, favorável à coexistência de espécies faunísticas dependentes de formações vegetais caducifólicas e de folhagem perene, provindas de ambientes diferentes, facto que resulta do encontro em território nacional dos limites, meridional e setentrional, da sua distribuição geográfica. Essa supracitada diversidade florística (por vezes endémica) interage com a fauna, porque a população faunística busca nas formações vegetais muitas das suas fontes de alimentação e abrigo; (Quadro III)

- litoralidade e aquacidade do território, factor que propicia o aparecimento de uma significativa faixa de *interface* entre o ambiente aquático e terrestre, criando assim um espaço ecológico específico, rico em diversidade biótica, e denominado por *ecotone*.

Para a área do Alto Minho, a distribuição de populações faunísticas é significativa. Tendo por base a consulta de obras relativas a esta temática, podemos afirmar que a Avifauna ocorre com relativa diversidade, já que das 188 espécies de aves com nidificação no território nacional, 64,4% têm, na área do Noroeste setentrional, nidificação identificada⁵⁴. Pormenorizando este aspecto, sabemos que regionalmente o grau de nidificação é o seguinte: 66,9% das espécies possuem *nidificação confirmada*; 15,7% apresentam *nidificação provável*; e 17,4% registam *nidificação possível*. Deste conjunto faunístico, uma grande parte das espécies de aves exigem condições de vida selvagem, facto que as coloca numa situação de risco perante as múltiplas perturbações humanas praticadas sobre os seus *habitats* naturais, quase sempre identificados com

⁵⁴ Vide CEMPA - *Atlas das Aves que nidificam em Portugal continental*, coord. Rui Rufino, Lisboa, SNPRCN, 1989, p. 18-205.

Fig. 15 - Alguns biotopos de interesse para a conservação da natureza no Alto Minho



- PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÉS
- ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA DO LITORAL DE ESPOSEMDE
- ESTUÁRIO DO MINHO
- ESTUÁRIO DO LIMA
- ZONA HÚMIDA DE S. SIMÃO - VILA FRANÇA DO LIMA
- ZONA HÚMIDA DE BERTIANDOS
- ZONA HÚMIDA DE ARAÃO - S. PEDRO DA TORRE
- SAPAL DO COURA
- SAPAL DO ÂNCORA E MATA NACIONAL DA GELFA
- MATA NACIONAL DO CATARIDO
- COSTA LITORAL DO NEIVA E FÓZ DO NEIVA
- PLATAFORMA ABRASIVA DE MONTEADOR-AREOSA
- PLANALTO DA SERRA D'ARÇA
- VALE SUPERIOR DO COURA
- VALE SUPERIOR DO NEIVA
- VEIGA DE ESTORAËS
- MARGENS DO VEZ

zonas húmidas⁵⁵. Face a esta realidade, recente legislação portuguesa foi publicada, especificamente vocacionada para a conservação das aves selvagens. Trata-se do Decreto-Lei nº 75/91, de 14 de Fevereiro, o qual «estabelece medidas de protecção das aves que vivem em território nacional»⁵⁶. Este diploma legal, no seu primeiro parágrafo, menciona que cerca de 300 espécies de aves ocorrem anualmente a Portugal. (Quadro IV)

No que diz respeito a outro conjunto faunístico - o grupo dos Anfíbios e Répteis -, a distribuição geográfica daquelas espécies comporta uma ocorrência de relevante interesse. Neste âmbito se constata que das 17 espécies de anfíbios e 26 espécies de Répteis, com ocorrência no espaço nacional, existem, respectivamente, 64,7% e 50% de espécies distribuídas na área do Alto Minho⁵⁷. Relativamente à distribuição geográfica é necessário ter em consideração que tanto os Anfíbios como os Répteis exigem diferentes condições de habitat. Terminologicamente anfíbio é correlativo de existência de zonas aquáticas. Ora nesta região o ambiente pluviométrico determina, a par com o orográfico, o carácter denso da rede fluvio-hidrográfica, facto geográfico que gera grande parte dos biotopos de ocorrência destas espécies zoológicas anfíbias. No caso dos Répteis os biotopos são mais variados, conforme se regista no quadro V. Face a determinadas particularidades de habitat exigidas por algumas destas espécies a sua vulnerabilidade é grande. Tal é a situação enfrentada pelos endemismos regionais, num total de seis, maioritariamente integrados na lista das «espécies de fauna estritamente protegidas»⁵⁸.

⁵⁵ Portugal aderiu à *Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional especialmente como "Habitat" de Aves Aquáticas*, através do Decreto-Lei nº 101/80, de 9 de Outubro.

⁵⁶ Vide Diário da República, I Série-A, nº 37, de 14-02-1991

⁵⁷ Vide Eduardo G. CRESPO e Maria E. OLIVEIRA - *Atlas da Distribuição dos Anfíbios e dos Répteis de Portugal continental*, Lisboa, SNPRON, 1989, p. 8-94.

⁵⁸ Formulação dada ao Anexo II da *Convenção de Berna (relativa à protecção da vida selvagem e do ambiente natural da Europa)*, ratificado por Portugal através do Decreto-Lei nº 95/81, de 23 de Julho e publicado no D.R., I Série, nº 167, de 23-07-81. Uma nova lista de espécies protegidas foi aprovada, conforme consta do Aviso publicado no D.R., I Série, nº 36, de 13-02-89.

2. GEOGRAFIA HUMANA

Os traços gerais da ocupação humana numa região não se reduzem unicamente aos condicionalismos impostos pela natureza, mas é, antes de mais, a expressão das capacidades técnicas e culturais usadas pelo homem para vencer determinados obstáculos naturais. A este carácter se alia o próprio comportamento humano, ao nível da cadeia trófica, manifestado por ser a única espécie que «não ocupa um *nicho* definido na hierarquia ecológica da natureza, como se evidencia pela falta de restrições nos hábitos alimentares do homem»⁵⁹.

Para a Região em estudo, o "complexo" geográfico está marcado por um conjunto de acções humanas, de entre as quais realço a que diz respeito à implantação e distribuição dos lugares habitados. A expressão deste facto humano é uma simbiose entre a diversidade de condições geográficas e a variabilidade de formas de habitar e fruir o território. A este respeito, veja-se o contraste de povoamento nos vales e plainos aluviais, com um carácter de dispersão bem vincada, constituindo as linhas de água o factor estruturante dessa realidade; nas superfícies com relevos significativos, o carácter de aglomeração é nítido, em resultado da limitação de espaço edafo-topográfico impôr, não só a forma, como a dimensão e o posicionamento dos aglomerados. Enfrentando situações adversas, o povoamento moldou o rosto natural das serras⁶⁰, harmonizando-se com as possibilidades ambientais do meio serrano, facto que é atestado na forma original de o usar, ou seja, no aparecimento das *brandas* e das *inverneiras* e respectivo *modus vivendi* a elas associado⁶¹. Em sucinta descrição deste típico regime de transumância humana, hoje em declínio acentuado devido ao progressivo envelhecimento e desertificação humana das serras, C. A. Ferreira de ALMEIDA⁶² remete-nos a sua provável origem para tempos muito recuados. Menciona, por outro lado, o papel decisivo das brandas da Peneda que, associadas aos recursos ecológicos do pequeno vale de fractura do rio da Peneda, potencializaram a criação de uma nova freguesia - a moderna freguesia de Gavieira.

⁵⁹ Cfr. HAWLEY, Amos H. - *La estructura de los sistemas sociales*, Madrid, Tecnos, 1966, p. 67.

⁶⁰ Na obra de José Augusto VIEIRA, *O Minho Pittoresco*, publicada em 1886, no Vol. I, ao descrever a paisagem (humanizada) do Soajo faz menção às suas serras, «serras que, devemos dizel-o ainda uma vez, são, nas suas encostas sobretudo, d'uma fertilidade grande e sem a aridez que tantos imaginam» (página 340).

⁶¹ MEDEIROS, Isabel, *op. cit.*, 1984, pp. 36-48.

⁶² *In Alto Minho*, Col. "Novos Guias de Portugal", 5, Lisboa, Presença, 1987, p. 139.

Mas, as questões do povoamento entroncam na dinâmica das populações humanas que, sujeitas a dois tipos de movimento – o natural e o migratório –, comandam os processos de produção e consumo dos recursos naturais, a expressão e repartição da humanização, e o próprio nível cultural de uma comunidade⁶³.

2.1. DEMOGRAFIA

Como sabemos que o Homem não se distribui uniformemente sobre o território, porque os próprios recursos também o não estão, todos os agregados humanos necessitam de ser analisados e interpretados à luz desta realidade.

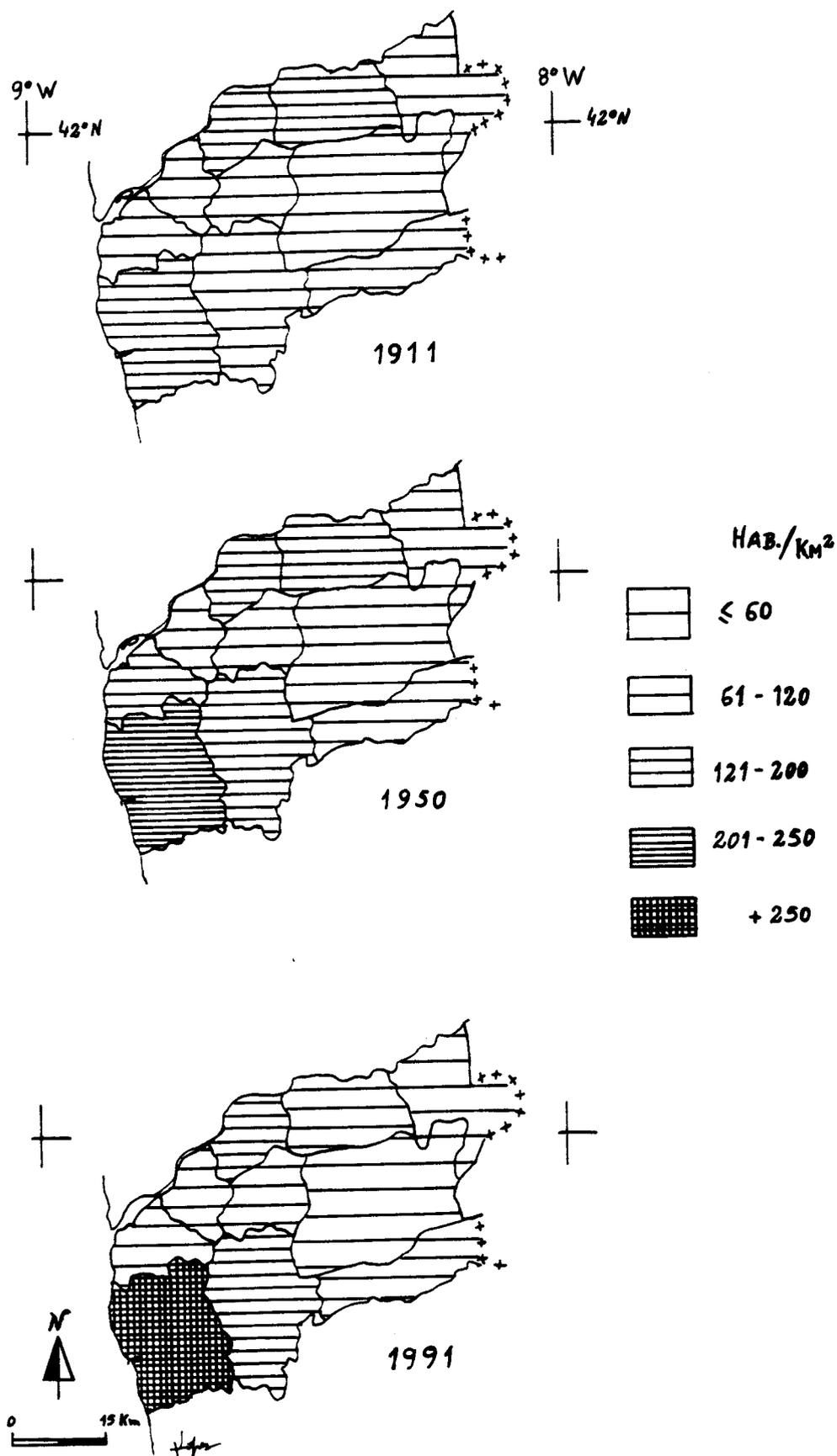
Em primeiro lugar, iremos abordar a repartição da população no Alto Minho. Tomando em consideração um indicador privilegiado, a densidade populacional⁶⁴, constatamos que são os concelhos do interior os que apresentam menor densidade populacional, casos de Melgaço (com o valor mais baixo, com 64.5 hab/km² em 1890 e com 55.4 hab/km² em 1981), Arcos de Valdevez e Ponte da Barca. Opostamente, os concelhos do litoral surgem com valores mais elevados, com especial destaque para Viana do Castelo, o qual em 1890 tinha uma densidade de 144.9 hab/km² para em 1981 passar a 235.7 hab/km², seguido, neste último ano, por Ponte de Lima, Valença e Caminha. (Quadros VI e VII)

Na nossa análise da distribuição da densidade nos concelhos do Alto Minho, optamos por cartografar os seus valores em três momentos (1911, 1950 e 1991), tendo em vista realçar descontinuidades espaciais e traçar o quadro da ocupação humana neste território. Assim, a **figura 16** ilustra de forma clara as dimensões da ocupação humana nesta região, fazendo ressaltar a dicotomia entre o litoral e o interior. Nas últimas décadas, essa dicotomia tem vindo a acentuar-se, colocando o litoral como território de forte atracção demográfica e o interior como área em despovoamento. Por outro lado, essa dicotomia é também norte sul, ou seja entre o vale do Lima e o vale do Minho. Entre 1911 e 1991, o concelho de Viana do Castelo obteve um significativo acréscimo relativamente aos restantes concelhos do distrito, derivado do dinamismo urbano regional. Função da rede urbana, só os concelhos de Valença e Ponte de Lima são de mencionar, porque mantiveram a sua posição: Valença deve essa situação ao

⁶³ Cfr. J. Manuel NAZARETH – *População, Emigração e Retorno, in Portugal Contemporâneo—problemas e perspectivas*, Lisboa, I.N.A., 1986, p. 15-23

⁶⁴ Trata-se de uma forma simples de relacionar um valor (a população absoluta) com o espaço que lhe serve de suporte. Este indicador expressa, assim, o nº de habitantes por unidade de superfície.

Fig. 16 - Densidades populacionais dos concelhos, em 1911, 1950 e 1991, no Alto Minho



papel desempenhado pela fronteira, a qual é uma das mais importantes do país em termos de entradas e saídas de pessoas e mercadorias; Ponte de Lima beneficia da proximidade e vizinhança com o maior centro urbano da região – a cidade de Viana do Castelo.

Numa visão de conjunto e em termos evolutivos, concluiu-se que este indicador cresceu mas de forma inconstante, como reflexo dos valores da população absoluta. (Fig. 17)

Estes valores diferenciados têm natural correspondência com a maior ou menor disponibilidade de condições geográficas para a acomodação humana. De acordo com o quadro geográfico já esboçado, são, portanto e fundamentalmente, os factores orográficos, altimétricos e de ambiência termo-pluviométrica que produzem esta disparidade de resultados.

No que diz respeito aos volumes demográficos, há a destacar que o quadro VII nos indica que os agrupamentos concelhios do vale do Lima (com 63.4% da superfície distrital) são os mais populosos, visto que, em 1981 comportavam 66.2% da população do distrito. Os concelhos raianos do vale do Minho são, por isso, os que possuem menor população, somente se destacando o concelho de Monção (Fig. 18). Entre 1890 e 1981, o comportamento evolutivo dos concelhos do Alto Minho foi relativamente diferenciado. Dois tipos de concelhos se configuram: casos de Monção, Melgaço, Paredes de Coura, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca que nos últimos recenseamentos registaram diminuição demográfica; os concelhos de Valença, V. N. de Cerveira, Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo comportam a partir de 1950-60 períodos intercensitários com diminuição demográfica, mas no último período (1970-81) crescimento populacional.

Mas estas considerações evolutivas entroncam noutra realidade: a mobilidade demográfica. No contexto regional, o comportamento evolutivo é explicado pelo peso do balanço migratório sobre o crescimento natural. Reconhece-se, por isso, que tanto os fluxos internos como a emigração se constituíram em factores de causa-efeito da dinâmica demográfica do Alto Minho. (Quadros VIII e IX)

Sobre o movimento natural, os dados quantitativos retratam uma evolução global no sentido de uma diminuição no decurso deste século, atestada pelos valores da taxa de natalidade e mortalidade. Em 1859, a taxa de natalidade tinha o valor de 27.9

Fig. 17 - Evolução da população residente do distrito de Viana do Castelo entre 1940 e 1991

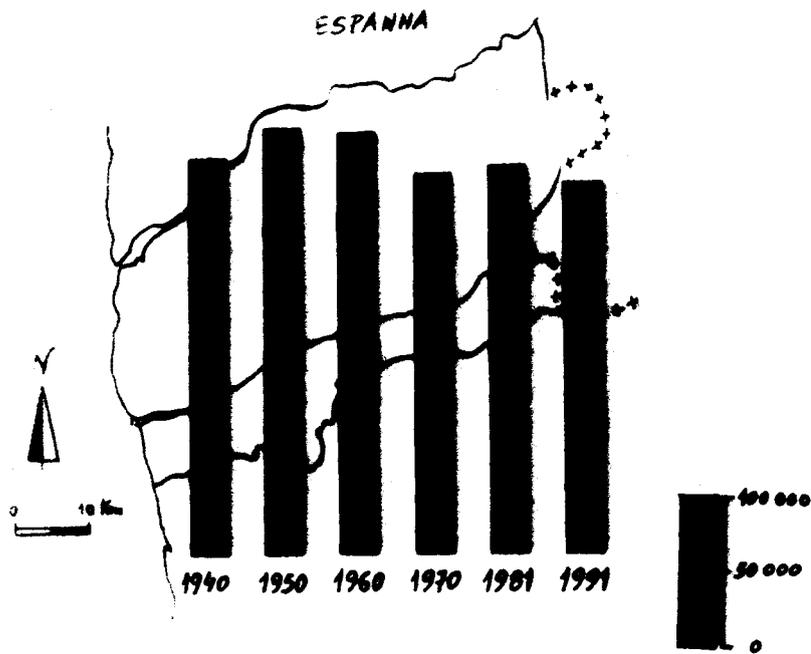
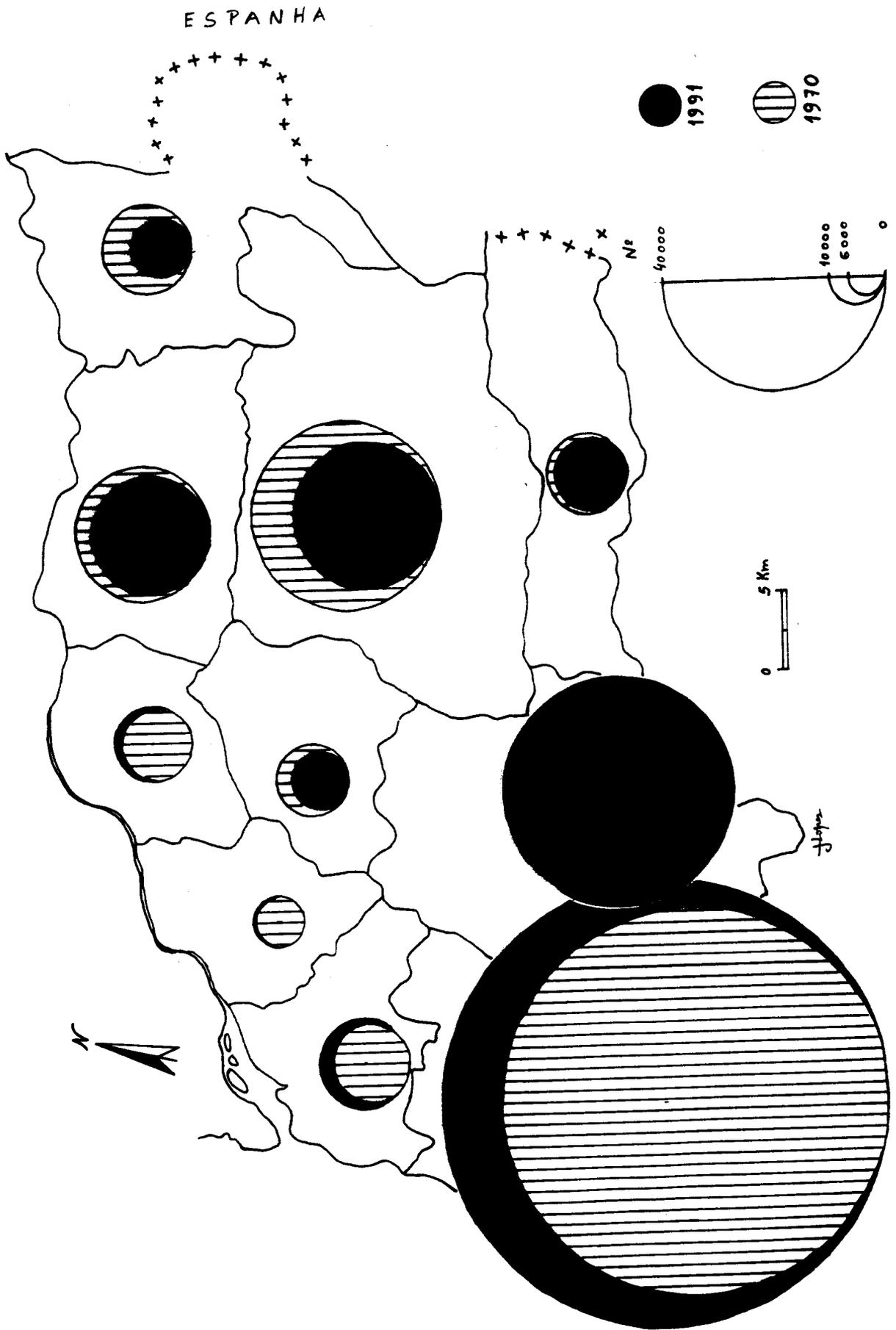


Fig. 18 - Evolução da população residente nos concelhos do Alto Minho entre 1970-1991



por mil e a taxa de mortalidade de 18.5 por mil⁶⁵. Mas, no início deste século, o comportamento da mortalidade foi de um significativo decréscimo para no decurso de um século (1960) se situar em 11.4 por mil, enquanto a natalidade só muito ligeiramente baixou registando-se, em 1960, 24.0 por mil. Neste período, o saldo natural, resultante do diferencial entre estas taxas, cresceu, o que explica, em grande medida, o salto quantitativo da população regional nas décadas até sessenta. Mas, a partir da década de setenta, o comportamento da natalidade e da mortalidade entra num novo ciclo. Tendo por base a figura 19, podemos registar que a natalidade decresce em todos os concelhos e a mortalidade em geral apresenta um ligeiro aumento. No entanto, o facto mais significativo é, em 1989, a diferença entre a natalidade e a mortalidade determinarem um valor diferencial muito fraco. Isto leva a configurar dois tipos de concelhos: os que têm crescimento natural, enquanto outros não, porque registam uma mortalidade que é superior à natalidade, casos de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira. (Quadros X e XI)

Contudo, na década de sessenta, ocorre o fenómeno emigratório provocador de uma autêntica *sangria demográfica*. A nível regional regista-se entre 1960-69 valores de emigrantes superiores ao saldo natural⁶⁶. Na década seguinte, e no período de 1970-81, os valores da emigração decresceram significativamente (fundamentalmente causadas pelas restrições impostas pelos países receptores, em consequência não só de crises económicas mas também de constrangimentos político-sociais), apresentando agora o saldo natural valores superiores ao saldo migratório, respectivamente, 21 561 e 15 257⁶⁷.

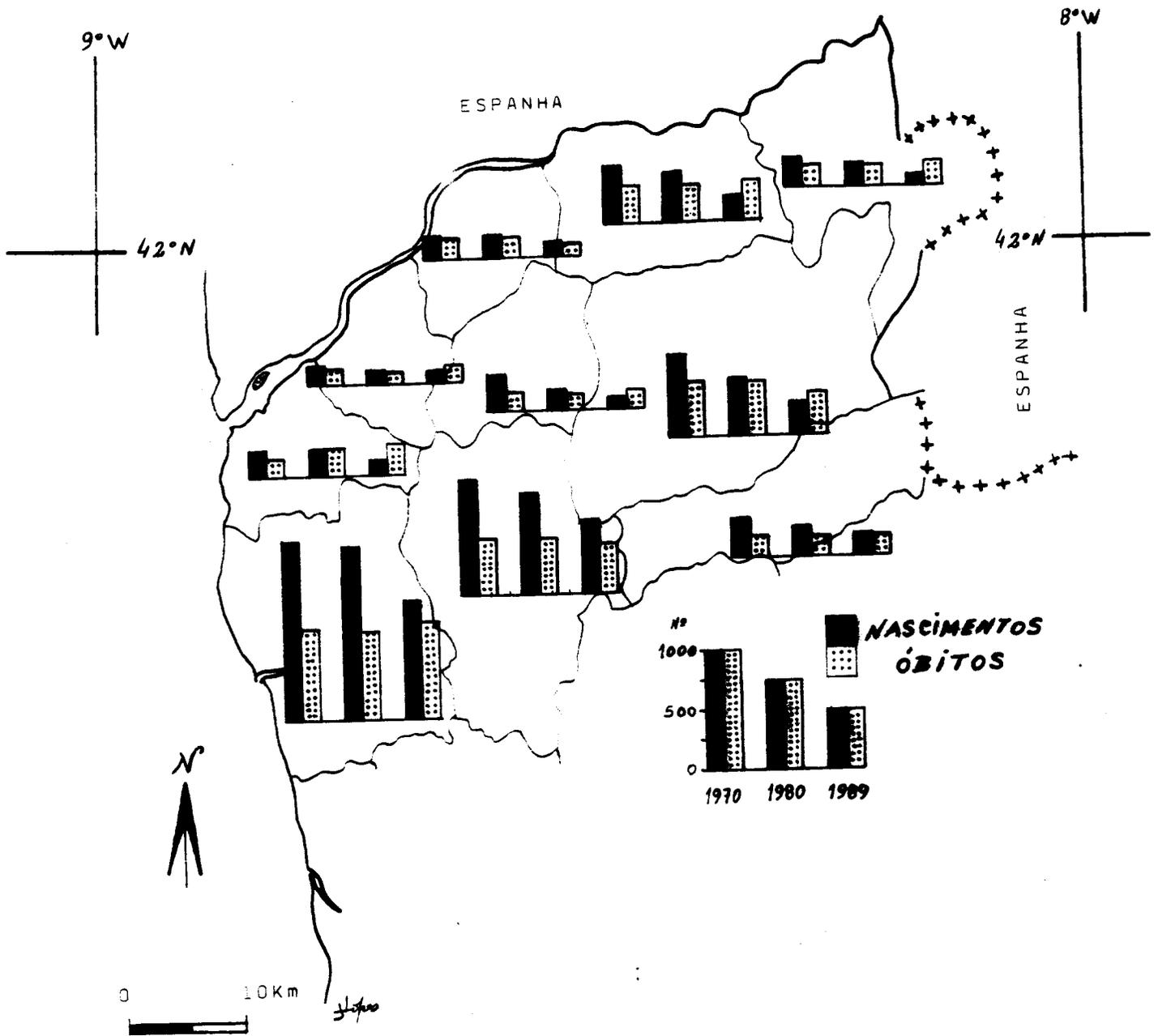
Fundamentalmente é a emigração que determina no único concelho urbano (Viana do Castelo) o facto de ter existido um período intercensitário com perda demográfica, ou seja, desde 1890 até 1981 houve acréscimos de população excepto na década de 1960-70. Passando a uma análise concelhia, entre 1970-81, os dados mostram-nos que o saldo migratório é negativo com excepção dos concelhos de Viana

⁶⁵ Em 1859 mencionam-se 5 386 nados-vivos e 3 574 óbitos na população do distrito de V. do Castelo que comportava 192 990 indivíduos. Em 1860 registam-se 5 006 nascimentos e 3 471 óbitos para uma população que era de 194 577 indivíduos. Cfr. Eusébio Candido C.P. Furtado COELHO - *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p. 319.

⁶⁶ O total de emigrantes foi de 36 432, enquanto o saldo natural foi de 26 741, conforme dados do INE.

⁶⁷ Cfr. dados do INE e contidos no trabalho *Estudo Base de Ordenamento Agrário e Socio-Económico do Alto Minho*, Porto, Gabinete de Planeamento Agrário Regional da DRAEDM, 1987.

Fig. 19 - Evolução dos nascimentos e óbitos nos concelhos do Alto Minho entre 1970-1989



do Castelo e V. N. de Cerveira (Fig. 20). Ora isto significa que todos os concelhos do interior se comportam como repulsivos. As conclusões a extrair são um interior que se desertifica em termos humanos e uma faixa litoral que progressivamente se densifica em população. (Quadro XII)

As figuras 21 e 22 ilustram a realidade actual das taxas de natalidade e mortalidade, bem como da emigração. O facto a realçar é, a partir de 1988, a dinâmica demográfica ter sido alterada, isto é, a valor da mortalidade passar a ser superior à natalidade, realidade que é explicada, em grande medida, pela estrutura etária regional, à qual nos iremos aludir mais à frente. Esta situação é já apresentada em 1986 numa publicação⁶⁸, facto que não podemos comprovar com base nos dados publicados pelo INE⁶⁹. Relativamente ao fenómeno emigratório concluiu-se que ele tem vindo a perder peso no contexto regional, na medida em que entre 1985-88 foi de cerca de 738 indivíduos.

No contexto actual, tudo leva a crer que esta dinâmica se manterá, a qual será comprovada nos resultados do último censo (1991). Ora os dados (preliminares) apurados do Censo 91⁷⁰, recentemente conhecidos, apontam para uma perda demográfica dos concelhos do interior, concretamente, entre 1981-91 as variações percentuais são as seguintes: município de Melgaço menos 21,0% (perdeu 2 811 indivíduos); município de Arcos de Valdevez menos 16,0% (perdeu 4 978 indivíduos); município de Monção menos 13,3% (perdeu 3 213 indivíduos); município de Paredes de Coura menos 9,5% (perdeu 1 070 indivíduos); município de Ponte da Barca menos 4,0% (perdeu 561 indivíduos); município de Ponte de Lima menos 3,3% (perdeu 1 411 indivíduos); por último, o município litoral de Caminha Barca menos 0,3% (perdeu 51 indivíduos). A figura 18 ilustra essa realidade desde a fase emigratória mais significativa, ou seja, a partir de 1970. Mais uma vez é o litoral, e particularmente o concelho urbano de Viana do Castelo, que demograficamente cresce.

⁶⁸ Cfr. *A Região Norte em Números*, Porto, CCRN, 1988. Aí a taxa de natalidade é calculada em 11.4 por mil e a taxa de mortalidade em 11.7 por mil.

⁶⁹ A figura elaborada baseia-se nos dados inscritos nas *Estatísticas Demográficas*, publicadas pelo INE.

⁷⁰ Vide INE, *Resultados Preliminares Relativos a Freguesias Recolhidas*, R.G.P.H., 1991.

Fig. 20 - Variação do saldo fisiológico e do saldo migratório nos concelhos do Alto Minho entre 1970-51

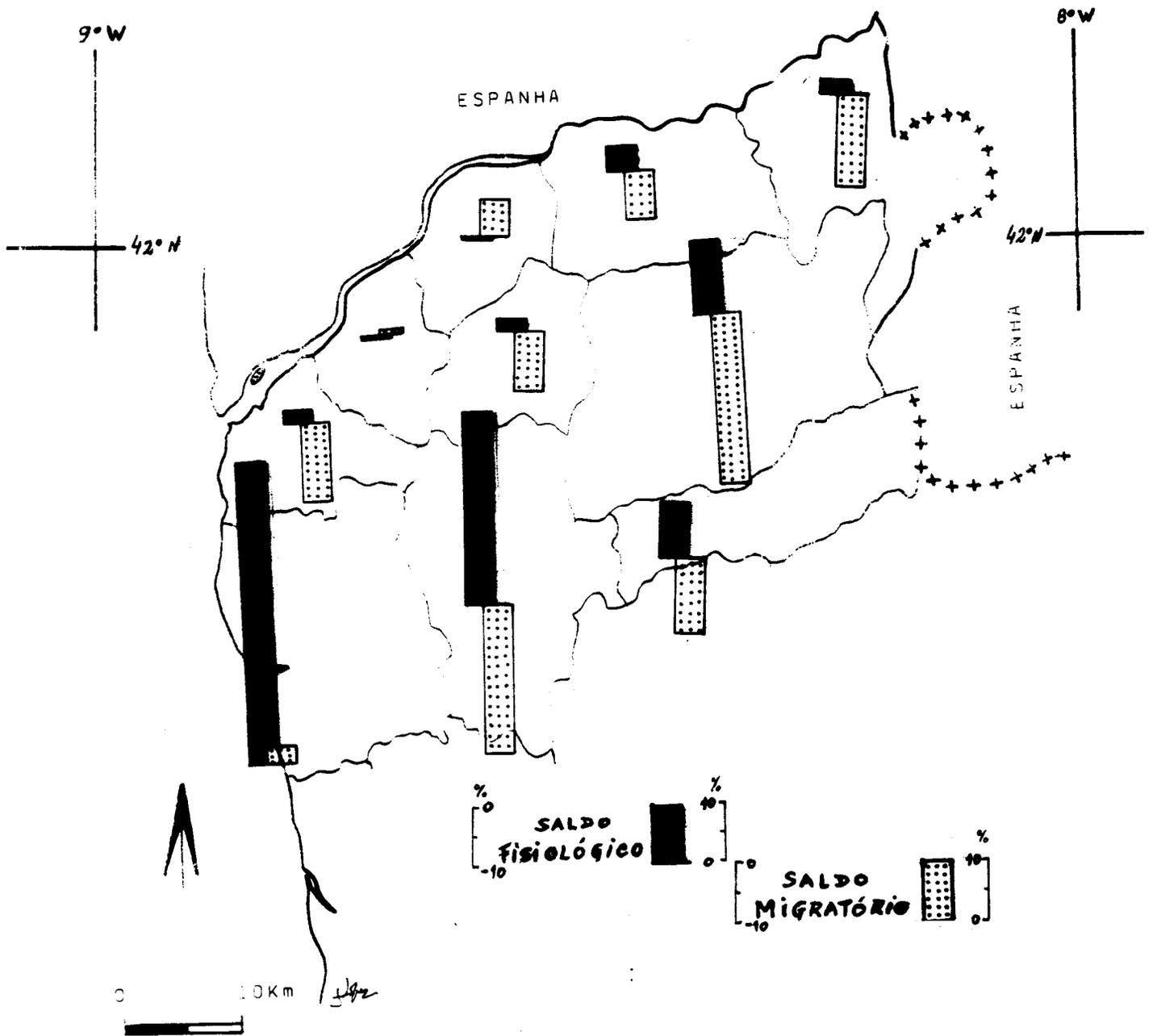


Fig. 21 - Evolução recente das taxas de natalidade e de mortalidade no distrito de V. do Castelo entre 1984-89

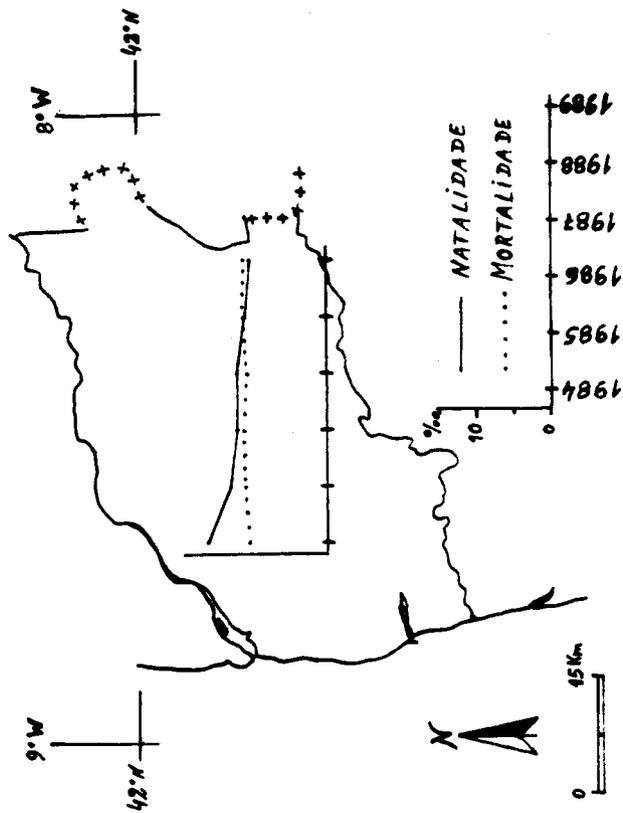
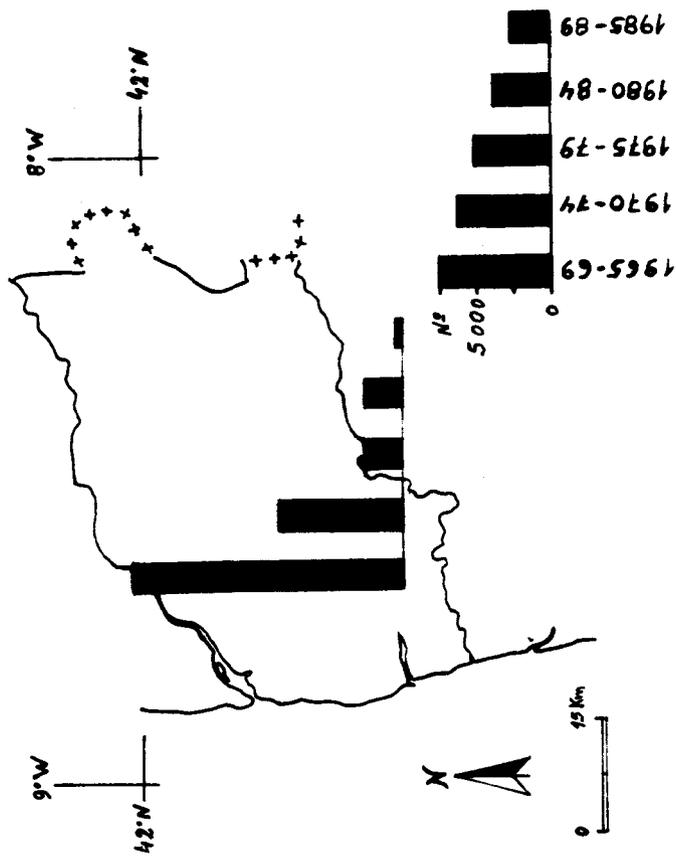


Fig. 22 - Emigrantes no distrito de Viana do Castelo entre 1960-89



A nível nacional é já referenciado que se prevê um generalizado abaixamento do ritmo de crescimento natural e de crescimento total⁷¹. Ora em termos regionais evidencia-se que as variáveis descritas enformam de uma dinâmica semelhante.

No que diz respeito à estrutura etária regional, sabemos que ela tem vindo a modificar-se no sentido do envelhecimento demográfico. Regionalmente o impacto da emigração tem reflexos muito directos a curto e médio prazo, respectivamente, alterações na composição etária e profissional e modificação da dinâmica natural da população. Sobre o envelhecimento devemos diferenciar dois tipos: o envelhecimento na base (diminuição da importância dos jovens) e envelhecimento no topo (aumento da importância dos idosos). Na década de setenta esboça-se para as várias regiões do país vários tipos de envelhecimento demográfico, colocando-se o *distrito de Viana do Castelo no grupo do envelhecido no topo*⁷².

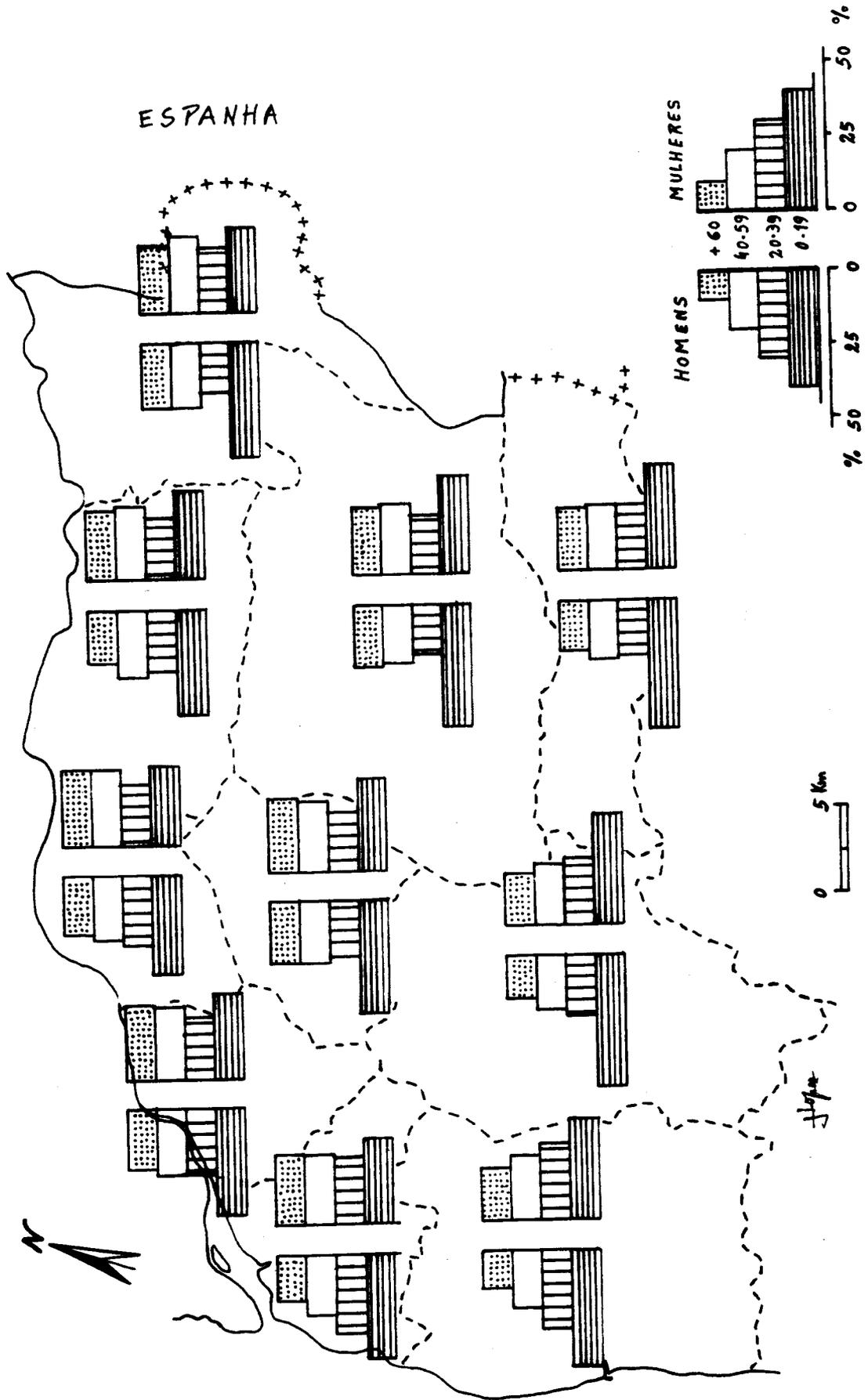
Tomando como referência e comparação os dados demográficos de 1960, verificamos que o grupo dos 0-14 anos correspondia a 32.1% e o grupo dos acima de 65 anos a 9.5% da população. Passados vinte anos, isto é, em 1981 essa relação passou, respectivamente para 27.0% e 14.0%⁷³. Quer isto dizer que na década de oitenta nos surge já indícios de envelhecimento na base, traduzido pelo decréscimo do grupo mais jovem. Integrando este dado com o comportamento do saldo natural, é de crer que os dados do censo 91 venham a reforçar este indício (Quadros XIII a XXV). Passando a uma análise da estrutura etária mais particular, a nível concelhio, optamos por cartografar quatro conjuntos de grupos etários (0-19; 20-39; 40-59; e +65) em 1981, no sentido de dar maior consistência à nossa análise (Fig. 23). Assim, constatamos o nítido retraimento do grupo dos 20-39 anos nos concelhos do interior; a maior expansão do grupo dos mais de 65 anos nos concelhos do interior relativamente ao concelho urbano. A figura 22 permite-nos também inferir a composição por sexos entre estes grupos etários. O que se infere é a predominância da população masculina sobre a população feminina nos 0-19 anos, facto que se inverte de forma bastante significativa no grupo etário seguinte (20-34 anos), situação que é acentuada devido ao movimento

⁷¹ Vide J. Manuel NAZARETH - *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*, col. "Portugal, os próximos 20 anos", III vol., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1988, p. 185-193.

⁷² Cfr. J. Manuel NAZARETH - *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar; Subsídios para uma política de defesa da vida em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1982, p.188-189.

⁷³ Segundo dados contidos in *A Região Norte em Números*, CCRN, 1988.

Fig. 23 - Estrutura etária da população residente nos concelhos do Alto Minho em 1981



migratório ser mais intenso neste grupo de idades e afectar maioritariamente os homens. Nos concelhos do litoral isto não é tão evidente, particularmente no concelho urbano de Viana do Castelo e mesmo no de Ponte de Lima.

2.2. ACTIVIDADES ECONOMICAS

No que respeita à estrutura da população activa, ela é um instrumento fundamental para nos retratar o dinamismo operado nas actividades económicas regionais, no grau de desenvolvimento económico, nas transformações qualitativas do uso do solo e até na dimensão do povoamento do território.

A nossa abordagem terá de ser necessariamente sectorial de forma a podermos caracterizar as relações funcionais e formais que se estabelecem entre o homem e o seu próprio território. A economia assenta, em última análise, nas formas de exploração, transformação, consumo e fruição dos recursos territoriais de uma região. A nível nacional operou-se na década de sessenta importantes alterações na estrutura da economia portuguesa e mesmo a nível da organização espacial, com o acentuar das assimetrias regionais. Se na década de sessenta o sector primário ainda prevalecia, hoje o perfil das empresas portuguesas marca as transformações operadas na estrutura económica do país. Esse perfil é dado por três variáveis (número de empresas, volume de emprego e volume de negócios) das empresas portuguesas: das 855 851 empresas nacionais registadas em Dezembro de 1989 é o grupo das actividades de *Comércio por grosso e a retalho, Restaurantes e Hóteis* (CAE 6) que possui o maior número de empresas (mais de 40%) e um maior volume de negócios (abaixo dos 40%); o grupo de actividades das *Indústrias Transformadoras* (CAE 3) somente se destaca quanto ao volume de emprego (à volta dos 42%)⁷⁴.

O Alto Minho apresenta constrangimentos territoriais face aos processos de desenvolvimento até aqui adoptados. Um deles é o seu posicionamento periférico relativamente aos grandes centros de decisão política e económica do país. A isto se alia a sua dimensão territorial e demográfica, a relativa diversidade dos seus recursos naturais, a reduzida capacidade de criação de riqueza (ou seja empregos, o que motiva a migração), e, por último, a fraqueza das suas ligações com o exterior.

⁷⁴ Cfr. Suplemento do Jornal *O Público*, nº 689, de 23-01-92.

Deste modo, esta região não teve um forte desenvolvimento industrial e urbano, mas antes uma lenta e progressiva diminuição do seu sector primário, fundamentalmente desde 1950 e à custa da emigração (Quadro XXVI). A figura 24 mostra-nos essa evolução para o conjunto do distrito.

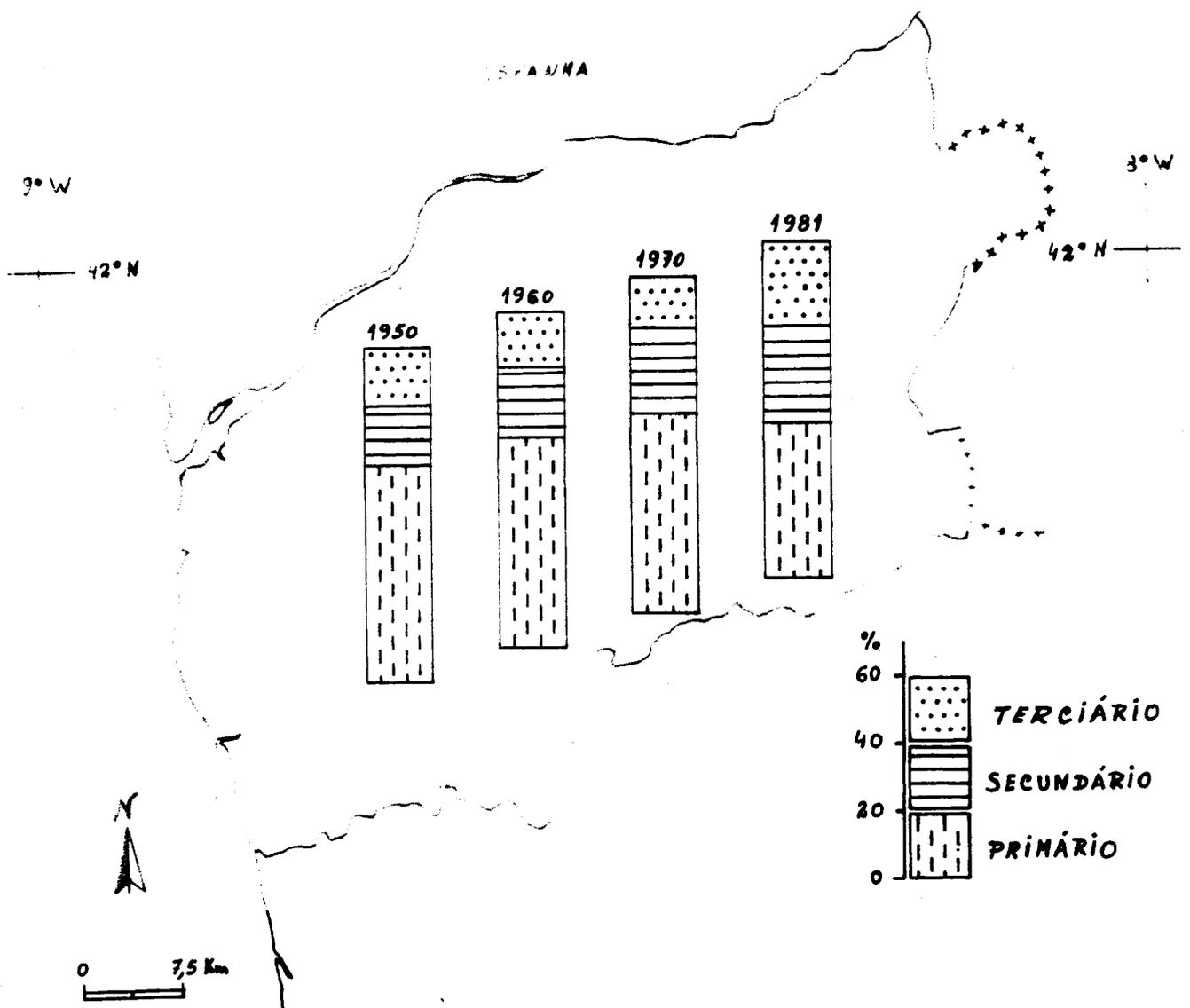
O sector primário passou de 65.6% da população activa em 1950 para 46.7% em 1981. Isto denota uma transformação significativa nas estruturas de produção regional, que pode ser comprovada pela evolução do emprego entre 1970-81. É a actividade agrícola, pesca, e silvicultura, a única que decresceu (menos 27.6%), enquanto a industria extractiva apresentou uma variação positiva denotando a importância económica assumida pelas explorações de pedreiras (granitos e outros minerais). De acordo com os dados mais actuais, as 50 pedreiras com actividades de extracção de minerais não metálicos e rochas industriais no distrito, atingiu o quantitativo de 740 507 toneladas, com um valor (na pedra) de 748 529 contos. Decompondo estes valores constatamos o seguinte: que 93.2% da produção corresponde à exploração de granitos, 5.3% à exploração de caulino, e somente 1.5% a granito ornamental; relativamente ao valor monetário da produção esta realidade tem outro significado, na medida em que é o caulino o recurso mais valioso, correspondendo a 41.8% do valor total, enquanto o granito não ornamental somente corresponde a 28.4%, e o ornamental a 21.5%⁷⁵. A extracção da argila para barro vermelho apresenta valores muito fracos.

Na verdade podemos dizer que o emprego agrícola entrou em crise, face à concorrência postas por outras ocupações económicas. A isto devemos acrescentar as sérias limitações de espaço agrícola, visto que este território comporta uma capacidade de uso do solo agrícola da ordem dos 13.2%; de uso não agrícola de 78%; e os restantes de uso agrícola condicionado (Quadros XXVII e XXVIII). Por outro lado, calcula-se que essa superfície agrícola potencializa 52.4% do PAB vegetal e uma grande parte dos 28.5% do PAB animal, enquanto o PAB florestal é somente da ordem dos 19.1%⁷⁶. Contudo esta realidade é muito díspar nos concelhos do Alto Minho. De facto os concelhos do interior por razões de natureza física possuem uma área florestal e de incultos acima dos 75% da sua superfície, o que condiciona o crescimento de horizontes

⁷⁵ Cfr. I.N.E., *Estatísticas Industriais*, 1988.

⁷⁶ Estes dados relativos referem-se ao valor monetário total calculado para o Produto Agrícola Bruto (PAB), entre 1979/81, conformese indica na publicação da CCRN, *A Região do Norte em Números*, 1988.

Fig. 24 - Evolução dos sectores de actividade económica no distrito de Viana do Castelo



diversificados de desenvolvimento económico. Ora isto não se passa com os concelhos do litoral, onde as perspectivas de criação de riqueza e de empregos é potencialmente mais diversificada e com melhores aptidões para tal (Quadro XXIX). Daí que seja conveniente atender à escala de análise dos problemas e das realidades regionais no quadro da formulação e implementação de políticas, programas e planos de desenvolvimento regional.

No que concerne aos efectivos pecuários, o último recenseamento agrícola contém a repartição da componente agro-pecuária da região, permitindo constatar que o gado miúdo (conjunto dos ovinos e dos caprinos) é maioritário, com 40.8% do total dos efectivos, seguido dos bovinos com 35.8% e, finalmente os suínos com 23.4%⁷⁷. Esta realidade deve ser interpretada com base nas componentes geográficas do território em análise, demonstrando a adequação entre essas realidades naturais e as formas de exploração dos recursos faunísticos, de que a pecuária é um deles.

No que diz respeito à silvicultura a repartição das espécies florestais actuais (Quadro XXX), denota-se a importância das espécies resinosas (com 85.7% do total da área florestal), apresentando as espécies exóticas (caso do eucalipto) uma ligeira tendência de acréscimo em termos de área, com cerca de 6% da superfície florestal⁷⁸, valor que é superior, por exemplo, à área de carvalhal (folhosa indígena), calculada em 4.7% no inventário florestal de 1984. Mais recentemente, em 1989, constata-se que entre 1984-89 o acréscimo da área de eucalipto foi de cerca de 286%⁷⁹. O pinheiro e o eucalipto são os dois recursos florestais consumidos pela indústria de produção de pasta de papel, com uma unidade instalada em Viana (da Portucel), a qual iniciou a sua laboração em Janeiro de 1974 e, no final desse ano, produzido 53 347 ton.⁸⁰.

As tradições industriais desta região remontam à Idade Média. As actividades mais significativas diziam respeito à tecelagem e à construção naval. No final do século passado esta realidade ainda subsistia, porque se afirmava que a quase

⁷⁷ Valores calculados a partir dos dados contidos na publicação *Alguns Elementos Socio-Económicos do Continente; uma perspectiva regional*, M.A.I., 1985.

⁷⁸ Este valor inclui o eucalipto e outras folhosas (entendidas como não indígenas).

⁷⁹ Em publicação da MA-DGF, reportada a 1984, *op. cit.*, a área florestal de eucalipto era de 648 ha e em MAPA-DGF, *Distribuição da Floresta em Portugal continental; áreas florestais por distritos (informação disponível)*, Estudos e Informação nº 299, Lisboa, Divisão de Inventário Florestal, 1989, a área de eucalipto é de 2 500 ha.

⁸⁰ Cfr. publicação da PORTUCEL, Centro Frabril de Viana, Maio de 1988.

totalidade da população feminina do distrito tinha como ocupação a *fabricação de rendas*⁸¹, e se reconhecia que nesta região «a indústria fabril poucos exemplares depara ao visitante»⁸². As fábricas indicadas pelo Inquérito Industrial de 1881 são uma de destilaria e moagem e outra de curtumes (para sola), respectivamente, nos concelhos de Viana e Valença.

Daí que o perfil industrial desta região ainda evidencie, neste século, esse peso histórico, mas de uma forma muito diluída face à fraca intensidade da industrialização e à relativa diversificação operada no Alto Minho. Vejam-se, por exemplo, os tipos de indústria dominante nos concelhos do distrito de Viana do Castelo, em 1971, segundo o estudo de FERRÃO (1987)⁸³, o qual identifica três tipos em três áreas: construção naval no concelho de Viana; indústria da borracha no concelho de Valença e para os restantes concelhos a indústria alimentar e de madeiras.

Regionalmente o sector secundário obteve uma evolução algo inconstante, facto que deverá ser antes de mais o resultado da diferença de critérios adoptados entre recenseamentos. A realidade conhecida induz-nos a evidenciar um salto qualitativo operado neste sector, entre 1970-81, atestado no crescimento do emprego na indústria transformadora (mais 38.8%), na construção civil e obras públicas (72.1%), mas também nas actividades do sector energético(Quadro XXVII). Uma análise por concelhos mostra-nos as disparidades espaciais deste sector: é o concelho de Viana o mais industrializado, com 45.4% de população activa no secundário; e os concelhos de Paredes de Coura e Arcos de Valdevez, respectivamente com 14.6% e 14.5% de activos no secundário. Este crescimento industrial têm também na década de oitenta uma dimensão espacial, concretamente no que se refere ao concelho de Viana do Castelo, visto que, é na área deste município que se localiza uma *Zona Industrial*⁸⁴, implementada em duas fases, que actualmente se encontra concluída e a receber a construção de novas unidades industriais.

⁸¹ Cfr. *Inquérito Industrial de 1881, Visita às Fábricas*, Liv. Terceiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 266.

⁸² *Idem, Ibidem*, p. 255.

⁸³ João FERRÃO in *Indústria e Valorização do Capital: uma análise geográfica*, Memórias do C.E.G., 11, Lisboa, C.E.G., 1987, p. 137-139.

⁸⁴ Criada ao abrigo do Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de Novembro, que define os princípios e normas fundamentais sobre a política de solos.

Mas, ao consultarmos outras fontes estatísticas, reconhece-se que o volume do emprego na indústria transformadora tem decrescido, como se pode verificar, entre 1977-1988, pelos dados contidos no quadro XXXI. Isto parece significar que nestas indústrias ocorrem processos de modernização tecnológica a nível dos sistemas de produção, o que inviabiliza a incorporação de grande número de mão-de-obra. De facto esta consideração é confirmada na análise dos dados do emprego existentes nas unidades empresariais do Alto Minho e apresentadas no quadro XXXII. Nas empresas mais importantes verificou-se redução no número do emprego, bem como nalgumas empresas de média dimensão que pela sua natureza laboram com diminuto número de trabalhadores.

Relativamente ao sector energético, a região é rica em recursos hídricos, o que motivou na década de vinte a instalação de uma barragem no vale superior do Lima (em Lindoso) e na década de setenta uma outra na zona média do rio Coura (em Covas), para a produção de energia hidroeléctrica. Actualmente está concluída uma nova barragem - a do Alto Lindoso -, que corresponde à segunda geração de barragens e, por isso, a inicial ficará submersa por esta. As recentes estatísticas industriais (Quadro XXXI) indicam três centrais de produção energética, das quais uma é particular (central térmica), instalada na unidade da Portucel, a qual lhe fornece a energia de que necessita. De acordo com os dados da produção e do consumo a posição regional é, em termos energéticos, não deficitário. Face aos recursos hídricos a região exporta energia para a rede nacional, situação que a muito breve prazo terá uma maior participação, pelo facto aludido anteriormente.

Uma análise mais fina das estatísticas, leva-nos a registar que o peso do emprego e do Valor Bruto da Produção (VBP) das indústrias de produtos metálicos, máquinas e equipamentos de transporte se deve fundamentalmente a uma empresa, no caso os Estaleiros Navais; que as indústrias têxteis têm uma relativa importância regional; que as indústrias alimentares e de bebidas são um sector muito dinâmico; e que as indústrias de papel e artes gráficas são significativas em termos de evolução do VBP, facto que é o resultado da existência de uma unidade fabril de produção de pasta de papel nesta região, a Portucel (Centro fabril de Viana), virada para o mercado externo.

No âmbito do sector terciário, os dinamismos registados foram muito significativos, particularmente no período de 1970-81. Neste período assiste-se a uma vaga de consumismo de bens e serviços que percorre todo o país, em resultado das alterações estruturais da economia e da sociedade portuguesa⁸⁵. A isto se alia os benefícios financeiros da emigração e do turismo. De facto os portugueses usufruem a partir de meados da década de setenta de um maior poder de compra e de nível de vida, determinando a terciarização de significativos espaços urbanos e residenciais, particularmente nos aglomerados mais dinâmicos do litoral do país. Para a região do Alto Minho, essa terciarização operou-se em quase todas os núcleos urbanos dos seus concelhos. (Quadro XXXIII)

Entre 1970-81, a variação do emprego registado nas actividades terciárias cresceu e foi particularmente sentido nos serviços ligados à actividade económica (com 100.2% de aumento), nos serviços prestados à comunidade (63.9%), no comércio e hotelaria (com 45.5%) e, finalmente nos transportes e comunicações (Quadro XXVII). Os dados concelhios reflectem, em última análise, a importância de funções da rede urbana regional, facto que propicia aos concelhos do litoral um sector terciário acima dos 30% de população activa terciária, enquanto os mais interiores rondam os 15-17% de activos terciários. (Fig. 25)

2.3. AS CLASSES SOCIAIS

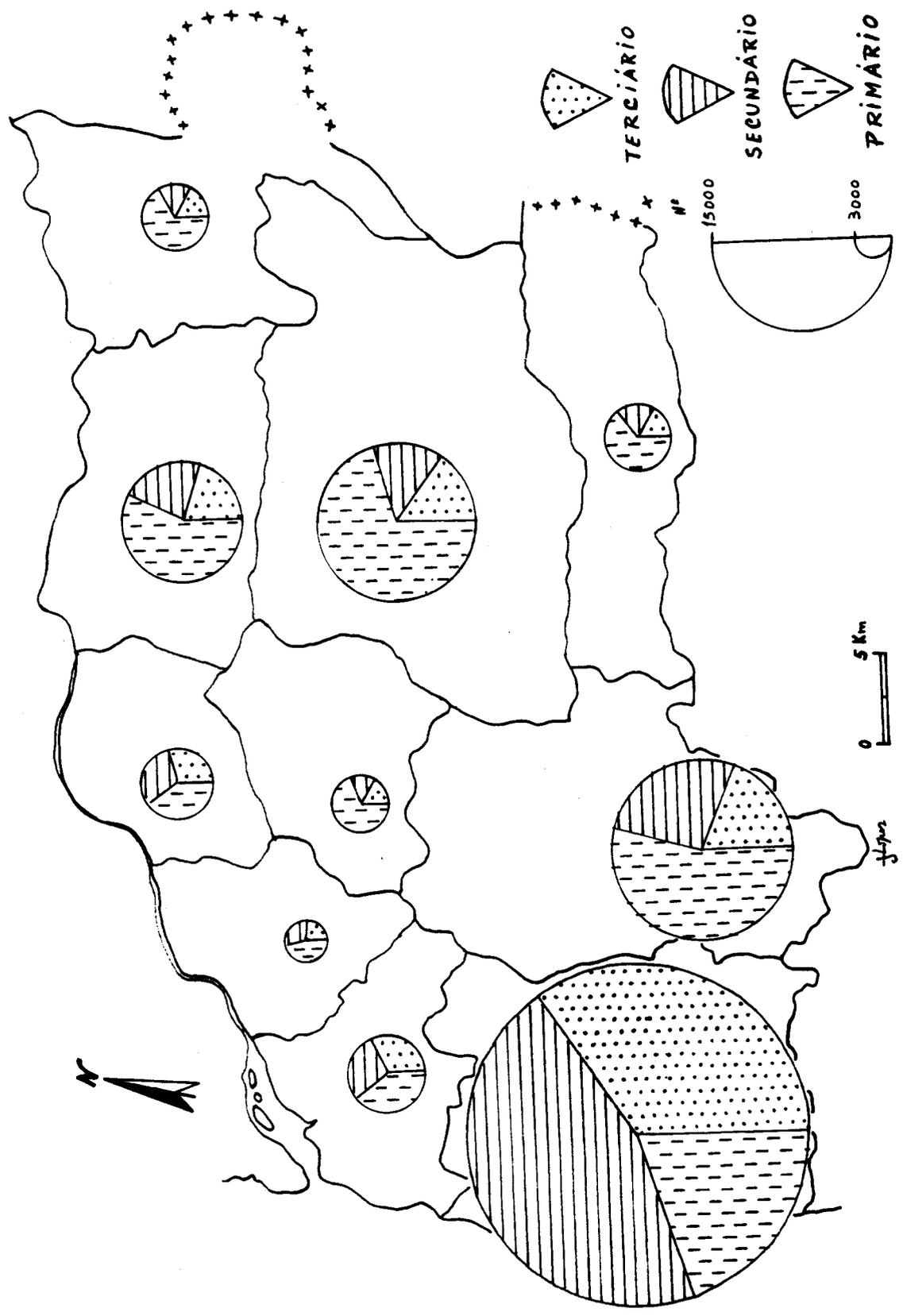
A informação consultada sobre este assunto, reporta-se à década de setenta (1970-81), período de consideráveis mudanças de comportamento social e económico no país.

Nas oito classes sociais definidas no estudo de GASPAR (1985) a variação registada entre 1970-81 foi muito dispar. Acompanhando, na globalidade, a evolução da população activa portuguesa, quatro delas perderam importância, casos do Proletariado rural, do Campesinato, dos N/Remunerados economicamente e da Pequena Burguesia tradicional (Quadro XXXIV). Para o Alto Minho, essa variação registou-se,

⁸⁵ O actual perfil da economia portuguesa reflecte isto mesmo. Veja-se as variáveis do número de empresas e do volume de negócios das empresas portuguesas: é o grupo do Comércio por grosso e a retalho, Restaurantes e Hóteis (CAE 6) que apresenta maior número de empresas e volume de negócios.

Cfr. Suplemento do Jornal *O Público*, nº 689, de 23 de Janeiro de 1992

Fig. 25 - População activa, por sectores de actividade, nos concelhos do Alto Minho



por ordem decrescente, no Campesinato (menos 7.9%), no Proletariado rural (menos 5.7%) e finalmente nos N/Remunerados economicamente (menos 5.2%). O grupo social que mais cresceu foi o Proletariado industrial⁸⁶.

2.4. REDE URBANA

Sobre este assunto, iremos somente nos restringir à análise evolutiva da população nas freguesias que formam os aglomerados-sedes de concelho no Alto Minho. Ao terem este estatuto, estes aglomerados possuem serviços e funções de cariz urbano, tanto mais numerosos e diversificados quanto maior for o número dos seus habitantes⁸⁷. De facto, é a procura das unidades de prestação de bens e serviços que justifica a instalação e a rentabilização de centros de serviços, procura essa consubstanciada numa clientela potencial, que fundamentalmente emerge a partir de um quantitativo populacional significativo e da dimensão socio-administrativa da localidade⁸⁸.

A figura 26 permite-nos demarcar uma faixa mais urbanizada não só em termos demográficos (Quadro XXXV), mas também no facto recente da passagem à categoria de *Vila* (estatuto político-administrativo intermédio de uma localidade) de três sedes de freguesia. Essa faixa, nitidamente litoral, estende-se desde o vale inferior do Neiva até Valença, onde nesta última localidade a fronteira potencializou um crescimento explosivo da sua população e do comércio a retalho na última década.

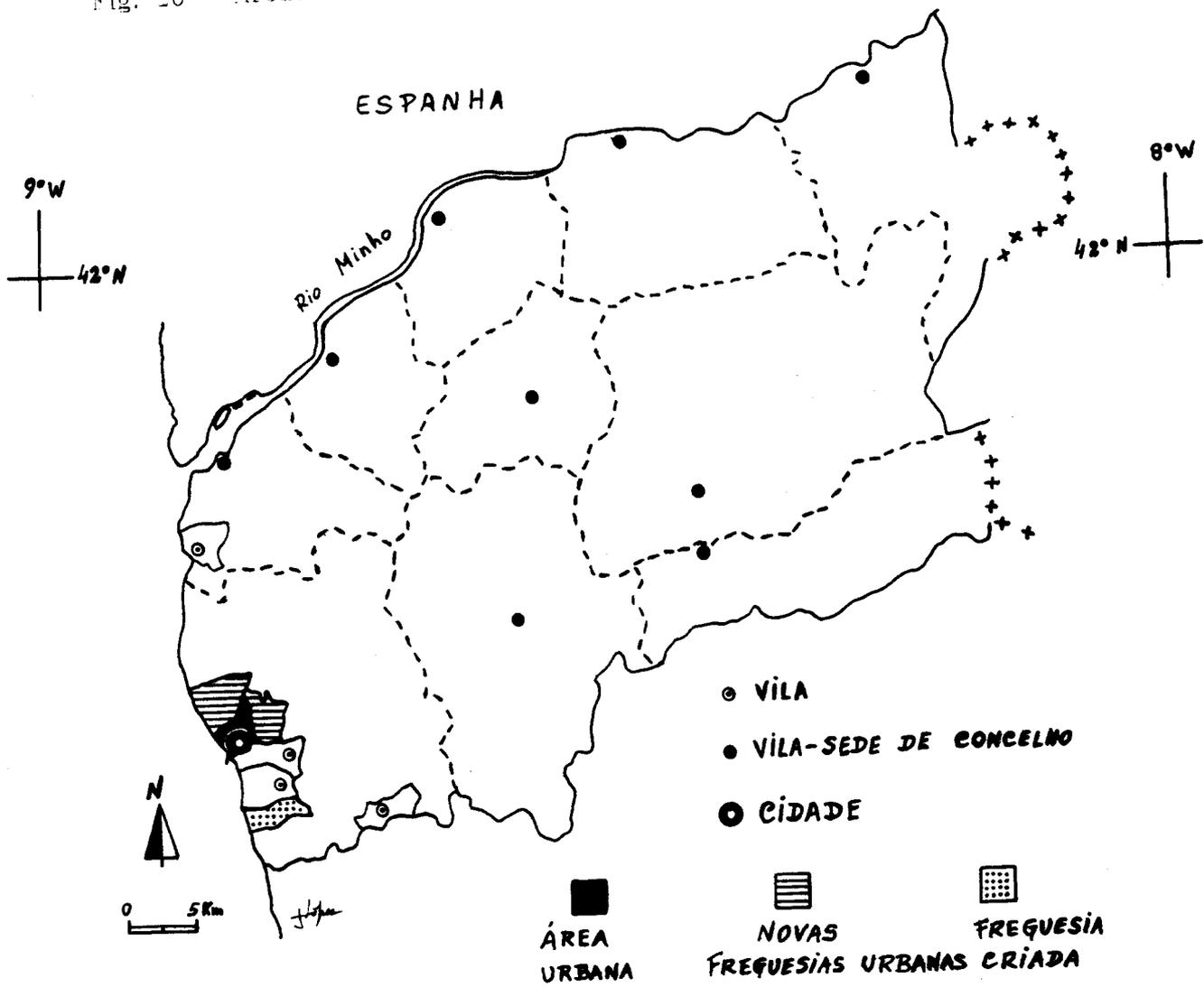
A fim de reforçar essa assimetria, e no âmbito dos equipamentos de apoio aos excursionistas e aos turistas, veja-se o caso do número de unidades de restauração e de alojamento para os concelhos do Alto Minho (Quadro LVIII). Podemos então falar de áreas com uma rede urbana diferenciada: uma, formada pelo triângulo de Viana do Castelo-Valença-Ponte de Lima; a outra, constituída pelo restante território interior do Alto Minho.

⁸⁶ Cfr. Jorge GASPAR - «Dez Anos de Democracia Política: Reflexos na geografia política», in *Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984*, III International Meeting on Modern Portugal, Durham, New Hampshire, Ed. Teorema, 1985, p. 144-145.

⁸⁷ O Decreto-Lei nº 794/76, que rege o processo de urbanização e a política de solos, considera aglomerado urbano «o núcleo de edificações autorizadas e respectiva área envolvente, possuindo vias públicas pavimentadas e que seja servido por rede de abastecimento domiciliário de água e de drenagem de esgoto, sendo o seu perímetro definido pelos pontos distanciados 50 m das vias públicas onde terminam aquelas infra-estruturas urbanísticas».

⁸⁸ Os aglomerados que demograficamente possuam mais de 10 000 habitantes são, ao abrigo das disposições do Decreto-Lei nº 794/76, objecto de estudos e operações de urbanização, particularmente as sedes de municípios.

Fig. 26 - Areas com novo estatuto político-administrativo no Alto Minho



2.5. REDE VIARIA E COMUNICAÇÕES

A Região possui um sistema de rodovias que permite, de certa forma, o acesso a locais com fortes condicionalismos orográficos (Fig. 27). São exemplos do exposto as estradas actuais de acesso ao Santuário da Peneda, tanto a partir do vale do Minho (EN 202) como do vale do Lima (EN 304), e as estradas do Alto Lindoso (EN 304 e 304-1). Todas elas apresentam uma característica comum: desenvolvem-se ao longo dos vales, acompanhando, paralelamente, os cursos de água mais importantes da região. Esta penetração aproveitou os grandes sistemas de fracturação tectónica (casos do Vade-Vez-Mouro; Trouvela-Labruja) permitindo, desde longa data, a comunicação entre o interior do vale do Minho e o vale do Lima, bem como as superfícies de erosão, caso da EN 13 e 13-3 no litoral regional.(Fig. 27)

Em 1982, a extensão das vias rodoviárias era de 696.1 Km⁸⁹. Segundo dados de 1989, esse valor manteve-se, prevendo-se que cerca de 545.6 Km da rede construída irá ser desclassificada⁹⁰, em consequência da actual implementação do Plano Rodoviário Nacional. No que diz respeito à largura da faixa de rodagem constata-se que a extensão classificada, com 263.5 Km de rede, possui 76.8% de faixa superior a 6 m e 23.2% inferior a 6 metros⁹¹. No que diz respeito à rede de estradas e caminhos municipais a sua extensão total era, em 1989, de 3 173.7 Km (2 273.9 Km de estradas e 899.8 de caminhos, dos quais 80.7% eram estradas pavimentadas e 85.3% caminhos pavimentados). Por último, a extensão total de caminhos e estradões florestais rondava os 1 324.4 Km, dos quais 45.2% eram caminhos, e destes só 4% tinham revestimento betuminoso⁹².

A rede viária no Alto Minho apresenta um fluxo de tráfego muito intenso, no sentido norte-sul, canalizado fundamentalmente pela EN 13 (Valença-V. do Castelo-Porto), em resultado de aí se localizar um posto fronteiriço importante e possuir uma faixa de rodagem superior a 7 metros. Esse fluxo terá, a breve prazo, uma maior dimensão, na medida em que, no quadro comunitário, a entrada e saída por Valença far-se-à por um itinerário principal (auto-estrada) e, por isso, é já considerado

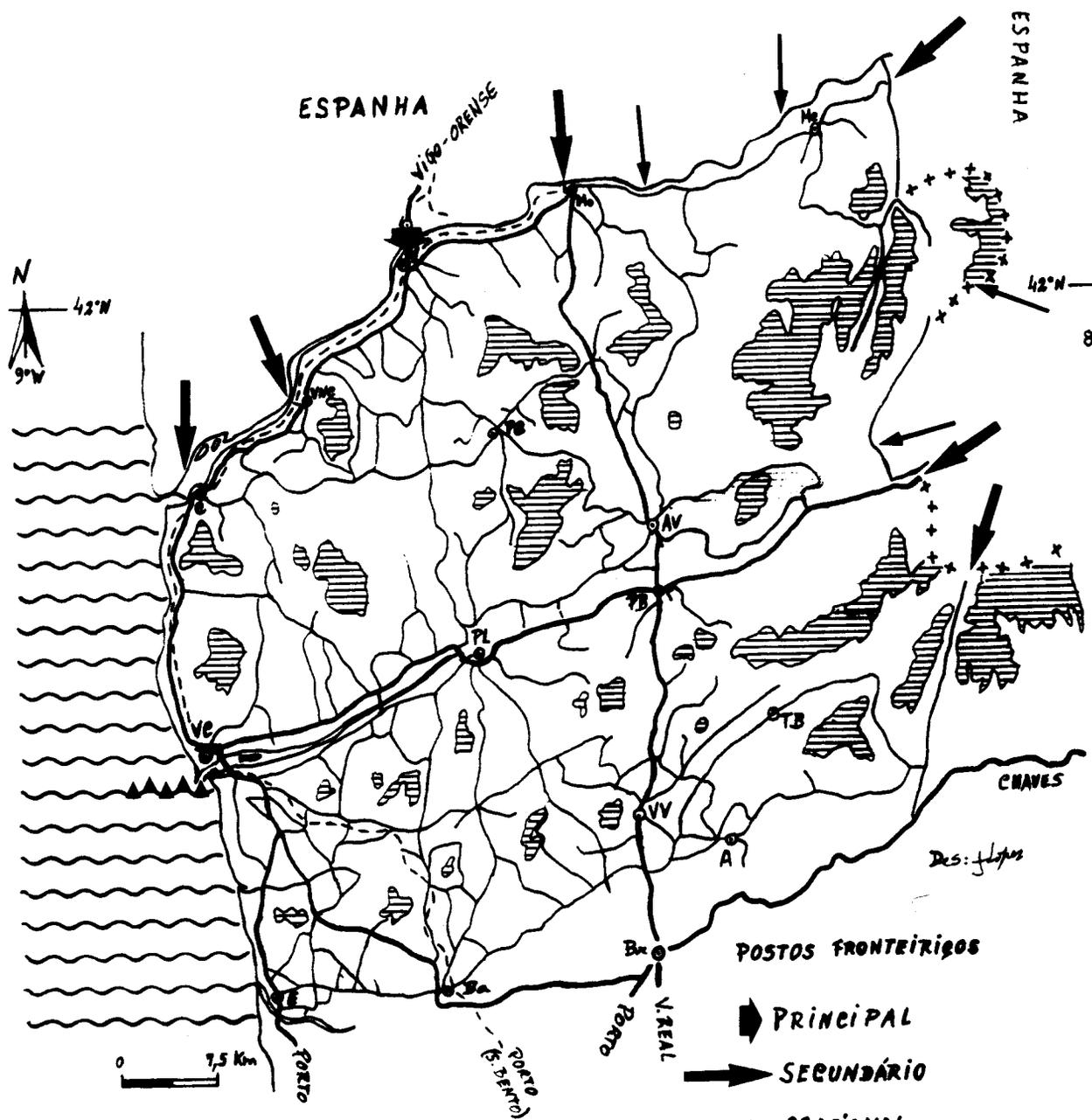
⁸⁹ Valor inserido em publicação do MPAT, *Compêndio (experimental) de Estatísticas do Ambiente*, Portugal, SEARN, 1987, p. 179

⁹⁰ Cfr. INE, *Estatísticas dos Transportes e Comunicações (1989)*, Portugal.

⁹¹ Cfr. INE, *op. cit.*, Portugal, 1989.

⁹² Cfr. INE, *op. cit.*, Portugal, 1989.

Fig. 27 - Rede rodoviária e ferroviária a norte do Cávado



EN 13	A - AHARES
" 101	AV - ARCOS DE VALDEVEZ
" 103	Ba - BARCELOS
" 201	Bn - BRAGA
" 202	C - CAMINHA
" 203	E - ESPOSENDE
" 204	M ₂ - MELGAÇO
" 301	Mo - MONÇÃO
" 302	PB - PONTE DA BARCA
" 303	PC - PAREDES DE COURA
" 304	PL - PONTE DE LIMA
" 305	V - VALENÇA
" 306	VC - VIANA DO CASTELO
" 307	VNC - V. N. DE CERVEIRA
" 308	VV - VILA VERDE
	TB - TERRAS DE BOURO

- POSTOS FRONTEIRIÇOS**
- PRINCIPAL
 - SECUNDÁRIO
 - OCASIONAL
 - DE PORTO MARÍTIMO
 - BARREIRAS OROGRÁFICAS
 - ESTRADAS
 - LINHA FERREA DO MINHO

na rede rodoviária internacional E, com a nomenclatura de E 01 (*estrada intermédia*)⁹³. Outras vias rodoviárias são de considerar, particularmente os eixos das EN 101 (Monção-Arcos de Valdevez-Ponte da Barca-Braga) e EN 201 (Valença-P.de Lima-Braga) servidas também por fronteiras secundárias (caso do transbordador de Monção e o ferry de V.N. de Cerveira). Um outro eixo, a EN 203, permite a acessibilidade desta região, no sentido este-oeste, constituindo-se como alternativa ao fluxo de ou para o norte de Espanha ou o norte da Europa.

Em termos de distância-tempo, a **figura 28** dá-nos os tempos que, a partir da cidade de Viana do Castelo, são gastos para se atingir o restante território do Alto Minho. Do extremo ocidental ao oriental deste território, no início da década de oitenta, eram necessários mais de 90 minutos, distância-tempo que hoje é menor devido ao melhoramento da rede e da faixa viária operada na EN 203 e 304-1 (Ponte da Barca-Fronteira da Madalena). No sentido no norte-sul e para a raia do Minho a distância-tempo necessária para atingir a fronteira de Valença e a fronteira de S.Gregório-Melgaço eram, respectivamente cerca de 45-50 e 110 minutos. Também aqui a distância-tempo diminuiu, particularmente para se chegar à última fronteira, visto que, desde o início no princípio desta década, a EN 202 foi muito melhorada, caso do troço entre Valença e Monção.

Outro sistema viária, a linha férrea do Minho⁹⁴, potencializa o acesso e o trânsito de pessoas e bens a esta região (**Fig. 26**). Neste momento, esta via férrea foi melhorada, de forma a permitir uma maior rapidez e comodidade dos fluxos com o norte de Espanha. A estação ferroviária instalada na cidade emitiu, em 1989, 23 400 bilhetes de passageiros (dos quais 97% foram de segunda classe) e movimentou 66 864 ton. de carga, em que 99.3% correspondeu a bens recebidos⁹⁵.

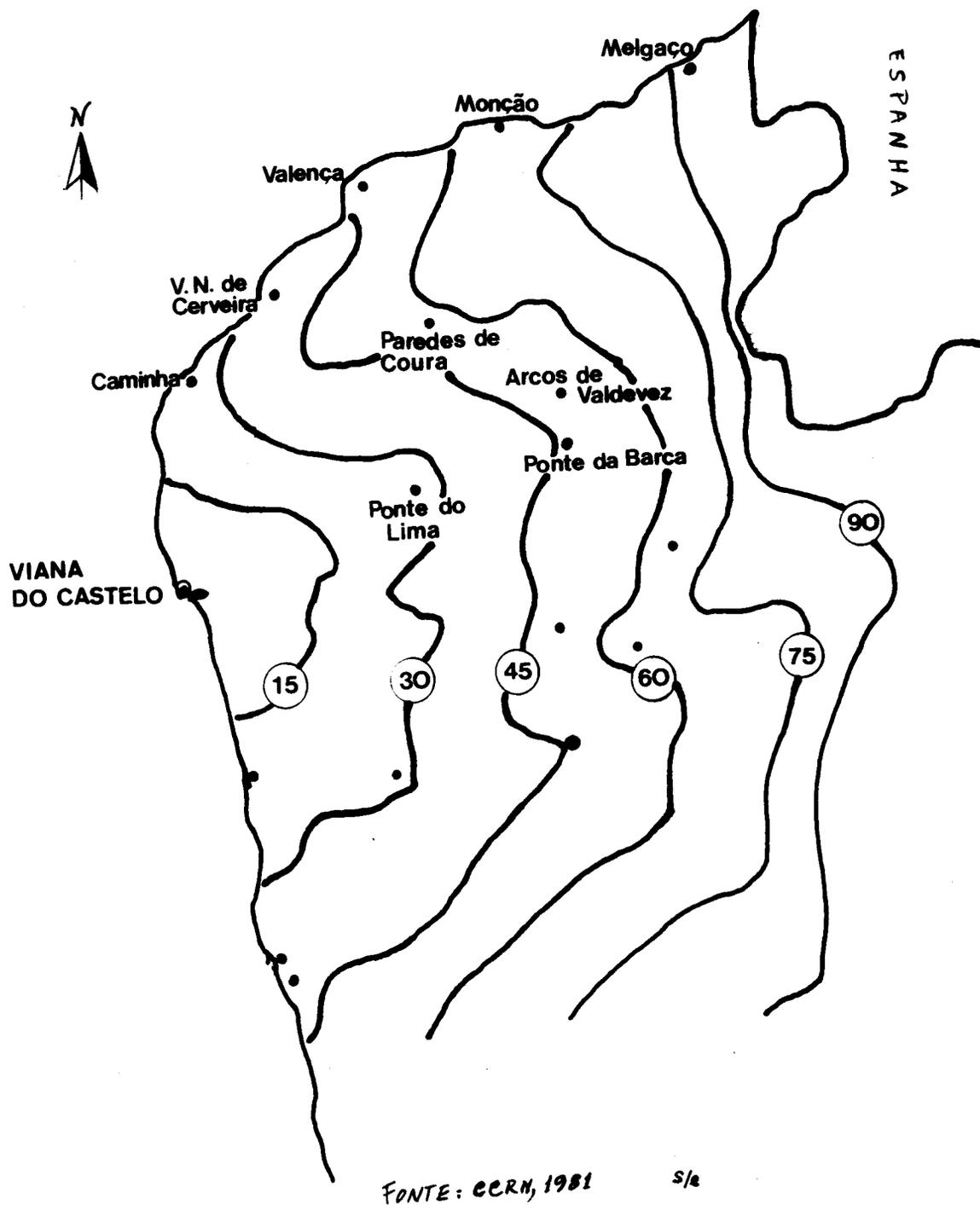
Uma outra fronteira, não terrestre, possibilita a ligação desta região de e para o exterior. Trata-se do porto de mar comercial de Viana do Castelo, o qual comporta 940 m de cais, com 11 postos de acostagem e uma área de 15 250 m², da qual cerca

⁹³ Cfr. Aviso nº 56/91, publicado no D.R., I Série-A, nº 85, de 12 de Abril.

⁹⁴ Estende-se de Porto-S. Bento a Monção, com uma extensão de 129.8 Km de via, encontrando-se neste momento desactivado o percurso entre Valença e Monção. Esta linha de caminho-de-ferro permite ligações com o norte da Galiza e centro de Espanha e, conseqüentemente, com a Europa.

⁹⁵ Cfr. INE, *op. cit.*, Portugal, 1989.

Fig. 25 - Isocronas, em minutos, de transporte privado a partir de Viana do Castelo



de 16% é coberta⁹⁶. A nível do país este porto tem uma importância muito relativa, tanto em termos de carga movimentada como de passageiros. A título exemplificativo, menciona-se os passageiros desembarcados e em trânsito neste porto, respectivamente, 0.45% e 0.04% do total do continente⁹⁷. Correspondendo a um porto comercial de média dimensão apresenta, hoje em dia, constrangimentos naturais e ecológicos que merecem a mais cuidada consideração em termos de expansão e dimensionamento.

A finalizar esta análise interpretativa deste espaço geográfico regional, é intenção "enraizar" as considerações que irão ser tecidas na abordagem do turismo, tanto nacional como regional. Acrescente-se, contudo, que este quadro geográfico aqui traçado, procura, de certa forma, justificar uma paisagem. Para um escritor a observação do território de *Viana de Portugal* correspondeu a uma «zona de estaleiros, emigração, barroco, floresta, mar e rio»⁹⁸. Porque as razões para estes factos são eminentemente geográficas é, por este facto, coerente dever considerá-los nesta análise.

⁹⁶ Cfr. MPAT, *op. cit.*, Portugal, 1987, p. 183.

⁹⁷ Cfr. INE, *op. cit.*, Portugal, 1989.

⁹⁸ Cfr. Luís Forjaz TRIGUEIROS, *Paisagens Portuguesas; uma viagem literária*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 52.

Cap. II – O TURISMO: DE UMA ESCALA GLOBAL A UMA ANÁLISE A ESCALA REGIONAL

1. ASPECTOS CONCEPTUAIS E EVOLUTIVOS DO FENOMENO TURISTICO

Na sua essência, o turismo é o resultado de uma actividade humana centrada no acto de viajar. O conceito de turismo, ainda hoje formalizado conforme as várias perspectivas de abordagem¹, resultou da popularização do termo *turista*, pela primeira vez mencionado, em 1800, como sinónimo de viajante, como bem comprova a citação expressa do seguinte modo e em termos originais: «*A traveller is nowadays called a Tour-ist*»².

Se atendermos ao passado histórico, é facto reconhecido que o homem sempre viajou por razões muito diversas. Ora isto não é fundamento para considerar que o ser humano nasceu turista³, já que ele se investe do estatuto de turista quando factores de ordem económica, psíquica e sócio-afectiva determinam uma decisão de movimento para fora da sua residência habitual, previamente escolhido, comportando duas dimensões essenciais: o circuito e a estadia.

Mas, neste contexto, os visitantes são turistas ou peregrinos? Por vezes é difícil distinguir entre turismo e peregrinação⁴, pelo que é conveniente realçar que turismo e peregrinação têm motivações e contextos diferenciadas. Uma peregrinação comporta um esforço pessoal e voluntário para invocar poderes sobrenaturais para um determinado objectivo. Nos santuários, busca-se em geral a cura, por vezes física e por isso difícil de alcançar, pelo que os visitantes terão de se subordinar aos poderes e valores locais desses santuários; eles vivem uma experiência em toda a sua plenitude e respectivo significado. Opostamente o turismo usa os locais como

¹ Vide Salah-Eldin Abdel WAHAB - *Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática*, trad., S. Paulo, Pioneira, 1988, pp. 15-26.

² Assim se expressa, em nota, a obra de Robert LANQUAR - *L'économie du tourisme*, col. Que Sais-Je?, Paris, P.U.F., 1983, p. 3.

³ Jost KRIPPENDORF - *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, trad., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, p. 16.

⁴ Um exemplo é relatado na obra *O homem no mundo*, Lisboa, Verbo, 1983, p. 44. Trata-se do caso da ilha de Iona, ao largo da Escócia.

palco para o lazer e, por esta razão, «*como turista, uma pessoa está em descanso, não a construir o mundo mas apenas a gozá-lo*»⁵. É nestas diferenças de relação entre meio visitado (ou comunidades visitadas) e visitante que se fundamentam os diferentes **impactes sociais** destas duas formas de deslocação.

Contudo, devemos clarificar que tanto as massas de turistas como de peregrinos não são conceptualmente estanques. Quer isto dizer que existem grupos humanos que praticam actividade turística imbuídos de sentimentos e estado de espírito semelhante aos peregrinos, e vice-versa. De facto, a forma mais correcta de turismo será a adopção destas vias⁶.

Um outro aspecto são as viagens, que até cerca de 1800 foram consideradas como "um fenómeno marginal"⁷, enquanto que na sociedade actual se tornaram actos normais e factos usuais, porque se integram nas deslocações humanas produzidas na esfera do quotidiano - trabalho, residência, lazer -, como fora do universo do quotidiano - moradia, lazer, viagens. A questão tem a ver com o destino e frequência das viagens, o que determina a consideração de um antiquotidiano, quando ocorre uma ruptura no ciclo de relações residência-trabalho, ou seja, quando o consumo do lazer e do tempo livre é marcado por uma migração que visa dar satisfação a necessidades humanas. Há, por conseguinte, uma evasão ao ciclo de produção. Por isto, o turismo é cúmplice da evasão e integra o ciclo de reconstituição do ser humano na sociedade⁸. Para os sociólogos, ficou provado que o ser humano que consegue mudar de ambiente desenvolve, após experimentar a fugacidade do turismo, a necessidade de voltar à estabilidade benéfica do universo quotidiano⁹.

É, por conseguinte, na relação trabalho-lazer que devemos posicionar toda a evolução do fenómeno turístico. Isto é o resultado de, por exemplo, se ter calculado o número médio de horas de lazer por média de vida, cálculo esse que em 1880

⁵ *Idem, ibidem*, p. 44.

⁶ Na verdade, se os locais turísticos se instituíssem em santuários, certamente que muitos dos problemas ambientais e sociais não apresentariam a dimensão que hoje têm. Veja-se, a este propósito, uma nota breve de Jorge DIAS (1959) sobre o turismo de massas e o papel cultural do turista. *In Estudos de Antropologia*, vol. I, col. "Temas Portugueses", Lisboa, I.N.-C.M., 1990, pp. 239-240.

⁷ Cfr. Robert LANQUAR, *op. cit.*, 1983, p. 3.

⁸ *Vide* Jost KRIPPENDORF - *op. cit.*, p. 28.

⁹ Jost KRIPPENDORF, *op. cit.*, p. 18-19.

correspondia a 25 000, em 1920, a 45 000 e, em 1975, a 135 000 horas¹⁰. Na sua abordagem à sociologia do turismo, LANFANT (1978) já considera que o fenómeno é uma ocupação particular do tempo livre e analisa a actividade turística mais como actividade de lazer, isto é, uma actividade que obedece a uma lógica de escolhas individuais¹¹. Neste campo, as conquistas da actividade turística não se podem dissociar dos direitos sociais¹² - redução dos dias de trabalho, melhores salários, férias pagas - adquiridos por largas camadas de população. Neste processo desempenha papel relevante a Convenção da O.I.T. nº 52 (1936), a qual contempla o direito a férias pagas, no mínimo de seis dias, constituindo uma inovação social em dois campos: o primeiro, inerente ao acto legislativo, traduziu-se em assumir outra visão do homem; o segundo contribuía para reduzir o carácter elitista do turismo¹³.

Surge, assim, um tempo social, que se reconhece como livre, o qual comporta cinco tipos de tempos livres¹⁴: 1. aquele que resta depois do trabalho; 2. o restante, depois de realizadas as actividades quotidianas; 3. somente a parte do tempo que, para além das obrigações diárias, se pode usar como se deseja; 4. aquele tempo durante o qual alguém faz tudo o que lhe apetece; 5. o período de tempo (não laboral) coberto por um tipo de actividades a que se concede um determinado valor.

Para Max DERRUAU, os tempos livres dão lugar não só ao turismo mas também à vilegiatura (estadia no campo em repouso), ao climatismo e ao termalismo. Por conseguinte, «o deslocamento das multidões no aproveitamento dos tempos livres apresenta a mais activa forma moderna de transumância»¹⁵. Eis, segundo ele, a expressão actual deste fenómeno, que é essencialmente de uso turístico. Na verdade os fluxos turísticos mais significativos têm o seu foco emissor nos grandes aglomerados urbanos dos países desenvolvidos, somente se diversificando os seus pontos receptores.

¹⁰ Segundo a Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas, citado em *Turismo*, Lisboa, DGT, 15-16-17, 1990, p. 22.

¹¹ In Robert LANQUAR - *Sociologie du tourisme et des voyages*, col. "Que sais-je?", 2ª ed., Paris, P.U.F., 1990, p. 6.

¹² É o caso do direito consagrado no Artº 24º da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, consagrado pela ONU, em 10 de Dezembro de 1948, que diz o seguinte: «Toda a pessoa tem o direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.»

¹³ R. LANQUAR, *op. cit.*, 1990, pp. 11-12.

¹⁴ Cfr. Alberto Luis GOMEZ - *La geografía del ocio*, Barcelona, Antrophos, 1988, pp. 38-39.

¹⁵ Cfr. Max DERRUAU - *Geografia Humana*, Lisboa, Presença/Livraria Martins Fontes, vol. II, 1977, p. 87.

Esses fluxos, função do espaço-tempo e do espaço-custo, apresentam uma diferente expressão espacial, isto é, um zonamento determinado por três conjuntos de itinerários turísticos, respectivamente: itinerários para residências secundárias e turismo de fim de semana, que se desenrolam até um raio de 150 Km; itinerários para zonas balneares e de montanha e para cidades com um património monumental e artístico notável, que se desenvolvem entre os raios de 150 e 1 500 Km; e, por último, itinerários longínquos com destino a ilhas (por exemplo tropicais) com grandes complexos turísticos, ou então a sítios culturais famosos, correspondendo a viagens de grande raio de acção, isto é, superior a 1 500 Km¹⁶.

Para além da sua dimensão espacial, o acto turístico continua ainda a ser visto como um fenómeno socio-cultural. De entre as várias concepções enunciadas, LITTRE (1899) concebia o turismo ligado a três aspectos - a viagem, a ociosidade e um desejo de curiosidade. Neste século, e particularmente na Alemanha, surge a concepção sociológica do turismo com GLUCKSMAANN (1935), que o considera não como o trânsito de pessoas, uma expedição ou uma viagem de negócios, mas antes como um fenómeno social, ligado às relações interpessoais, à comunicação humana¹⁷. Mais recentemente, vários autores tentaram definir turismo de uma forma mais globalizante. Neste caso se colocam KASPAR (1975) e KALFIOTIS (1976), os quais, dão ênfase, respectivamente, às respostas (consequências) de uma viagem e às motivações ou "interesses morais" de uma viagem¹⁸. Significativa é a concepção de MATHIESON e WALL (1982) mencionando que *«o estudo do turismo é o estudo de pessoas fora do seu habitat usual, dos procedimentos que dão resposta às necessidades dos viajantes e do impacto que têm no bem estar económico, social e físico das populações de acolhimento»*¹⁹. Importa, contudo, sublinhar que algumas definições de turismo incorporam, para além destes aspectos, o critério principal que ainda distingue o turista de outros visitantes, ou seja, quando a deslocação para fora do seu domicílio habitual é superior a 24 horas. Dito de outra forma, menciono o que a O.M.T., na sua classificação de viajantes, considera como turistas: *«visitantes que passam pelo*

¹⁶ Segundo as *cinturas turísticas* de Paul CLAVAL, in Jean-Pierre LOZATO-GIOTART - *Géographie du tourisme*, col. "Géographie", Paris, Masson, 1990, p. 68.

¹⁷ Vide Robert LANQUAR - *Sociologie du tourisme e des voyages*, col. "Que sais-je?", 2ª ed., Paris, P.U.F., 1990, p. 4.

¹⁸ J.P. LOZATO-GIOTART, *op. cit.*, pp. 12-13.

¹⁹ Alister MATHIESON e Geoffrey WALL - *Tourism: economic, physical, and social impacts*, Londres, Longman, 1982, p. 1.

menos uma noite no país visitado»²⁰. Assim, MICHAUD (1983) define o turismo como «o conjunto das actividades de produção e consumo derivadas do deslocamento proporcionando uma noite pelo menos fora do seu domicílio habitual, em que o motivo da viagem pode ser o recreio, os negócios, a saúde (termalismo e talassoterapia) ou a participação numa reunião de carácter profissional, desportiva ou religiosa, etc.»²¹.

Ainda sobre as definições ou concepções de turismo formuladas neste século, refere-se que elas podem ser agrupadas em três blocos: o primeiro é o grupo das definições dadas a partir de uma **análise filológica**; o segundo grupo tenta circunscrever o significado de turismo a uma **perspectiva económica**; e, por último, o terceiro grupo valoriza o contexto sociológico da actividade turística, entendida como uma **particular forma de relações humanas**. Por isso, os três elementos que se citam com mais frequência nestas definições são a distância percorrida, a duração da viagem e os seus motivos fundamentais²².

O turismo, considerado ele próprio uma instituição social²³, tem sido o produto de mudanças significativas, uma das quais se traduz na obra de PRAHL-STEINECKE (1981)²⁴ com a explicitação das condições que tornaram possível a aparição do turismo e, deste modo, uma actividade convertida em produto que se vende no mercado como qualquer outro produto. Ao sofrer esta transformação, o turismo tornou-se um bem de consumo, a montante criador de riquezas, mas a jusante, não dando directamente origem a outros bens²⁵. É neste quadro que devemos entender o fenómeno turístico, particularmente na sua vertente espacial, na medida em que todo e qualquer **recurso turístico** aí tem a sua génese. Assim, tanto os elementos naturais como humanos, por vezes singulares e únicos ou de *faciès* muito diversificados no mundo, passaram a ser motivos de interesse turístico, por vezes instituídos como atracções turísticas de muitos lugares. Muitas formas naturais e sítios, valores artísticos e peças monumentais, bem como particulares manifestações socio-culturais, elevados à categoria de recursos

²⁰ Cfr. J.P. LOZATO-GIOTART, *op. cit.*, p.15.

²¹ Tradução livre na obra de Jean-Luc MICHAUD - *Le tourisme face à l'environnement*, col. "Le géographe", Paris, P.U.F., 1983, p. 18.

²² Vide Alberto Luis GOMEZ, *op. cit.*, 1988, p. 54-55.

²³ Peter F. STRINGER e Philip L. PEARCE - «*Toward a Symbiosis of Social Psychology and Tourism Studies*» in *Annals of Tourism Research*, vol. 11, 1984, p. 11.

²⁴ Cfr. Alberto Luis GOMEZ, *op. cit.*, 1988, p. 53.

²⁵ Cfr. Max DERRUAU, *op. cit.*, 1977, p. 101.

turísticos, constituem hoje objecto de curiosidade e de visita em muitos países, em geral rodeados pelas mais sofisticadas técnicas publicitárias, formas de promoção e marketing turístico.

É um dado adquirido de que 90% dos novos turistas buscam destinos correspondentes a sítios naturais²⁶. Consequentemente, importa sublinhar o carácter recente da fragilidade de muitos recursos turísticos. Atente-se, por exemplo, na actual concepção de *paisagem*²⁷, na maioria dos casos usada como recurso e atracção turística. Segundo a UNESCO (1971) «a paisagem é a estrutura do ecossistema formada pelo conjunto de elementos essencialmente estáveis e permanentes onde se efectuam os mecanismos cíclicos e últimos desse ecossistema». Com base neste entendimento é elevada à categoria de **recurso não renovável**, no âmbito da Comunidade Europeia, através das suas resoluções de 1982 e 1986. Por isso, é definitivamente assumido que as atracções turísticas, que são socialmente construídas, também podem ser socialmente destruídas²⁸.

Reconhece-se, desde 1962, que o turismo se tornou a actividade mais importante do comércio internacional²⁹. Isto resultou do desenvolvimento técnico operado nos meios de transporte, que determinou que o Homem ganhasse cada vez maior alcance espacial e autonomia, maior mobilidade e acessibilidade aos territórios. Deste modo, intensifica-se a socialização do espaço e a natural tendência para a homogeneização de atitudes. Com o tempo livre, as deslocações ganham nova dimensão e os lazeres diversificam-se e assumem graus de frequência muito desiguais, tanto à escala espacial como temporal³⁰. Por este facto, largas camadas de população passaram a poder desfrutar da *industria dos ócios modernos*³¹. O turismo conquista desta forma adeptos e multidões que sazonalmente se movimentam e afluem aos locais turísticos.

²⁶ Paul DUVIGNEAUD - *A síntese ecológica*, Lisboa, Socicultur, 1977, vol. II, p. 281.

²⁷ Vide A. NOIRFALISE - *Paysages: l'Europe de la diversité*, Bruxelas, Comunidade Europeia, 1989, p. 58.

²⁸ *In O homem no mundo*, 1983, p. 44.

²⁹ Vide Paul DUVIGNEAUD, *op. cit.*, 1977, vol. II, p. 181.

³⁰ Vide Pierre MERLIN - *Géographie, économie et planification des transports*, col. "PUF Fundamental", Paris, P.U.F., 1991, p. 86-93.

³¹ Designação de LEFEVRE (1974). Cfr. António GAMA - «Notas para uma geografia do tempo-livre» in *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 7, 1988.

No entanto, a dimensão e frequência dos fluxos turísticos dependem dos transportes e, por isso, estas estruturas de comunicação podem desempenhar um apoio ou uma restrição ao desenvolvimento do turismo.

No que diz respeito à procura turística, conclui-se hoje em dia que ela tem apresentado uma evolução, ligada a factores psico-sociológicos que comandam os modos de vida e de consumo. Na década de sessenta, a referência é o modo de vida americano: é a fase de crescimento do consumo e da imagem de férias construída sobre a trilogia sol-mar-areia³². Na década seguinte, a referência passa a estar voltada para ideais de realização pessoal; é a época da descoberta de países longínquos, das civilizações e do contacto com outras naturezas e diferentes povos. Na década de oitenta, as características do consumo indiciam outras referências, tais como o regresso ao durável, sólido, simples e cómodo: dá-se valor ao equilíbrio pessoal, às actividades mais saudáveis como o desporto e a recuperação física em ambientes naturais. Assim, o tipo de viagem turística passa a estar ao sabor destes comportamentos, função de um determinismo individual e da personalidade do consumidor³³.

No contexto desta abordagem, se insere grande parte da investigação praticada hoje em dia sobre o turismo. Na década de sessenta, eram inquestionáveis os benefícios do turismo. O turismo era sinónimo de desenvolvimento, porque empregava muitas pessoas, e as despesas do turista propiciavam um efeito múltiplo, já que estimulavam a economia local e faziam surgir um novo estilo de vida. Enfim, as receitas provindas do turismo tornaram-se moeda de troca para enriquecer um país, ou equilibrar a economia de uma nação do Terceiro Mundo. Em geral, o aparecimento de projectos turísticos era bem acolhido e só muito ocasionalmente criticado³⁴.

Mas em breve surgiram reacções opostas, particularmente de economistas, que em estudos detalhados (BRYDEN e FARBER 1971; SARGENT 1967) sobre o turismo de massas, puderam demonstrar que os fluxos económico-financeiros nem sempre revertem para as regiões onde ele se desenrola e que o carácter especulativo de bens e serviços anulavam muitas vezes as supostas vantagens da indústria turística e que

³² Fundamentalmente, são estes os recursos naturais de suporte do desenvolvimento do turismo balnear e do conhecido por turismo dos três "s": *sun, sea, sand*.

³³ Informação baseada no Relatório sobre o *Plano Nacional de Turismo (1986/89)*, p. 110.

³⁴ Cfr. Nelson H. H. GRABURN e Jafar JAFARI - «Tourism, social science» in *Annals of tourism research*, 18, 1991, p. 3-4.

o efeito múltiplo era mais baixo que o previsto³⁵. Esta problemática inerente ao aproveitamento e delapidação dos recursos tornou-se num foco de investigação turística, que se iniciou em História, depois em Economia e, por último, em Geografia. Daqui resultou o aparecimento do conceito de **capacidade de carga**, tanto em Geografia como em Ecologia. Para PIPEROGLOU (1967) a capacidade de carga é o limiar da actividade turística através da qual as oportunidades estão saturadas (capacidade física), o ambiente está degradado (capacidade ambiental) ou o prazer de visitar fica diminuído (capacidade psicológica ou de percepção)³⁶. Desde então, o interesse pelo impacto do turismo no ambiente físico tem sido expresso em muitas disciplinas e na imprensa³⁷.

O turismo comporta sempre deslocações e contactos sociais que, por este motivo, eles são fenómenos indissociáveis. É esta interacção que propicia o carácter formativo e cultural dos fluxos turísticos. Significativas correntes de turistas acorrem, por vezes, a locais com particulares manifestações de natureza natural, etnológica, religiosa e cultural, na medida em que certos modos de vida e práticas culturais de comunidades humanas se constituem em recursos e atracções turísticas. Mas o aproveitamento turístico destas realidades culturais deve ser muito bem ponderado, de forma a que o turismo não active os germes da destruição dessas manifestações e das respectivas culturas.

Hoje em dia, os impactos culturais do turismo são dignos de atenção e derivam de alguns exemplos que demonstraram os malefícios derivados dum desenvolvimento turístico não controlado. Um caso descrito é na Índia, em Ladakh, onde, com a abertura da fronteira aos turistas em 1974, sucedeu que o modo de vida tradicional e as cerimónias religiosas da população local se tivessem constituído em produto turístico, donde reverteram receitas económicas significativas. Mas esta nova situação deu origem à banalização e à perda de significado destas cerimónias religiosas, que foram relegadas para a categoria de meras curiosidades, desvirtuadas de sentido e de autenticidade³⁸. Mas mais significativo é o resultado dum inquérito realizado nas ilhas gregas, que revelou que 92% dos turistas estrangeiros não voltariam no caso da

³⁵ In GRABURN e JAFARI, *op. cit.*, 1991, p. 4.

³⁶ Douglas PEARCE - *Tourist development: topics in applied Geography*, London, Longman, 1981, p. 37.

³⁷ *Idem, ibidem.*

³⁸ Cfr. publicação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP), «Tourism and the environment» in *Industry and environment*, Paris, UNEP, Jan-Mar 1984, p. 1.

degradação possível do carácter e da arquitectura dessas ilhas³⁹. De facto, estamos perante uma actividade que exige, para além de um planeamento dinâmico, um «modelo» de desenvolvimento integrado, susceptível de reformulação e ajustamento, face aos novos problemas e contextos despoletados pelo turismo.

Ainda nesta sequência relativa ao impacto do turismo se deve mencionar o interesse dos estudos sociológicos e antropológicos levados a cabo desde a década de setenta, os quais constituíram a base de poderosas objecções ao turismo nos países do Terceiro Mundo. Diversos estudos levados a cabo enunciam diversos impactos negativos, de cariz social, como o desenvolvimento da prostituição (GRABURN 1983), do crime, da degradação cultural e ambiental, e do controle das multinacionais, aspectos declarados no Hawaii e veiculados por personagens de formação cristã da Asia e do Pacífico⁴⁰. Por estes factos, é hoje reconhecido que nenhuma disciplina consegue adaptar, tratar, e mesmo compreender o turismo na sua totalidade. Para essa compreensão, é necessário que as fronteiras disciplinares sejam atravessadas e que perspectivas multidisciplinares sejam postas em prática.

No campo pluridisciplinar, têm surgido indícios frutuozos vindos da Psicologia Social, mormente quando os investigadores procuram colocar-se na situação das pessoas que estudam, no seu mundo social, nas relações com eles próprios, com os outros, com a sociedade e com as instituições. Ora esses estudos são considerados interessantes e necessários para decifrar o(s) comportamento(s) do turista e respectiva interacção com as experiências vividas. Por este motivo, o fenómeno turístico raramente pode ser encontrado e interpretado directa e individual, mas, antes, tem de o ser através do estudo de grupos de pessoas. Assim, um estudo realizado em 1974, na esfera da Organização Mundial de Turismo, configurou dois tipos de turistas: os *psicocêntricos*, correspondentes a um carácter de turistas que concentram todo o seu comportamento nas suas preocupações pessoais e têm um interesse limitado pelo mundo exterior; e os *alocêntricos*, respeitantes a um carácter de turistas que se interessam por um grande número de actividades e desejam descobrir o mundo e, por isso, manifestam uma curiosidade apurada por tudo à sua volta⁴¹. Ora, tanto a procura como a oferta turística, são motivadas a integrar estes dados, pelo que se moldam novos produtos turísticos de forma a se ajustarem a estes dois tipos de clientela turística.

³⁹ Informação retirada do Relatório sobre o Plano Nacional de Turismo (1986-89), p. 18.

⁴⁰ UNEP, *op. cit.*, 1984, p. 1.

⁴¹ Informação extraída do Relatório s/ o PNT (1986-89), p. 95

A documentação consultada mostra-nos que os estudos de **avaliação do visitante** têm tido em consideração não só questões socio-psicológicas (tais como a extensão e composição do grupo e as relações inter-pessoais nele desenvolvidas), como também os próprios acontecimentos⁴². Nesta linha se deve realçar o estudo de PEARCE (1981) referente à reacção dos turistas em ilhas de férias tropicais. Ele detectou que os estados de espírito e o contentamento proporcionado pelas férias declinava rapidamente do terceiro ao sexto dia de viagem. Isto demonstrava que esta insatisfação podia ser relacionada com a saúde física dos turistas e que este aborrecimento contrariava as próprias iniciativas dos turistas. O alcance desta investigação para os operadores turísticos das ilhas foi imediato. Foi proposto que se deveriam providenciar melhores facilidades e cuidados com a saúde dos turistas no decurso duma fase incómoda das férias tropicais (queimaduras solares, picadelas de insectos, dores e mal estar, etc.) e que se reestruturassem as actividades de lazer, providenciando uma maior liberdade aos clientes durante as suas longas semanas de férias⁴³. Uma ilacção extraída deste estudo foi a descoberta do fenómeno denominado *choque do meio ambiente*, a qual estimulou uma nova compreensão do choque de culturas inerente ao próprio turismo.

Para balisar algumas referências aqui expostas, deve-se mencionar que a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, recomendava que a conservação dos recursos naturais deveria ser integrada nas estratégias de desenvolvimento social e económico. Em 1976, é a própria UNESCO que estabelece o espírito e o conteúdo da *Conservação integrada*, com a qual propunha as seguintes bases de acção: 1. **suster a destruição – protegendo**; 2. **combater a degradação – renaturalizando e restaurando**; 3. **garantir a existência futura – revitalizando**; 4. **manter adequado o estabelecimento humano para combater os factores de desequilíbrio**⁴⁴. Por isso, muitas iniciativas globais, relatórios e recomendações tiveram considerável impacto e progresso nos anos oitenta. Neste contexto, é de referência especial a publicação, em 1980, da *Estratégia Mundial da Conservação*, cujo tema central era a **utilização sustentada dos recursos** e se estipulava que *não*

⁴² Cfr. Peter F. STRINGER e Philip L. PEARCE «*Toward a symbiosis of Social Psychology and tourism studies*», in *Annals of tourism research*, 11, 1984, p. 13.

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 14.

⁴⁴ In *Correio da Natureza*, Lisboa, SNPRCN, 3, 1988, p.22.

*mais se podia argumentar que a protecção do ambiente era um obstáculo ao desenvolvimento. Pelo contrário, a componente ambiente natural é um aspecto essencial do desenvolvimento*⁴⁵.

Nesta sequência, surge a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, também em 1980, que estabelece o seguinte: o uso dos recursos turísticos não pode ser descontrolado sem correr o risco da sua deterioração, ou mesmo destruição. A satisfação de necessidades turísticas não deve prejudicar os interesses sociais e económicos das populações residentes em áreas turísticas, o ambiente, ou acima de tudo, os recursos naturais, os quais são a atracção fundamental do turismo, e são sítios históricos e culturais. Todos os recursos turísticos fazem parte do património da humanidade. As comunidades nacionais e o conjunto da comunidade internacional devem tomar as necessárias medidas para assegurar a sua preservação⁴⁶. Desta forma se reconhece no turismo um novo papel, como instrumento de melhoria da qualidade de vida dos povos, de promoção de uma consciência turística que favorece a paz e a compreensão internacional e, por isto, tem em vista a instauração de uma nova ordem cultural e económica internacional⁴⁷. Outras organizações, de carácter governamental e não-governamental, assumiram um papel importante na aplicação específica de muitos princípios e recomendações inscritos nas publicações supracitadas. São de mencionar a acção da UNESCO e do CONSELHO da EUROPA e ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, respectivamente, sobre a *Protecção do Património Social e Cultural* e sobre o *Estatuto do Turismo e Código do Turista*⁴⁸. Esta última publicação corresponde à Declaração de Sófia, saída em 1985.

Assiste-se, no decurso da década de oitenta, ao despoletar de diferentes conflitos causados por um desenvolvimento turístico que não tinha em conta a vulnerabilidade dos recursos naturais e culturais das regiões com forte afluxo de turistas. Diversa documentação faz referência ao caso de Espanha, onde as localidades

⁴⁵ Vide Michael ROMERIL, «Tourism and the environment: towards a symbiotic relationship: introductory paper» in *The International Journal of Environment Studies*, Londres, 25 (4), Gordon and Breach Science Publishers, 1985, p. 215-216.

⁴⁶ Cfr. referências inseridas na publicação do Relatório do Secretariado sobre *Aspectos ambientais do turismo*, Madrid, WTO/UNEP Workshop, 5-8 de Julho de 1983, p. 1.

⁴⁷ Neste quadro e segundo RAPPE (1977; 7) basta verificar o lugar que foi dado ao turismo na Acta Final da Conferência de Helsínquia.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.2. Cfr. L. Nandim de CARVALHO, *Colectânea de Legislação Turística*, Lisboa, I.N.-C.M., 1988, pp. 75-81.

periféricas do Mediterrâneo reorientaram a sua actividade económica para a construção imobiliária, pressionada pela procura turística, e causadora de efeitos nocivos ao ambiente como ao património⁴⁹. De facto, o desenvolvimento turístico é motivador de uma reorientação económica dos territórios que, no passado recente, tem desregulado a vida económica e social de muitas localidades, tornando-as mais vulneráveis e dependentes economicamente, mas também palco de conflitos e de marginalidade social.

A maioria desses conflitos ocorre, portanto, em regiões costeiras, pelo facto de terem sido sempre um destino popular⁵⁰, o que vai provocar o surto de vários tipos de aliança entre a conservação da natureza e os interesses turísticos, visíveis nas estratégias de gestão de parques e reservas marinhas de vida selvagem. Dessa conciliação nasce um novo turismo – o Eco-turismo – o qual reconhece que a qualidade dos recursos naturais depende do seu uso turístico e que esses recursos são finitos, o que contraria o carácter durável da sua utilização, dado o seu valor social e económico⁵¹.

Mais recentemente, em 1987, outro documento importante surgiu, denominado **Relatório Brundtland**⁵², o qual consagra uma acção política *Rumo ao Desenvolvimento Sustentável*, entendido como o processo de desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades, e com base em dois conceitos básicos: “o conceito de “necessidades”, em especial as necessidades essenciais dos débeis económicos deste mundo, a que se deve dar atenção; e a ideia dos limites impostos pelo presente nível da tecnologia e da organização social à capacidade de o ambiente dar resposta às necessidades de hoje e amanhã”⁵³.

⁴⁹ Vide OCDE - *L'environnement urbain: quelles politiques pour les années 1990?*, Paris, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico, 1990, p.32.

⁵⁰ De acordo com uma sondagem organizada pela Comissão Europeia, no decorrer de 1985, observou-se o seguinte: em 100 turistas, e relativamente ao local escolhido, 52% dos casos foi a beira-mar; 25% o campo; 23% a montanha; e 19% as cidades. Cfr. publicação da CEE, *A Comunidade Europeia e o turismo*, col. "O Dossier da Europa", Lisboa, 9/87, 1987, p. 3.

⁵¹ Cfr. Michael ROMERIL, *op. cit.*, 1985, p. 217.

⁵² Também conhecido por Declaração de Tóquio e apresentada pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento. Esta Comissão propunha que o seu relatório se transformasse num Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Cfr. publicação do MPAT, *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa, GEPAT, 1987, p. 44.

⁵³ Cfr. publicação *O nosso futuro comum*, Lisboa, Meribéria/Liber, 1991, p. 54.

A nível europeu, uma iniciativa de grande alcance tem lugar em 1990. Esse ano é consagrado pela Comunidade Europeia como o **Ano Europeu do Turismo**, marcado por um conjunto de acções muito diversas⁵⁴. Nas conclusões inscritas nos documentos finais sobre o AET menciona-se que os projectos nacionais «*contribuíram para a elaboração e a comercialização de um turismo "suave" ou ecológico, frequentemente em regiões transfronteiriças e para a sensibilização dos diferentes intervenientes para a importância da preservação do ambiente paralelamente ao desenvolvimento das infra-estruturas e serviços turísticos*»⁵⁵.

Como grande corolário das preocupações ambientais e conservacionistas do nosso planeta, nasce, em Outubro de 1991, uma nova Estratégia Internacional de Conservação da Natureza, apoiada pela WWF, IUCN e UNEP, intitulada *Cuidar da Terra*, que tem por finalidade mestra preservar o que a Terra ainda tem para dar às futuras gerações⁵⁶.

2. O TURISMO EM PORTUGAL

Em termos nacionais, as infraestruturas turísticas tomam verdadeira forma em finais do século XIX, quando se estrutura as modernas condições logísticas para o acto de viajar ou excursionar e de alojar convenientemente os indivíduos em viagem. Portugal desenvolveu essas modernas estruturas através da construção e difusão das estradas de macadame, entre 1849 e 1913 e das vias férreas, em 1856-1910 (precursoras dos actuais traçados rodo-ferroviários)⁵⁷, do aparecimento de hotéis padronizados (1892-1906) e do moderno operador de viagens, inicialmente implantados em cidades portuárias importantes, casos de Lisboa e Porto⁵⁸.

O autor da História do turismo em Portugal (Paulo PINA) reconhece que se podem distinguir, para o século XIX e XIX-XX, duas fases do fenómeno turístico: a

⁵⁴ Vejam-se, por exemplo, as considerações que basearam a decisão do Conselho da Comunidade Europeia, bem como o quadro de apoio às acções propostas. Cfr. *Rapport de la Commission au Conseil et au Parlement Europeen sur l'Année Europeenne du Tourisme*, Bruxelas, Março de 1991.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 61.

⁵⁶ Informação extraída do *Liberne*, publicação da LPN, nº 37, 1992, p. 13

⁵⁷ Vide Maria Fernanda ALEGRIA - *A ORGANIZAÇÃO DOS TRANSPORTES EM PORTUGAL (1850-1910); As vias e o Tráfego*, Memórias do CEG nº 12, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990, pp. 95-99 e 213-220

⁵⁸ Vide texto de Paulo PINA, *in Turismo*, Lisboa, DGT, 24-26, Ano III, série 1, Jan.-Mar. de 1991.

romântica e elitista (1820-1910) e a economicista e massiva (a partir de 1911)⁵⁹. A fundamentar a designação desta primeira fase, vejamos-se as palavras iniciais de um texto: «D'antes o costume em Portugal, nos mezes de verão, era tomar ares. Quem fosse gente tinha casa no campo e em chegando o mez de maio emigrava para a quinta, que era como se chamava a isso, e ia espantar com as modas os habitantes tranquilos das circumvisinhanças. Iam logo as familias dos sitios visitar os recém-chegados, e as senhoras de Lisboa produziam por lá uma impressão extraordinaria»⁶⁰. Referente à segunda fase, seja-me lícito inferir, para além da institucionalização do turismo português (aludida pelo autor), o movimento aquista e balnear que, ganhando cada vez mais adeptos, vai, no início do século XX, impulsionar para o desenvolvimento turístico muitas localidades do País.

No caso do litoral português, pequenas localidades possuíam já actividades de banhos de mar, mas de carácter eminentemente festivo-religioso. O caso mais típico é o banho santo de S. Bartolomeu do Mar, com raízes muito antigas⁶¹, onde se alia a superstição e a crença nos efeitos salutareos do banho em dia de S. Bartolomeu⁶². Como prática cultural específica, este banho é um *ritual de terapia espiritual*⁶³; mas, para certas faixas de população, as águas do mar assumem um outro tipo de terapia: são vistas como meio curativo de certos males (por exemplo, da pele) e revigorantes da saúde física, o que fazia no estio afluir veraneantes que se alojavam em casas alugadas de pescadores ou em barracas provisórias. Deverá, neste contexto, ser entendida a existência duma tradição balnear, certamente incipiente mas culturalmente enraizada, como uma das formas de fruição do litoral pelas populações⁶⁴.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 3.

⁶⁰ De autoria de Julio Cesar Machado, relativo à *Introdução* da obra de Ramalho Ortigão, *Banhos de Caldas e Aguas Minerais*, editado no Porto, pela Livraria Universal, em 1875

⁶¹ Cfr. Franquelim Neiva SOARES - *A Romaria de S. Bartolomeu do Mar*, Esposende, Centro Social da Juventude de Mar, 1988, p. 10 e 30-37.

⁶² Cfr. Jaime CORTESÃO - *Portugal: A Terra e o Homem*, col. "Bib. de Autores Portugueses", Lisboa, I.N.-C.M., 1987, p. 37-39.

⁶³ Cfr. Franquelim Neiva SOARES, «Costumes e tradições das populações marítimas do concelho de Esposende» in *Actas do Colóquio «Santos Graça» de Etnografia Marítima*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da P. de Varzim, III, 1985, p.265.

⁶⁴ A confirmar estas considerações vejamos-se certas passagens da obra de Ramalho ORTIGÃO, *As Praias de Portugal*, Porto, Magalhães e Moniz, 1886. Ai é abordado o assunto do *tratamento marítimo* (p. 115-123), a seguinte passagem: «Assim nos banhos de mar, enquanto as pessoas ricas planisam uma temporada de três mezes, tu, se habitas o campo, chegas à Foz ou à Póvoa de Varzim na vespera de S. Bartolomeu, e tomas os teus trinta banhos em tres dias» (pág. 122).

Por outro lado, o movimento aquista atingiu o seu auge na década de trinta, fazendo com que pequenas localidades, até aí quase desconhecidas e com um fraco dinamismo económico, se tivessem tornado em pólos com maior incremento e divulgação, propiciados pelas aptidões turísticas dos seus recursos termais⁶⁵ (Fig. 1). Já na obra de Ramalho ORTIGÃO (1875), *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes*, se referencia que a área termal da raia transmontana, sugere que «os *touristes* que frequentam as *aguas do concelho de Chaves, devem visitar Villa Real, a 14 kilometros da serra do Marão*»⁶⁶. Ora o desenvolvimento só pode subsistir, se houver afluxo de pessoas e consumo de bens. Umas possuidoras de recursos termais e outras comportando valores endógenos para uso recreativo e climatérico (balnear), muitas localidades do País foram bem cedo descobertas e aproveitadas para o fenómeno turístico. Num contexto regional, é a própria documentação pesquisada, de índole promocional e turística, que dá consistência a esta afirmação⁶⁷.

O trabalho de Carminda CAVACO (1978)⁶⁸ contempla uma breve abordagem ao *Veraneio balnear*, apontando a segunda metade do século XIX como o despertar das estadias à beira-mar. Acrescenta, mais adiante, que já nessa época o banho de mar era tido como revigorante e terapêutico⁶⁹. Daí não ser estranho o aparecimento de uma obra de Ramalho ORTIGÃO, precisamente intitulada *As Praias de Portugal*, em 1876 (Fig. 2), e, anos mais tarde, uma pequena publicação intitulada *As nossas praias: indicações gerais para uso de banhistas e turistas*, mas sem autor⁷⁰. O corredor da costa Pedrouços-Cascais, em Lisboa, o eixo Foz do Douro-Leça, no Porto, de Póvoa de Varzim-Vila do Conde, Espinho e Figueira da Foz, constituem as localidades litorais

⁶⁵ A comprovar isto vejam-se os exemplos de localidades citados por Jorge GASPAR *in Portugal, em mapas e números*, 2ª ed., col. "Espaço e Sociedade", Lisboa, Horizonte, 1981, p. 23.

⁶⁶ Ramalho ORTIGÃO, *op. cit.*, 1875, p. 80.

⁶⁷ Veja-se, a título de exemplo, na obra *Portugal Ilustrado, Grande Album de Turismo*, de 1927, os casos, respectivamente, de Monção com artigo sobre as *Caldas de Monção*, assinado por João Verde, e onde a linha do Minho tem o seu fim, e o caso de Peso-Melgaço com duas fotos (uma do edifício do balneário das termas e outra de uma vista do rio Minho).

⁶⁸ Ver *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, Lisboa, Estudos Italianos em Portugal, 40-41-42, 1978, p. 191-280.

⁶⁹ Cfr. CAVACO, *op. cit.*, 1978, pp. 204-205

⁷⁰ Trata-se, certamente, de um simples guia de divulgação, publicado em Lisboa, no ano de 1918. Indicação extraída de Franquelim Neiva SOARES, *op. cit.*, 1988, p. 19.

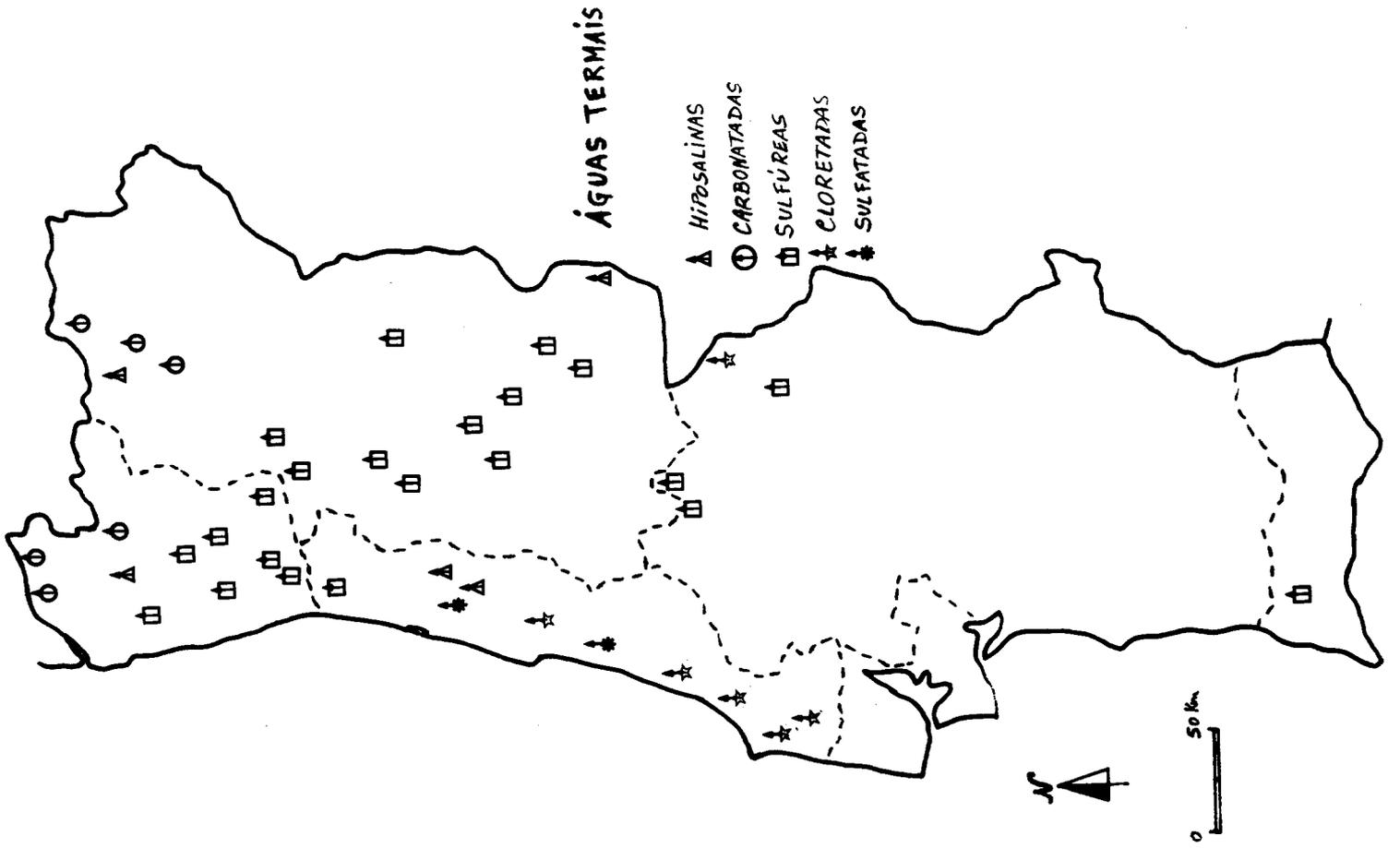
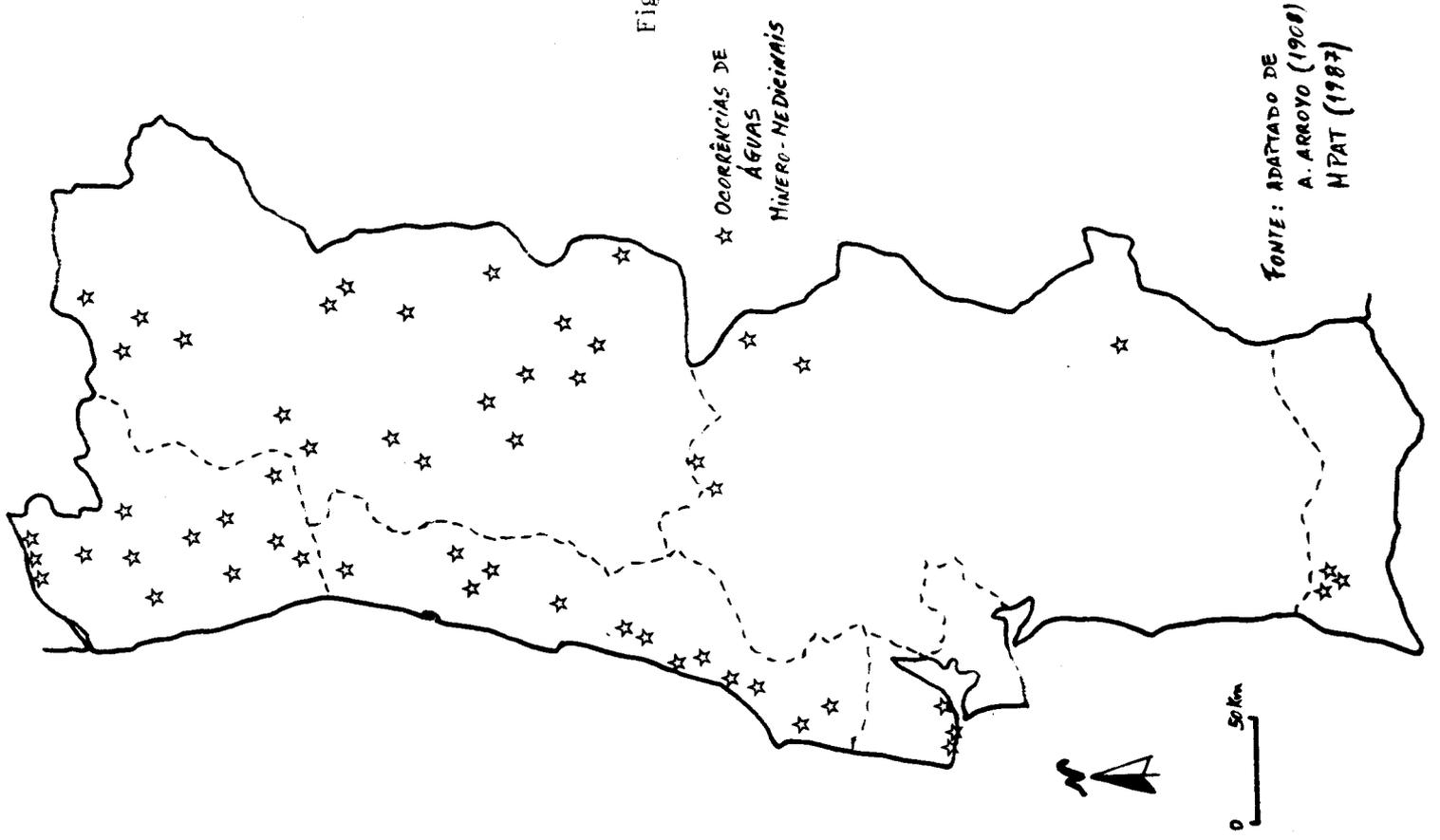


Fig. 1



FONTE: ADAPTADO DE
A. ARROYO (1968)
MPAT (1987)

mais procuradas e onde o turismo balnear tinha maior expressão. Nos princípios do século XX, novas povoações de veraneio surgem, nomeadamente no Algarve. Monte Gordo e Praia da Rocha são citadas, a par de outras no litoral centro⁷¹. (Fig. 3)

Este primitivo fluxo recreativo-turístico, espacialmente bem delimitado tanto no interior como no litoral, nasceu à volta de condições geográficas particulares, no caso os locais de ocorrência de águas minero-medicinais e os pequenos aglomerados agro-marítimos em recortes da costa abrigados e protegidos da fúria do mar, onde a areação arenosa possibilitou a formação de praias.

A luz dessa história, o advento do turismo português encontra-se ligado, e de forma íntima, a personagens e a instituições. Leonildo de Mendonça e Costa (1849-1923), *pai do turismo português*⁷², foi, como jornalista (dirigente da Gazeta dos Caminhos de Ferro) e funcionário ferroviário (quadro da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses), quem desenvolveu ideias e esforços no sentido de lançar as bases do turismo como actividade organizada e institucionalizada. Esse seu esforço estava já patente nas actividades da Sociedade de Geografia de Lisboa (na qual animava a Secção de Excursionismo) e no seu círculo de amigos, onde acalentava um projecto que anos mais tarde iria desembocar na criação da Sociedade Propaganda de Portugal, em 1906, considerada como o embrião civil da organização turística em Portugal⁷³.

Anos mais tarde, ocorria em Portugal um evento significativo: o IV Congresso Internacional de Turismo (12/Maio/1911), nas instalações da Sociedade de Geografia de Lisboa. É neste acontecimento, particularmente nas teses e conclusões do Congresso, que se potencializa o acto de constituição do primeiro órgão oficial de Turismo - a Repartição de Turismo, integrada no Ministério de Fomento -, criada por decreto em 16 de Maio de 1911⁷⁴. Nesta matéria, importa sublinhar a importância deste facto no contexto extra-nacional, na medida em que Portugal passa a ser o terceiro país da Europa a possuir, a partir dessa altura, uma organização oficial e institucionalizada de turismo, a par da Austria e da França, pioneiras nesta área⁷⁵.

⁷¹ Cfr. ARROYO (1908). C. CAVACO, *op. cit.*, 1978, p. 206-207.

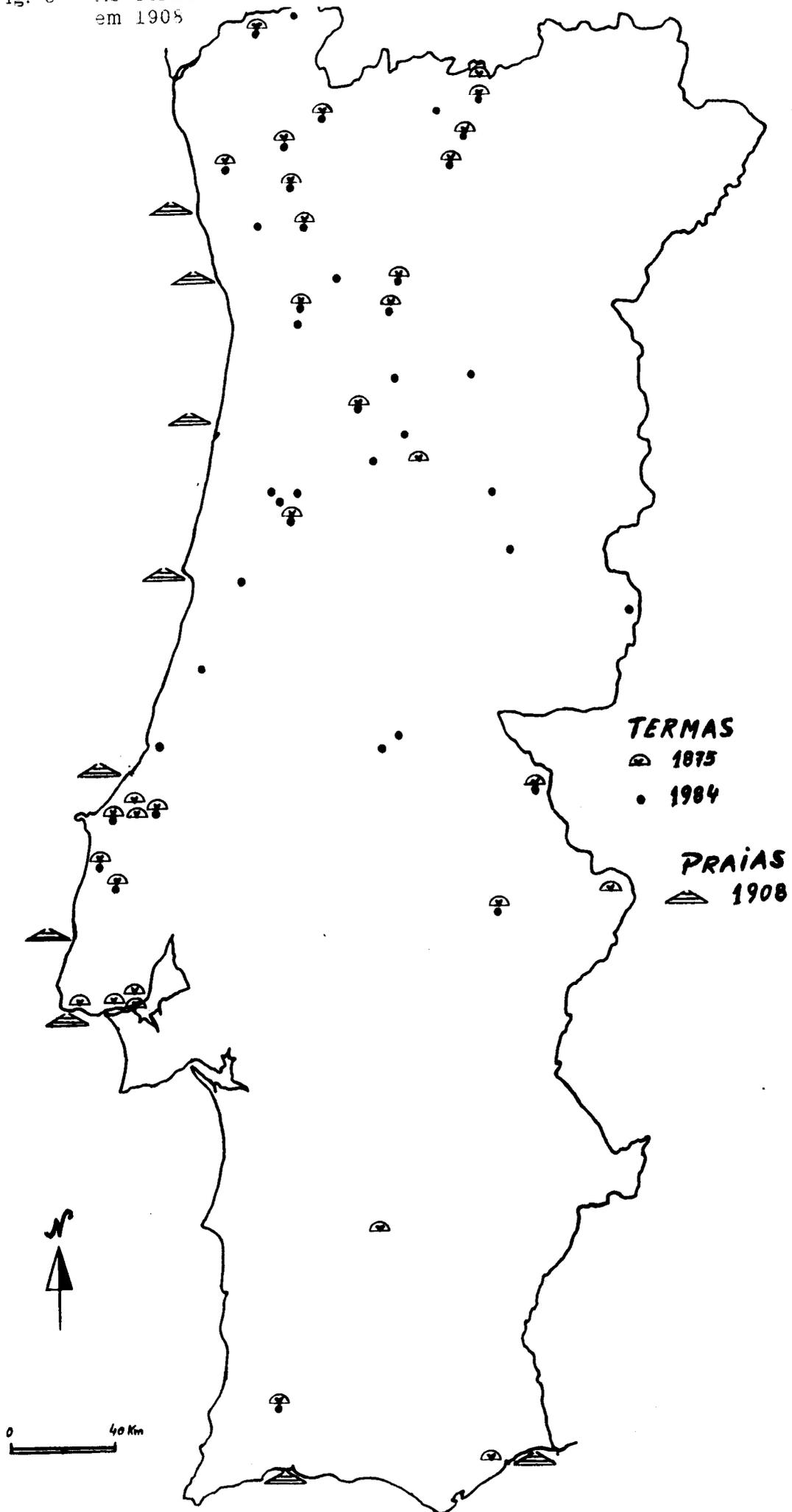
⁷² Cfr. Paulo PINA - «HISTURISMO» in *Turismo*, 9-11, Lisboa, DGT, Out./Dez. de 1989, p. 6-7.

⁷³ Vide Paulo PINA - *Portugal: O turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus, 1988, p. 13-15.

⁷⁴ Cfr. Paulo PINA, *op. cit.*, 1988, p. 17

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 23.

Fig. 3 - As Termas de Portugal citadas em 1875 e 1984, e as Praias citadas em 1908



A Repartição de Turismo, ao seguir os passos da Sociedade Propaganda de Portugal, prosseguirá a campanha de divulgação das potencialidades turísticas do país no estrangeiro e mesmo dentro do país. Neste último caso se coloca a obra *Portugal Ilustrado*⁷⁶, onde José de Ataíde, director do órgão supracitado, escreve um texto intitulado «O turismo oficial em Portugal», identificativo da forma como se promove turisticamente o País e como se retratam os recursos que acalentam o tão desejado desenvolvimento turístico. E dele a seguinte passagem:

«A Natureza, avara na distribuição das suas galas por tantos outros países, foi duma prodigalidade estranha quanto ao nosso. Na pitoresca costa deste lindo País abrem-se as praias mais atraentes e mais garridas. Na terra firme, os panoramas variados sucedem-se empolgantes e arrebatadores. As quintas, as granjas, as herdades, os lugarejos, as pequenas aldeias, as vilas, as cidades, são de um raro encanto. As encostas dos rios que atravessam e se cruzam no País têm os contornos e os aspectos mais deslumbrantes. Numa discreta ondulação duma montanha ou num sêro solitário, o gracioso perfil de uma capela ou duma ermida muito branca e muito caiada. De quando em quando, num monte escarpado, ou junto a um velho burgo, a silhueta imponente dum vetusto castelo donde se domina o horizonte sem limites. As estâncias de águas a que se devem as curas milagrosas, as estâncias de repouso e de recreio, as de altitude e climatéricas povoam o País de Norte a Sul, constituindo os mais excelentes e deliciosos recantos de tratamento, de refúgio e de distracção. A coroar tudo isto um sol glorioso e um clima privilegiado.

Todos estes valiosos elementos de incalculável riqueza, a que ainda há que juntar os majestosos monumentos que se erguem no País e os inumeros e esplêndidos museus de que Portugal é possuidor, são uma prova incontestável de que a terra portuguesa é um autêntico país de turismo e vilegiatura.»

As obras de Ramalho ORTIGÃO supracitadas são reconhecidamente consideradas como os primeiros roteiros de turismo termal⁷⁷ e balnear do país⁷⁸. Outras obras, *Como*

⁷⁶ *Grande album de turismo*, Lisboa, Edição da Revista "*Terras de Portugal*", Lisboa, 1927.

⁷⁷ Na introdução ao livro feita por Júlio César Machado, se diz claramente de «*Banhos de Caldas e Aguas Minerais - ser de ora em diante o melhor guia e o melhor companheiro*» (pág. 6), como também considerá-lo «*como que uma carteira de viajante a vêr muito em pouco tempo, passando a cada instante de um assumpto para outro, descrevendo a paisagem, mencionando alguma costumeira mais notavel, e alguma memoria histórica em a havendo [...]. Trata agradavelmente das nossas aguas nacioneas, aguas portuguezas, e das paisagens, dos montes, das cascatas, dos rios, dos vales, de tudo o que póde attrahir, para vêr se se acaba com a mania de termos maravilhas para as não explorar,*» (pág. 7).

⁷⁸ Registe-se a este propósito na obra *AS PRAIAS DE PORTUGAL*, de Ramalho Ortigão, no rosto da terceira folha se inscreve um subtítulo *Guia do Banhista e do Viajante*, a evidenciar a finalidade deste livro.

*se visita Portugal*⁷⁹, bem como a revista *Panorama*, cujo primeiro número da segunda série data de 1941, são dois exemplos documentais (de entre um significativo conjunto de publicações) de como o turismo era tratado nas décadas de trinta e quarenta, respectivamente, em forma de apoio ao visitante-turista e de análise e promoção cultural das vocações turísticas do território nacional e ultramarino.

Para esta descoberta turística do País muito contribuíram os modernos meios de transporte, acrescidos, nas décadas de vinte e trinta, do uso do automóvel, pelo que se assistiu a uma vaga de fundação de unidades turísticas (de cariz hoteleiro) e de formação de cidadãos-turistas. Com o estatuto de cidadãos-turistas devem ser identificados Raúl Enes Ramos e seu primo Serafim Pires Ramos que, em 1896, de bicicleta, percorreram em 13 dias 1 300 quilómetros, com partida e chegada de Paço de Arcos. Como primeiros viajantes são por isso considerados os iniciadores da Volta a Portugal em Bicicleta⁸⁰ e também pioneiros de uma prática de turismo hoje em dia muito popular em quase todos os países da Europa, ou seja, o ciclo-turismo. Desde o seu início, como se vê a actividade turística irá ser como determinada pelo transporte⁸¹. Mas também cedo, e opostamente, o turismo pedestre era divulgado, se anotarmos no alcance da mensagem proferida por Ramalho Ortigão, quando, no final da sua obra, a dado passo enuncia: «*Os que viajam a pé não se educam apenas, divertem-se também. [...] Depois, o viajante a pé tem privilégios que não desfructam os demais viajantes. A natureza tem para elle mais revelações, mais intimidades, mais confidências.*»⁸². É o character pessoal e flexível de encarar e praticar esta actividade que a torna aliciante em termos sociais e de uso popular no decurso deste século.

Umás décadas mais tarde, nos anos cinquenta, a actividade turística era já encarada de outra forma, isto é, a prática do turismo acompanhou naturalmente a evolução tecnológica dos meios de transporte e de práticas sociais menos elitistas,

⁷⁹ Publicação de 63 páginas, em forma de guia turístico e apresentando um índice de 36 regiões do País (15 das quais são litorais), edição em Lisboa, 1932.

⁸⁰ Informação existente no Museu do Caramulo. O percurso efectuado entre 14 de Maio e 4 de Junho encontra-se aí esboçado, sendo de assinalar que estes ciclistas pedalarium para Norte e chegariam até Melgaço.

⁸¹ Cfr. Paulo PINA, *op. cit.*, 1988, p. 148.

⁸² Ramalho Ortigão, *op. cit.*, 1875, p. 123

de entre as quais irão desempenhar significativo papel as férias pagas. Isto determinará a constatação de que a partir dessa época o turismo principiava no instante em que a deslocação tinha o seu termo⁸³.

Portugal, pela sua posição geográfica, toma consciência da seu posicionamento periférico relativamente às rotas entre o Norte e o Sul da Europa e à bacia do Mediterrâneo. Ora é esta bacia, concretamente o seu litoral setentrional, que será o palco de fruição turística de grande parte dos fluxos turísticos europeus da década de cinquenta. Atentos a esta realidade, organismos nacionais iniciam esforços no sentido de captar parte deste fluxo turístico, conforme se infere do facto de grupos de agentes de viagens e algumas companhias de navegação aérea terem sido convidados a visitar o território nacional⁸⁴. Para além deste aliciamento voltado para o exterior, outros esforços são praticados, particularmente a implantação de um novo plano de pousadas, que na opinião de António FERRO, são concebidas como «romances inocentes, suaves, da paisagem portuguesa»⁸⁵.

A partir da década de cinquenta, decorre no País a *batalha do turismo*⁸⁶ em duas frentes: uma era o afluxo crescente de turistas estrangeiros, que em 1964 determinava para as estatísticas nacionais «o número mágico de um milhão de entradas»⁸⁷; a outra desenvolvia-se no âmbito do aparelho administrativo do País, tendo o sector sido objecto de valorização institucional, na medida em que, pela primeira vez, o turismo é incluído num instrumento de planeamento territorial - o **Plano de Fomento** -, a vigorar nos anos de 1965 a 1967, e no qual lhe era dedicado um capítulo⁸⁸.

E, por conseguinte, no decurso da década de sessenta que o País assiste a um *boom* de desenvolvimento turístico, acompanhando deste modo toda a dinâmica europeia e mesmo mundial. Neste período, uma região de país está vocacionada para crescer: é o caso do Algarve. Segundo CAVACO (1980), o desenvolvimento turístico

⁸³ Paulo PINA, *op. cit.*, 1988, p. 149.

⁸⁴ Cfr. texto de Ferreira de ANDRADE *in Portugal, país de turismo*, nº 3, Lisboa, 1955.

⁸⁵ *Idem, ibidem.*

⁸⁶ Cfr. PINA, *op. cit.*, 1988, p. 167.

⁸⁷ *In Turismo*, Lisboa, D.G.T., 9-11, Out.-Dez. de 1989.

⁸⁸ Cfr. PINA, *op. cit.*, 1988, p. 169

algarvio desencadeia-se com base num conjunto de factores, aos quais não é estranho o facto do litoral mediterrânico de Espanha (mormente as províncias de Alicante e Málaga) conhecer um afluxo explosivo de turistas⁸⁹. (Quadro XXXVI)

Mas, por esta altura, ainda se faziam sentir carências ao nível das estruturas turísticas. Sintomático desta situação, refere-se que «o nosso bom equipamento hoteleiro concentra-se na região de Lisboa e em alguns pólos do litoral atlântico. O interior do País e mesmo o Algarve não dispõem de alojamentos satisfatórios em número e qualidade»⁹⁰. Daqui se infere o carácter locativo a que a actividade turística estava, por essa altura, circunscrita. O Algarve iria em breve conhecer os frutos e os malefícios do turismo. Porque o País oferecia vastas zonas de interesse para o turismo, de modo especial o litoral sul e sudoeste com as suas extensas praias arenosas de águas límpidas, recortes de costa ainda virgens e um clima sedutor, aí estavam reunidas as principais motivações para captar os fluxos turísticos. Este último elemento geográfico, ao comportar uma ambiência termopluviométrica óptima e de longa duração (cerca de 4-5 meses) para a actividade balnear⁹¹, será o grande suporte de oferta turística, tanto em cartazes como apregoado no exterior em *slogans*, tais como **Portugal, País de Beleza** e **Portugal, País de Turismo**⁹², já que, reunia as condições básicas para captar o típico turista europeu. Particularmente, o turista da Europa do Norte, sempre sedento de novas sensações e visões, tinha a nostalgia do sol e do calor, das praias de areias brilhantes e do céu azul. Por estas razões, e à volta deste cenário, se criou um modelo de oferta turística e uma imagem de férias (baseada no sol-mar-praia), que absorveu a quase totalidade da procura turística. (Fig. 4)

Os grandes defensores deste incremento turístico, tanto públicos como privados, apontavam e chamavam a atenção para deficiências no ambiente de recepção turística, para a ausência de inventariação e avaliação das características turísticas do país e para uma nova e correcta divisão do território em regiões turísticas. Proclamavam também outras melhorias nas estruturas de apoio a esse turismo,

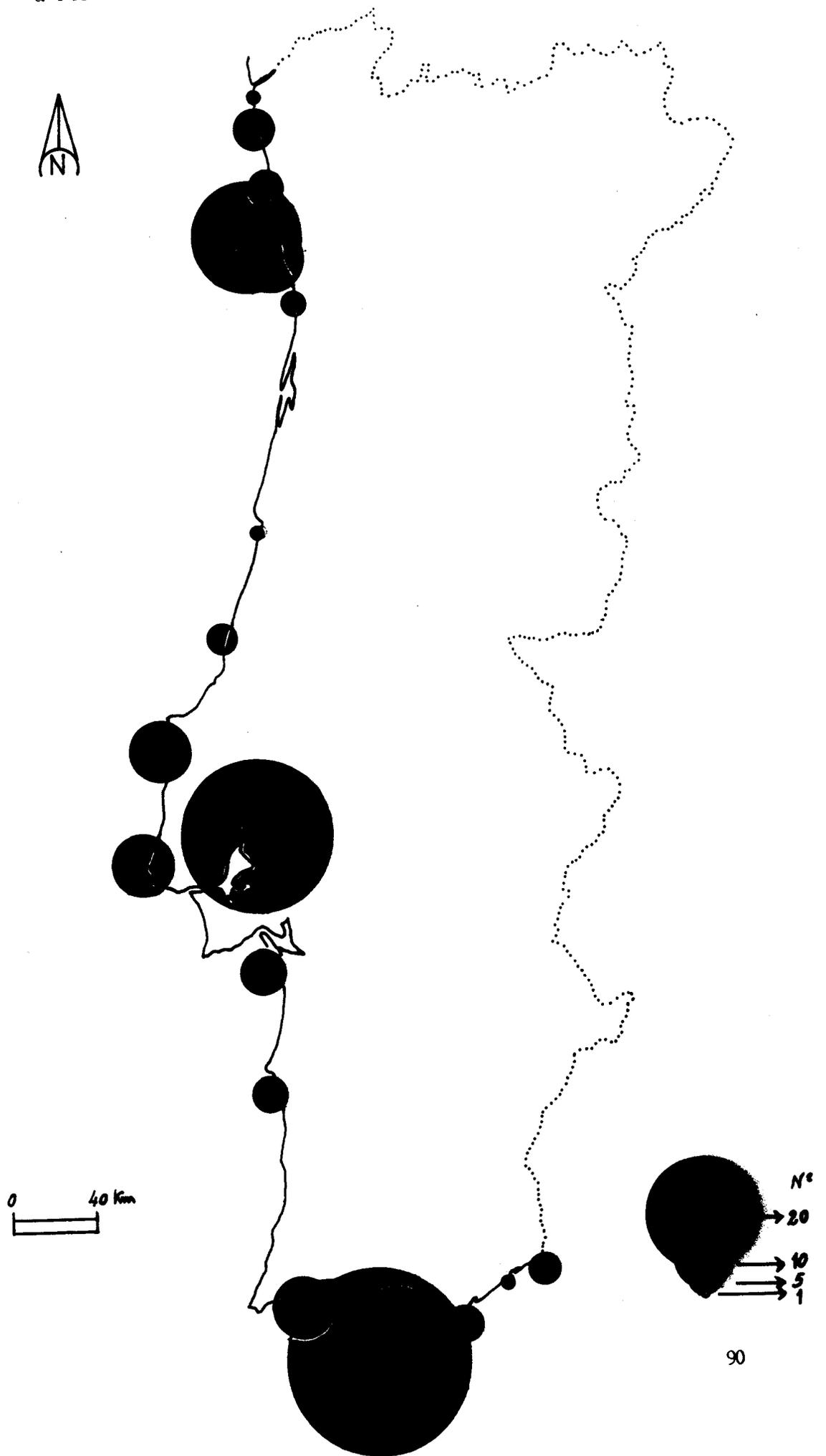
⁸⁹ Cfr. Carminda CAVACO - *Turismo e demografia no Algarve*, col. "Ciência e Técnica", Lisboa, Progresso Social e Democracia, SARL, 1980.

⁹⁰ Vide José Fernando Nunes BARATA - *O Turismo em Portugal*, Bibl. do Centro de Estudos Político-Sociais, Lisboa, 1964, p. 99

⁹¹ J.-P. BESANCENOT (1984) demonstrou a importância do turismo balnear com a noção de conforto climático, ao conjugar o número de meses secos consecutivos com as temperaturas do ar e da água do mar; Ver GIORTART, *op. cit.*, 1990, p. 52.

⁹² Ver textos na obra *PORTUGAL, País de Turismo*, nº 3, 1955

Fig. 4 - Número de Praias classificadas no Continente, por Capitânicas, segundo a Portaria nº 372/91



nomeadamente nos seguintes termos: «*construção de novas estradas, revisão, melhoria e reparação dos traçados existentes, supressão de passagens de nível, sinalização perfeita e completa, embelezamento das estradas e seu enquadramento na paisagem, proliferação de eficazes estações de serviço, restaurantes decentes, postos telefónicos, construção de centros de camionagem e parques de estacionamento*»⁹³

Na década de setenta, o País vê crescer, a par do turismo estrangeiro, o turismo interno em função de duas novas realidades: a progressiva redução do período normal de trabalho e a extensão social do direito a férias remuneradas. De facto, há um rápido crescimento turístico, que se traduziu no País na criação de territórios turísticos (geograficamente bem demarcados), e no desenvolvimento de novas funções em quase todas as principais localidades do litoral. É patente um surto de expansão e modernização das infra-estruturas urbanas e, concomitantemente, ao surgimento de novos aglomerados urbanos⁹⁴, em geral tendo por base pequenos e antigos núcleos populacionais de raiz termal ou agro-marítima. Esse crescimento turístico, quase explosivo, determinou um alerta que não parece ter sido convenientemente considerado. Nessa altura, já se sentia que «*O Turismo é entre nós, tal como tem sido orientado, mais um malefício do que um benefício, por mais que se queira «dourar a pílula»*»⁹⁵.

Nos diplomas legais que regem o regime jurídico do contrato individual de trabalho, nomeadamente os Decretos-Leis nº 47 032/66, de 27 de Maio, e o nº 49 408/69, de 24 de Novembro, estão contemplados os regimes de descanso semanal e de férias «*no contexto da mais moderna legislação europeia sobre o direito do trabalho*». Esta intenção só mais tarde se efectivará. Porém, através do Decreto-lei nº 409/71, de 27 de Setembro, se definem as relações de trabalho e só aí se contemplam alguns aspectos de aproximação à legislação europeia, particularmente a redução do período normal de trabalho. Mas mais significativo é o facto de só em 1980 o Estado Português ratificar a *Convenção sobre Férias Remuneradas*⁹⁶, situação que não trará grandes modificações nas relações trabalho-lazer, pelo facto de, a partir de 1974 e no contexto de alterações profundas do quadro político-social do País, se ter adoptado

⁹³ Cfr. BARATA, *op. cit.*, 1964, p. 42-69.

⁹⁴ Vejam-se os exemplos, formulados por Jorge GASPAR, *in Portugal em mapas e números*, col. "Espaço e Sociedade", Lisboa, Horizonte, 1979, p. 23.

⁹⁵ Cfr. Carlos Muel L. BAETA NEVES, «*Flora, fixação e aproveitamento das dunas em Portugal*», *in Separata da Gazeta das Aldeias*, 2720-23, 1972, p. 19.

⁹⁶ Cfr. Decreto nº 52/80, de 29 de Julho, que aprova, para ratificação, a *Convenção* nº 132 da OIT, relativa às férias anuais pagas.

progressivamente uma política de desenvolvimento social e económico do país articulada com as novas conquistas europeias de direitos sociais, e daí a própria legislação nacional integrar essas disposições⁹⁷.

Sintomático do exposto é o espírito e o conteúdo do Decreto-Lei nº 874/76, de 23 de Dezembro, particularmente no seu artigo 2º, onde, a dado passo, se reconhece que «o direito a férias é irrenunciável e deve efectivar-se de modo a possibilitar a recuperação física e psíquica dos trabalhadores e a assegurar-lhes condições mínimas de disponibilidade pessoal, de integração na vida familiar e de participação social e cultural». Relativamente ao período normal de trabalho a Lei nº 2/91, de 17 de Janeiro, estipula essa duração, a qual não pode ser superior a 44 horas por semana.

Mas, no conjunto global da população, as férias⁹⁸ dos portugueses tiveram a seguinte evolução: em 1973, a população que fez férias correspondeu a 29% e, em 1982, cerca de 41% da população (maior de 15 anos) declarou ter férias⁹⁹; em 1986 à volta de 43% da população maior de 15 anos gozou férias (28% fora da residência e 15% no domicílio habitual)¹⁰⁰. Em 1989, as férias dos portugueses caracteriza-se pelos seguintes dados: só 20.7% dos inquiridos fizeram férias, enquanto 79.3% não (dos quais 67.4% alegaram como causa os motivos financeiros); as regiões do País para onde se verificou uma maior deslocação foram o Norte e o Algarve, com respectivamente 24.5% e 22.9%; sobre os principais factores condicionantes da marcação de férias, 43.5% e 21.8% invocaram, respectivamente, razões profissionais e férias escolares; 87% fez apenas um período de férias; no que diz respeito ao número de dias de férias, a média foi de 20.1 dias (tendo a categoria socio-económica dos "Trabalhadores por conta de outrem na Indústria" registado o número médio mais baixo - 16.5 dias, e os "Não Activos" o mais elevado - 21.6 dias); e, finalmente, no que diz respeito ao local de maior permanência verificou-se que 59.8% optou pela praia e só 26% pelo campo. Outro dado significativo relativamente às férias é o tipo

⁹⁷ A comprovar esta afirmação veja-se o preâmbulo do Decreto-Lei nº 497/88, de 30 de Dezembro, publicado no D.R., I Série, nº 301, de 30-12-1988.

⁹⁸ Entendidas como «a saída do local de residência habitual durante pelo menos quatro noites consecutivas, com fins recreativos ou de repouso, mesmo que a estes estejam associados outros motivos como, por exemplo, a participação em actividades culturais ou desportivas (espectador), visita aos pais ou amigos, viagem de núpcias, etc.» (INE: 1989; 3)

⁹⁹ Informação inscrita no Relatório sobre o Plano Nacional de Turismo (1986/89), p. 81

¹⁰⁰ Cfr. SET, *O Turismo em 1986, Portugal*, Lisboa, DGT/Gabinete de Estatística e Inquéritos, 1987, p. 133

de alojamento praticado, facto que está directamente relacionado com as disponibilidades financeiras dos portugueses. Ora essa disponibilidade é limitada, na medida em que 45.8% dos indivíduos procuraram a casa de amigos ou familiares e só 9.1% a hotelaria¹⁰¹.

A partir de finais da década de setenta e inícios de oitenta, ocorrem mudanças nas formas de recreação e de turismo. Essas mudanças são eminentemente culturais e resultaram de campanhas de sensibilização para certos cuidados a ter no consumo dessas formas. Isto vai levar certas parcelas de população turística a ser mais exigentes em informação e sensíveis aos novos dados resultantes das investigações relativas ao estado do ambiente e às consequências da qualidade desse ambiente na saúde humana. A este propósito, o turismo balnear (de sol-praia) já não será praticado como no início do século XX, onde a exposição do corpo à radiação solar era tida como muito benéfica e saudável. No Verão eram visíveis nas praias as consequências desse comportamento sob a forma de queimadura solar. Mas só em 1982 foi demonstrado que «a exposição demorada, mesmo que por efeito acumulado de repetição, conduz ao desenvolvimento, posterior, do cancro da pele, além da perda de elasticidade e do envelhecimento precoce da mesma»¹⁰². Isto é resultado da acção da radiação ultravioleta, que é altamente prejudicial aos ácidos nucleicos das células orgânicas, apresentando, por isso, consequências nefastas. Tal como a radiação provocam mutações do material genético.

No decurso da década de oitenta, ocorre uma viragem nos comportamentos do turista. Ele vê no turismo o campo de acção para encontrar o equilíbrio psicológico, afectado pelo stress¹⁰³ e pelas rupturas no ambiente de vida, casos do ruído, da poluição e dos desperdícios, da agitação e das tensões sociais¹⁰⁴, das preocupações

¹⁰¹ Cfr. dados inseridos em publicação do INE, *Inquérito às férias*, 1989.

¹⁰² Vide *ATLAS DO AMBIENTE, Radiação solar, Notícia explicativa*, Lisboa, S.E.A.R.N., 1988, pp. 18-19.

Sobre este assunto, de significativa importância quando assistimos a uma preocupante redução da camada de ozono na estratosfera, ver também artigo de Micheline SONG, «Facteurs du milieu et vieillissement de la peau» in *SANTÉ DE L'HOMME ET ENVIRONNEMENT*, Simposium Internacional, 3-5 Mars, Luxembourg, Ed. Sang de la terre, 1988, pp. 91-94

¹⁰³ É um estado de irritabilidade psicológica em resultado de o Homem ter a propriedade de reagir (resposta) a uma excitação vinda do meio exterior (estímulo).

¹⁰⁴ Como em todas as espécies, também no Homem existe um grau de agregação óptimo, o que significa que a subpopulação (falta de agregação) ou a sobrepopulação (excesso de agregação) sejam condições de desregulação física e social. Neste quadro se inscreve o princípio de ALLEE, que nos diz que a insuficiência ou, pelo contrário, o excesso de agregação, podem funcionar como factores de limitação. Cfr. Paul DUVIGNEAUD - *A síntese ecológica*, Lisboa, Socicultur, Vol. I, 1977, p.24-25.

inerentes à vida profissional, etc.. Estas são os principais factores que criam no Homem uma necessidade de repouso e de contacto com a natureza, a qual adquire cada vez mais o papel de factor de prevenção e de tratamento de perturbações psico-orgânicas manifestadas pelo Homem. Daí que, a actividade turística seja, hoje em dia, um bem de consumo e um produto de primeira necessidade indispensável para o bem estar do indivíduo. Esse bem-estar é o resultado e o somatório de três aspectos qualitativos: o nível de vida (traduzido na conquista ininterrupta de bens materiais); a condição de vida (que se exprime pelo ambiente social); e, por último, o ambiente de vida, traduzido pela qualidade do ambiente físico, e que traz à humanidade três tipos de bens imaterias (de ordem biológica, p. e., a saúde, de ordem estética, p. e., a beleza, de ordem científica, p. e., a educação e a curiosidade científica). Isto é significativo no caso do turismo balnear (Quadros XXXVII e XXXVIII), já que surge no país, e em resultado da integração europeia, o estatuto de praia com bandeira azul, que reflecte as preocupações entre a qualidade do ambiente e a fruição turística (Fig. 5). Ora a qualidade do turismo exprime-se pela dimensão do bem-estar (ou qualidade de vida) e, por este motivo, facilmente compreendemos a complexidade inerente a esta actividade social.

Complementarmente os tempos de ócio e o tipo de férias diferenciam-se em função destas novas realidades. No caso das férias torna-se cada vez mais importante distinguir os turistas passivos (adeptos de férias sedentárias) dos turistas activos (que procuram férias nómadas), estes últimos exigentes em termos de oferta turística. No que diz respeito à oferta turística, esta componente está de certa forma relacionada com a regionalização turística do país¹⁰⁵. Em função das aptidões e potencialidades turísticas, base do quadro promocional e de coordenação da política deste sector, configurou-se, no caso do Continente, seis espaços regionais: a *Costa Verde*, cobrindo em termos territoriais a área correspondente ao norte litoral; a *Costa de Prata*, abrangendo todo o litoral centro entre Espinho e Mafra; a *Costa de Lisboa*, composta pelos concelhos ribeirinhos à volta do estuário do Tejo e pela península da Arrábida; o *Algarve*, integrando a área do distrito de Faro; *Planícies*, com uma expressão territorial muito semelhante à área do Alentejo; e, finalmente, o espaço *Montanhas*, constituído pelo norte e centro interior, com o vale do Tejo como seu limite meridional. (Fig. 5 e 11)

¹⁰⁵ Ao abrigo do Decreto-Lei nº 327/82, de 16 de Agosto, opera-se uma harmonização na definição de regiões de turismo, já que este diploma «Define regiões de turismo e estabelece normas relativas à sua criação e área da sua jurisdição»

No que diz respeito à administração da actividade turística, e segundo o PNT (1986-89), a regionalização turística assenta na existência de uma organização regional e local do turismo que integra três níveis, ou seja: os órgãos com um âmbito transconcelhio correspondem a **Regiões de Turismo**; os órgãos com um âmbito concelhio constituem as **Zonas de Turismo** ou **Comissões Municipais de Turismo**; e, finalmente, os órgãos com um âmbito territorial local dentro de um município (mas, por vezes, também municipal) correspondem a **Juntas de Turismo**. Em 1986 existiam no Continente doze Regiões de Turismo (que integravam 137 concelhos), trinta e seis Comissões Municipais de Turismo, e dezoito Juntas de Turismo¹⁰⁶. Ainda hoje essa regionalização reflecte as antigas estruturas e o tipo de desenvolvimento turístico passado, na medida em que alguns órgãos regionais de turismo, como por exemplo as Juntas de Turismo e as Comissões Municipais de Turismo, são herança do quadro administrativo do país que remonta às décadas de vinte e trinta (Fig. 6). É o próprio Decreto-Lei nº 287/91, de 9 de Agosto¹⁰⁷, que reconhece que uma das atribuições das regiões de turismo é «*Promover a oferta turística no mercado interno e colaborar com as órgãos centrais de turismo com vista à sua promoção externa*». Uma constatação a reter dessa regionalização é a forma muito desigual e diversificada de institucionalização do turismo no país, tanto em termos territoriais como de administração e gestão do sector.

Em Portugal, o turismo mereceu, desde meados da década de oitenta, algumas acções de intervenção, das quais se destaca a implementação do desenvolvimento de várias formas de Turismo no Espaço Rural, ao abrigo do D.L. nº 256/86, de 27 de Agosto (que estabelece normas relativas ao desenvolvimento das várias formas de turismo no espaço rural, revestindo a forma de «turismo de habitação», «turismo rural» ou «agro-turismo»¹⁰⁸) e, no quadro do Plano Nacional de Turismo¹⁰⁹, a definição de um ordenamento turístico, apoiado pela criação de um instrumento de apoio financeiro

¹⁰⁶ Cfr. Relatório s/ o Plano Nacional de Turismo (1986-89), p. 54-56.

¹⁰⁷ Este diploma legal *define o novo regime jurídico das regiões de turismo*.

¹⁰⁸ Este diploma não pode ser desligado do Despacho conjunto, publicado no D.R., 2ª Série, nº261, de 12-11-1986, versando a importância de coordenar acções entre Cultura e Turismo. Posteriormente o Decreto Regulamentar nº 5/87, de 14 de Janeiro e o Despacho Normativo nº 20/87 dão aplicabilidade a esta nova forma de turismo. Realça-se que o Turismo em Espaço Rural constitui uma das áreas de integração do turismo com os recursos patrimoniais e ambientais do mundo rural, de grande alcance e significado prático.

¹⁰⁹ As bases essenciais deste plano foram publicadas através da Resolução do Conselho de Ministros nº 17-B/86.

Fig. 5 - Praias com Bandeira Azul no Continente, por concelho, segundo o INAMB (1989)

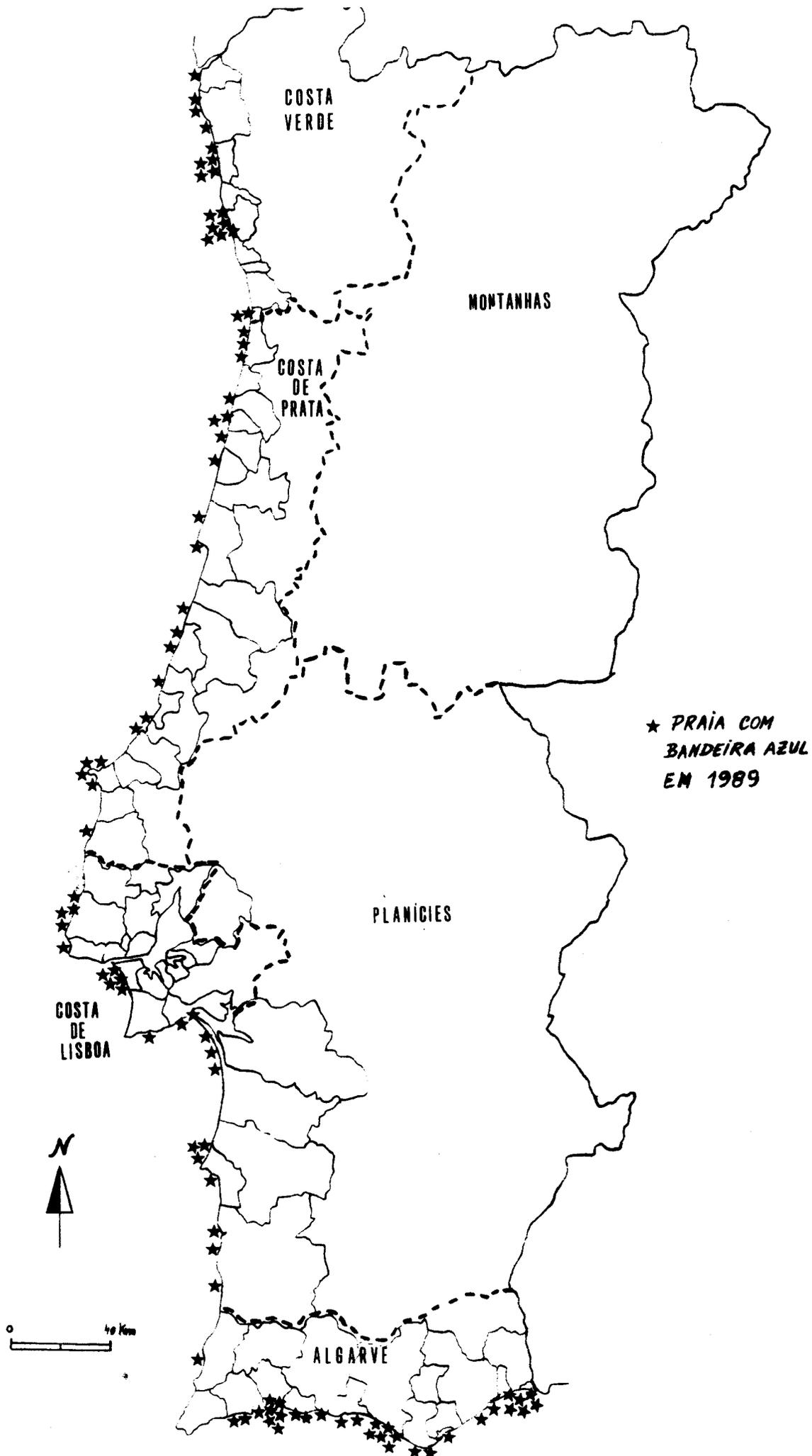
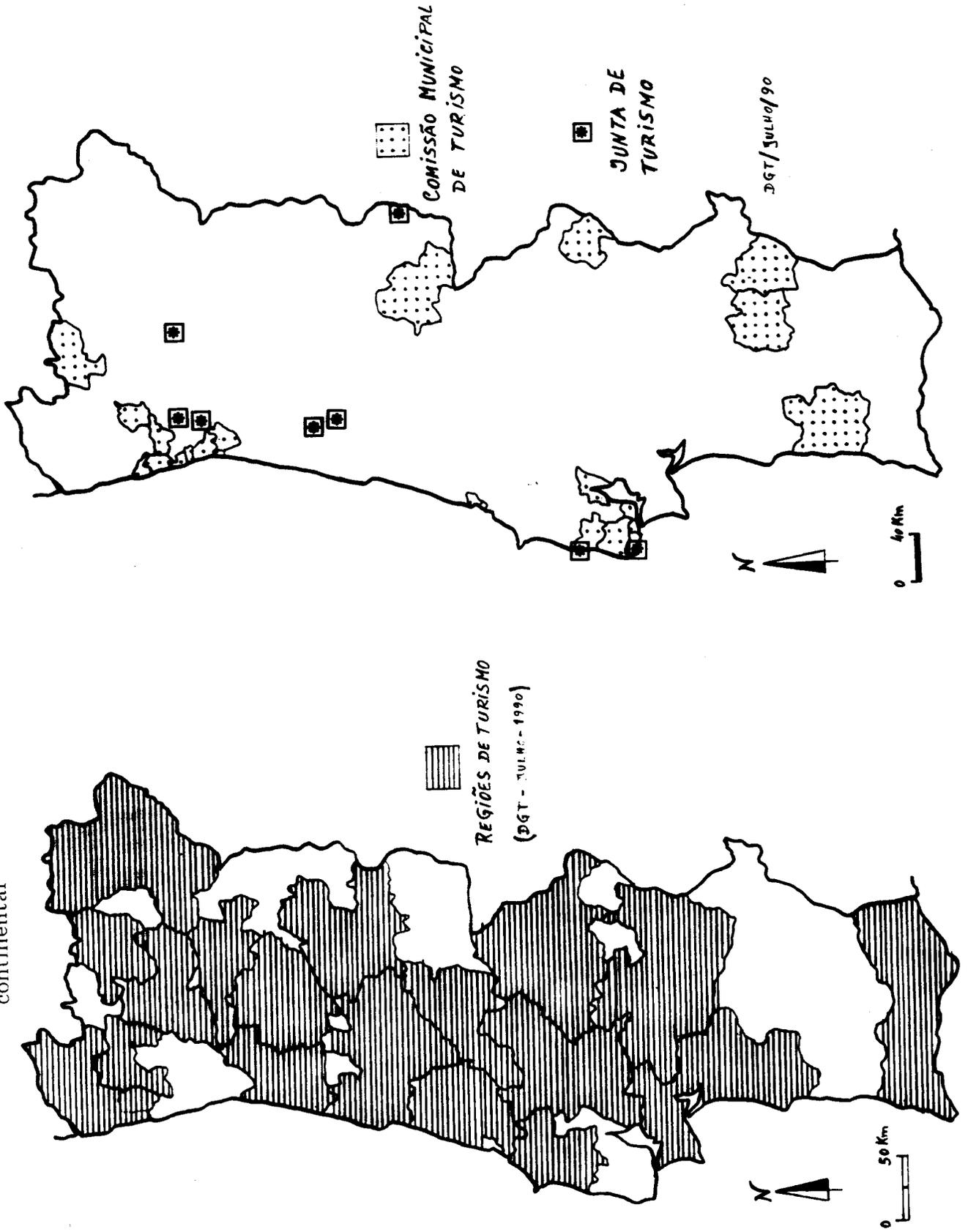


Fig. 6 - Órgãos regionais e locais de administração do Turismo em Portugal continental



(o SIFIT), no âmbito de vários diplomas legais ainda vigentes¹¹⁰. Este último aspecto enquadra-se no assumir das assimetrias territoriais existentes no país. Tal é o caso das estruturas turísticas, as quais se concentram sobre o eixo costeiro (Porto-Figueira da Foz-Cascais-Lisboa-Setúbal-Portimão-Vila Real de Stº António)¹¹¹ e, por isso, são também o reflexo do tecido económico e demográfico do país.

Tanto o contexto interno como externo potencializaram condições para que a actividade turística criasse novos dinamismos territoriais que, a par com outras actividades económicas, irão basear uma leitura prospectiva do país nestes termos: «*numa faixa litoral entre Braga e Setúbal cresce um contínuo urbano com mais de 50 km de largura; nas costas alentejanas e algarvias e no Alto Minho o desenvolvimento parece destinar-se a um turismo de terceira classe; por último, o interior do país vê incrementar-se uma florestação destinada à produção de pasta de papel*» (R. TELES: 1987, 421-444). A luz destas realidades se irá configurar o Plano Nacional de Turismo (PNT) para 1986-1989, o qual reconhece que o incremento do turismo «*tem evoluído mais em termos de espontaneidade e ao sabor das perspectivas individuais do que em obediência a estratégias em função de objectivos claros e conducentes à obtenção de um crescimento equilibrado*»¹¹².

De facto, o processo de desenvolvimento regional defronta-se em Portugal com estrangulamentos estruturais, os quais têm vindo nos últimos anos a ser objecto de atenção por parte da Administração Central. A título de exemplo vejam-se as figuras 7 e 8 que esboçam, respectivamente, o caso das regiões mais carenciadas de iniciativas empresariais, definidas na Portaria nº 760/89, e as áreas geográficas correspondentes às Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico (REATs), a Eixos de Desenvolvimento Turístico (EDTs), ao abrigo da Portaria nº 976/87, de 31 de Dezembro e a Pólos de Desenvolvimento Turístico (PDTs), criados pelo Despacho Normativo nº 90/88, de 20 de Outubro. Este ordenamento ao privilegiar zonas de

¹¹⁰ Casos do D.L. nº 420/87, de 31 de Dezembro; da Portaria nº 976/87, de 31 de Dezembro; do Despacho Normativo nº 42/87, de 27 de Abril; e do Despacho Normativo nº 90/88, de 20 de Outubro.

¹¹¹ Indica-se que 70% da capacidade hoteleira do país está na região de Lisboa e Vale do Tejo. Cfr. MPAT, *Relatório do Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território*, Lisboa, GEPAT, 1987, p. 54

¹¹² Cfr. *Relatório s/ o Plano Nacional de Turismo*, 1986-1989, p. 5.

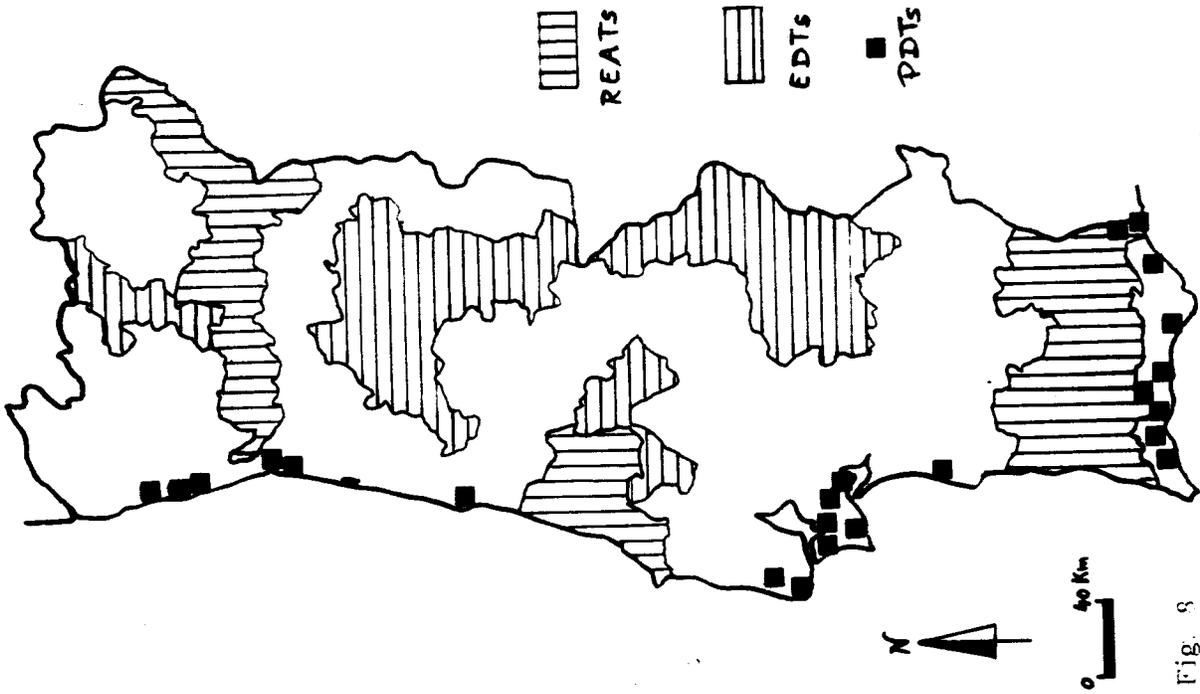
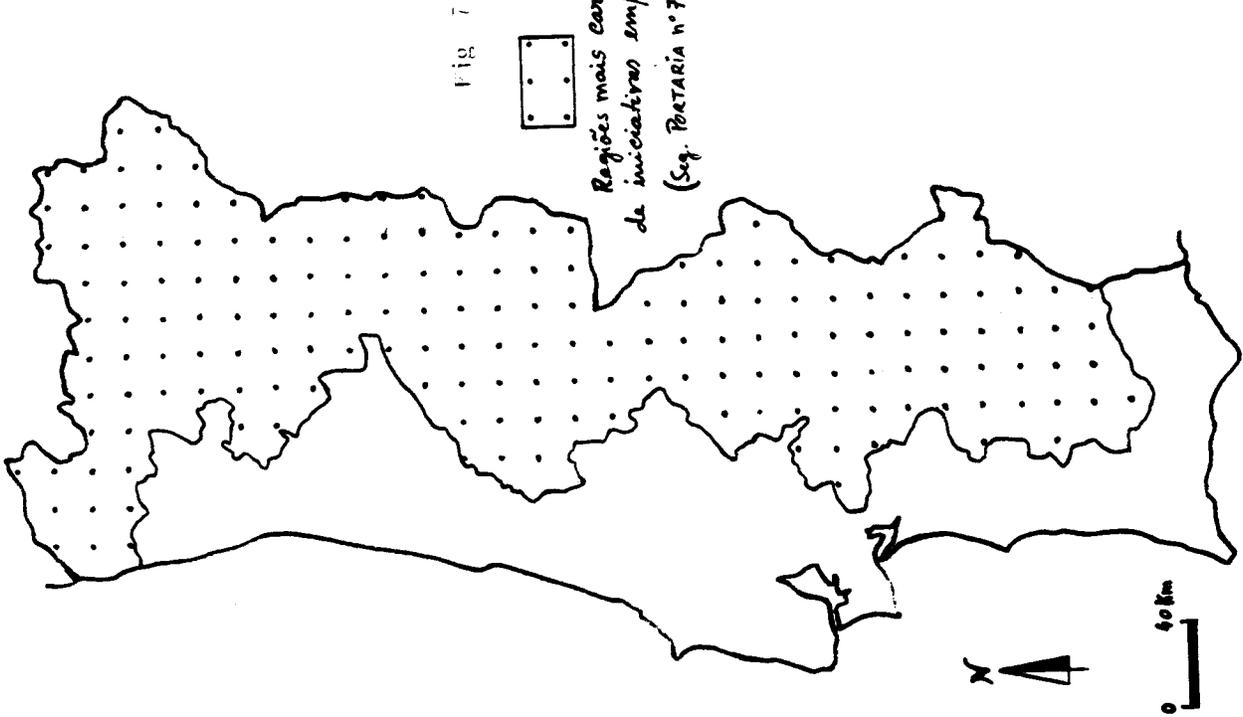


Fig. 8

Áreas de desenvolvimento turístico no quadro do ordenamento turístico consignado no PNT (1986-89)

desenvolvimento turístico e económico deseja, por um lado, o aproveitamento diversificado e integrado dos recursos endógenos das regiões¹¹³ e, por outro lado, contribuir para atenuar os desequilíbrios socio-económicos do território nacional¹¹⁴.

Opostamente certas franjas do litoral português e pontualmente zonas de serra apresentam-se declaradamente degradados, em parte devido a pressões geradas pelo turismo. A este propósito há, para Portugal, casos e exemplos referidos na documentação consultada com características de *erosão humna* ou *poluição turística*¹¹⁵. O próprio PNT (versão do relatório para 1986-89) não ignora estas situações motivadas pelo turismo, mencionando, de forma mais lata, os seguintes aspectos: forte especulação imobiliária; índices de utilização do solo que ultrapassam as densidades urbanas mais convenientes; saturação e sobre-utilização das infra-estruturas básicas (transportes, água e energia, saneamento básico e saúde); descaracterização de aglomerados históricos; alteração morfológica e funcional dos ecossistemas fluviais e marinhos, bem como de extensas frentes da paisagem litoral e urbana¹¹⁶.

Do ponto de vista técnico-legal as áreas turísticas mais significativas do país, casos de grande parte do litoral algarvio, o corredor de Lisboa-Cascais, a península de Arrábida e Tróia e, pontualmente, algumas aglomerações costeiras do Norte e Centro apresentam marcas de degradação tal que podem ser consideradas «zonas turísticas saturadas»¹¹⁷, ao abrigo da Portaria nº 162/89, de 2 de Março.

No futuro próximo o turista tenderá a rejeitar um produto estandarizado e a valorizar formas de turismo activo e personalizado, não se contentando em satisfazer a sua vontade de repouso e de mudança, mas também que essa mudança dê resposta aos seus interesses pessoais. Isto significa que o turista será ao mesmo tempo mais

¹¹³ É o próprio PNT (1986-89) que reconhece que os estudos das motivações turísticas têm demonstrado que não são os equipamentos que originam estas deslocações mas antes o valor intrínseco dos recursos naturais e culturais. Cfr. Relatório s/ PNT (1986-89), p. 16 e 24

¹¹⁴ Este aspecto é claramente evidente no Despacho Normativo nº 42/87, o qual é uma das formas de «estimular o desenvolvimento são e ordenado do turismo nacional».

¹¹⁵ «Entre nós mostram exemplos desta forma de poluição as serras de Sintra e Buçaco e até certos percursos do Gerês». Cfr. prefácio de Carlos Almaça à obra de Michel CUISIN, *O que é a Ecologia?*, Lisboa, 1981, p. 9.

¹¹⁶ PNT, *op. cit.*, p. 84.

¹¹⁷ Presentemente só alguns locais do litoral algarvio estão abrangidos por esta situação técnico-legal. Cfr. *Turismo*, Lisboa, DGT, 30-32, Jul.-Set. de 1991, p. 38.

emancipado e mais sensível aos contextos espirituais da viagem. Para Edgar MORIN a vida de férias é um grande jogo: joga-se a ser camponês, montanhês, pescador, caçador, etc.¹¹⁸.

Por conseguinte, Portugal terá de se organizar nos anos noventa para as novas tendências do turismo. O seu território ainda comporta vastos espaços pouco poluídos, casos do interior do país, com fortes aptidões turísticas, em resultado do seguinte contexto: a procura irá convergir (e será significativa) para destinos turísticos correspondentes a centros de pequena dimensão; grande parte da procura tenderá para locais naturais atractivos, cuidados e bem organizados; o sucesso da oferta turística (ou dos produtos turísticos) será avaliado mais em termos de qualidade de serviço, de formas de animação e de preenchimento dos tempos livres do turista; as decisões dos turistas virar-se-ão para viagens e circuitos turísticos mais flexíveis, onde a sua liberdade de decisão e escolha for maior; o consumo de formas de alojamento será mais personalizado e polivalente¹¹⁹. Por outro lado estas tendências terão de levar também em conta que o perfil demográfico da população turística é de certa forma muito diferenciado. Haverá, de um lado, uma população jovem que agirá autonomamente, em ruptura com as normas e com o seu quotidiano, e consumindo férias itinerantes ou produtos específicos adaptados a este grupo etário; e, de outro lado, uma população idosa, que no conjunto da procura será maioritária, ávida em viajar e em consumir períodos de longa duração, função da redução da idade de reforma e de uma duração média de vida mais prolongada¹²⁰.

3. O TURISMO REGIONAL

No âmbito da área em foco neste trabalho, tentaremos abordar de uma forma diacrónica o incremento da actividade turística, não ignorando os contextos anteriormente aludidos.

O despontar do turismo nesta região parece remontar a meados do século XIX. Fazendo uso da documentação estudada, é de crer que as *Caldas de Monsão* são a esse nível pioneiras, em parte devido à sua privilegiada localização, mas também

¹¹⁸ Cfr. Relatório sobre o *Plano Nacional de Turismo*, 1986/89, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo, , p. 93-94

¹¹⁹ *Vide Rapport de la Commission au Conseil et au Parlement Europeen sur l'Anné Europeenne du Tourism*, Mars/1991, pp. 67-69

¹²⁰ É o que se infere do *Plano Nacional de Turismo 1989-1992*, pp. 70-117

e certamente pela importância terapêutica das suas águas. Ramalho ORTIGÃO (1875), ao descrevê-las, avalia a sua procura na estação balnear em cerca de 2 000 pessoas, em grande parte *hispanhoes de além Minho*¹²¹. A reforçar esta importância que lhe atribuiu, alude também às infraestruturas de apoio, nomeadamente a um edifício com o nome de *Therma*, construído pelo Conde de Amarante em 1801, e um outro para casa de banho, construído pelo cônsul inglês em Viana, Ricardo Allen, e conhecido por *Banho do Inglês*¹²². As outras estâncias termais por ele mencionadas já não pertencem ao Alto Minho. As mais próximas estão no distrito de Braga (Barcelos, Amares e Terras de Bouro), respectivamente, as *Aguas das Fontes de Lijó e Gallegos* (que mais tarde se vão designar por Termas de Eirogo), as *Aguas das Caldas de Rendufe* (mais tarde Termas de Caldelas) e as *Caldas do Gerez*.

No contexto das praias, há a salientar o local da *praia de banhos, no norte, e no fundo do Campo da Foz*¹²³, que em finais do século XIX e até à década de quarenta deste século é delimitado pelo *caes do Rapelho*, a Ocidente, e pelo *Castello de S. Tiago da Barra*, a Oriente, e que, numa planta apensa à obra de Adolpho LOUREIRO (1905), se chama Praia da Foz¹²⁴, praia hoje desaparecida, porque aí se instalaram os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Esta referência atesta de forma segura ser esta praia o espaço de turismo balnear da cidade e, muito em particular, da população que aí se acolhia.

Carreando outras informações documentais, menciona-se que no início deste século se instalou para os lados da Praia Norte (local mais a Norte e adjacente à Praia da Foz), um balneário modesto de *Banhos Quentes*¹²⁵, de cujo primitivo edifício há registos fotográficos. Ele serviu para banhos de água quente de mar, anos mais tarde também absorvido pelos Estaleiros Navais, o que motivou a construção de um novo balneário implantado em local muito próximo do anterior, ou seja, a ladear a

¹²¹ ORTIGÃO, *op. cit.*, 1875, p. 45.

¹²² *Idem, ibidem*, p. 44.

¹²³ Nestes termos e em forma de localização geográfica, a ela alude L. Figueiredo da GUERRA *in Castelos do Distrito de Viana*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 26.

¹²⁴ *In O porto de Vianna do Castello*, separata de «Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes», Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

¹²⁵ Maria E. de VASCONCELOS, «História breve dos banhos quentes de Viana», *in Roteiro de Viana*, 16, 1974, texto de muito interesse pelas informações aí contidas. Outra informação sobre este assunto é veiculada em artigo da mesma autora, «Negrumes em Viana» *in Cadernos vianenses*, Viana do Castelo, 9, 1985, p. 60-61.

berma norte do arruamento que, do Campo do Castelo, dá acesso à Praia Norte, aberto em finais da década de vinte, e de que hoje só resta a memória, pelo facto de em 1974 ter também desaparecido. A quando da sua compra pelos Estaleiros Navais, na sua última fase de expansão, extinguiu-se uma tradição balnear regional ligada à talassoterapia. Esta estrutura comprova grande parte das considerações tecidas anteriormente sobre o turismo balnear, facto que não está arredado do conjunto das manifestações terapêuticas e recreativo-turísticas procuradas por significativos contingentes populacionais durante o Verão e em alturas de festas. A Romaria d'Agonia, celebrada por volta do dia 20 de Agosto em Viana do Castelo, tem por palco principal o local do santuário e espaço adjacente, ou seja, o Campo do Castelo¹²⁶. Também nesta região esta festividade potencializava o afluxo de população que, tirando partido da estação do ano e da proximidade de mar, praticava um turismo de recuperação e repouso, pela via da praia.

Mas a obra já citada de Ramalho ORTIGÃO (1886) não faz menção deste local balnear adjacente à cidade de Viana do Castelo, mas de pequenas localidades de carácter agro-marítimo, como são Âncora, a Norte, e a Apúlia, a Sul, e incluídas no conjunto de localidades com praias pouco frequentadas, a que chamou *Praias Obscuras* (pág. 111-114). Este autor somente indica, a Norte da foz do Ave, as praias da Póvoa de Varzim e Vila do Conde como principais. Na **figura 2**, as «praias menores» estão expressas em letras minúsculos. Aí podemos constatar os territórios balneares e turísticos do princípio do século, quando o Algarve correspondia a um "deserto balnear".

Só décadas mais tarde o turismo balnear teve o seu auge, mas o seu processo de desenvolvimento teve muito a ver com a divulgação e com os melhoramentos produzidos nas localidades costeiras, com a sua significativa faixa arenosa e outras

¹²⁶ No texto citado, diz-se que o casario contínuo a Norte e Poente do Campo do Castelo, construído nos terrenos da Quinta da Foz, funcionou como «*tradicionalis carteis dos labrostes que, pela Agonia, vinham a banhos*».

aptidões balneares¹²⁷. O melhor exemplo regional é a Praia de Ancora considerada «*uma estância de verão de excepcional belesa e oferecendo já não poucas comodidades, tanto a banhistas propriamente ditos, como aos simples turistas*»¹²⁸.

Mas, no fim do séc. XIX, os constrangimentos ao desenvolvimento do turismo são quase idênticos aos do resto do País. Em Viana, regista-se, em 1894, *um hotel assaz modesto com o pomposo nome d'Agua d'Ouro*¹²⁹, e hoje ainda conhecido por Hotel Aliança. Havia carências de infraestruturas de apoio, fundamentalmente de acesso por vias de comunicação rápida, de condições mínimas de recepção dos visitantes e de condigno alojamento dos potenciais turistas.

Na obra de Ramalho ORTIGÃO (1875), refere-se que Monção beneficiava de «*a comunicação mais commoda é a que se faz por Braga em carruagem. Pode-se ir tambem por Vianna, Caminha e Valença, trajecto extremamente pittoresco*»¹³⁰. Contudo, este panorama iria em breve ser alterado. A confirmá-lo, estão as estâncias termominerais mencionadas por ARROYO (1908), em grande parte já servidas por caminho-de-ferro. É o caso do Alto Minho, onde as termas da raia do Minho já apresentam comunicação por via férrea, devido ao facto de a vila de Monção corresponder à última estação da linha férrea do Minho. Para enquadrar temporalmente este moderno meio de comunicação, diga-se que a construção da estação do caminho de ferro da cidade foi finalizada em 1882. Por conseguinte, a acessibilidade a esta área termal ficou mais beneficiada. Agora, a divulgação das estâncias termais ou outras passa a assentar nos transportes. Como exemplo ilustrativo disto, a documentação dos anos vinte, que assim o comprova: «*Para ida à estância do Peso toma-se a linha férrea do Minho, até à estação de Monsão; daí para Melgaço são 20 quilómetros de boa*

¹²⁷ O exemplo regional mais significativo pode ser dado pela anúncio inscrito no *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, 1, 1932, onde na página 305 (não numerada) surge a informação de uma *Empresa de Melhoramentos da Praia de Viana-do-Castelo (Em organização)*, com sede na Praça da República em Viana do Castelo. Esta praia é a Praia do Cabedelo, a Sul da foz do rio Lima, apresentada nestes termos: «*4 quilts de areia finissima, declive suave, orlada de pinheirais. A praia mais extensa e mais segura do País. Centro de turismo na mais linda cidade de Portugal.*»

¹²⁸ Ver *Portugal ilustrado*, de 1927, onde se indicam alguns serviços e apoios ao turismo balnear aí proporcionados, em grande parte favorecidos pela passagem da linha de caminho-de-ferro.

¹²⁹ Maria Emília VASCONCELOS, *Como em 1894 se acolhia um forasteiro em Viana, in Cadernos vianenses*, Viana do Castelo, 11, 1988, p. 117-119.

¹³⁰ Cfr. ORTIGÃO, *op. cit.*, 1875, p. 45.

*estrada, que se vencem em menos de uma hora, em automovel, de que ha carreiras diarias desde Monsão, especialmente durante a época normal de uso das respectivas águas*¹³¹.

Relativamente à frequência e ao equipamento termal, manifestam-se em ARROYO (1908) as diferenças entre as termas de Monção e Peso-Melgaço. Esta situação não se alheia do facto de Monção ter tradições termais, as quais fazem jus à qualidade terapêutica das suas águas e, por isso, possuía, nessa época, *buvette* e *balneário*¹³², enquanto que o Peso só mais tarde ganha estruturas deste tipo, já que só em 1926 se referem a *buvette*, o *balneário* e uma *secção de engarrafamento*, denotando isto a comercialização destas águas¹³³. O mesmo autor indica para o Alto Minho quatro locais *termominerais*, especificadamente, de águas bicarbonatadas, o Peso, a Corga do Vergueiral e Monção, na raia do rio Minho, e, de água sulfurosa, o lugar de Agua das Virtudes no vale do rio Lima¹³⁴.

No entanto, outra obra de finais dos anos trinta menciona que as *Agua Mineralis* do distrito ocorrem nos seguintes locais: Peso-Melgaço; Monção; Valadares (*não exploradas*); S. Pedro da Torre (*termais*); Lanhelas (*sulfo-ferruginosas. Para afecções da pele*)¹³⁵.

Na década seguinte e reflectindo as insuficiências estruturais acima aludidas, encontramos, em texto datado de 1935, pomposamente intitulado *Tese apresentada pelo Conde d'Aurora*¹³⁶, o relato dos valores naturais e culturais que dão justificação ao incremento do turismo nesta Região, assim como a formulação de dez propostas de equipamentos turísticos, de que passo a citar duas: «*cinco a seis estalagens-albergues, nos pontos turísticos escolhidos do distrito, para estadia frugal e simples de algum artista ou excursionista e para albergue de horas ou uma noite, bem como refeições ligeiras ao turista.; [...] uma estrada de turismo interior, no distrito de Viana do Castelo e com urgência imediata a inclusão no turismo do Vale do Lima, estradas de*

¹³¹ Cfr. *Portugal ilustrado, op. cit.*, 1927.

¹³² Ver CAVACO, *op. cit.*, 1978, p. 198-199.

¹³³ Cfr. *Portugal ilustrado, op.cit.*, 1927.

¹³⁴ Cfr. CAVACO, *op. cit.*, 1978, p. 195.

¹³⁵ *Portugal económico, monumental e artístico*, Vol. I, Minho, fasc. 1 (1ª Parte), 1926-1936, p. 10.

¹³⁶ *O turismo no distrito de Viana do Castelo, comunicação ao I Congresso Nacional de Turismo*, II secção, Lisboa, 1936.

Viana a Arcos de Val-de-Vez, por ambas as margens do Rio Lima¹³⁷. Estas considerações, relativamente sintomáticas da realidade turística regional, devem ser interpretadas em confronto com outras leituras. Na verdade, já nos fins do século passado se expressava que o interior do Alto Minho continha interesse turístico, circunscrito, porém, aos seus recursos endógenos. É significativo mencionar o carácter intrínseco desse facto, já que o que se oferece turisticamente mais não é do que aquilo que se possui, ou seja, os recursos naturais inertes ou os produzidos culturalmente, que são, em geral, a base de promoção e de desenvolvimento de qualquer território turístico. Assim, é neste quadro que José Augusto VIEIRA (1887) realça o valor do interior serrano para o turismo, expressando que «*não oferece ao touriste outro interesse que não seja o da paisagem ou da industria agricola, a da criação dos gados especialmente*»¹³⁸.

Tecidas estas considerações, a pesquisa documental efectuada foi-nos surpreender com outras informações. Face aos dados apresentados, devemos questionar se a actividade turística era, entre as décadas de vinte e quarenta, muito incipiente ou se, pelo contrário, já se fazia sentir de forma vigorosa na região. Esta interrogação justifica-se por indícios de que o afluxo turístico - estrangeiro - a esta região já existia. E-nos difícil dar a sua dimensão real, mas iremos aludir a dois aspectos que de certeza motivaram uma construtura desse afluxo.

Em primeiro lugar, trata-se de lembrar que a cidade de Viana do Castelo, capital do Alto Minho e centro polarizador de todo o *hinterland* regional, foi palco, no princípio do século XX, de melhoramentos substanciais na sua arquitectura e fisionomia urbanas. Os exemplos mais significativos são a valorização do porto de Viana que determinou todo o arranjo marginal da beira-rio da cidade e que teve a sua finalização em finais da década de trinta¹³⁹, e a valorização das estruturas de circulação interna da cidade, através, não só do arranjo dos arruamentos, mas também da construção de uma avenida central, que em grande parte substituiu estreitas ruas, constituindo-se no arruamento mais moderno, largo e direito (é uma recta curta perpendicular ao eixo maior da cidade) que tem como limites a estação de caminho-de-ferro, a Norte, e a beira-rio, a Sul.

¹³⁷ Idem, *ibidem*.

¹³⁸ Cfr. José Augusto Vieira - *O Minho Pittoresco*, Tomo I, 1887, p. 299.

¹³⁹ Alberto VILAÇA, *O porto-de-mar de Viana-do-Castelo: um migalho de história, in Portugal económico, monumental e artístico*, 1926-1936, p. 25-26.

O segundo aspecto diz respeito ao embelezamento estrutural e paisagístico do monte de St^a Luzia, sobranceiro à cidade de Viana do Castelo. Entre 1889-1890 foi construída uma estrada de acesso ao monte e sobre o seu cume projectaram-se, em finais do século passado, um hotel, com início de construção em 1903 e inaugurado em 1918¹⁴⁰, servido por um elevador (funicular de St^a Luzia¹⁴¹), este inaugurado em 1923. Em Fevereiro de 1904, começaram as obras de nivelamento do terreno para os alicerces de um templo-monumento, a *Basílica de Santa Luzia*, que substituiu uma antiga ermida da mesma invocação aí existente¹⁴². Só em Dezembro de 1943 «era colocada a cruz equilátera, encimando a grandiosa obra que pelos séculos em fora proclamará a grandeza da fé e do bairrismo»¹⁴³. Todo este conjunto de construções será motivo de atracção e, em termos turísticos, será o hotel que vai sobressair e ser o chamariz de clientes-turistas com certas posses¹⁴⁴. Envolta em divulgação que ultrapassou fronteiras, em particular aquela que foi inserida numa revista de grande projecção mundial¹⁴⁵, a estrutura hoteleira é promovida como o *Grande Hotel de St^a Luzia* «edifício magnífico, com grandes salões e dotado com todas as comodidades e conforto que requerem hoje os excursionistas dinheirosos. [...] um dos melhores hotéis de Portugal, em que a excelência do edifício é realçada pela do serviço, pelo asseio, sossêgo, e boa ordem, pela vastidão das instalações comuns no pavimento térreo, pela ornamentação igual de todos os quartos abrigados das nortadas, cheios de luz e de sol, com esplendidos mirantes, para a parte mais bela do horizonte»¹⁴⁶. No "Guia de

¹⁴⁰ Cfr. *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho: II, Minho*, 2^a ed., 4^o vol., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1986, p. 1008.

Ver ainda *PORTUGAL ECONOMICO, MONUMENTAL E ARTISTICO*, Fascículo II (2^a Parte), 1926-1936, p. 38

¹⁴¹ É assim denominado nas *Estatísticas dos Transportes e Comunicações, 1989*, do INE. A sua extensão é de 700 metros em via simples.

¹⁴² Esta ermida foi demolida em 1926. Cfr. M. Augusta ALPUIM, *A Montanha Dourada*, 2^a ed., Viana do Castelo, Confraria de St^a Luzia, 1989.

¹⁴³ Vide Daniel MACHADO, *in Santa Luzia*, 4 (50), Julho de 1944, p. 17.

¹⁴⁴ O livro de visitantes do hotel testemunha, em larga medida, gente ilustre que aí se alojou. Ver, por exemplo, algumas referências na obra de Francisco SAMPAIO, *Alto Minho: região de turismo*, Viana do Castelo, Governo Civil/RIAM, 1986, p. 364-365.

¹⁴⁵ Tratou-se da *National Geographic Magazine*, de Novembro de 1927. Cfr. *Portugal ilustrado*, 1927

¹⁴⁶ Cfr. *Portugal ilustrado*, 1927.

Portugal", este hotel é colocado a seguir ao do Buçaco, acrescentando-se que, depois de receber, entre 1946 e 1955, algumas obras de beneficiação, se converteu no *hotel de luxo e de turismo que é hoje*¹⁴⁷.

Portanto, apraz registar que esta região não se encontrava despida de qualquer infraestrutura turística. Algo existia e, por isso, possibilitava um desenvolvimento turístico, o qual irá ter reflexos que se farão sentir sobre o património cultural da Região e que adiante se identificarão. Ora, isto não transparece na comunicação do Conde d'Aurora. O que ele transmite é uma imagem de «*riqueza turística daquela inexplorada região*»¹⁴⁸, polarizada mais à volta dos recursos paisagísticos e culturais da região do que ao conteúdo estrutural do turismo.

Face aos dados recolhidos, é de realçar uma informação de carácter regional deixada por Figueiredo da GUERRA, que, em obra de 1929, se refere aos «*recônditos solares de Entre Douro e Minho, que os estrangeiros teem levado, e ainda continuam a adquirir por todo o preço*»¹⁴⁹. Ora esta consideração, explícita a estrangeiros, não deve ser somente circunscrita aos estrangeiros residentes no País e na Região mas, em nosso entender, extensiva aos contactos turísticos. Este dado não deve ser ignorado, mas antes interpretado como algo que deriva de um certo desenvolvimento turístico, face aos atractivos que esta região oferecia, particularmente aos turistas que nos visitassem. Para além das nossas belezas naturais, também o nosso património monumental e artístico tem interesse turístico. O valor do nosso património cultural, e muito em particular os nossos solares, deve ser de orgulho nacional à luz da obra de Miguel TORGA. Para ele, os «*nossos velhos solares que, limpos das teias de aranha, fazem corar de vergonha qualquer arranha-céus de cimento construído ao lado*»¹⁵⁰, são a expressão da nossa própria identidade.

Esta situação regional não é dissonante do conjunto global do País. Convém chamar a atenção para o facto de se reconhecer que, mesmo periféricamente, o turismo português, em meados do século, registava certa expansão, face ao turismo de passagem

¹⁴⁷ Ver *Guia de Portugal, op. cit.*, 1986, p. 1008.

¹⁴⁸ Cfr. Conde d'AURORA, *op. cit.*, 1936.

¹⁴⁹ Cfr. L. de Figueiredo da GUERRA - «A Arte em Viana e Caminha», *"A Arte em Portugal"*, Porto, Marques de Abreu, 1929, p. 6.

¹⁵⁰ Ver Miguel TORGA - *Portugal*, 5ª ed., Coimbra, 1986, p. 69.

entre a América e a Europa, mas também ao nível interno da Europa, o que propiciou uma clientela turística estrangeira mais numerosa e diversificada e, por vezes, de amantes de algumas formas de turismo popular¹⁵¹.

Face a um afluxo turístico tendencialmente crescente, a Região apresentava, no início da década de sessenta, uma organização e uma estrutura administrativas do sector turístico, que reflectia o quadro da oferta turística regional, mas também a localização das infraestruturas de apoio mais vantajosas, cómodas e económicas (Quadro XXXIX). Assim, existiam por essa altura órgãos locais de turismo nas localidades e municípios com recursos termais e com boas praias. Dois municípios, Monção e Viana do Castelo, detinham Comissões Municipais de Turismo, e três localidades, Peso, Âncora e Moledo, possuíam Juntas de Turismo¹⁵². No final da década de sessenta, é o concelho urbano (da cidade de Viana do Castelo) o que detém maior importância em termos de estruturas turísticas (Fig.9), face aos dados estatísticos de hotéis e pensões existentes no conjunto do distrito (Fig. 10).

Mas, nas décadas de setenta e oitenta, o turismo regional expande-se, tanto em termos de estruturas como de fluxos turísticos, facto que pode ser bem evidenciado pelos dados estatísticos relativos a esta actividade humana. Sobre este aspecto, é de mencionar que a unidade espacial em análise, o distrito de Viana do Castelo ou a NUTs III do Minho-Lima¹⁵³, não corresponde geograficamente à unidade espacial designada por Região de Turismo do Alto Minho (RTAM), criada ao abrigo da Portaria nº 34/83, de 12 de Janeiro, e abrangendo onze municípios (os dez do distrito de Viana do Castelo mais o concelho de Esposende, do distrito de Braga), e que foi posteriormente alargada a mais dois municípios do distrito de Braga, com base na Portaria nº 477/90, de 27 de Junho¹⁵⁴. Daqui se infere a existência de duas realidades geográficas distintas, tanto em termos de expressão territorial como de função. (Fig. 11)

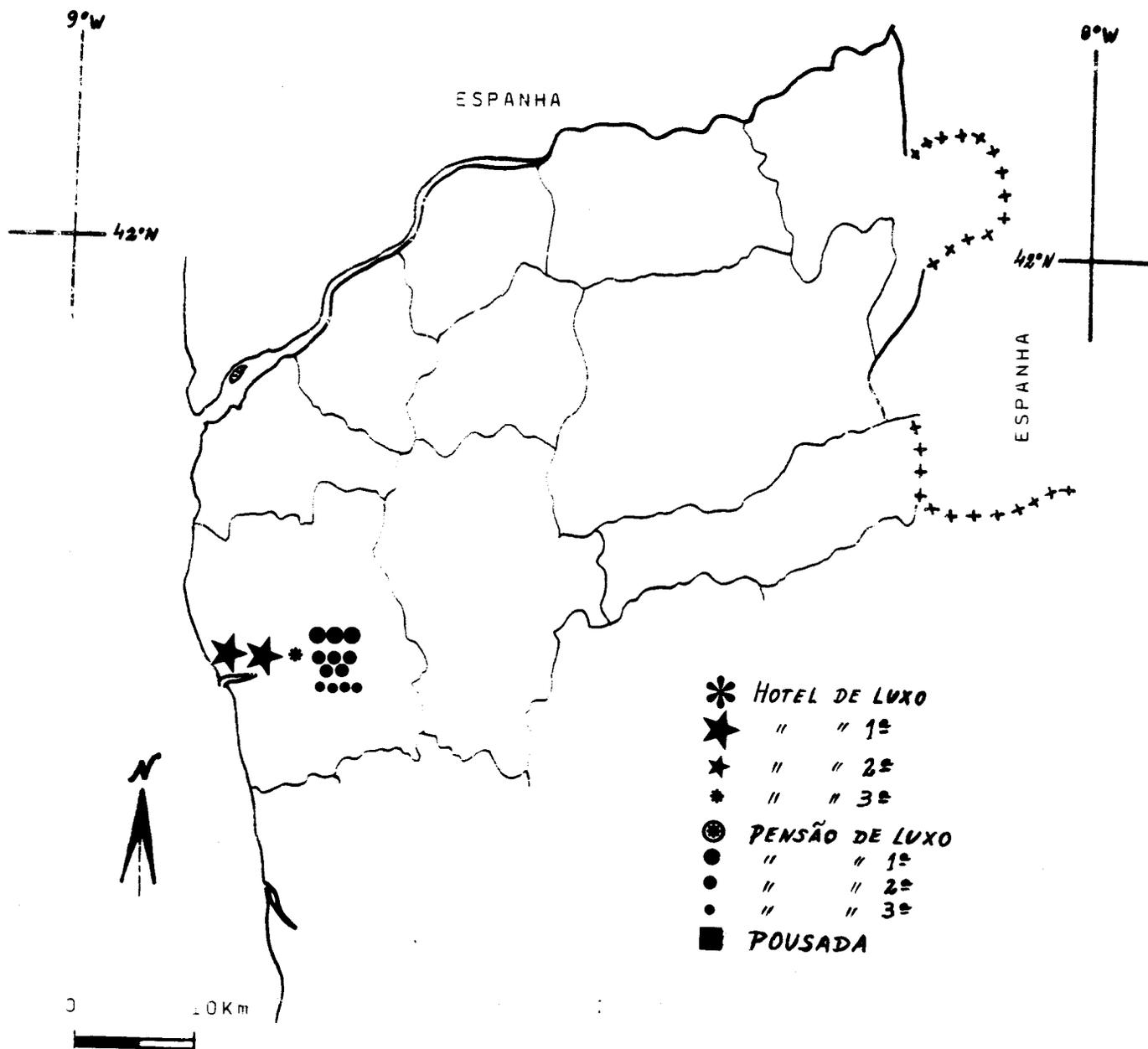
¹⁵¹ Cfr. C. CAVACO, *op. cit.*, 1978, p. 218-219 .

¹⁵² Informação extraída da fig. 11 de C. CAVACO, *op. cit.*, 1978, p. 220.

¹⁵³ As NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) substituíram, para efeitos de informação estatística, as divisões regionais dos distritos. Estas novas divisões regionais foram criadas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/86, de 26 de Março.

¹⁵⁴ A referida portaria «Alarga a área da Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde) aos Municípios de Barcelos e Terras de Bouro».

Fig. 9 - Categoria dos estabelecimentos hoteleiros em 31-I-1969, no concelho de Viana do Castelo



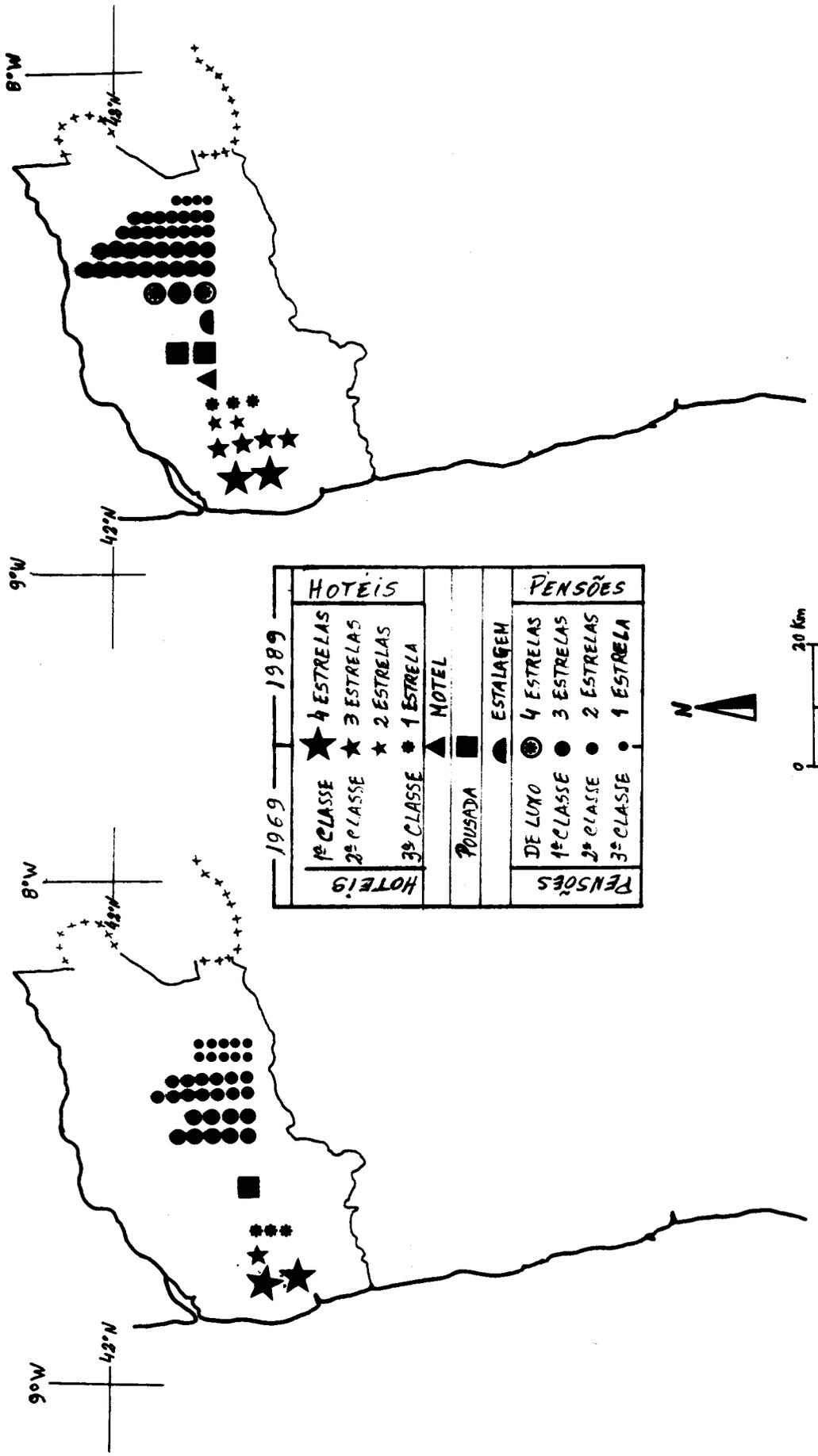
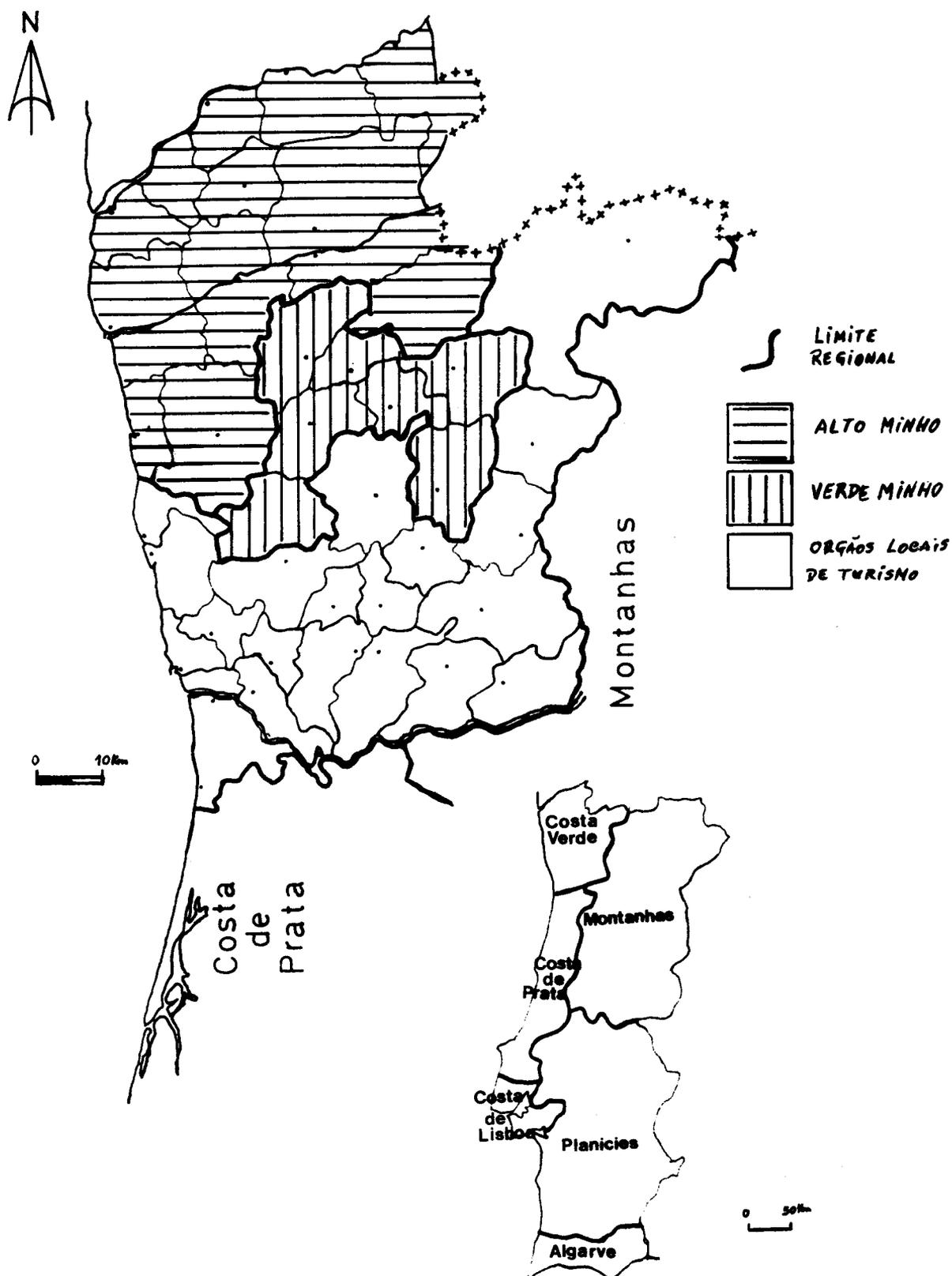


Fig. 10 - Estabelecimentos hoteleiros em 1969 e 1989, no distrito de Viana do Castelo

Fig. 11 - Áreas das Regiões de Turismo do Alto Minho e Verde Minho, em 1990, no quadro da regionalização turística do Continente.



3.1. OS DADOS ESTATISTICOS

Para melhor conhecermos a evolução da realidade turística, socorremo-nos das fontes estatísticas publicadas, particularmente das **Estatísticas de Turismo** divulgadas pelo INE. Desta forma, podemos avaliar da dimensão dos equipamentos e dos fluxos turísticos a nível regional e extra-regional. Uma preocupação de integração desta realidade no todo nacional levou-nos a extrair das fontes estatísticas os dados relativos não só ao distrito de Viana do Castelo mas também às áreas da Costa Verde e do Continente, de forma a podermos detectar prováveis dinâmicas dissonantes ou, pelo contrário, comportamentos evolutivos idênticos e semelhantes da região em estudo com os espaços supracitados e em que ela se integra.

Os dados turísticos apresentados nos quadros e que basearam a elaboração dos gráficos englobam um período respeitante a duas décadas, de setenta e oitenta. Estas estatísticas, de periodicidade anual, foram iniciadas *com a elaboração das "Estatísticas do Turismo" relativas ao ano de 1969*¹⁵⁵. A opção pelo ano de 1970 e não pelo de 1969 deve-se ao facto de a publicação de 1970 conter algumas correcções que não existiam na primeira publicação¹⁵⁶.

Por outro lado, optámos por somente tratar graficamente os conjuntos dos Estabelecimentos Hoteleiros e dos Parques de Campismo, já que são estes dois tipos de equipamentos turísticos os mais significativos e com maior peso tanto na procura como na oferta turística. No que diz respeito aos dados sobre Turismo no Espaço Rural, a nossa análise far-se-á com base nos quadros apresentados. (Quadros XL a LXI)

Assim, o número de Estabelecimentos Hoteleiros registou em 1971 uma ligeira quebra, devido à aplicação da nova classificação dos estabelecimentos hoteleiros¹⁵⁷. Durante a década de setenta, este quantitativo manteve-se sensivelmente constante para, a partir de 1983 e 1986, se verificar um nítido crescimento. Relativamente

¹⁵⁵ In *Estatísticas do Turismo de 1970: nota introdutória*, Lisboa, INE.

¹⁵⁶ Na Nota Introdutória da publicação citada diz-se o seguinte: «*foram introduzidas diversas alterações no intuito de o aligeirar e em resultado das recomendações formuladas pelo Conselho Nacional de Estatística*».

¹⁵⁷ Conforme se alude na Nota Introdutória das *Estatísticas do Turismo*, I.N.E., 1972.

aos Parques de Campismo, o seu número na Região é pequeno (3 em meados da década de setenta), vindo a ter mais unidades a partir de 1980, situação que é interrompida em 1986, e daí advindo uma evolução muito irregular deste indicador. (Fig. 12 e 13)

A evolução registada na capacidade de alojamento dos Estabelecimentos Hoteleiros tem sido marcada por ligeiras variações durante a década de setenta, somente se registando um ténue crescimento a partir de 1983 e 1985. Relativamente aos Parques de Campismo, a evolução é muito irregular, mas de significativo crescimento desde finais da década de setenta. (Fig. 14 e 15)

A componente Pessoal ao Serviço registou um comportamento evolutivo diferenciado nestes dois tipos de estruturas turísticas. Nos Estabelecimentos Hoteleiros, a evolução é marcadamente decrescente, enquanto nos Parques de Campismo é de nítido aumento, particularmente a partir de 1988. (Fig. 16 e 17)

No que diz respeito aos Hóspedes (totais e estrangeiros) nos Estabelecimentos Hoteleiros, a evolução foi irregular, nomeadamente no decorrer da década de setenta, facto que, em meados dessa década, é atribuído ao alojamento dos refugiados das ex-colónias e que no ano de 1976 atingiu o ponto mais baixo da depressão¹⁵⁸. Este defluxo conjuntural deu origem a uma quebra nítida do número de hóspedes estrangeiros entre 1974-1978, constituindo a década de oitenta o período de recuperação do turismo estrangeiro (Fig. 18 e 19). Relativamente ao movimento de Campistas, a Região expressa uma evolução marcada por crescimentos bruscos em meados da década de setenta, sinal de que ocorreram factos suficientemente justificativos para tal. Esses factos foram, respectivamente, o Festival Internacional de Música «Pop», realizado em Vilar de Mouros (Caminha), e o XXXVI Rallye Internacional da F.I.C.C., realizado em Portugal no mês de Agosto¹⁵⁹, factos que mobilizaram, para esta região de Portugal, um maior afluxo de turistas. Daí os "picos" observados no movimento de Campistas, tanto no distrito como na Costa Verde. Na década de oitenta, a evolução é descontínua, mas com tendência geral para o crescimento (Fig. 20). Em 1982, teve lugar, na localidade de Vilar de Mouros (Caminha), um segundo festival de música «rock», propiciando um maior fluxo turístico a esta região.

¹⁵⁸ Vide Nota Introdutória às *Estatísticas do Turismo*, I.N.E., 1976.

¹⁵⁹ Vide Nota Introdutória às *Estatísticas do Turismo*, I.N.E., 1975.

Fig. 12 - Evolução do número de Estabelecimentos Hoteleiros

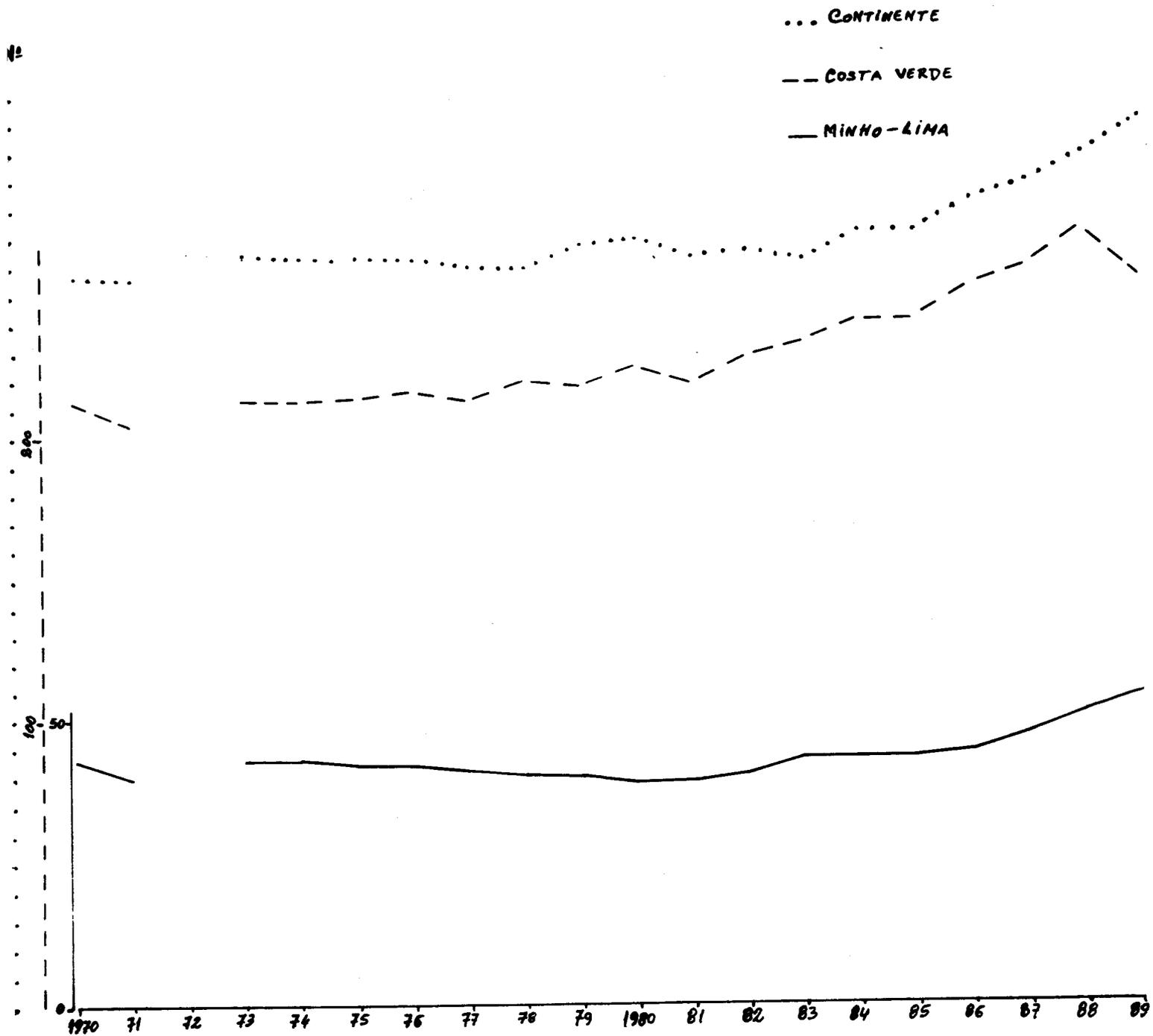


Fig. 13 - Evolução do número de Parques de Campismo

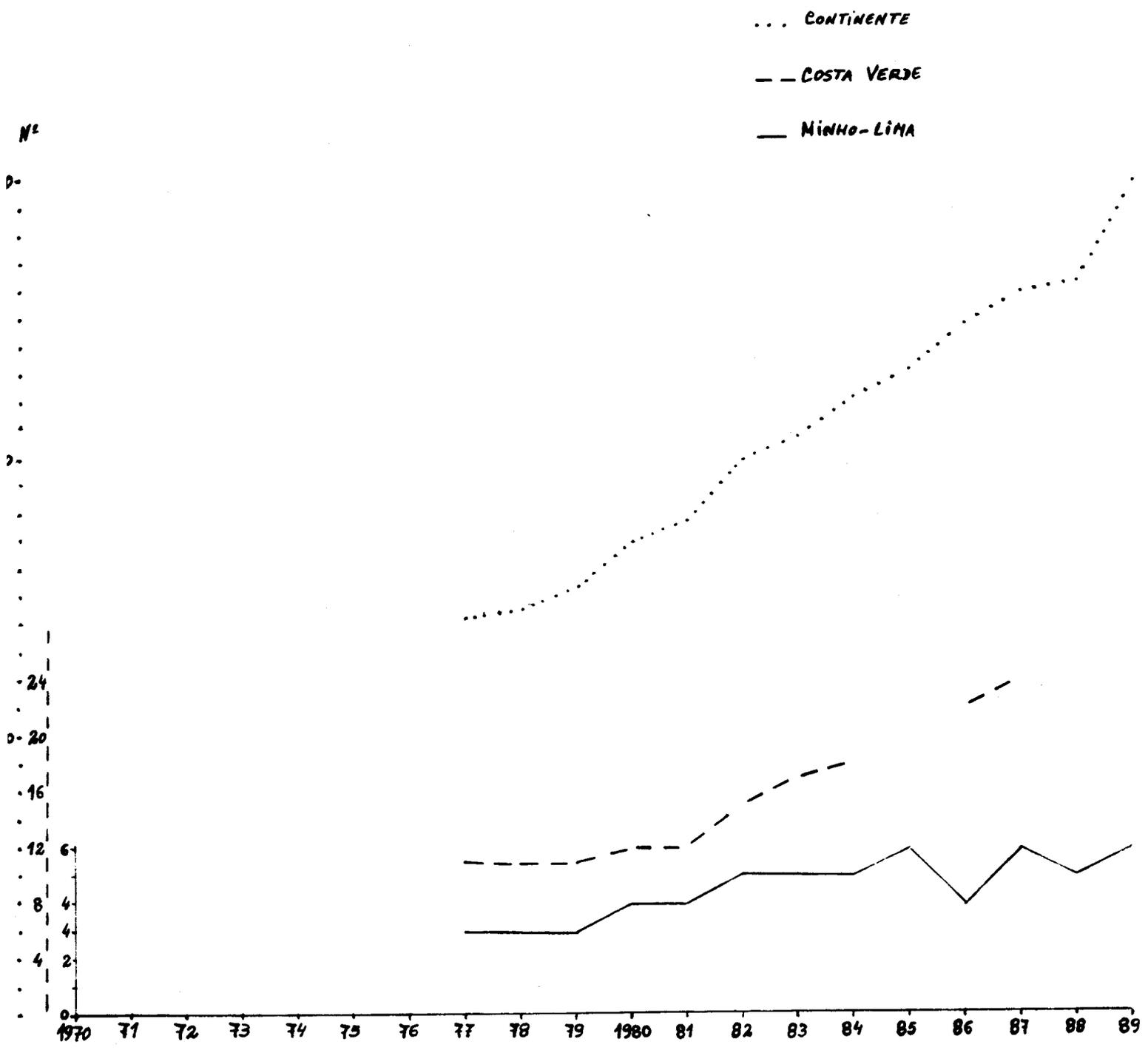


Fig. 14 - Evolução da capacidade de alojamento nos Estabelecimentos Hoteleiros

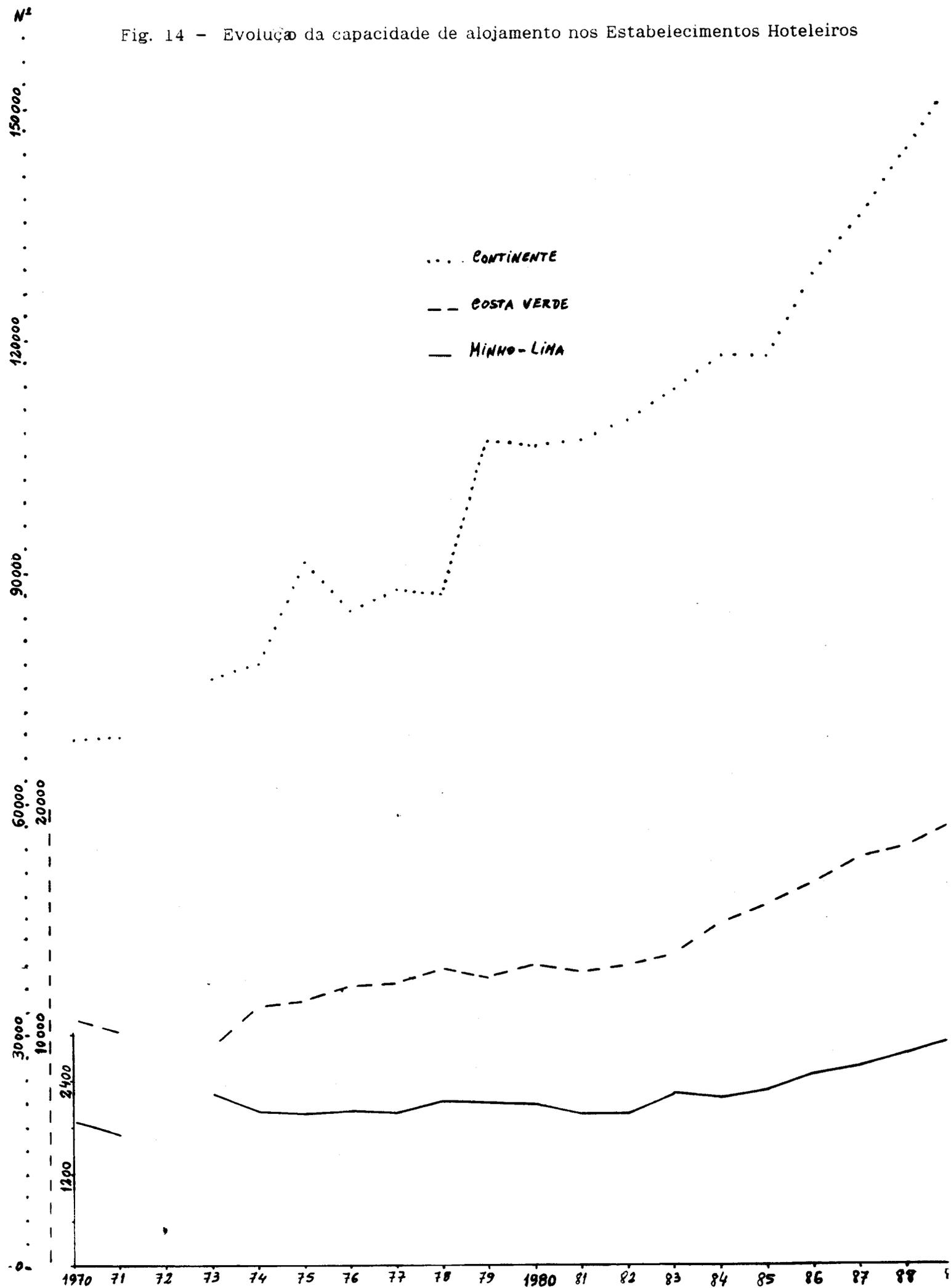


Fig. 15 -Evolução da capacidade em número de campistas nos Parques de Campismo

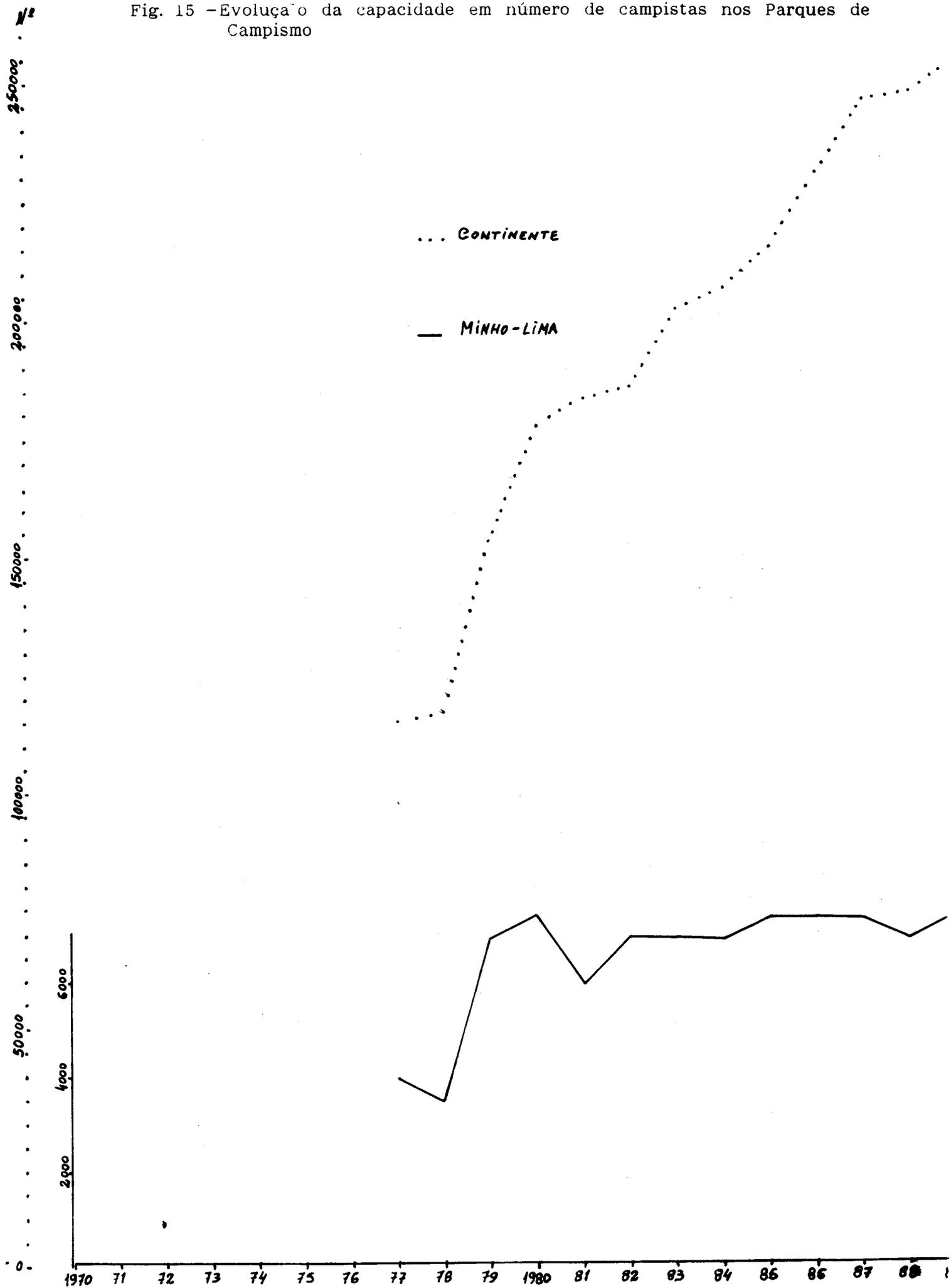


Fig. 16 - Evolução do pessoal ao serviço nos Estabelecimentos Hoteleiros

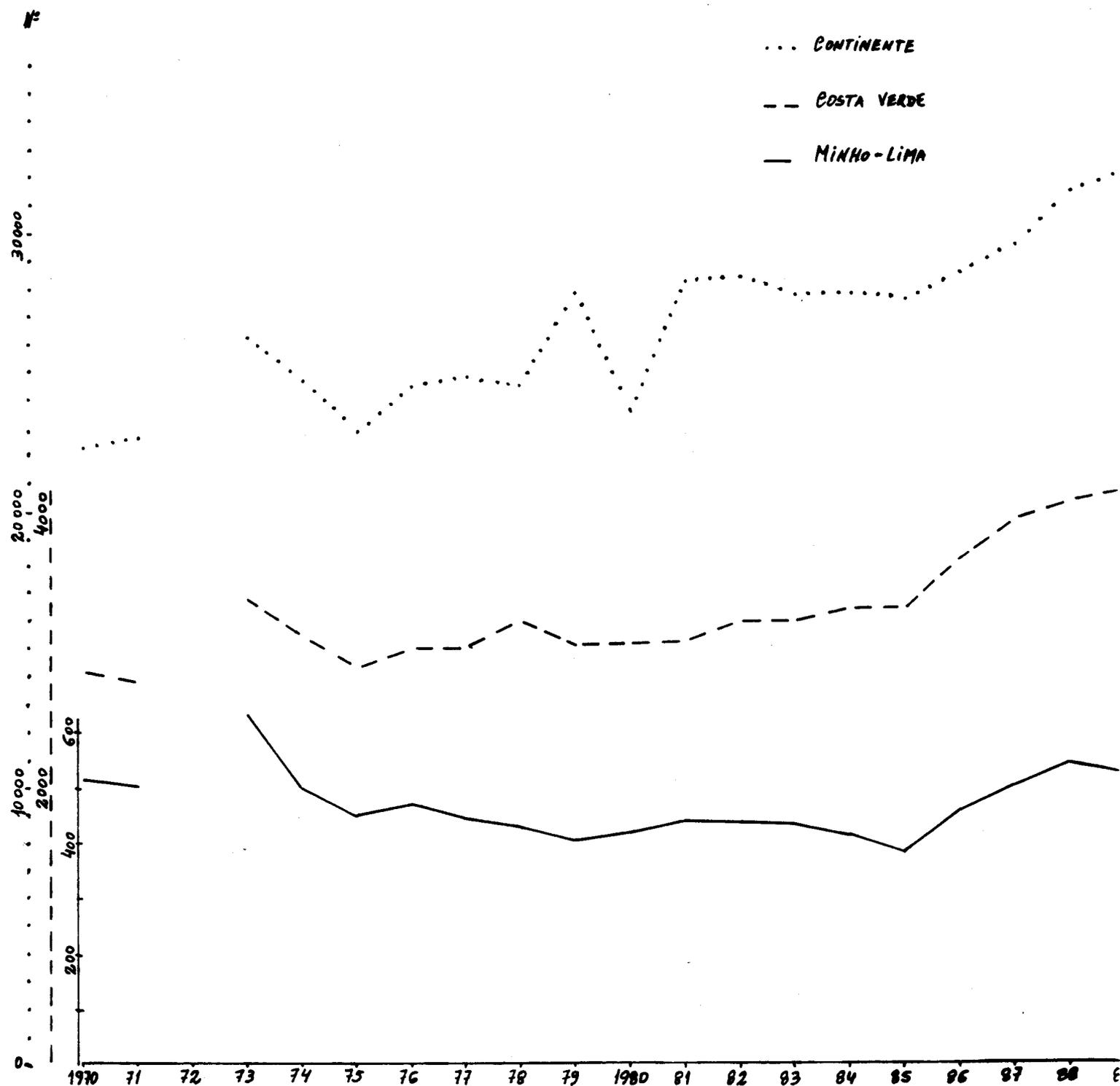


Fig. 17 - Evolução do pessoal ao serviço nos Parques de Campismo

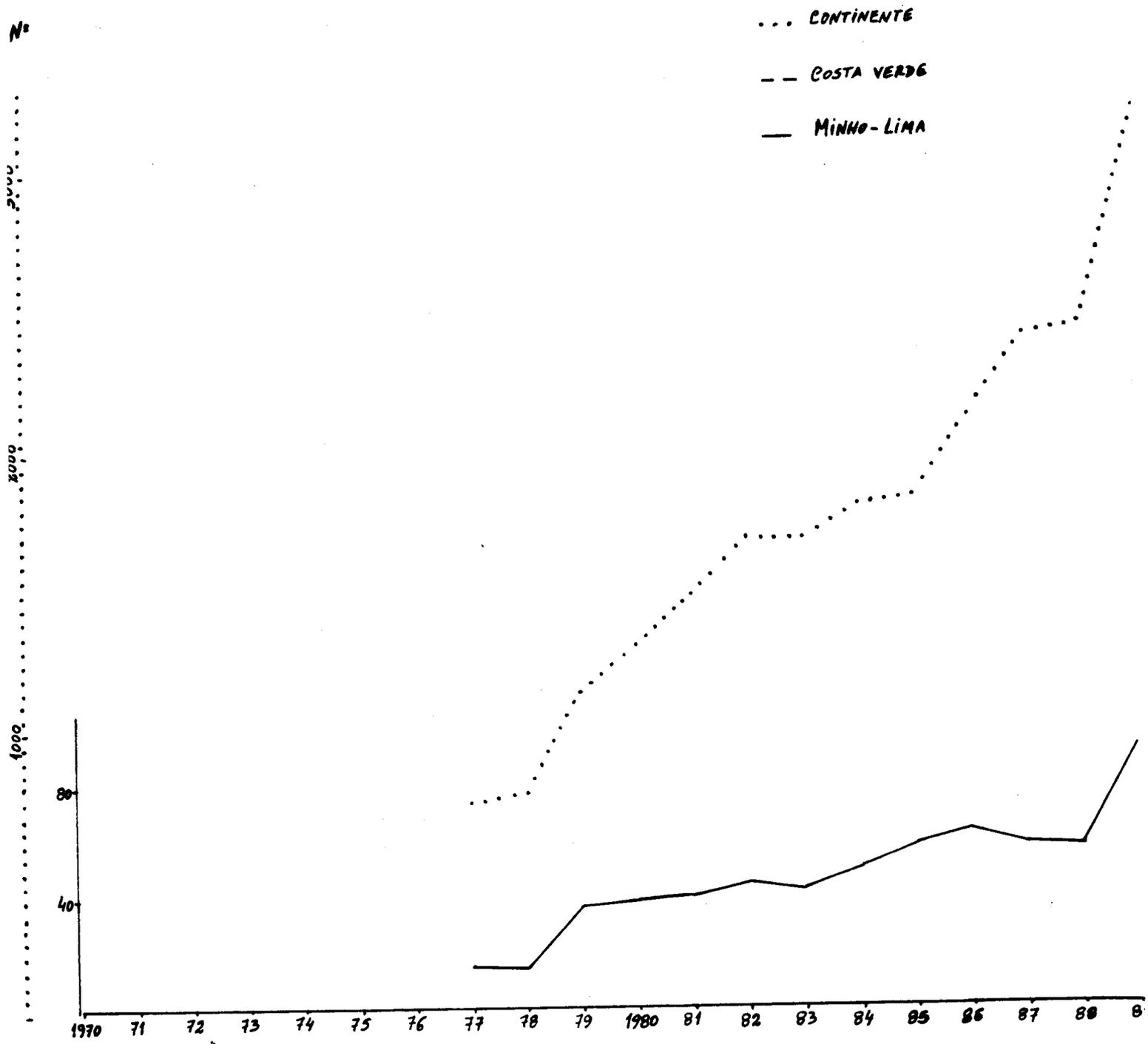


Fig. 18 - Evolução dos hóspedes totais nos Estabelecimentos Hoteleiros

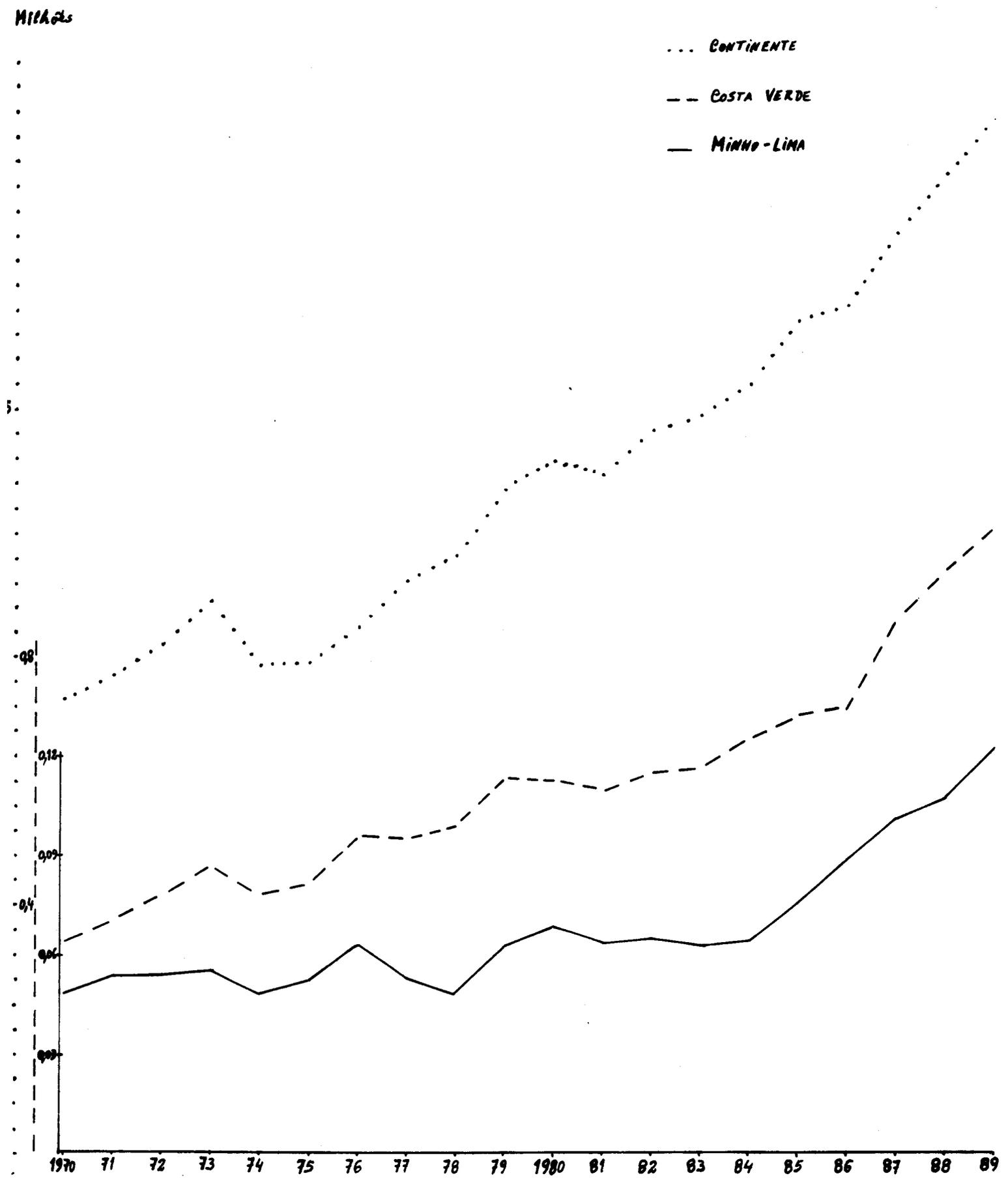


Fig. 19 - Evolução dos hóspedes estrangeiros nos Estabelecimentos Hoteleiros

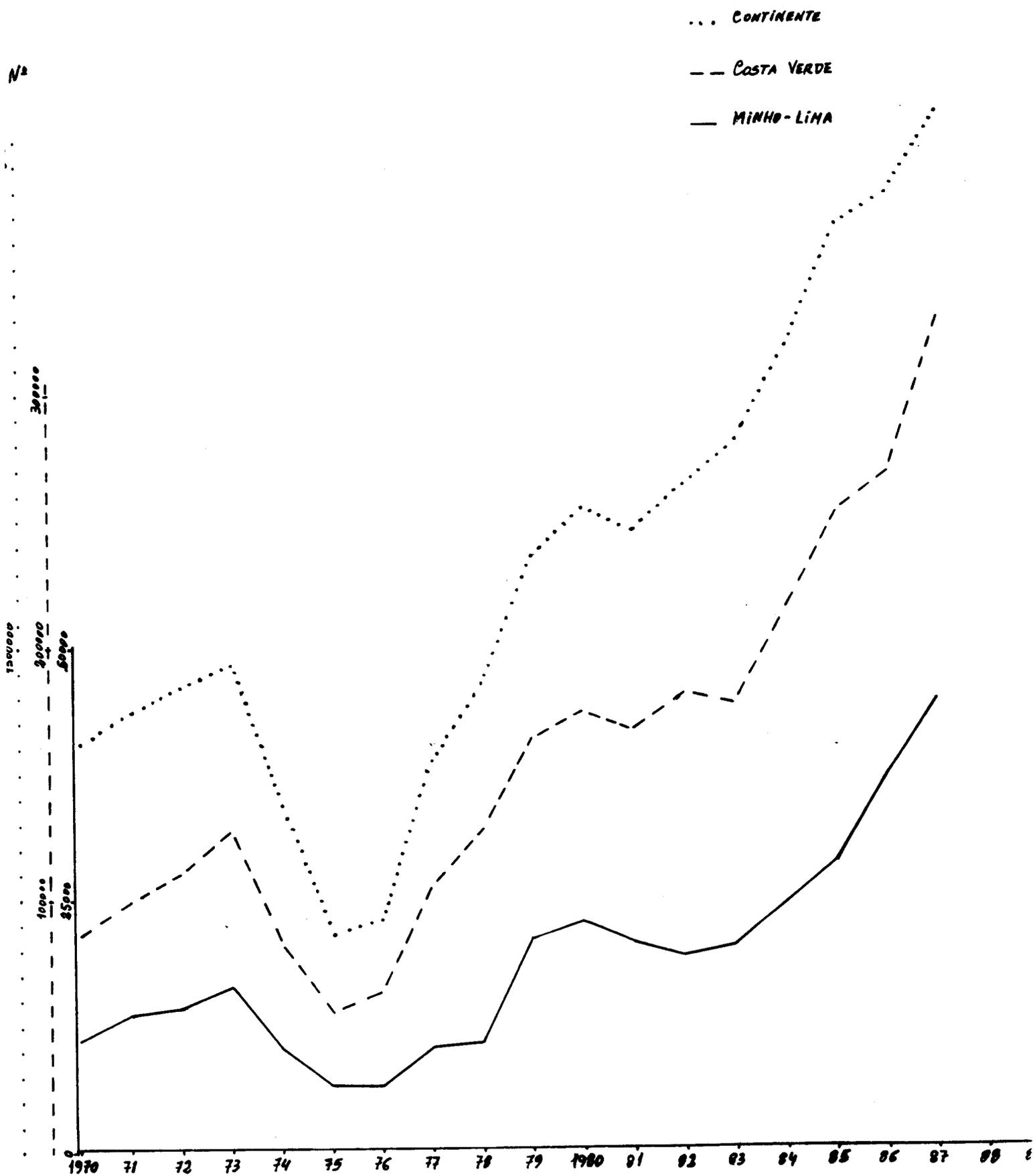
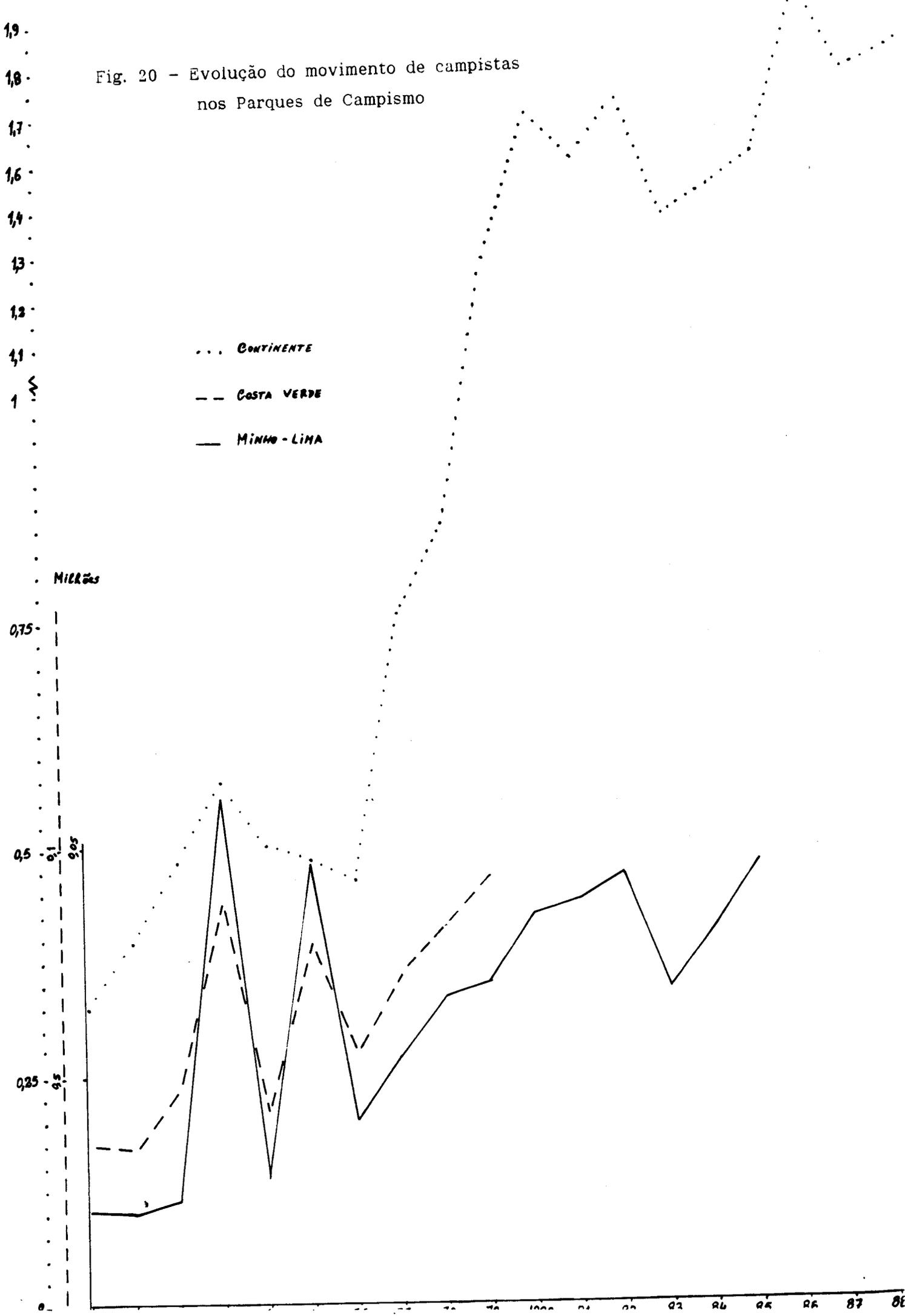


Fig. 20 - Evolução do movimento de campistas nos Parques de Campismo



O indicador das Dormidas (totais e estrangeiros) reflecte algumas vicissitudes do turismo regional e nacional. Particularmente nos Estabelecimentos Hoteleiros, evidencia-se uma evolução oscilante deste indicador. Entre 1973-75, ocorreu uma quebra nas dormidas, reflexo da crise do petróleo que abalou muitas economias europeias, e daí a diminuição do fluxo turístico estrangeiro (Fig. 21 e 22). Mas, a partir de 1975, as dormidas totais sobem em flecha, traduzindo a conjuntura do alojamento dos refugiados das ex-colónias portuguesas. Sobre isto, as fontes estatísticas indicam o seguinte: «Se já em 1975 esse aumento atingiu cerca de 35% das dormidas, no ano de 1976 ultrapassará os 75% em relação ao ano anterior»¹⁶⁰. Em 1977 e 1978, refere-se que os totais indicados ainda integram parte dos retornados das ex-colónias, embora em número muito inferior aos anos anteriores. Opostamente, as dormidas de estrangeiros na Hotelaria expressam uma evolução contrária, ao ponto de, em 1975 e 1976, atingirem um quantitativo muito baixo, só vindo a recuperar a sua dinâmica normal em meados dos anos oitenta, com um crescimento significativo nos anos de 1986 a 1988. No caso das dormidas (totais e estrangeiros) em Parques de Campismo, a sua evolução na década de setenta também traduz os factos anteriormente aludidos. No entanto, a evolução nos anos oitenta regista, nos primeiros anos, um aumento significativo das dormidas, e, em meados dessa década, um comportamento das dormidas totais muito variável, enquanto que as dormidas de estrangeiros estagnam. Mas, a partir de 1985, crescem de forma nítida. (Fig. 23 e 24)

Sobre o Turismo em Espaço Rural, os dados apresentados mostram que este tipo de turismo têm evoluído positivamente em termos de unidades e de capacidade de alojamento. Atendendo aos dados, por regiões turísticas, é a *Costa Verde* que possui um maior número de casas e de capacidade em camas. De facto, esta modalidade de alojamento turístico, desde o seu início, implantou-se com vigor no Alto Minho, assumindo um papel pioneiro em termos de oferta turística de qualidade. Tendo como suporte as construções rústicas e solarengas, ricamente trabalhadas em termos artísticos, e associando os recursos paisagísticos e ecológicos do mundo rural, transformou-se em produto turístico com larga aceitação nos mercados turísticos externos. Mas um aspecto a reter é o caso das dormidas que, entre 1985 e 1987, registaram um crescimento para, em 1988, apresentarem uma quebra significativa

¹⁶⁰ Vide Nota Introdutória às *Estatísticas do Turismo*, I.N.E., 1976.

Fig. 21 - Evolução das dormidas totais na Hotelaria

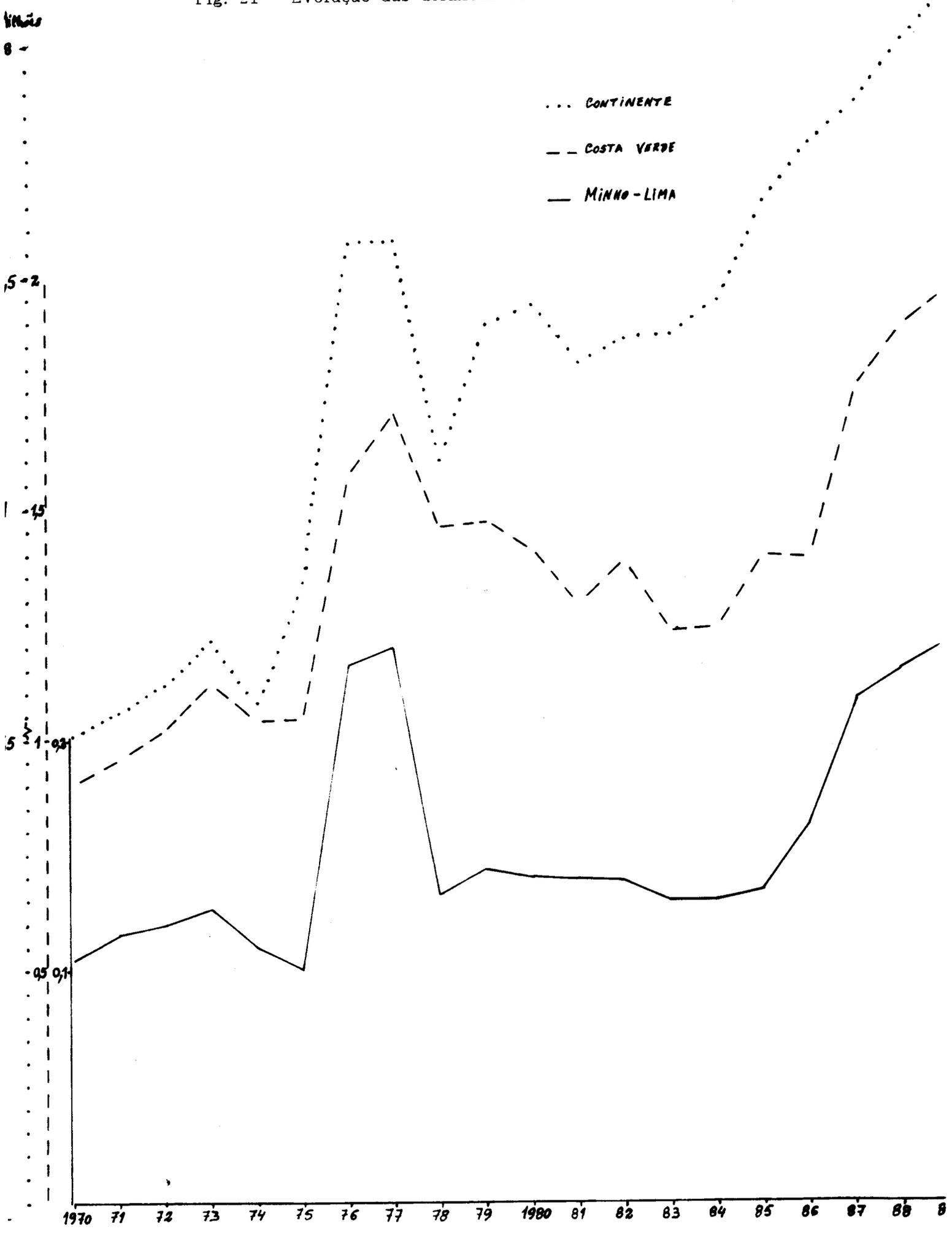


Fig. 22 - Evolução das dormidas totais em Parques de campismo

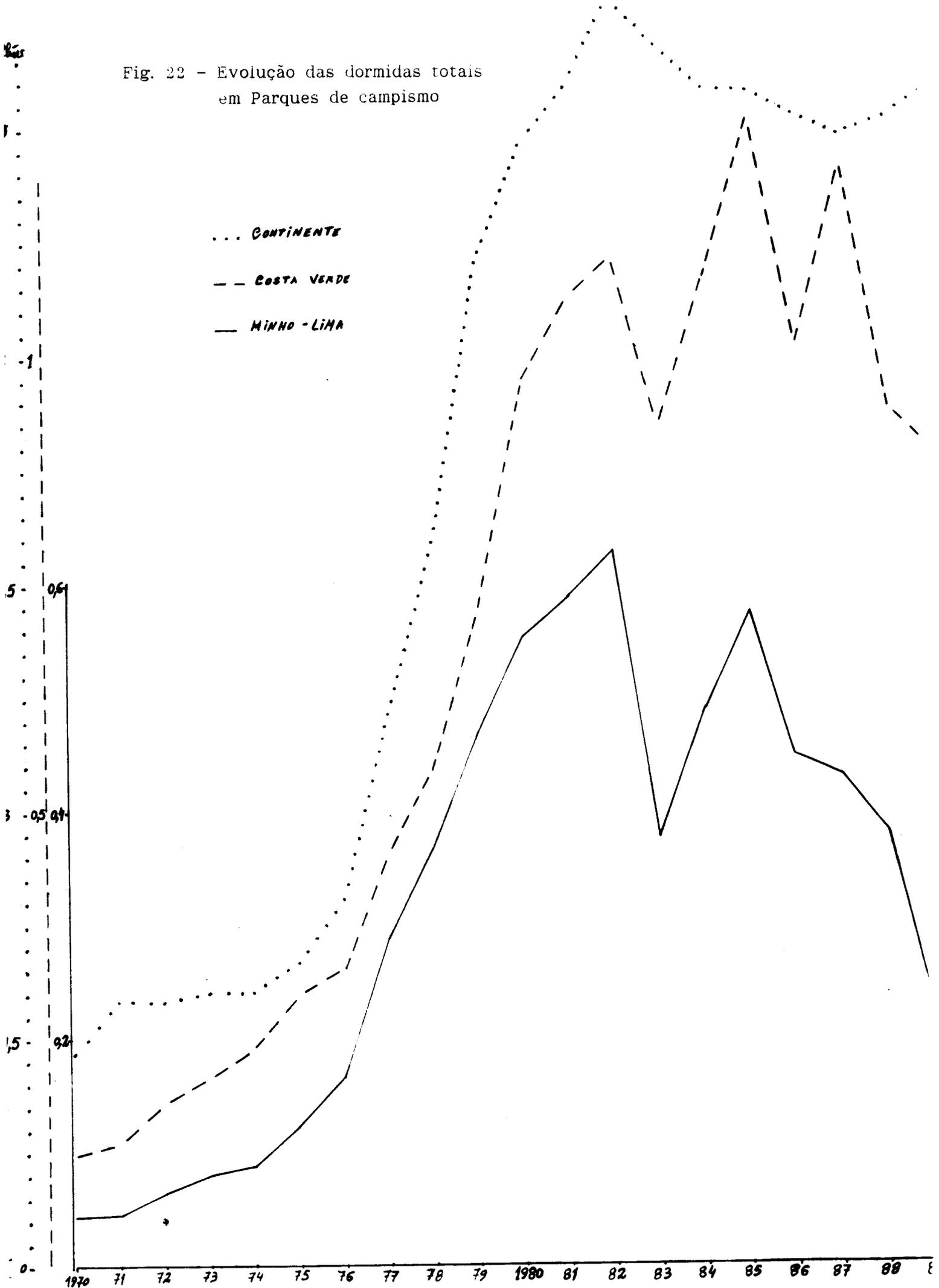


Fig. 23 - Evolução das dormidas de estrangeiros na Hotelaria

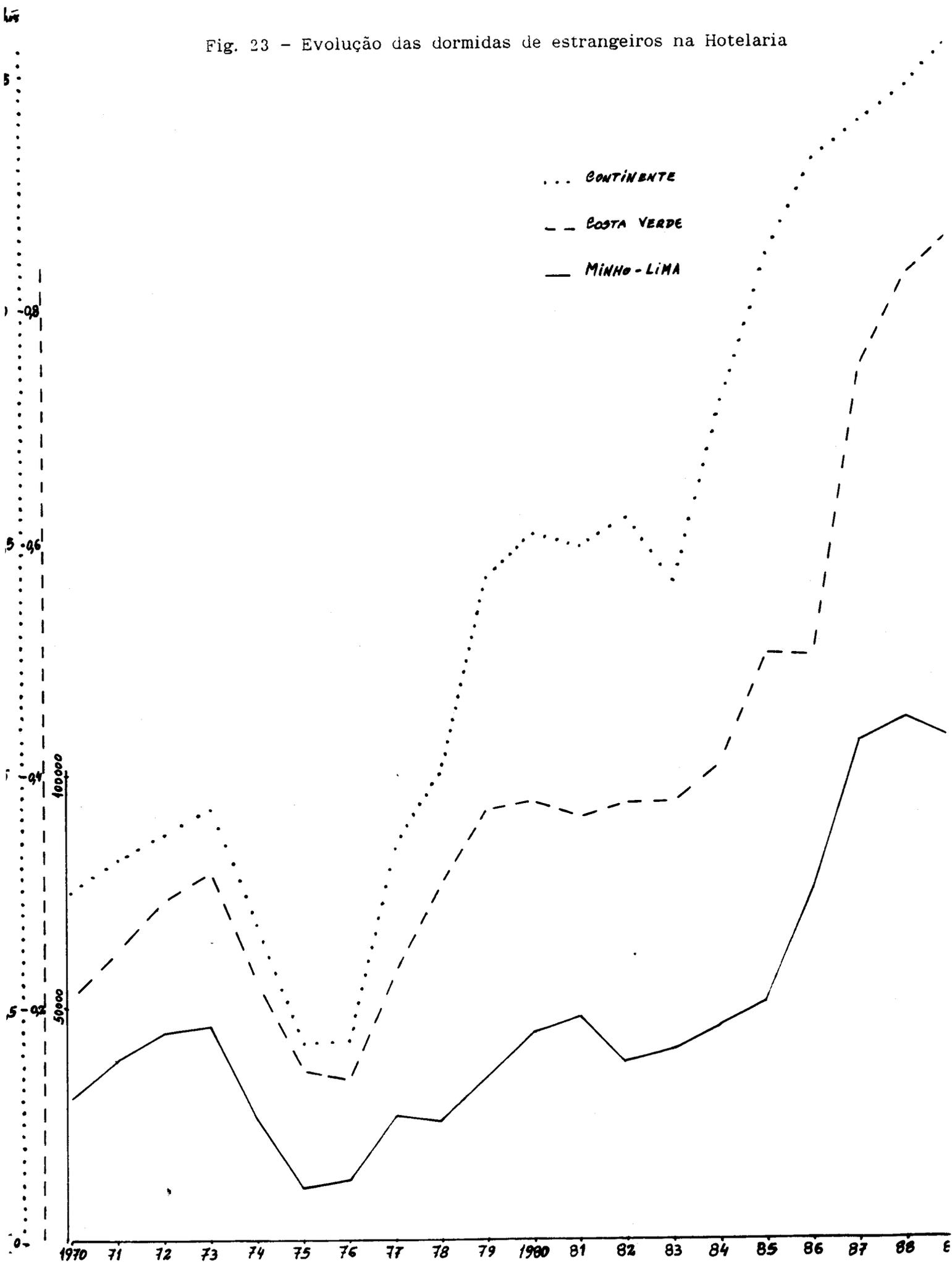
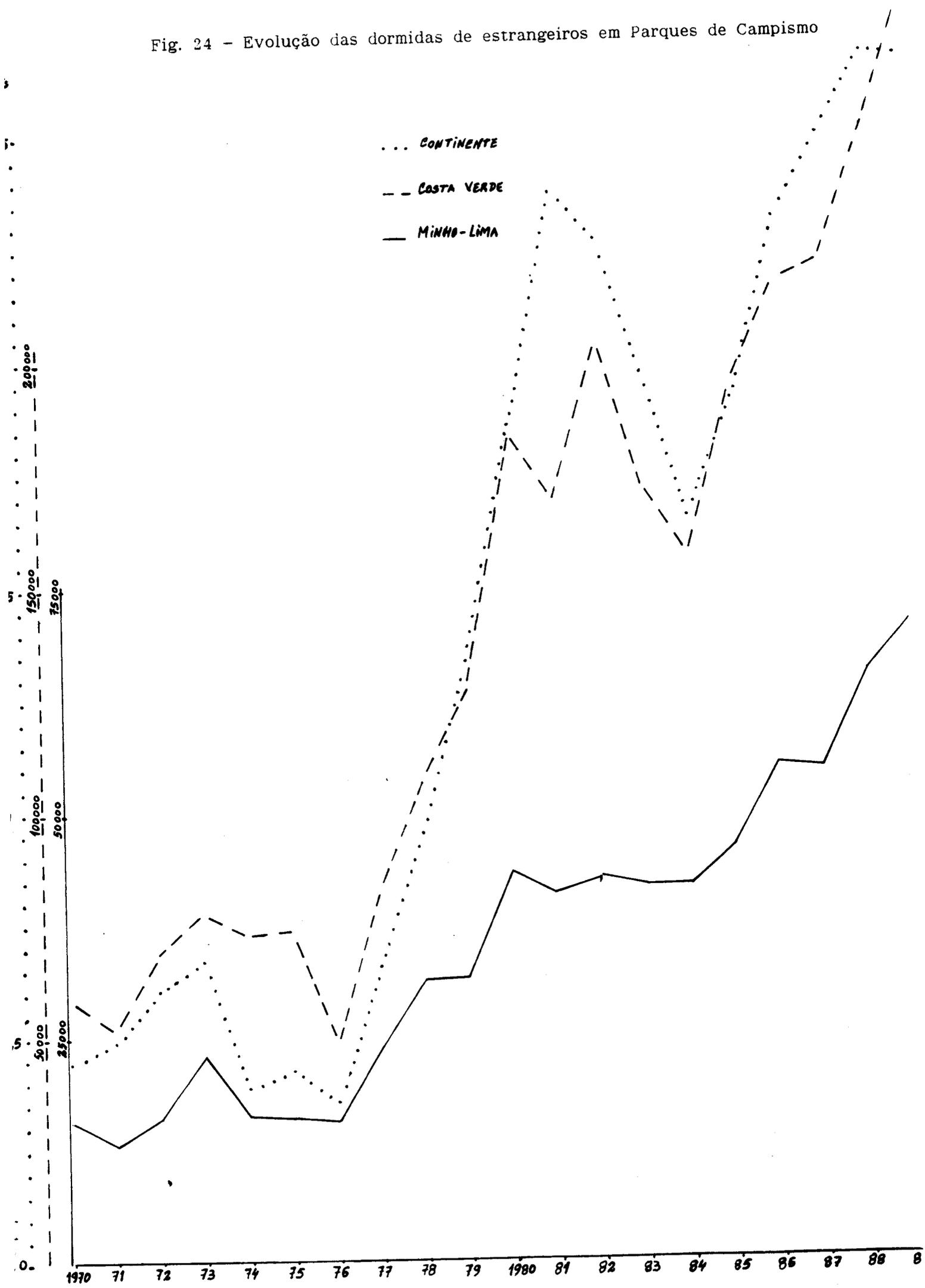


Fig. 24 - Evolução das dormidas de estrangeiros em Parques de Campismo



(Quadros LIII a LVI) . Contudo, esta quebra não foi muito acentuada nas dormidas de estrangeiros e, por outro lado, a explicação para tal situação parece residir nos processos estatísticos de registo da frequência e ocupação destas unidades.

Por último, vamos retratar o equipamento de suporte aos fluxos turísticos existente na região em análise no final dos anos oitenta. De acordo com as fontes documentais e estatísticas consultadas, constata-se que, nos municípios termais (integrados na RTAM), a dimensão e qualidade das unidades de alojamento é muito desigual. São as Termas do Gerês, no concelho de Terras de Bouro, que possuem o mais importante equipamento, seguidas das de Monção, Peso-Melgaço e, por último, das de Eirogo-Barcelos¹⁶¹. (Fig. 25)

Para o conjunto da Região, a figura 26 traduz a distribuição das mais significativas unidades de alojamento que a região do Alto Minho oferece. As fontes de informação usadas foram os documentos de divulgação/promoção obtidos na RTAM, pelo que os dados inscritos na figura supracitada traduzem uma situação respeitante ao ano de 1988 (e por este facto a unidade territorial cartografada é a área original da Região de Turismo do Alto Minho). Desta forma se retratam os equipamentos de alojamento, nas suas três modalidades, ou seja: estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo, e casas de turismo em espaço rural (Quadro LVII). Complementarmente, apresenta-se em quadro a distribuição de alguns serviços que apoiam a actividade turística no Alto Minho, como são a restauração, a animação e as agências de viagem, em 1991 (Quadro LVIII). Algumas conclusões se extraem dessa repartição: a) que os estabelecimentos hoteleiros têm uma vocação balnear e termal; b) que os parques de campismo estão também associados a essa vocação balnear; c) que os concelhos mais interiores do Alto Minho são «pobres» em estruturas turísticas; finalmente, d) que as unidades de Turismo em Espaço Rural se concentram significativamente no vale do Lima, surgindo o concelho de Ponte de Lima com maior predominância deste tipo de alojamento.

Perante este contexto, toma-se consciência de que o turismo é uma actividade humana imbuída de benefícios e de riscos, o que determina a busca de um equilíbrio justo entre actores endógenos e exógenos. Tendo como palco de acção o espaço geográfico do Alto Minho, presente-se a seguinte questão: que desenvolvimento

¹⁶¹ A Fig. 26 não retrata o equipamento turístico em termos de classificação turística, mas sim de acordo com a sua designação vulgar.

Fig. 25 - Equipamento hoteleiro existente nos concelhos com Termas da RTAM, em 1984

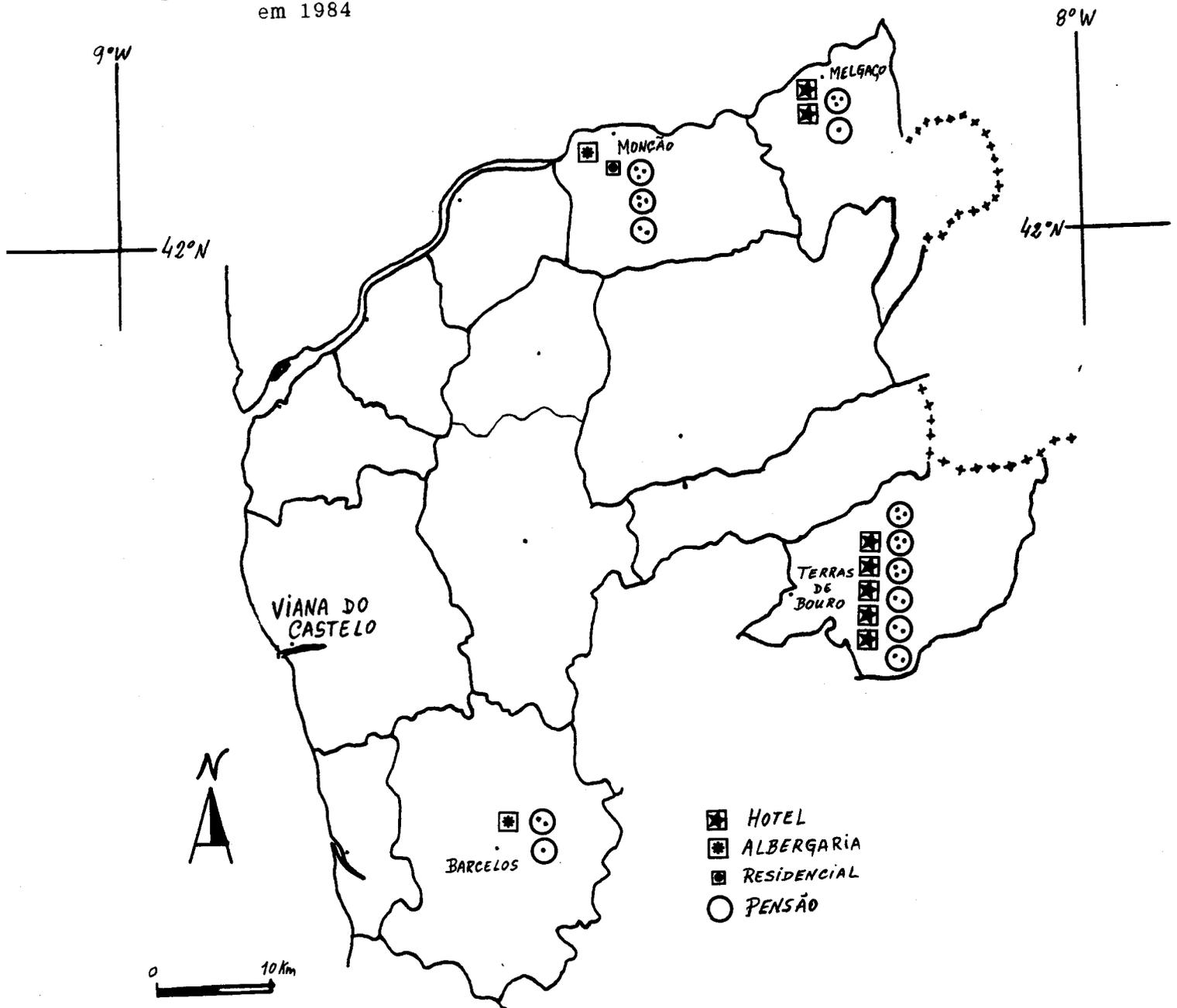
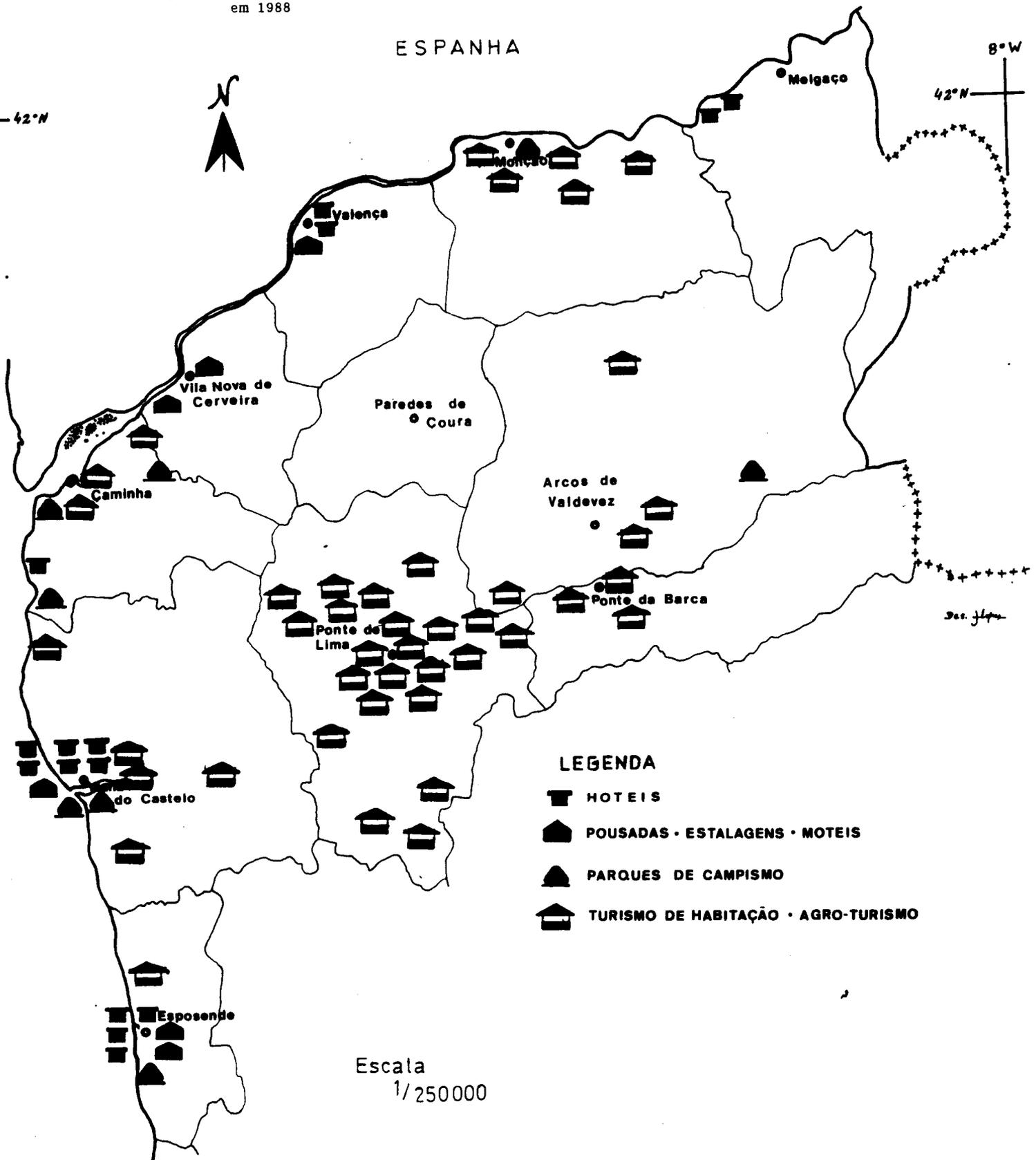


Fig. 26 - Distribuição geográfica das unidades turísticas de alojamento na RTAM, em 1988



turístico se ajusta às nossas condições geográficas? Porque pensamos que o quadro das actuais acções de desenvolvimento fomentam uma cada vez maior intersecção do turismo com outras actividades, através de intervenções coerentes e consentâneas com a realidade regional, tentaremos abordar esta(s) preocupação(es) no âmbito da ecologia humana.

1. ENQUADRAMENTO TEORICO-METODOLOGICO EM PORTUGAL

A Ecologia Humana em Portugal despontou, de forma implícita ou explícita, do vasto conjunto de estudos geográficos e socio-antropológicos levados a cabo no período após Leite de Vasconcelos¹. Na *Bibliografia Geográfica de Portugal*, em dois volumes², o último dos quais relativo ao período de 1947-1974, encontramos já alguns estudos e trabalhos que prenunciam alguma intencionalidade orientada para o campo da Ecologia Humana.

Podemos com segurança afirmar que Orlando RIBEIRO, Jorge DIAS e Carlos TEIXEIRA contribuíram, com os seus estudos, para uma ecologia do homem português³. O primeiro autor, porque retratou a geografia do País em bases sólidas, numa leitura que, passados quase cinquenta anos, é ainda em grande parte actual⁴. Os estudos de Jorge DIAS, principalmente antropológicos e sociológicos, reconhecem que «*A própria ecologia e a adaptação de uma sociedade a condições ambientais complexas e muito diversificadas [...] impõe métodos próprios*»⁵. Isto traduz, por um lado, as convicções de que as bases ecológicas não devem ser ignoradas nos trabalhos versando a realidade portuguesa e, por outro lado, que as produções científicas se devem edificar em moldes inovadores. Para fundamentar este intencional (ab)uso de transposição de J. DIAS como ecólogo humano, refiro um texto que bem documenta o seu posicionamento teorico-metodológico relativamente aos factos sociais: «*o que nos deve interessar é o homem nas suas*

¹ Na bibliografia consultada menciona-se frequentemente que a Ecologia Humana é veiculada pelos sociólogos e antropólogos, que deram ampla circulação ao termo em numerosos estudos especiais e em manuais. Cfr. Amos H. HAWLEY, *op. cit.*, Madrid, Tecnos, 1966, p. 21-22.

² O primeiro reúne a bibliografia recolhida por H. LAUTENSACH e foi organizado e complementado por Mariano FEIO, até ao ano de 1946, e editado pelo Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Geográficos (Lisboa) em 1948. O segundo volume foi preparado por Ilídio do AMARAL e Suzanne DAVEAU, cobrindo o período de 1947 até 1974, em edição do Centro de Estudos Geográficos/INIC, Lisboa, 1982.

³ Só há resultados seguros em Ecologia Humana quando os estudos se alicerçam no conhecimento real e concreto dos relações do homem com o meio natural. Estes investigadores ainda hoje são modelo, particularmente ao nível das metodologias e técnicas de trabalho de campo. No *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, já se podem encontrar bastantes efeitos desta orientação. Vide, v.g., vol. 1, Lisboa, CEG, 1984, p. 59-88.

⁴ De facto, como um discípulo seu reconheceu: «*Tem percorrido o país de lés a lés. Poucas aldeias haverá onde não tenha estado. Mais andarilho ainda que Leite de Vasconcelos e parece que nisso só com ele emparceiram Jorge Dias e Carlos Teixeira*» (Guerreiro 1984: 71).

⁵ Jorge DIAS, «*Reflexões de um Antropólogo*» in *Cadernos de Etnografia*, Barcelos, 2ª sér., 6, 1968, p. 42.

*inter-relações sociais e as respostas que ele adopta em face dos problemas que a vida lhe põe*⁶. De facto, encontramos no seu pensamento argumentos para validar a Ecologia Humana como área de notória vitalidade e como constante de perspectiva das Ciências Sociais⁷, pelo menos desde 1921⁸. O terceiro autor, sendo geólogo de formação, marcou os seus trabalhos sobre a geologia de Portugal com significativas notas explicativas da paisagem portuguesa. A atestar isto, veja-se a sua nota sobre as paisagens graníticas onde afirma o seguinte: «Tirem ao homem do noroeste peninsular este maravilhoso elemento e será toda uma civilização que desaba»⁹. Esse elemento é o **granito**, que, como tantos outros recursos geológicos do País, marca a paisagem e a cultura das comunidades humanas no rincão português. Outros autores poderiam aqui ser citados, mas impõe-se somente salientar, por pioneiro, este contexto particularmente fecundo e de cariz interdisciplinar dos estudos geo-humanos em Portugal.

Mas a Ecologia Humana não é uma área pacífica, nem feita de consensos. As suas concepções são múltiplas e enraízam-se no confronto das abordagens científicas do **biologismo** e do **culturalismo**. A *interface* entre natureza e sociedade sempre suscitou interrogações e poucas certezas. A visão destes dois mundos sempre foi parcial e descontínua, porque este estado é razão do seu próprio conhecimento científico. Em ambas, as perspectivas de abordagem geraram sempre novos procedimentos e problemas que ainda hoje persistem. Para uns, a Ecologia Humana representa uma especialização dentro da disciplina geral da Ecologia¹⁰, enquanto para outros não é uma simples extensão ou prolongamento da Ecologia Geral, mas tem características próprias e sobretudo implicações¹¹.

Passando para a relação ecossistema-homem, no que diz respeito ao ecossistema, versão sistémica da vida, ele é hoje considerado como canal de informação, composto por três níveis ou subcanais diferentes: o canal genético, por onde se transmite e perpetua (internamente) a diversidade genética das espécies e as estruturas

⁶ Idem, *ibidem*, p. 44.

⁷ Assim a considera Amos H. HAWLEY, *op. cit.*, Madrid, Tecnos, 1966, p. 22.

⁸ Este ano é considerado como data de nascimento da Ecologia Humana. Vide Pascal ACOT, *História da Ecologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1990, p. 118.

⁹ *Alguns Aspectos da Geologia dos Granitos do Norte de Portugal*, Porto, Sociedade Geológica de Portugal, 1945.

¹⁰ Cfr. Amos H. HAWLEY, *op. cit.*, p. 78.

¹¹ Vide George OLIVIER, *A Ecologia Humana*, Lisboa, Interciência, 1979, p. 9.

individuais renováveis; o canal ecológico, verdadeiro palco de interacção entre diferentes espécies coexistentes e de trocas regulares entre os seus indivíduos; e o canal «etológico» ou «cultural», o qual transmite o que se aprendeu pela actividade individual ou experiência e que é transmitido às gerações futuras por forma externa. Este último canal, de reduzida importância no passado, é hoje o mais importante. Em termos figurativos, pode-se dizer que vai desde a madeira morta do bosque, que conserva uma estrutura, até à madeira transformada em papel das nossas bibliotecas, que conservam a cultura¹².

No caso das actividades humanas, reconhece-se hoje que os usos se não limitam aos ecossistemas, antes os atravessam para aproveitar as complementaridades e os contrastes de zonas ecológicas variadas¹³. Esta questão inerente à unidade de investigação em Ecologia Humana ainda persiste, se bem que outros métodos sejam hoje adoptados. É o caso de alguns investigadores que parece terem concluído que, em vez de ecossistema, seria necessário encontrar unidades não identificáveis e, deste modo, uns propõem o conceito de *sistema de uso humano* (UNESCO 1974), enquanto outros (VAYDA 1983) defendem, em alternativa, um sistema a que se chamou *contextualização progressiva*¹⁴.

De facto, esta problemática centra-se sobre o homem. Como ser biológico, ele apresenta-se com uma caracterização ecológica muito diferenciada dos outros seres vivos: é o caso da sua biomassa; da sua dinâmica e taxa de crescimento; da organização estrutural das populações humanas e relações interpopulacionais; do uso e nível de consumo da energia¹⁵. Reconhece-se, por isso, que o homem é um animal relativamente não especializado, que não ocupa um *nicho* definido na hierarquia ecológica da natureza, e que tem uma capacidade para produzir cultura em grau maior que qualquer outra espécie de vida¹⁶. Por outro lado, o ser humano é um mistério e a multiplicidade de vidas que uma sociedade compreende não se tornam menos humanas, embora possam

¹² Cfr. Ramón MARGALEF, *Perspectivas de la Teoría Ecológica*, Barcelona, Blume, 1978, p. 95-96.

¹³ Segundo di Castri (1976; 245) citado por Andrew P. VAYDA, «Progressive contextualization: methods for research in Human Ecology», *in Human Ecology*, Nova Iorque, 11 (3), 1983, p. 267-268.

¹⁴ Cfr. Andrew P. VAYDA, *op. cit.*, 1983, p. 265-278.

¹⁵ Sobre uma caracterização ecológica do Homem ver a obra *Concepts unificadores en Ecologia*, Barcelona, Blume, 1980, p. 242-260.

¹⁶ Cfr. Amos H. HAWLEY, *op. cit.*, Madrid, Tecnos, 1966, p. 36, 67, 70.

ser contadas, analisadas e avaliadas em termos impessoais¹⁷. Estas especificidades conduziram a que o homem, em quase todo o seu passado, tivesse tomado a natureza como inimiga, de que fugia e à qual não queria subordinar-se, comportamento que é responsável por consequências graves ao nível da delapidação e/ou degradação dos recursos da biosfera.

Conceptualmente, a Ecologia Humana não se pode desligar das atitudes tomadas perante a conservação da natureza. Nas últimas duas décadas, tomou-se consciência do facto de não haver *biotopos* intocáveis à intervenção humana. Mas foi uma atitude meramente proteccionista, assumindo forma legal ou vigiada, em que as espécies vulneráveis e em risco de extinção eram apenas rodeadas de medidas restritivas que, muitas vezes, acabavam por se tornar ineficazes, na medida em que o que era protegido era a espécie e não o sistema ecológico em que espécie vivia. Esta constatação veio a motivar uma nova atitude de preservação, que passará a ter em conta a conservação do ecossistema¹⁸ em que as espécies se integram. Nenhuma espécie vive isoladamente e, por este facto, esta visão globalizante toma a estrutura e a funcionalidade do ecossistema como um valor ecológico relevante. Porque as comunidades humanas interagem com os ecossistemas, também o homem passou a fazer parte dessa conservação.

Por isso, a nova atitude de conservação passa a formalizar áreas naturais, que de forma voluntária e espontânea integram amostras de ecossistemas escolhidos entre as mais típicas na gama de variações do ambiente natural de uma região geográfica determinada¹⁹. Eis, pois, no quadro da definição e implementação de estratégias de conservação da natureza, um campo particularmente rico de reflexões e de aplicações em Ecologia Humana. Sintomático do que se expõe é uma das definições de Ecologia Humana: «a ecologia do homem e das comunidades e populações humanas, especialmente no que diz respeito à defesa da qualidade do ambiente por meio da aplicação correcta de práticas de conservação e de engenharia civil»²⁰. Para P. DANSEREAU (1957), a Ecologia Humana é a ciência directamente envolvida nas matérias relativas à paisagem,

¹⁷ Cfr. M. R. BRETT-CROWTHER, «Human Ecology and Development», in *Inter. J. Environment Studies*, vol. 24, London, 1985, p. 198.

¹⁸ Para Eugene P. ODUM um ecossistema ou sistema ecológico é qualquer região natural que inclua organismos vivos e substâncias abióticas interagindo para promover uma troca de matérias entre as partes vivas e não-vivas.

Vide *Fundamentos de Ecologia*, 2ª ed., trad., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1976, p. 19.

¹⁹ Segundo NOIR (1972) in *A Síntese Ecológica*, 2º vol., Lisboa, Socicultur, 1977, p. 279.

²⁰ M. R. BRETT-CROWTHER «Human Ecology and Development» in *Inter. J. Environmental Studies*, vol. 24, London, 1985, p. 191-192.

ao ecossistema, ao espaço, e tem por objecto a influência do homem no ambiente e os efeitos do ambiente no homem ou, dito de outra forma, as causas e as consequências dos problemas ambientais²¹.

Ora esta formulação conceptual vai de encontro às actuais preocupações da humanidade, exprimindo as intenções que a Ecologia Humana deve trilhar e concretizar. Mas, para certos autores, esta ciência, se quer dar sentido à relação entre o humano e o meio ambiente, deve estar preparada para constatar que o poder não deve ser encarado necessariamente como um bem, e que, quanto maior a escala, maior a parcela de poder que deve estar sob controle social e moral²². Daí não ser estranha a constatação de que, em geral, se têm sentido efeitos perturbadores da ciência e suas respectivas aplicações tecnológicas. Consequentemente, uma outra evidência nos mostra que os sistemas de planeamento favorecem o uso não ecológico e não conservacional dos recursos²³.

Por conseguinte, as contradições existentes no campo de acção da Ecologia Humana sempre foram condicionantes de que esta área de saber emergisse de forma autónoma e convincente. Mas é devido à tomada de consciência dos problemas do ambiente no mundo actual e à dimensão dos riscos que isso acarreta no Homem que hoje «*todas as disciplinas e profissões, tanto no campo das ciências como no nas humanidades, estão ávidas por encontrar na área da ecologia humana um campo comum de encontro*»²⁴. É este interesse que ainda hoje prevalece, o que faz com que geógrafos, sociólogos, biólogos e outras especialistas dos recursos mais tenham contribuído para erigir em denominador comum a Ecologia Humana.

Também em Portugal estas questões de ordem científico-metodológica obstaram ao surgimento de estudos com um perfil coerente e claro em Ecologia Humana²⁵. O que houve em Portugal foi, no início da década de setenta, a concretização de algumas acções imbuídas dum pendor de Ecologia Humana. Uma iniciativa legislativa atesta esse contexto. É o caso da Lei nº 9/70, de 19 de Junho, onde já se estipula que os

²¹ M. R. BRETT-CROWTHER, *op. cit.*, 1985, p. 188.

²² M. R. BRETT-CROWTHER, *op. cit.*, 1985, p. 198.

²³ *Idem, ibidem*, p. 197

²⁴ Cfr. Eugene P. ODUM, *Fundamentos de Ecologia*, 4ª ed., trad., Lisboa, Fumd. Calouste Gulbenkian, 1988, p. 812.

²⁵ Por exemplo, no texto de BAEITA NEVES, «Evolução histórica da Ecologia em Portugal», *in Ciclo de Conferências sobre Ecologia Fundamental e Aplicada*, Porto, Instituto de Ciências Biomédicas "Abel Salazar", 1985, p. 9-18, não há qualquer referência à Ecologia Humana em Portugal.

parques nacionais que vierem a ser criados, poderão abranger quatro tipos de reservas, um dos quais é o das *reservas turísticas*²⁶. Este diploma veio a conferir base legal à constituição do Parque Nacional da Peneda-Gerês, criado pelo Decreto nº 185/71, de 8 de Maio²⁷. Esta área serrana e raiana do interior noroeste português consubstancia o binómio natureza-cultura, onde a acção do homem unificou e complementou uma paisagem. Detendo o estatuto de único parque nacional em Portugal, teve de recorrer à incorporação de territórios habitados, de ambiente rural, que, aliados à rudeza natural da área, passaram a constituir uma forma *sui generis*, de modo a poder para cumprir as condições exigidas internacionalmente²⁸. A quando do seu processo de reconhecimento, o território que o seria por direito rondava os 20 000 ha, pelo que houve necessidade de adicionar uma faixa envolvente, de paisagem muito ruralizada e interdependente com a área natural, com cerca de 50 000 ha, sujeitando-a a uma gestão em tudo idêntica à de Parque Nacional. Desde o seu início se pensou ordenar esta área protegida, definindo uma zona de Parque propriamente dito, correspondente ao espaço natural e selvagem, e uma zona de Pré-Parque, respeitante à área afectada pela intensividade e presença de actividades humanas.

Portanto, estamos já perante um espaço-cenário de adequação das acções humanas ao nível dos interesses e valores naturais desta área, onde assumem particular destaque o zonamento e a gestão territorial. O que é significativo é, por um lado, o nosso parque nacional ter nascido no ano seguinte à comemoração do Ano Europeu da Conservação da Natureza, ocorrido em 1970, e, por outro lado, ter, no ano posterior à sua criação, em 1972, na II Conferência Mundial de Parques Nacionais, sido reconhecido que «*podem surgir conflitos entre a conservação da natureza e outros usos legítimos nos Parques Nacionais, especificamente o Turismo*»²⁹.

²⁶ Definidas como «*zonas a desenvolver segundo as necessidades das populações e do turismo, em conformidade com os objectivos do parque, e subordinadas a um ordenamento destinado a favorecer a sua unidade e conservação natural e a harmonia das construções*».

²⁷ Cfr. Adolfo A. M. Macedo, «*Aspectos inovadores na criação do PNPG*» in *1º Congresso de Áreas Protegidas*, Lisboa, S.N.P.R.C.N., 1987, p. 123-126.

²⁸ Segundo a Assembleia Geral da União Internacional da Conservação da Natureza, efectuada em Nova Delhi em 1969, o conceito de Parque Nacional tem de respeitar cinco condições fundamentais, a saber: *ampla extensão; conteúdo notável; regime de protecção eficaz; criação pela mais alta autoridade competente do país; e turismo autorizado.*

²⁹ Cfr. Adolfo MACEDO, *op. cit.*, 1987, p. 125.

Mas estas preocupações já tinham sido ventiladas em anos anteriores. A consulta documental diz-nos que os núcleos de muitos parques nacionais foram já utilizados como áreas recreativas em épocas anteriores a essa declaração. Na grande maioria dos parques nacionais, em cujos limites se encontravam grandes hotéis e numa época em que os visitantes, transportados a cavalo, necessitavam de lugares adequados para descanso, construíram-se internamente estruturas de alojamento. Mas os impactos dessa situação, traduzidos em desregulações e disfunções dos sistemas ecológicos, logo se fizeram sentir, determinando uma mudança de atitudes e de política relativamente à fruição turística destas áreas naturais. A política mais apropriada foi eliminar esses hotéis e albergar os turistas não dentro, mas fora dos parques nacionais³⁰.

De facto, é um dado adquirido que já na década de setenta se refere que «a regulamentação de um parque nacional ou de uma reserva aberta ao público deve prever disposições que preservem a natureza de uma "erosão" humana consecutiva à vaga de visitantes»³¹. Daí que, a organização espacial das estruturas recreativo-turísticas esteja cada vez mais subordinada à natureza dos valores naturais e culturais dos respectivos espaços³², já que se reconhece que a actividade turística dá lugar a uma nova forma de exploração do espaço, infinitamente subtil e perigosa, portadora de poderosos condicionalismos económicos e duma violência social difusa³³. Assim, a organização espacial do turismo em parques e reservas naturais é de premente necessidade. Particularmente em Portugal, onde a componente ambiental é ainda um recurso abundante e barato, em termos económicos, as estratégias de desenvolvimento turístico devem expressar vias próprias de compatibilização entre turismo e natureza e não adoptar modelos e formas já ultrapassadas em outros lugares e países.

No País e através do Decreto-Lei nº 613/76, de 27 de Julho³⁴, se instituíram outros tipos de Areas Protegidas. O Turismo assume nesse diploma uma importância

³⁰ Cfr. Maria BUCHINGER, «Los parques nacionales y otras áreas recreativas: su uso y abuso» in *2º Seminário Internacional sobre Areas Naturais e Turismo*, 1971, p. 16.

³¹ Acerca destas questões, ver Jean DORST, *Antes que a natureza morra*, trad., Edgar Blucher, 1973, pp. 367-372.

³² Relativamente a isto, ver Jean-Pierre LOZATO-GIOTART, *Géographie du tourisme*, Paris, Masson, 1990, pp. 90-98.

³³ Cfr. Jean-Luc MICHAUD, *Le tourisme face à l'environnement*, col. "Le géographe", Paris, PUF, p. 11.

³⁴ Definição legal de reservas, paisagem protegida, etc.

declarada, através da definição da *reserva de recreio*³⁵, onde se considera que o turismo não é mais que a comercialização do recreio e que esse recreio terá de ser compatível com a defesa do meio natural e do equilíbrio ecológico. Mas, em geral, esta intenção de preservação está também no campo dos comportamentos do turista. Hoje, temos que privilegiar um comportamento-tipo de turista, que se assemelhe ao que RAPPE (1977: 249) formulou: o turista deve merecer a natureza, deve aprender a observá-la viva, mas nela intervindo o menos possível.

Como se pode inferir do exposto, pretendo enquadrar uma linha de pensamento, sempre que possível fundamentada, relativamente ao título proposto. Recordar-se que no capítulo II se disse que o *turismo suave* (também conhecido por eco-turismo) tem as suas raízes nas formas de aliança entre os interesses turísticos e a preservação de áreas com um estatuto legal de protecção. Por conseguinte, a nossa abordagem vai ter como referente espacial o Parque Nacional da Peneda-Gerês, ser esquecer que, como também já foi apontado, o Gerês é citado como um local do País onde a "erosão" humana provocada pelo recreio e pelo turismo mais se tem feito sentir. Daí o seu interesse para a Ecologia Humana, como método de abordagem e busca de soluções para um justo equilíbrio entre o turismo, que, segundo A. HAULOT (1985: 6-7), é um elemento extremamente potente de degradação e poluição, e o interesse, a mais longo prazo, da comunidade humana, qualquer que seja a escala em que se insere.

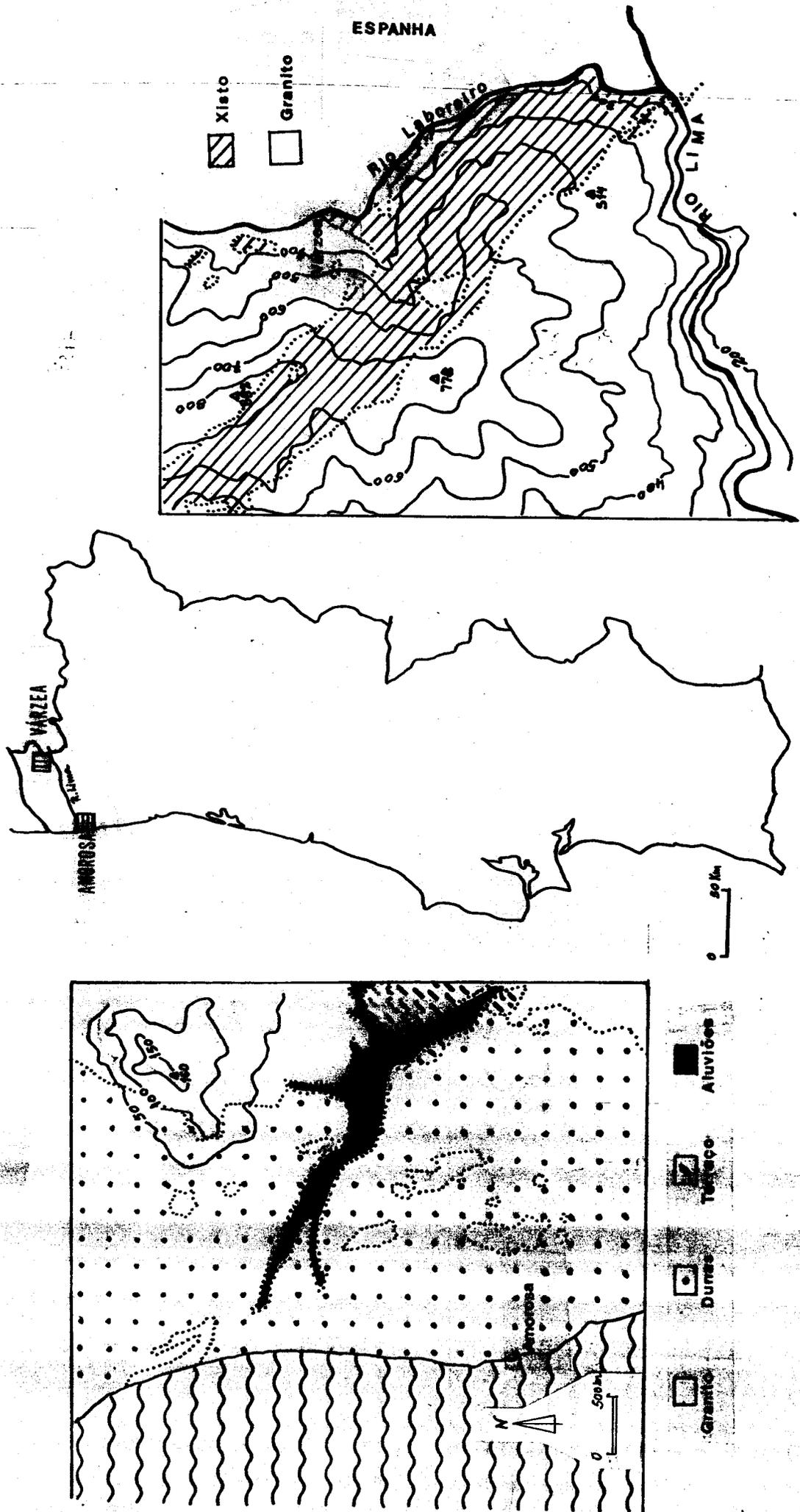
Por estas razões, escolhi um aldeamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês, o lugar de Várzea da freguesia do Soajo, no concelho de Arcos de Valdevez, de forma a evidenciar o seu quadro de relações em termos de ecologia humana, os seus problemas actuais e futuros e o papel integrador do turismo. (Fig. 1)

Mas, para além da montanha, é o litoral a zona geográfica que mais significado tem tido no chamado espaço turístico. Segundo Henri NONN (1987), à espontaneidade e às especulações particulares de mais de cem anos, vieram juntar-se, há pouco tempo, as intervenções do Estado e de grandes colectividades financeiras, que instalaram em locais costeiros, e mesmo secções inteiras do litoral, que organizaram no sentido de receber centenas de milhares de visitantes durante uma estação. Aí se passou duma geografia de litoral para uma geografia turística do litoral³⁶.

³⁵ A componente recreativo-turística é explícita na definição de Parque nacional, Paisagem protegida e Parque natural.

³⁶ Cfr. Henro NONN, *Geografía de los litorales*, Madrid, Akal, 1987, p. 155.

Fig. 1 - Localização geográfica e substrato geológico da Várzea e Amorosa



O *ecotone* litoral de Portugal é caracterizada por uma apreciável concentração de recursos naturais, de entre os quais os recursos biológicos marinhos foram um dos principais factores de atracção e fixação de populações. Daí que os distritos do litoral português possuem cerca de 80% do total de população. Ora é esta pressão humana que concorre, através dos mais diversificados usos, para a delapidação dos recursos litorais.

Dada a geografia do seu litoral, Portugal adoptou, em 1981, na Conferência das Regiões Periféricas da Comunidade Europeia, a Carta Europeia do Litoral, onde se compromete a controlar o turismo e a desenvolver «*um turismo adaptado a cada região e respeitador do seu património natural e cultural*»³⁷. Dada a complexidade do conceito e expressão territorial de litoral, considera-se de um ponto de vista técnico-legal que a zona litoral abrange uma faixa, para o interior, de 2 000 metros de largura a partir da linha de máxima preia-mar de águas vivas equinociais³⁸.

Focalizando a integração do turismo no espaço litoral, surgem-nos, no caso de Portugal, algumas contradições ao nível da coerência e correcção de práticas de administração e gestão territorial. É o caso do recente diploma que define o regime de gestão urbanística do litoral, o qual isenta de alguns procedimentos legais, particularmente de princípios a observar na ocupação, uso e transformação da faixa costeira, as estruturas turísticas hoteleiras³⁹.

Para o litoral do Alto Minho, é nossa intenção abordar estas questões de organização e desenvolvimento turístico e o seu grau de adequação ao quadro da ecologia humana, tomando como exemplo uma povoação costeira típica do Noroeste português. (Fig. 1)

2. OS ESPAÇOS-CASOS NO ALTO MINHO

De um ponto de vista geográfico, mostramos que o Alto Minho não tem uma equidade regional. Daí que também o turismo a não possa ter, porque há contrastes naturais vinculados, que condicionaram a capacidade biogenética dos solos e, conseqüentemente, influenciaram as diferentes aptidões dos espaços. Como resultado

³⁷ Cfr. MAI-CORN, *Carta europeia do litoral*, trad., Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte, 1982, p. 20-31.

³⁸ Cfr. MPAT-SEALOT, *Ordenamento do litoral*, 14, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território, 1990, p.17.

³⁹ Cfr. Artº 2º do Decreto-Lei nº 302/90, de 26 de Setembro.

destes factores, a ocupação humana e o quadro das estruturas criadas pelo homem deram origem à oposição entre o litoral e o interior, "fracturando" a região em duas sub-unidades com valores e problemas diferenciados.

O interior regional, face às suas condições ecológicas e ambientais, foi vítima, nas últimas décadas, dum processo de empobrecimento das suas capacidades humanas e desenvolvimentais, como resultado da fuga de população, o que conduziu a um enfraquecimento do seu tecido social e económico. Desde longa data que a família é o centro de todo o sistema produtivo. Afectada que foi a unidade familiar, o interior defronta-se com a feminização e o envelhecimento da sua população, pelo que a valorização de algumas actividades ajustadas às condições naturais se encontra diminuída, face à desertificação humana das zonas serranas. Pelo contrário, o litoral protagonizou um dinamismo demográfico e económico, em resultado de dispor de recursos naturais mais diversificados e, assim, potencializar a jusante o desenvolvimento de actividades de produção de bens e serviços.

A este quadro acrescenta-se que, para o conjunto dos recursos naturais potencializadores da actividade turística, os valores paisagísticos, tanto do litoral como do interior, ainda são reconhecidos como um recurso competitivo em relação a todo o País. Mas o grau de competitividade está, contudo, dependente do estado dos ecossistemas e áreas naturais, do modo como actualmente se organiza o espaço e da qualidade estética da paisagem. Nas duas últimas décadas, evidenciaram-se sintomas preocupantes a nível da organização física do espaço: nas áreas de habitat disperso, com longos séculos de existência, essa dispersão agudizou-se, através da casa do emigrante que só muito raramente comporta um grau de qualidade e harmonia estética e de funcionalidade com o meio envolvente; nas áreas de habitat concentrado, surgem casos de nítida dispersão, o que coloca problemas de ordenamento e gestão territorial a nível do município.

Por estas razões e num horizonte de longo prazo, o Alto Minho necessita de agregar um conjunto de forças endógenas, doseadas e combinadas com as "pressões" externas, de forma a que a sua unidade socio-cultural se perpetue e, desta forma, consolide uma acção de defesa e valorização do seu diversificado património. Só assim será possível uma coesão social e económica da região do Alto Minho.

Vem a propósito lembrar que Jorge DIÁS (1977: 45) põe em causa a economia moderna quando esta atenta contra um sistema de valores duma comunidade humana, escrevendo que *"o grupo social em questão pode não só tornar-se «disfórico», como*

*mesmo entrar em verdadeiro estado de desintegração social*⁴⁰. Por isso, os factores de desregulação económico-social são quase sempre perigosos, porque extinguem os laços de herança e de identidade, bem como diluem as tradicionais manifestações de coesão social e cultural do homem. Ora a nossa abordagem mostra que o turismo pode participar, em larga escala, para a dimensão destes problemas, desde que antecipadamente não exista uma consciência real e efectiva dos seus impactes. Daí que, para Arthur HAULOT, os efeitos negativos do turismo poderão ser medidos, limitados, travados e corrigidos, na medida em que deles se tome uma consciência suficiente⁴¹.

2.1. A POVOAÇÃO DE VARZEA NO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERES

Encastoadada quase a meio de uma vertente do sistema orográfico da serra do Soajo, no *terminus* de uma única estrada, de terra batida, que do Soajo se dirige para nascente até à fronteira, no vale do Laboreiro, encastela-se, a meio da vertente, um conjunto de construções compactas, distendidas ao longo de uma curva de nível e, por isso, a bordejar os campos em socalcos. Eis o quadro geral de um pequeno lugar habitado, a aldeia de Várzea, separada de Espanha pela raia húmida do rio Laboreiro. Esta aldeia, pertencente ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, é um dos mais afastados lugares da freguesia de Soajo, que administrativamente pertence ao concelho de Arcos de Valdevez.

O rio Laboreiro, afluente da margem direita do rio Lima, corre numa direcção geral NE-SW, em vale de fractura, ligeiramente apertado, e constituindo fronteira em grande parte do seu percurso. Pela vertente oriental de um interflúvio, e na margem direita da bacia do Laboriro, drenam algumas linhas de água, a Norte o rio da Peneda em parte com a função de limite administrativo entre freguesias. É aí, à latitude aproximada dos 41° 54'N, à longitude dos 8° 12' 30''W e entre as cotas dos 360-400 metros de altitude, que está implantada a povoação de Várzea, onde uma ruptura de declive criou a deposição de camadas terrígenas, tanto de vertente como de acumulação aluvial, potencializando, dessa forma, que as casas, de construção simples e com pedra aparelhada, tosca e sobreposta, se erguessem sobre esse declive natural do terreno.

⁴⁰ Cfr. J. DIAS, *op. cit.*, 1977, p. 45.

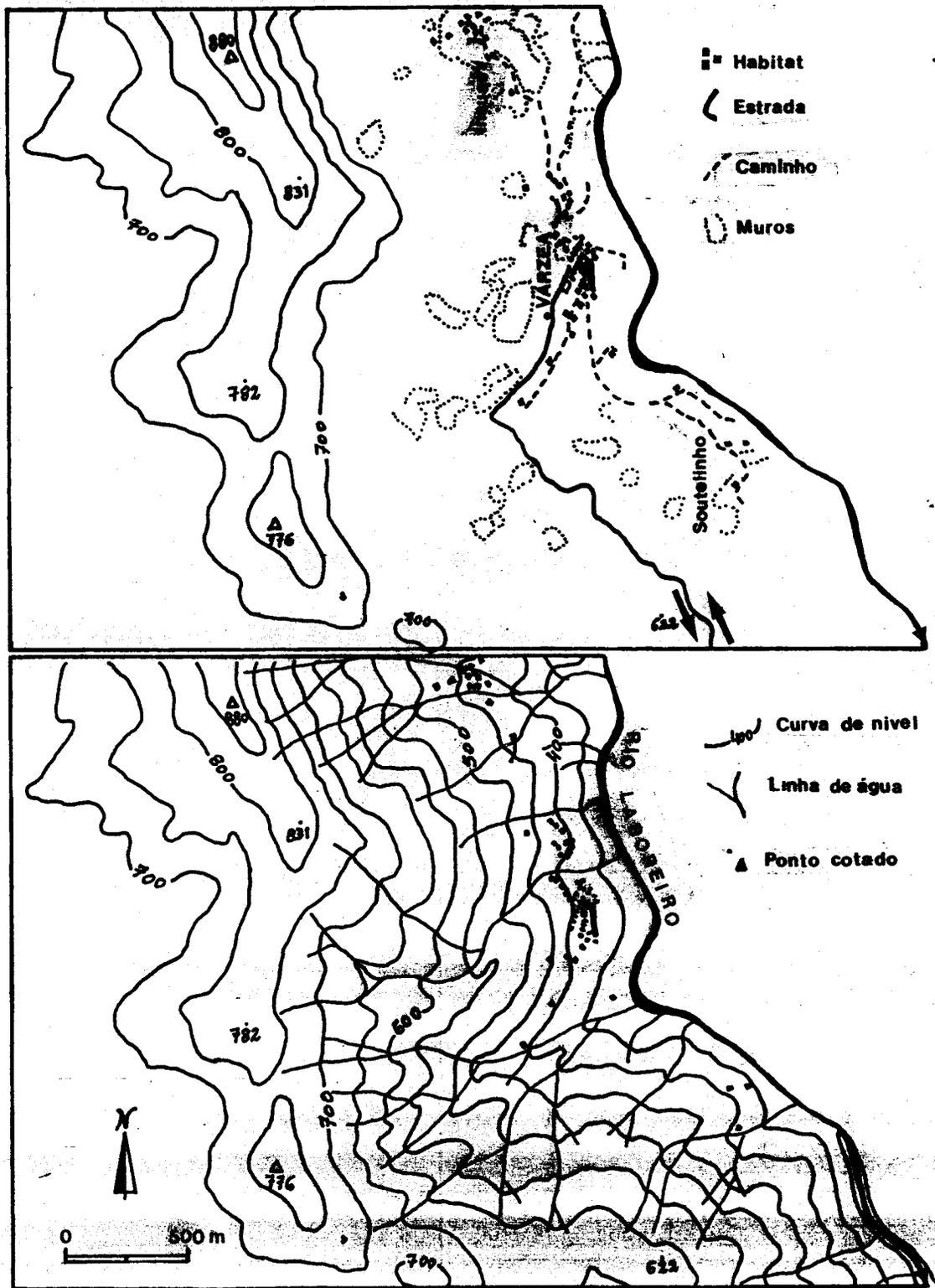
⁴¹ Cfr. A. HAULOT, «O turismo: actividade anárquica ou acção ao serviço do homem» in *Bios, Conservação da Natureza*, Jan./Fev., 23, Lisboa, LPN, p. 7

Várzea é denominação que quer dizer terra chã, irrigada e cultivada. Ora as características geográficas deste vale levam-nos a compreender o nome e a implantação da povoação. Assente em rocha granítica mas muito próxima do limite com o xisto, os socos agricultáveis nasceram onde a profundidade das camadas terrígenas e a morfo-topografia facilitaram a produção de bens alimentares e energéticos. Mas a riqueza desse espaço de produção é devida aos pequenos eixos fluviais que rasgam transversalmente o vale, pelo que se evidencia que são estes acidentes hídricos a razão do enquadramento e relativo alargamento do espaço agrícola ao longo do vale. Por esta razão, compreende-se o posicionamento e a existência dos micro-lugares de Insuas e Soutelinho, bem como a rede de caminhos e a dispersão de propriedades muradas (Fig. 2). A dispersão foi sempre contrariada pela crescente necessidade de obter recursos de subsistência humana, mas também pela necessidade de coesão social, única via de adaptação a ambientes adversos e de relativo isolamento. A ligação, por estrada, com os outros lugares do Soajo, implantados no extremo oriental do vale do Lima, foi criada executada na década de setenta e primeiros anos da década de oitenta, pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês e Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. É a dimensão das vias e a rede interna dos seus caminhos o melhor exemplo dos condicionalismos geográficos e da vontade férrea do homem de aí se perpetuar.

O carácter mais vincado da paisagem é o "modelo" de organização espacial das estruturas humanas. Face ao quadro das aptidões da terra, o núcleo residencial desenvolveu-se no limite entre o *ager* e o *saltus*, demonstrando uma vontade racional de fruição do espaço, com o nítido intuito de tirar partido da sua diversidade biogenética, mas também da melhor acessibilidade aos recursos, tanto hidro-agrícolas como florestais.

O topónimo *Soutelinho* (muito pequeno Souto) é comum e típico destas zonas e tem as suas raízes na ocupação humana pelos menos medieval. Os sotos eram manchas arbóreas de carvalhos e castanheiros, ricos numa fauna própria a que fornecia os indispensáveis recursos alimentares. Tendo sido objecto de uma intensa ocupação humana, reduziram-se às faixas das quebradas, onde na Idade Média foram intensamente utilizadas para pastoreio de suínos. Foi nestas manchas de soto, quase sempre a meia vertente, que se instalaram os lugares habitados, porque o homem também aí obtinha os referidos recursos e outras fontes de alimentação, algumas das quais vieram a constituir reservas energéticas em períodos de crise. Hoje, esses lugares habitados absorveram o topónimo, reflectindo os laços e a estrutura de uma ecologia humana que ainda perdura.

Fig. 2 - Enquadramento geográfico da Várzea



A montante da povoação, é o domínio da vida selvagem, dos incultos (servindo de pastagens naturais), dos recursos florestais e cinegéticos, enquanto a jusante fica a zona de veiga, dos campos agricultáveis e dos prados cultivados. Portanto, nas superfícies declivosas e de maior altitude é o domínio do coberto vegetal natural, aí florescendo a flora espontânea, ao lado de espécies florestais introduzidas pelo homem. Nas áreas de cota mais baixa e menor pendor, o homem moldou o território, tornando-o menos natural, pela actividade agro-pastoril. Deste modo e desde muito cedo, os grupos humanos retiraram deste meio os recursos de que necessitavam. Para as casas, espigueiros, eiras, moinhos e grande parte dos muros de sustentação fizeram blocos de granito e para os telhados talharam "fatias" de xisto, mais tarde substituídas por telha; do «monte», reservatório de pastagem e caça, vinha o mato, para adubação, e alguma lenha; do «campo» vinham os recursos alimentares. Bastando-se a si própria, num regime de auto-subsistência, foi o milho, o centeio, a batata, os legumes e frutos, o vinho americano e a criação de gado os recursos fundamentais do seu quotidiano⁴².

A posse colectiva de parte do monte, onde a pastorícia ainda se manifesta, em «vezeira»⁴³, anda associada à exploração individual da terra, com a maioria dos trabalhos agrícolas a beneficiarem da entre-ajuda da comunidade. Nos campos, um muro e valado, ladeando um estreito caminho (*Caneja*) de acesso à veiga, é divisória de um antigo afolhamento bienal, e corta os socalcos perpendicularmente, no sentido nascente-poente, não tendo hoje em dia aquela função. A estrumação e o carinho com que a actividade agrícola foi praticada, aliada à bio-diversidade de plantas cultivadas possibilitou uma maior intensividade do solo. Por outro lado, ao respeitar um espaço vital (os campos agrícolas), a comunidade assegurou o seu futuro cultural. Por isso, os seus habitantes têm orgulho em afirmar que *nesta terra há necessitados, mas não há pobres*⁴⁴.

Mas a década de oitenta atentou contra este sistema de valores. O rio Lima, na sua entrada em Portugal, e a jusante da foz do rio Laboreiro, possuía, desde a década de vinte, uma barragem, chamada do Lindoso, e hoje submersa pelo enchimento

⁴² Em artigo recente de Rosa F. Moreira da SILVA, «A aldeia da Várzea (Serra do Soajo): situação actual e a inundaçãõ, para breve, da sua veiga» in *Revista da Faculdade de Letras*, col. "Geografia", I série, vol. I, Porto, FLUP, 1985, p. 5-32, abordam-se significativos aspectos da sua geografia rural.

⁴³ Termo para classificar a actividade pastoril constituída por rebanhos pertencentes a diversos donos mas à guarda de um pastor da aldeia que se vai revezando.

⁴⁴ Alguns dados aqui registados sobre a aldeia da Várzea, são o resultado de uma observação participante, de trabalho de campo, em resultado de ter pertencido à direcção de dois Campos de Trabalhos, realizados nesta aldeia, e organizados pelo FAOJ em 1983 e 1984.

da albufeira da nova barragem (agora chamada do Alto Lindoso e pertencente à segunda geração de barragens do País), com 110 m de altura máxima, de que resultará uma área inundada de 1 072 ha⁴⁵. Desde 1983 que se iniciaram os primeiros trabalhos relacionados com a expropriação dos terrenos que iriam ser inundados, a maioria deles na parte espanhola e uma parte no vale terminal do rio Laboreiro. Presentemente, a albufeira está a encher, prevendo-se que a sua cota máxima atinga os 338 m. A esta altitude, o limite das águas extingue para sempre os belos e pitorescos socalcos agrícolas da Várzea (Fig. 3). Assim, a aldeia verá o seu "coração" afogado pelas águas, realidade que já causa importantes transformações sociais e económicas a esta comunidade. É o tradicional e secular *modus vivendi* que está em questão.

Em consequência disto, a povoação ficará privada de espaço e recursos agrícolas. Mas desfruta de uma extensa toalha líquida e considerável superfície de bravia ou monte. Face a estas mutações, uma nova paisagem se terá de (re)organizar. Mas é a comunidade humana que nos deve preocupar, porque as vias que ela poderá trilhar são opostas: uma, é a procura de um novo equilíbrio ou compensação (em geral de cariz económico) para satisfazer a perda dos valores tradicionais; a outra, é a desorganização social manifestada, na maioria dos casos, pela emigração definitiva, para não cair em fenómenos de disfunção social, como o alcoolismo, o jogo, a violência e outros vícios.

Numa óptica de ecologia humana, as novas condições geográficas da Várzea comportam potencialidades que importa explorar. Os seus recursos paisagísticos não devem ser menosprezados. Ao bordejar o limite da extensa toalha líquida da albufeira do Alto Lindoso e com o "monte" como fundamental reserva biogenética, eis o cenário que presentemente se depara à povoação da Várzea. (Fig. 2 e 3)

De acordo com o Censo de 1981, a povoação da Várzea registava uma população de 145 habitantes, dos quais 55 eram homens e 90 mulheres. O número de famílias totalizava 53 e os alojamentos e edifícios eram em número de 60⁴⁶. Mas, em 1983, a sua população era de 143 indivíduos (56,6% de mulheres e 43,4% de homens), tendo uma estrutura etária típica de uma zona serrana, com os seguintes valores: com 0-19 anos existiam, respectivamente, 32,3% e 25,9% de homens e de mulheres; com 20-39 anos 17,7% e 27,2%; com 40-59 anos 27,4% e 22,2%; e, com mais de 60 anos, 22,6%

⁴⁵ Cfr. EDP/EP, *Aproveitamentos hidroeléctricos de Alto Lindoso e Touvedo*, Direcção Operacional de Equipamento Hidráulico, Maio de 1990.

⁴⁶ Cfr. I.N.E., *XII recenseamento geral da população: resultados preliminares: distrito de Viana do Castelo*, 1983.

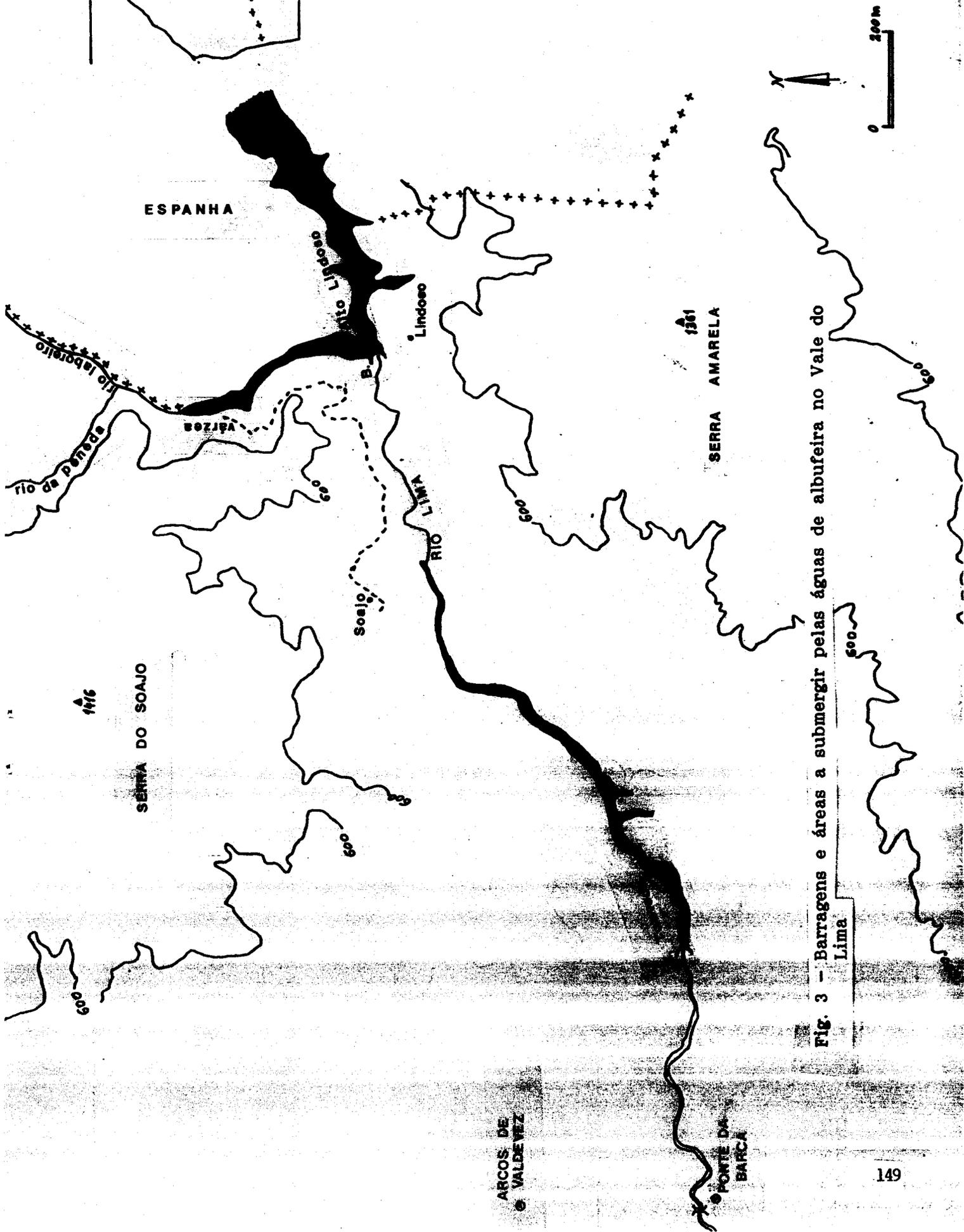


Fig. 3 - Barragens e áreas a submergir pelas águas de albufeira no Vale do Lima

e 24,7% . Da actividade agro-pastoril provinham 76,6% dos recursos económicos dessa população, indicando-se que a agricultura estava na base da profissão de 75,5% dos membros dos agregados familiares. No que diz respeito à habitação, esta aldeia possuía 47 casas com família, de dois pisos, com o rés-do-chão a servir de corte para o gado em 72,3% delas, e 55,3% das casas anexando um *quinteiro* (pequena horta).

Outras características dessas casas eram as seguintes: 72,3% delas possuíam uma construção à base de materiais tradicionais (pedra e madeira) e só 27,7% de betão e tijolo; 19,2 % somente comportavam até duas (2) divisões, 48,9 % com três e quatro (3-4) divisões, e só 31,9% tinham mais de cinco (5) divisões; 76,6% das casas tinham pavimento de cozinha em pedra e soalho de madeira, 19,1% de outros materiais e 4,3% eram em terra; 91,5% das habitações possuíam energia eléctrica e 8,5% possuíam iluminação a petróleo; 46,8% dessas habitações tinham torneiras de água dentro de casa, enquanto que 22,7% possuíam torneiras exteriores e 25,5% não tinham água por meio de torneira; finalmente só 8,5% das habitações possuíam telefone, 40,4% televisão e 46,8% tinham rádio⁴⁷.

Nestes últimos anos, o nosso contacto com a aldeia permitiu-nos evidenciar que alguns naturais emigrados começaram a construir (ainda que em número reduzido) a sua nova habitação, tendo em consideração esta nova realidade. Contudo, a fuga dos jovens para outros destinos é fenómeno tradicional e será ainda maior. Daí que façamos apelo ao turismo, como uma das actividades que, racionalmente ordenada e gerida, poderá desencadear e acalantar uma via de desenvolvimento para que o grupo humano recrie uma nova coesão social e económica.

O quadro de desenvolvimento turístico tem de ser alicerçado e equacionado em bases sólidas, fazendo apelo às aptidões do solo, aos recursos demográficos e socio-culturais, mas também a condicionantes de natureza geográfica e ecológica. Por conseguinte, uma condicionante é o estatuto e os objectivos de **parque nacional**. Porque o Parque Nacional da Peneda-Gerês engloba populações residentes, duas vertentes têm de ser observadas, isto é, por um lado, a prossecução de acções de *conservação* e, por outro lado, que essas acções se compatibilizem com o desenvolvimento socio-económico da região. Ora o turismo é uma das componentes desse desenvolvimento que faz afluir às áreas com um significativo somatório de valores naturais e culturais uma população não residente, os turistas, capazes de fomentarem a aplicação de três

⁴⁷ Estes dados resultaram de um inquérito realizado pelos finalistas da Escola de Enfermagem de Viana do Castelo ao universo da população desta aldeia. Cfr. *Relatório do campo de trabalho sócio-sanitário de Várzea-Soajo*, E.E.V.C., Outubro de 1983.

princípios, definidos na Conferência sobre os Patrimónios Naturais da Europa, que decorreu no Peak National Park, em 1985, desta forma mencionados: 1º) O turismo é uma justificação económica para a conservação; 2º) O turismo é um meio de consolidar o apoio à conservação; 3º) O turismo pode fazer afluír recursos à conservação⁴⁸.

Mas esta via tem de ter um horizonte de médio e longo prazo. Em que bases? Considerando os factos que temos vindo a expôr, as bases estratégicas a explorar circunscrever-se-ão ao *sistema de uso humano* praticado na Várzea, com o seguinte enquadramento:

a) afectar uma superfície significativa de «monte» para a recuperação natural, isto é, assegurar condições para uma sucessão climática, suporte biogeográfico fundamental da paisagem e, desta forma, contrariar e limitar as consequências da florestação praticada;

b) acarinhar as actividades económicas tradicionais, com melhores condições de sustentação social, através de apoios técnicos e financeiros, como forma de revitalizar e assegurar o quadro de vida nesta aglomeração;

c) sustentar os indícios de desvirtuação do património cultural edificado, valorizando a estrutura e os materiais tradicionais, e apoiar a melhoria das condições socio-sanitárias das habitações serranas, no quadro de competências assumidas e em vigor;

d) estudar e criar, em locais mais apropriados, novas áreas agricultáveis de *outfield*, como uma das formas de compensação das terras agríolas submersas e, assim, responder a uma economia do ambiente;

e) desenvolver novas actividades económicas, como sejam formas de recreio e de turismo, ajustadas às actuais condições geográficas e com um mínimo de *impacte*;

f) implementar, no fundo, um desenvolvimento com base endógena, que faça apelo à participação da população local, que integre os seus usos e costumes e as suas típicas manifestações culturais.

Os agrupamentos vegetais constituem, hoje em dia, indicadores das condições do meio e testemunhos da vocação das paisagens. Daí que esta componente seja um instrumento de análise para a valorização duma região. Estas propostas deverão ser enquadradas no conjunto da análise inicial, ou seja, tomando em conta que as zonas serranas, sofrem actualmente, por um lado, as consequências de uma intrusão exógena praticada desde há cerca de meio século no seu ecossistema e, por outro lado, uma

⁴⁸ Cfr. Aristides G. LEITÃO, «Turismo nas áreas protegidas» in *1º Congresso de Áreas Protegidas*, Lisboa, SNPRCN, 1987, p. 717-720.

desertificação humana que, ao empobrecer as relações ecológicas seculares entre o homem e este meio natural, potencializa uma nova aptidão do espaço e obriga a procurar um novo equilíbrio de relações dessas comunidades humanas com a natureza.

A procura de um novo equilíbrio deve-se enraizar nas actividades mais potenciais e ecologicamente adequadas. Está, neste caso, a criação de gado que, segundo os dados publicados referem, a aldeamento da Várzea possuía antes da florestação, nos seguintes quantitativos: um valor de 700 cabeças de bovinos, 400 de ovinos e 3 000 de caprinos; e, depois da florestação, esta actividade perdeu importância, na medida em que passaram a possuir somente cerca de 500 animais bovinos, 300 ovinos e 700 caprinos⁴⁹. Por conseguinte, a florestação limitou e condicionou as actividades de sustentação desta população, o que veio provar o carácter perturbador das acções exógenas, quando não têm em devida conta os impactos sobre a economia local. Portanto, isto evidencia um empobrecimento do tecido socio-económico desta população, tanto mais grave quanto sabemos que a maior fatia das receitas da florestação é canalizada para fora deste *sistema de uso humano* e de produção.

Por estas razões, o desenvolvimento da actividade turística terá de submeter-se ao quadro da ecologia humana serrana e aos processos que melhor assegurem a conservação da natureza, ou seja, escolher a via "desenvolvimentista" que permita manter a perenidade dos valores e o carácter "atractivo" dos lugares. Daí que o turismo tenha um papel integrador a desempenhar nas áreas de *conservação da natureza*, através de um estilo de turismo, de um tipo de oferta e promoção turística, de um grupo de consumidores turísticos, de uma carga turística e de uma animação socio-cultural que seja harmónica e respeitadora da fragilidade dos recursos naturais em que o turismo se apoia.

2.2. A AGLOMERAÇÃO DE AMOROSA NO LITORAL DE VIANA DO CASTELO

No litoral entre os rios Lima e Neiva, ao pé da linha de costa e varrido pela nortada e pelas brisas marítimas, existe um pequeno lugar, chamado de Amorosa, pertencente à actual freguesia de Chafé, do concelho de Viana do Castelo. Implantado entre as dunas de areia, parte delas cobertas de pinhal, as construções aí edificadas

⁴⁹ Cfr. Claudio C. LEAO, *Marginalisation et développement des zones de montagnes méditerranéennes: le cas de la commune de Soajo au Portugal*, Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier, s/d, p. 58-59.

são muito recentes e entroncam na dinâmica das actividades agro-marítimas, potencializadas por uma significativa faixa rochosa *intertidal*, funcionando como fonte e reservatório de recursos biogénéticos marinhos. (Fig. 1)

Numa descrição do nosso litoral, em 1891, se diz que «na primeira elevação das dunas, adjacentes à praia, algumas barracas ou cabanas e um posto fiscal aduaneiro» formavam a primitiva povoação, que nessa altura correspondia a um dos muitos *portos do sargaço* existentes no litoral norte, sendo esse porto denominado de *Moinho do Bispo*⁵⁰. Esta descrição, complementada com dados recolhidos no local⁵¹, atesta que essas construções funcionavam como apoios de Verão às actividades de pesca e de recolha de algas marinhas para adubação orgânica das terras, tendo um carácter sazonal⁵². Mas neste século esse carácter temporário desapareceu, dando origem a um aglomerado populacional permanente, função de condições ecológicas e económicas muito particulares, e perpetuado numa inscrição embutida numa das casas térreas ainda existentes na Amorosa, com os seguintes dizeres: «Em 1911 / Francisco Arezes Novo / criou o / Lugar da Amorosa / Anha»⁵³.

No século passado, o coberto de pinhal não possuía a extensão que hoje tem, ou seja, o pinhal encontrava-se circunscrito mais para o interior da formação dunar e adjacente aos campos agricultáveis. É a documentação que o comprova, ao mencionar que o litoral do concelho de Viana do Castelo «tem extensos areiaes onde se deve proceder à sementeira dos pinheiros [e que] a sua plantação nos montes e areiaes faz com que as terras se consolidem [...] e também impossibilita que se reduzam à esterilidade os terrenos lavrados confinantes com os areiaes, por isso que existe

⁵⁰ Cfr. Baldaque da SILVA, *Estado actual das pescas em Portugal*, Lisboa, I.N., 1891, p. 83-92.

⁵¹ Vide J. da Cruz LOPES, «Formações dunares no litoral do Alto Minho», Separata do *Boletim n.º 3 do Centro de Estudos Regionais*, Viana do Castelo, 1987, p. 2.

⁵² Vejam-se vários exemplos citados por Rocha PEIXOTO (1898), um dos quais é o local em análise, acerca do qual escreveu que «No littoral minhoto os grupos de barracas ou telheiras que mesclam a praia constituem, as mais das vezes, abrigos para os utensílios destinados à colheita das algas e propositadamente edificadas sob esse intento, mercê do papel attribuído áquella especie de adubo agrícola». Cfr. Rocha PEIXOTO, *Os Palheiros do Litoral, Portugália*, Lisboa, 1 (1-4), 1899-1903, p. 85.

Noutra obra, o lugar de Amorosa é um dos locais citados «em que se fixaram essas populações pobres de cabaneiros, para quem o sargaço é apanhado para venda». Cfr. Ernesto Veiga de OLIVEIRA et al., *Actividades agro-marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos de Etnologia, 1975, p. 47.

⁵³ Cfr. J. da Cruz LOPES et al., «Tradições marítimas de Anha: tecnologia da apanha do sargaço», Separata do *Boletim de Festas de Vila Nova de Anha*, Viana do Castelo, 1987, p. 13-20.

então entre uns e outros uma barreira vegetal que os separa»⁵⁴. Por conseguinte, uma significativa faixa de terrenos arenosos da beira-mar estava despida de um coberto arbóreo destinado a reduzir a dinâmica natural das areias, isto é, o seu avanço para o interior, facto que ocorria constantemente desde há longa data, como o comprova alguma documentação histórica disponível relativa ao passado de muitas localidades próximas do litoral e de estuários. No caso, a área em questão sofreu o impacto da invasão das areias de dunas, atestada pela extensão actual da mancha dunar, pelo topónimo *Areia*⁵⁵, correspondente a um lugar habitado (da freguesia de Chafé) e com significativo número de população, e pelo registo documental de que «*Santiago de Anha antigamente era a Parochia Matriz Nossa Senhora das Areas, mas crescerão estas tanto, que a Freguesia, e Igreja se submergirão com ellas, e muitas marinhas de sal*»⁵⁶.

Mas desde finais do século passado e inícios deste que o esforço da florestação dos areais costeiros deu os seus frutos⁵⁷. O pinhal avançou para muito próximo da linha de costa, mercê desse esforço humano e da resistência do pinheiro ao fenómeno de *salsugem* e da sua aptidão a terrenos siliciosos marítimos e à humidade atmosférica, o que propiciou a relativa estabilização dos cordões arenosos, a criação núcleos e faixas de campos agrícolas, quase sempre ao longo de linhas de água que drenam para o mar. Assim, as dunas secundárias, até aí instáveis e muito dinâmicas, passaram a ser dunas arborizadas e a possuir uma relativa estabilidade.

A Sul e muito próximo do local da actual povoação, correm duas pequenas linhas de água. O contacto directo com esta área mostrou o que a cartografia tenta espelhar, ou seja, que o terreno de cultivo que ladeia a linha de água mais a Norte é maioritariamente amanhado pelos habitantes do lugar e motivou a abertura, na década

⁵⁴ Cfr. Eusebio C. P. Furtado COELHO, *Estatística do districto de Vianna do Castello*, Lisboa, I.N., 1861, p. 237-30.

⁵⁵ Neste lugar, a recente investigação arqueológica provou, pelos vestígios postos a descoberto, ser o local da antiga paróquia medieval de *S. João de Ester*, que desde o século XVI deixou de constar na documentação, pelo facto de ter sido soterrada pela avanço das areias do mar. No local da intervenção, no limite SW do lugar supracitado, o depósito de areias de duna é de cerca de 30 cm. Vide A. Antunes de ABREU, «1987-1988: dois anos de pesquisa em Arqueologia Medieval e Moderna», in *Cadernos vianenses*, Viana do Castelo, 14, 1990, p. 155-162.

⁵⁶ Cfr. Antonio Carvalho da COSTA, *Corografia portuguesa e descripçam topográfica ...*, 2ª ed., Braga, Domingos Gonçalves Gouveia, 1868, I, p. 270.

⁵⁷ Alguns aspectos desse esforço são aflorados no artigo de Carlos M. L. BAETA NEVES, «Flora, fixação e aproveitamento turístico das dunas em Portugal», *Separata da Gazeta das Aldeias*, nº 2720/21 e 2723, 1972, 22 pp.

de sessenta, de uma estrada de acesso à E.N. 13-3, e que corre ao longo do seu traçado. Por outro lado, a acessibilidade destes campos arenosos agricultáveis tornou-se cada vez maior, através do arroteamento progressivo de retalhos de dunas⁵⁸, o que deu origem a que o contacto das construções com o espaço agrícola passasse a ser feito pelo lado sueste. O homem criou, por conseguinte, uma base de sustentação biogeográfica (a Norte uma faixa de protecção arbórea de pinhal, que reduzia a instabilidade e o avanço das areias, e a Sul um espaço de produção) fornecedora de uma variedade de recursos que potenciaram a fixação de uma população agro-marítima e um *sistema de uso humano* harmonioso e ajustado às condições ambientais do território em questão (Fig. 4). Mais adiante faremos alusão a esse sistema.

Portanto, o "modelo" de organização do espaço litoral pelo homem advém de um quadro de relações de ecologia humana, o que explica o recente aparecimento do aglomerado de Amorosa⁵⁹. Este lugar instalou-se na faixa de dunas primárias (fronteiras ao mar), em geral cobertas por um tapete herbáceo descontínuo e de fraca diversidade florística onde pontifica em geral uma espécie espontânea, a *Ammophila arenaria* L.⁶⁰,

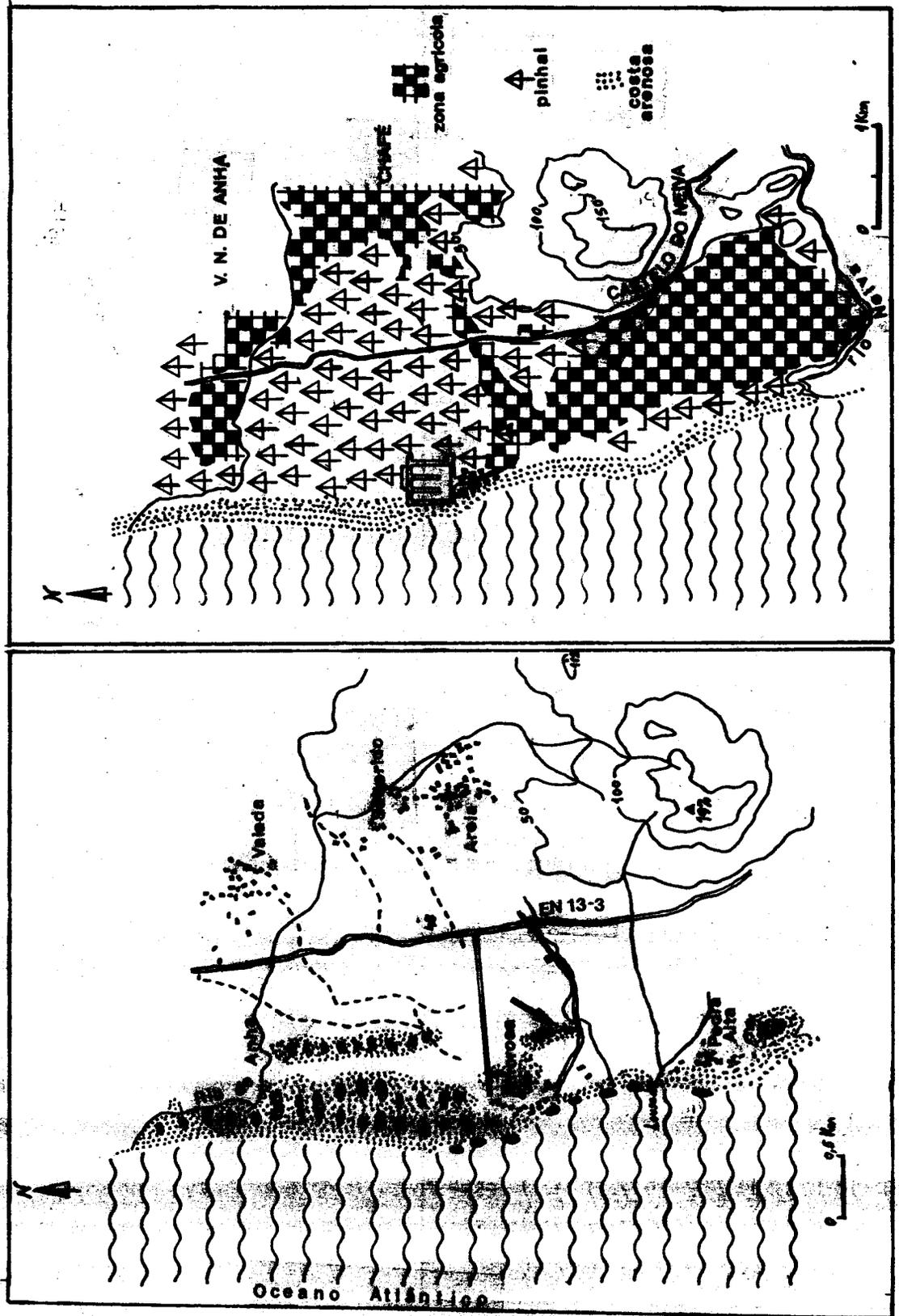
⁵⁸ O arroteamento das dunas só foi possível através da incorporação intensiva de matéria orgânica à base do sargaço, visto que as dunas são solos quase esteréis do ponto de vista orgânico. Essas algas marinhas fornecem ao solo tanto substâncias orgânicas como minerais, porque são ricas em vitaminas A, B1, B2, B12, C, D e E, e são um elemento «0,5 a 2 vezes mais rico em M[azoto], P[fósforo] e K[potássio] que o estrume dos gados domésticos». Ora, em zonas onde o nível freático está muito próximo da superfície, condição fundamental para a humificação, a acção das biocenoses do solo cria um complexo húmico muito rico, que faculta a fertilidade agrícola do solo dunar. Cfr. P. DUVIGNEAUD, *A Síntese ecológica*, Lisboa, Socicultur, 1977, II, p. 264-265.

⁵⁹ Segundo informação local, a este termo corresponde um dos nomes dados pelos pescadores a um afloramento rochoso existente no mar, na zona *intertidal*. De facto, na maré baixa, fronteira à aglomeração, sobressai uma fiada de penedos, batidos pelo mar, que têm os seguintes termos: Gião; Lagido; Lagosteira; Amorosa; e Queimado.

⁶⁰ Nas formações dumares esta espécie vegetal espontânea está maravilhosamente adaptada ao meio. Suporta a salinidade e as cristalizações salinas, já que as suas folhas se enrolam quando as condições são desfavoráveis, as suas raízes compridas asseguram a sua fixação a estas areias móveis de origem eólica e muito permeáveis. São estas características que fazem com que esta planta seja perene, se propague espontaneamente e tenha uma taxa rápida de crescimento, contribuindo desta maneira para a consolidação da areia e, em última análise, para uma relativa estabilidade das estruturas dumares.

Os habitantes de Amorosa dão a esta espécie o nome vulgar de *feno-das-areias*. Também é conhecida por *estorno*. Na flora de Gonçalo SAMPAIO (1988: 60) não se indica nenhum nome vulgar, somente que ocorre nos *areais marítimos de Norte a Sul* do país.

Fig. 4 - Organização geográfica do espaço litoral de Amorosa



apresentando uma disposição ligeiramente oblíqua (NW-SE) em relação à linha de costa, e indo embater no cordão de dunas secundárias arborizadas de *Pinus pinaster* Sol.⁶¹.

A Norte do rio Ave, citam-se várias localidades, enquadradas em formações dunares, onde se fixaram populações *para quem o sargaço é apanhado para venda*⁶². É o caso de Amorosa, desde sempre ligada à exploração deste recurso natural para a fertilização orgânica dos campos, e associada à pesca local. Os dados descritos na obra de Baldaque da SILVA (1891: 92) assim o comprovam, ao indicar que as pessoas ao sargaço eram em número de 50; o número de embarcações 7; e o de jangadas 15. Mas o curioso é verificarmos que a povoação vizinha, a Sul (Castelo do Neiva), com um sector costeiro *intertidal* muito mais significativo e rico em recursos algológicos, apresenta dados relativos à apanha do sargaço de importância menor⁶³: as pessoas envolvidas no sargaço eram em número de 40; e as jangadas de 7. Ora isto prova a perpetuação de uma realidade, ou seja, que a freguesia de Castelo do Neiva foi sempre mais importante na actividade agrícola e piscatória do que na actividade da apanha de sargaço, se bem que ambas sempre tenham sido complementares. Desde os anos sessenta que muitos sargaceiros eram, ao mesmo tempo, pescadores ou agricultores e vice-versa.

Na década de sessenta e para a costa a Norte de Viana do Castelo, as estatísticas da produção de algas industrializáveis registam, nos anos de 1967-69, valores relativos à exploração e comercialização deste recurso natural, com um quantitativo médio de 533 926 Kg de sargaço seco, totalizando um valor monetário de 256 285\$00⁶⁴. Estes dados permitem ajuizar do valor económico que este recurso natural representava para as populações costeiras. Hoje, o este seu valor é cada vez maior, face à cada vez maior procura, determinada pela generalizada adopção da adubação orgânica em detrimento das matérias químicas.

⁶¹ Na flora de SAMPAIO (1988: 17) indica-se que ocorre nos *terrenos incultos de Norte a Sul do País*, com o nome vulgar de *pinheiro-bravo*. Também lhe dão o nome de *pinheiro marítimo* e, por isso, haja quem o classifique por *Pinus maritimum*.

⁶² Cfr. Ernesto V. de OLIVEIRA, *op. cit.*, 1975, p. 47.

⁶³ Cfr. A.A. Baldaque da SILVA, *op. cit.*, 1891, p. 92-94.

⁶⁴ Cfr. JCCP, *Produção de algas industrializáveis na safra de ...*, Lisboa, Junta Central das Casas dos Pescadores/Departamento Técnico, 1967 a 1969.

No que diz respeito ao sector costeiro *intertidal* de Amorosa, este encontra-se desligado do lugar de Pedra Alta (lugar costeiro da freguesia de Castelo do Neiva e muito semelhante ao lugar em análise) pela foz de um pequeno ribeiro, que serve de limite administrativo⁶⁵. Aí, o que nós conhecemos em estudo de campo, realizado no ano de 1987, foi que esse ribeiro cortou um maciço de dunas primárias para chegar ao mar, que na margem esquerda da sua foz existe uma zona *intertidal* chamada de Lousado⁶⁶, e que esse sítio tem tradição na apanha de sargaço (Fig. 4). A existência de 36 *palheiros* de sargaço atesta ainda hoje os fortes laços que unem essa comunidade humana aos recursos biológicos marinhos, pelo que a difusão e/ou necessidade de mais recursos determinou a actividade da recolha de sargaço para adubação das terras em sectores costeiros limítrofes e mais distantes do povoado primitivo. Estas considerações visam a dar um contributo para fundamentar as razões que seguramente estiveram na base do povoamento em Amorosa, bem como compreender a informação local de que os seus primeiros habitantes eram originários de Castelo do Neiva.

Na obra de E. Veiga de OLIVEIRA (1975), insere-se uma foto, nº 134, com as primitivas habitações permanentes de sargaceiros-lavradores em Amorosa, ainda hoje existentes porque foram protegidas da fúria do mar por um pequeno corredor de pedras em 1979/80. Mas o seu aspecto e configuração arquitectónica sofreu profundas alterações em finais da década de sessenta, quando o turismo balnear aí se tornou frequente e popular para certas franjas sociais. Essa mutação, ocorrida nestas localidades e sítios costeiros, é ilustrada pelas fotos nº 136 e 137 e relativas a Pedra Alta⁶⁷. No caso de Amorosa, essas alterações formais e funcionais da paisagem foram um pouco mais tardias. Em meados da década de setenta, descreve-se que o povoado se compunha de um sector de construções alinhadas em frente ao mar, já transformadas, e, mais internamente, um casario onde já eram raras as construções em madeira⁶⁸. Progressivamente, assistiu-se à transformação funcional dos primitivos *barracos* de sargaceiros, alguns de madeira em construções mais sólidas, de pedra e reboco, até por vezes com a elevação de mais um piso.

⁶⁵ A essa linha de água a população local chama *Rego do Negro* e à pedra de limite com a freguesia de Chafé, na borda desse ribeiro, chamam *Marco do Rei*.

⁶⁶ Trata-se de um micro-topónimo que relacionamos com a natureza geológica predominante da penedia que aflora neste sector da linha de costa. Na carta geológica 5-C regista-se uma formação de *xistos argilosos do Ordovícico* e zona de jazida de *invertebrados fósseis*, onde foi colhida uma trilobite do género *Synomalonotus*.

⁶⁷ Cfr E. Veiga de OLIVEIRA, *op. cit.*, 1975, p. 110.

⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 111.

O carácter recente do povoado costeiro em análise pode ser também comprovado pelos dados demográficos. Em 1911, não se regista nenhum quantitativo em fogos e população. Só mais tarde, em 1940, se indica que este lugar possuía 22 fogos, e 96 indivíduos⁶⁹; em 1960, os fogos totalizavam 44 e a população 158 indivíduos⁷⁰; em 1981, os alojamentos registavam o quantitativo de 74 (com 52 famílias) e uma população presente de 209 indivíduos (dos quais 96 eram homens)⁷¹. Ora estes últimos dados provam o dinamismo demográfico e físico de Amorosa na década de setenta, em grande medida causado pelo tipicismo e qualidade ambiental da sua extensa praia arenosa e também valorizada pela existência de uma unidade de restauração⁷². Com uma significativa superfície de dunas de areia na sua linha de costa de mais de 2,5 Km, esse espaço natural constituía um atractivo e uma potencialidade turística difícil de ignorar, o que vai estar na origem de um empreendimento imobiliário e sobre o qual teceremos uma abordagem crítica.

Assim, em meados dos anos oitenta, este aglomerado agro-marítimo viu nascer, no seu litoral norte e muito próximo da sua linha de costa, um loteamento residencial, em duas fases⁷³, e uma terceira com pretensões recreativo-turísticas, calculada para um mínimo de 3 000 e um máximo de cerca de 10 000 residentes⁷⁴ e ocupando actualmente 342 000 m² de área dunar, adjacente às dunas primárias⁷⁵. Em termos comparativos, as estruturas edificadas do aglomerado tradicional ocupavam, em finais da década de sessenta, cerca de 47 500 m²⁷⁶ e, nos inícios dos anos oitenta, à volta

⁶⁹ Valor de população presente.

⁷⁰ Valor de população residente.

In X Recenseamento Geral da População (Continente e Ilhas Adjacentes), Tomo I, Volume 2º, Lisboa, INE, 1960, p. 512

⁷¹ *In XII recenseamento geral da população: resultados provisórios: distrito de Viana do Castelo*, Lisboa, INE, 1982, p. 30.

⁷² Trata-se do Restaurante da Amorosa, que nos seus inícios possuía na penedia lagosteiros (construções feitas em pedra, de forma rectangular e quadrada, para manter o marisco vivo), também conhecidos por viveiros.

⁷³ No total, este complexo contemplava 167 moradias e 1 260 habitações em altura.

⁷⁴ Cfr. *Jornal de Notícias*, 25 de Setembro de 1987.

⁷⁵ Em 1986, a sociedade imobiliária, denominada SOCTUL, deu início aos trabalhos de implementação das infraestruturas do citado loteamento. Essas infraestruturas ocuparam toda a zona interdunar e a faixa de dunas secundárias arborizadas, as quais tiveram de ser desbastadas para dar lugar à abertura dos arruamentos e à instalação do saneamento básico, água e electricidade.

⁷⁶ De acordo com as informações inscritas na folha 5-C da *Carta geológica*, na escala 1:50 000.

de 70 000 m²⁷⁷. Tendo em consideração as informações recolhidos para os Censos-91, o impacto desta estrutura determinava os seguintes dados: 248 edifícios; 1 476 alojamentos; 70 famílias; e uma população presente de 203 indivíduos. Mas o mais significativo são os dados relativos ao núcleo original, que, para esse ano somente, registava 12 alojamentos em 10 edifícios, 5 famílias, e uma população presente de 18 indivíduos. De facto, operou-se uma transferência de população em desfavor do núcleo primitivo e a consequência previsível será a progressiva descaracterização socio-cultural deste aglomerado.

Esta nova área residencial foi logo à partida controversa, porque o seu dimensionamento e enquadramento ambiental violavam o quadro de ecologia humana praticado pela população e desrespeitavam alguns princípios e normas adoptadas para um correcto ordenamento e gestão do litoral português: por um lado, violava frontalmente o Decreto-Lei nº 292/80, de 16 de Agosto, que, no seu artigo 3º estipula que «São declaradas cativas todas as formações arenosas situadas na faixa costeira compreendida entre a margem das águas do mar e uma linha paralela ao seu limite interior e dele afastada 1 Km»; e, por outro, colidia com o espírito que presidiu ao Decreto-Lei nº 321/83, de 5 de Julho (que criou a *reserva ecológica nacional*), particularmente o seu artigo 2º. Ao contemplar uma superfície edificada que ultrapassava os índices aconselháveis para esta área geológica e uma estrutura vertical edificada variada, com construções de dois e até dez pisos, o seu impacto ambiental e paisagístico não poderia ser feliz: antes pelo contrário, deveria constituir um forte argumento para a sua rejeição. Um outro argumento que poderia ser aludido seria a aplicação do princípio de RAPPE (1977: 249), segundo o qual "*1/3 selvagem*" deveria ser aplicado em todas as zonas turísticas. Este ordenamento do espaço foi proposto na Bretanha para salvar falésias, estuários e praias. Num contexto actual, em 1980, foi proposto que as estruturas turísticas (de qualidade) deveriam respeitar um índice «*igual a 1.5 turista/ha/ano a fim de não deteriorar as dunas arenosas costeiras*»⁷⁸. Por conseguinte, facilmente verificamos que estes dois princípios não foram, no mínimo, respeitados.

Por outro lado, o posicionamento deste loteamento não tinha em conta a dinâmica natural deste meio nem as especificidades dos fenómenos que aí ocorrem. Por isso, o processo de licenciamento deste empreendimento enferrou de graves violações, uma delas já apontada, e, em grande medida, imputadas às entidades da Administração

⁷⁷ Cfr. Plantas topográficas na escala 1:10 000.

⁷⁸ Cfr. Jean-Pierre LOZATO-GIOTART, *op. cit.*, 1990, p. 190

Regional e Local com atribuições e competências nesta área. Muito provavelmente, ignoraram-se, de forma intencional, os sintomas de uma erosão costeira da linha de costa nesta área, com início em 1980, assim como todo o sistema dinâmico das cristas de dunas, as quais se deslocam, no sentido poente-nascente. Num contexto de médio e longo prazo, a intervenção humana aludida não foi coerente nem racional relativamente a estas duas realidades.

De forma mais clara, carreamos para o caso da Amorosa o conhecido ciclo de vida dos pinheiros, estudados no sistema de dunas do Parque Nacional de Donaña, no SW de Espanha. Aí constatou-se que, no decurso de quarenta anos, o coberto de pinheiros foi vítima de enterramento pela vaga das areias de duna em movimento. «*A espécie de pinheiros aí existente está muito bem sincronizada com esta sequência de acontecimentos, pois completa o seu ciclo de vida dentro desses quarenta anos. [...] Há provas de que essa sequência se tem mantido na área há muito tempo, a partir dos grãos de pólen fossilizado preservados [nos depósitos de turfa e] de que esta sucessão cíclica decorre há pelo menos 13 000 anos*»⁷⁹. Ora este fenómeno também existe nesta área dunar, como se comprova pela observação de "pinheiros enterrados" e postos a descoberto nos locais de extracção de areias de dunas existentes na Amorosa. Apresenta-se assinalado na figura 4, com uma seta, um dos sítios onde se observou este facto. Por conseguinte, isto é um aspecto em que o quadro de ecologia humana da área em análise não foi tido em consideração na configuração dos projectos idealizados pelos grupos socio-económicos. Perante isto, exige-se que o sistema de ordenamento e planeamento regional e local formule novos princípios de acção, de forma a aplicar um planeamento de uso ecológico⁸⁰.

De facto, só com um planeamento ecológico se poderão (re)solver alguns impactos humanos nefastos para o equilíbrio dos sistemas naturais e das espécies que deles vivem. A este propósito, o desenvolvimento turístico tem contribuído para reduzir e mesmo eliminar alguns equilíbrios naturais nas formações dunares. O maior impacto diz respeito à destruição da *vegetação espontânea* dunar pelo pisoteio exagerado, pela circulação de veículos motorizados e, de forma irremediável, pelo abertura de estradas e edificação de construções. Mas outros equilíbrios estão ameaçados, pelo que vêm mencionados na documentação. Um, é o caso da espécie *Oenanthe oenanthe*

⁷⁹ Peter D. MOORE, *Ecologia Animal*, trad., col. "Animais de Todo o Mundo", Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, p. 27.

⁸⁰ Vide Jean TARLET, *La planification écologique: méthodes et techniques*, Paris, Economica, 1985, p. 17-39

(Chasco-cinzento) «comum nos complexos dunares do litoral norte, zona onde hoje a sua população é meramente residual. A ocupação do litoral pela construção deve ter sido a principal causa desta alteração»⁸¹; outro, diz respeito às espécies *Sterna hirundo* (andorinha do mar) e *Sterna albifrons* que têm nas dunas e praias o seu habitat (e nidificação). Tal facto ocasiona, particularmente no Sul do País (Algarve), que o surto de desenvolvimento turístico balnear seja o grande responsável pela diminuição e mesmo desaparecimento destas aves nesse litoral.

Numa outra vertente e no que diz respeito ao *sistema de uso humano* praticado por esta comunidade, o nosso trabalho de campo, acima referido, pôde registar uma realidade curiosa. Tratou-se de poder observar *in loco* o processo de feitura, acondicionamento e protecção de um palheiro de sargaço. A zona sul do aglomerado e na faixa dunar entre a praia e o primitivo arruamento é o local onde se desenrola a actividade dos sargaceiros, possuindo em Setembro de 1987 um total de 52 palheiros de sargaço⁸². Remontando às primitivas manifestações, os sargaceiros cuidavam proteger o seu palheiro de sargaço das intempéries das estações seguintes através da sua cobertura e, desta forma, conservar as algas secas, porque ela impedia a penetração das águas das chuvas. Essa cobertura está bem evidenciada na foto nº 129 da citada obra *Actividades agro-marítimas em Portugal*, sendo constituída por matéria vegetal que, no caso de Amorosa, nos foi dito e comprovado se tratava em geral de palha das dunas, ou seja, de feno-das areias⁸³ recolhido pelas pessoas nas dunas para cobrir o seu palheiro.

Assim, observamos este caso em que não se tratava de colmo (palha de centeio) mas sim da espécie dunar que abundava nas formações da costa norte de Amorosa. Isto leva-nos a concluir que as populações locais, ao usarem, como recurso natural, esta espécie florística de fundamental importância para a estabilidade do sistema de dunas primárias, não inviabilizou as relações de equilíbrio deste meio, nem pôs em causa o futuro do aglomerado, face a um maior risco de movimentação das areias. Por outro lado, comprovamos também que esta actividade tradicional do sargaço já

⁸¹ Uma característica do habitat desta espécie é ter o seu limite sul de distribuição em Portugal situado entre a bacia do Mondego e do Vouga. Cfr. Rui RUFINO *et al.*, *Atlas das aves que nidificam em Portugal Continental*, Lisboa, CEMPA e SEARN, 1989, p. 141.

⁸² O nosso conhecimento sobre este assunto permite-nos indicar uma estimativa quantitativa relativa a este recurso natural: no total, o sargaço representaria cerca de 78 000 Kg de peso seco, com um valor monetário, nesse ano, que rondaria os 936 000\$00.

⁸³ *Ammophila arenaria*; mas, por vezes, incluía exemplares de *Juncus maritimus* Lank, também frequentes nas baixas dunares (zona-entre-dunas).

se encontrava numa fase de perda de importância, pelo facto de ser um trabalho muito duro e um grupo de sargaceiro(a)s, na sua maioria, recorrerem ao profissionalismo de um antigo sargaceiro de Castelo do Neiva que, pelas suas capacidades técnicas, era frequentemente chamado para "cobrir" os palheiros de sargaço d'Amorosa.

Outro dado harmónico da relação entre a comunidade humana e o meio dunar que lhe serve de suporte consistiu em verificar-se que as informações inscritas na carta militar de Portugal registavam, em finais dos anos quarenta, uma rede de caminhos mais densos no interior das formações dunares, estando esses caminhos quase ausentes na faixa mais próxima da linha de costa. Ora isto prova um uso e frequência do sistema dunar que tinha em conta uma experiência de vida acumulada no decurso de gerações, dada a vulnerabilidade das relações *biotopo-biocenose* nesta área litoral.

Estes traços gerais sobre o *modus operandi* desta aglomeração agro-marítima constituem uma referência para repensar as formas de desenvolvimento turístico mais consentâneas com as áreas naturais e, muito em particular, o grau de dependência desse desenvolvimento, face aos recursos naturais e culturais do litoral. Pensamos que o caso de Amorosa, aqui afluído, é um bom exemplo da desregulação do ciclo económico-social tradicional, originado por um "modelo de desenvolvimento" que, por um lado, é manifestamente desajustado e, por outro, não é compatível com a transmissão de valores naturais e culturais identificativos de uma comunidade com um passado histórico recente. O empreendimento citado, ao não comportar uma integração ambiental e paisagística, rompeu com certos laços de herança e feriu o tecido socio-cultural das populações locais. Em última análise, é manifestamente um órgão que atrai e concentra um fluxo humano superior à capacidade de carga turística óptima para esta área dunar. Daí que, a breve prazo, surjam sintomas de degradação irreversível deste sistema natural, vindo a extinguir-se, dessa forma, um *facies* de ecologia humana muito peculiar.

CONCLUSÃO

Ao dar corpo a este projecto de trabalho, fica-se sempre com a impressão de ele nunca estar completo. De facto, o seu processo de elaboração foi sempre dinâmico, já que sempre esteve permeável a novos dados e ao amadurecimento das ideias.

A estrutura conferida ao trabalho evidencia a opção por um tema central - o turismo. Sendo como é uma das formas de vida social mais vincada no nosso século, a actividade turística fez surgir novos ambientes humanos e um novo tipo de apropriação do espaço pelo homem. O território de Portugal, pela sua posição geográfica e enquadramento geo-político, esteve desde muito cedo ligado às grandes rotas e correntes turísticas europeias e intercontinentais. Com base neste contexto espacio-temporal, a metodologia adoptada assumiu uma forma dedutiva, procurando captar as linhas de força, os processos e as dinâmicas desta actividade. Em termos figurativos, definiu-se um palco e um actor, respectivamente, um espaço regional - o Alto Minho - para onde converge a nossa análise e o fenómeno turístico como agente de acção. Mas neste quadro onde se posiciona a ecologia humana? Atendendo a uma das definições de Ecologia Humana, como *«estudo do homem em relação com outros seres humanos e ambos com o mundo natural e cultural que o rodeia»*, saída do Seminário Internacional sobre Ecologia Humana, Turismo e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Bali (Indonésia) em Março de 1990, o seu posicionamento corresponde ao cenário e/ou ambiente que esse palco (o Alto Minho) comporta.

Num período em que ocorrem grandes mudanças nas formas de praticar turismo, função dos comportamentos individuais e colectivos do turista, as tendências da procura estão hoje canalizadas para a fruição de diversificados espaços e valores naturais, para os conjuntos etno-culturais "pitorescos" e para o consumo de actividades culturais e desportivas de alto valor criativo e de equilíbrio psicofísico. Porque esta procura é criadora de novos ambientes humanos, cada ser humano é um consumidor de ambiente e de recursos naturais. Daí que o turismo não possa ser considerado como uma actividade não poluente e, por conseguinte, as grandes preocupações actuais estejam voltadas para o campo dos impactos ecológicos do desenvolvimento turístico.

Ao optarmos pela abordagem de duas realidades locais no Alto Minho, foi nossa intenção, por um lado, seleccionar um caso onde o turismo poderá ser integrado no quadro do desenvolvimento do contexto físico, social e económico, ou seja, valorizar, em termos endógenos, esse local geográfico, e, por outro lado, explicitar um outro caso onde o desenvolvimento turístico proposto não é compatível com o contexto físico e socio-económico da área em questão.

A Ecologia Humana não é uma ciência madura nem tão pouco pode ser considerada como pertencente às Ciências Naturais nem às Ciências Sociais. Para JACKSON e STEINER (1985: 177-178) a Ecologia Humana é uma herança de outras ciências, tais como, a Antropologia, a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Economia, bem como a Biologia. Por isso, ela emerge hoje como uma área de saber interdisciplinar que une os resultados técnicos e científicos de dois sistemas do conhecimento em constante interacção e mútua dependência, isto é, o sistema da natureza e o sistema das acções humanas.

O conteúdo e explicitação deste trabalho reflecte, em grande medida, o "entrecruzamento" de informações e realidades, tanto do contexto geográfico como do turístico, e uma análise relacional que faz apelo aos propósitos da Ecologia Humana. Uma intenção foi claramente assumida, a que diz respeito ao *desenvolvimento*, que é hoje uma questão central de qualquer política económica e cultural. Todos estamos conscientes de que, em Portugal, as formas de desenvolvimento turístico terão de se submeter a outra percepção da estrutura profunda que une o ser humano à natureza e obedecer a valores mais altos que os do mercado. Nesta base, também partilhamos da opinião de que a ecologia humana deve ser a matriz para o desenvolvimento. Por este motivo, nenhuma estratégia de desenvolvimento deverá ser delineada sem a participação de ecólogos humanos na respectiva equipa de trabalho.

A N E X O S

QUADRO I - Inserção hidro-territorial das Serras, e respectivas altitudes, na área do Alto Minho

SERRAS	Dentro da bacia hidrog. do Minho	No limite das bacias hidrog. do Minho e Lima	Dentro da bacia hidrog. do Lima	No limite das bacias hidrog. do Lima e Cávado	No limite das bacias hidrog. do Lima e Neiva	No limite das bacias hidrog. do Neiva e Cávado
S. PAIO, em S. Paio	638 m					
BOALHOSA, em Cotão	844 m					
ANTA, em Alagoa de Cima	846 m					
PERNIDELO, em Picos	1255 m					
ARGA, em Arga		823 m				
CORNO DO BICO, em Corno do Bico		887 m				
PENEDA, em Peneda		1373 m				
LABOREIRO, em Giestoso		1337 m				
STª LUZIA, em S. Luzia			549 m			
PERRE, em Agueira			474 m			
SOAJO, em Pedrada			1416 m			
AMARELA, em Louriça				1361 m		
NOBREGA, em Galinheiro				807 m		
PADELA, em Bouça					487 m	
NORA, em Nora					577 m	
OURAL, em Oural					721 m	
LOUSADO, em Lousado						312 m
S. GONÇALO, em S. Gonçalo						492 m
S. MIGUEL, em S. Miguel						499 m

FONTE: Cartas Geológicas de Portugal, na escala 1:50 000.

QUADRO II - Plantas a proteger em Portugal com ocorrência no Noroeste setentrional (seg. DRAY, 1985)

ESPECIES VEGETAIS	Categoria considerada	Endémicas de Portugal	Endemism o Ibérico	Endemismo Europeu	Area geográfica de ocorrência
<i>Allium narcissiflorum</i> Vill	Provavelmente extinta			+	Cascalheiras do rio Minho
<i>Jasione lusitanica</i> L.	Em perigo de extinção		+		Areias marítimas do litoral norte
<i>Pinus sylvestris</i> L.	Em perigo de extinção				Sítios montanhosos (Gerês)
<i>Rhynchosinapis johnstonii</i> Heywood	Em perigo de extinção	+			Areias marítimas (NW)
<i>Iris boissieri</i> Henriq.	Vulnerável		+		Serra do Gerês
<i>Taxus baccata</i> L.	Vulnerável				Sítios montanhosos (Gerês)
<i>Allium ericetorum</i> Thore	Rara			+	Matos e encostas rochosas do Minho
<i>Allium scoronerifolium</i> Desf.	Rara				Fendas de rochas (NW montanhoso)
<i>Armeria humilis</i> Schultes	Rara	+			Pastagens de montanha (Arga, Amarela e Gerês)
<i>Betula celtiberica</i> Rothm & Vasc.	Rara		+		Margens de cursos de água e sítios húmidos de reg. elevadas (NW)
<i>Centaurea aristata</i> ssp <i>geresensis</i> Dostal	Rara	+			Serra do Gerês
<i>Centaureum chloodes</i> Samp				+	Areias marítimas e rochedos (NW litoral)
<i>Cyperus serotinus</i> Rottb.	Rara				Zonas húmidas (NW)
<i>Friophorum angustifolium</i> Honckeny	Rara				Turfeiras alagadas e pobres em cálcio (N do Minho)

QUADRO II (Cont.)

ESPECIES VEGETAIS	Categoria considerada	Endémicas de Portugal	Endemism o Ibérico	Endemismo Europeu	Area geográfica de ocorrência
<i>Hypericum montanum</i> L.	Rara				Matas e matos altos de montanha (NW)
<i>Laserpitium prutenicum</i> ssp <i>dufourianum</i> Tutin	Rara			+	Prados (NW ocidental)
<i>Linaria coutinhoi</i> Valdés	Rara			+	Areias marítimas (NW)
<i>Lindernia procumbens</i> Philcox	Rara				Sítos húmidos, argilosos ou arenosos (NW)
<i>Lycopodiella inundata</i> Holub	Rara				Sítos inundados de inverno, entre 50-700 m (NW)
<i>Lysimachia nemorum</i> L.	Rara				Sítos húmidos ou ensombrados (Alto Minho)
<i>Marsilea quadrifolia</i> L.	Rara				Locais sujeitos a inundações temporárias (bacias do baixo Minho, Lima)
<i>Myrica gale</i> L.	Rara				Sítos pantanosos ou muito húmidos do litoral (NW ocid.)
<i>Narcissus cyclamineus</i>	Rara		+		Margens de cursos de água e pastagens húmidas de montanha (NW)
<i>Oxalis acetosella</i> L.	Rara				Matas e sítios sombrios (NW)
<i>Phalacrocarpum oppositifolium</i> Willk	Rara		+		Sítos rochosos de montanha (Gerês)
<i>Potentilla sterilis</i> Garcke	Rara			+	Sebes, matos e matas (NW)
<i>Prunus lusitanica</i> ssp <i>lusitanica</i> L.	Rara				Matas sombrias em vertentes sobre cursos de água (Gerês, Amarela)
<i>Sorbus torminalis</i> Crantz	Rara				Matas caducifólicas de altitude (Gerês)

QUADRO II (Cont.)

ESPECIES VEGETAIS	Categoria considerada	Endémicas de Portugal	Endemism o Ibérico	Endemismo Europeu	Area geográfica de ocorrência
<i>Valeriana montana</i> L.	Rara				Matos, solos rochosos (Gerês)
<i>Veronica micrantha</i> Hoffmannus & Link	Rara	+			Sítos húmidos e sombrios (Norte)
<i>Viscum album</i> ssp <i>album</i> L.	Rara				Bacia do Minho (hemiparasito sobre macieira)
<i>Woodwardia radicans</i> Sm.	Rara				Ravinas frescas até 700 m (Gerês)
<i>Armeria maritima</i> ssp <i>miscella</i> Malagarriga	Ameaçada			+	Prados estuarinos (Minho)
<i>Armeria parvulo</i> Franco	Ameaçada		+		Rochedos marítimos graníticos (Minho)
<i>Narcissus asturiensis</i> Pugsley	Ameaçada		+		Serra do Gerês
<i>Sedum pruinaum</i> Brot.	Indeterminada				Terrenos pedregosos e secos (NW montanhoso)
<i>Centaurea nigra</i> ssp <i>rivularis</i> Coutinho	Endémicas não ameaçadas	+			Norte
<i>Festuca sumilusitan</i> a Franco & Afonso	Endémicas não ameaçadas	+			Fendas de rochas em montanha (Gerês)
<i>Ornithogalum concinnum</i> Coutinho	Endémicas não ameaçadas	+			Norte

FONTE: DRAY, Ana Maria - *Plantas a Proteger em Portugal continental*, Lisboa, SNPRCN, 1985, pp. 19-40

QUADRO III – Mamíferos com ocorrência na área do Alto Minho

DESIGNAÇÃO DA ESPÉCIE	NOME VULGAR	HABITAT	ESTATUTO DE PROTECÇÃO ¹
<i>Erinaceus europaeus</i>	Ouriço cacheiro	Bosques abertos; terrenos agrícolas c/ sebes; orlas das povoações	Anexo III
<i>Crocidura sp</i>	Murganho	Zonas rochosas; Terrenos c/ vegetação aberta; jardins	
<i>Galemys pyrenaicus</i>	Toupeira aquática	Meios aquáticos de montanha (águas paradas); 300-1 200m	
<i>Talpa europaea</i>	Toupeira comum	Terrenos de cultivo; prados; jardins	
<i>Rhinolophidae sp</i>	Morcego	Bosques e terrenos abertos c/ árvores; construções naturais ou artificiais	
<i>Myotis sp</i>	"	Terrenos cultivados c/ árvores; edifícios	
<i>Pipistrellus sp</i>	"	Aldeamentos humanos; fendas e cavidades de árvores	
<i>Eptesicus sp</i>	"	Bosques abertos; Fendas em árvores; edifícios	
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho	Terrenos moles (arenosos) de uso diferenciado: orla de pinhais, charnecas, prados, campos agrícolas	
<i>Lepus europaeus</i>	Lebre	Bosques mistos; orlas de terrenos cultivados a altitudes médias	Anexo III
<i>Eliomys quercinus</i>	Rato da serra	Bosques caducifólicos; terrenos agrícolas	
<i>Pitymys subterraneus</i>	Rato toupeira europeu	Orla das florestas; sebes e arbustos	
<i>Microtus agrestis</i>	Ratinho dos pastos	Jardins e parques; terrenos húmidos junto a campos	
<i>Apodemus sylvaticus</i>	Rato do campo	Arvoredo denso; edifícios; socalcos agrícolas	
<i>Rattus rattus</i>	Rato preto	Celeiros; sotãos e andares de edifícios	
<i>Rattus norvegicus</i>	Ratazana comum	Sistema de esgotos; caves; covas e margens de água suja	
<i>Mus musculus</i>	Rato das casas	Construções e habitações humanas	
<i>Canis lupus</i>	Lobo	Terrenos montanhosos c/ fraca utilização humana	Anexo II
<i>Vulpus vulpus</i>	Raposa	Florestas densas e isoladas; vales; dunas litorais; parques e terrenos agrícolas	

¹ CONVENÇÃO DE BERNA

QUADRO III (Cont.)

<i>Meles meles</i>	Texugo	Florestas mistas e bosques caducifólicos; terrenos c/ sebes densas	Anexo III
<i>Mustella nivalis</i>	Doninha	Zonas agrícolas e orla das povoações	
<i>Mustella putorius</i>	Toirão	Várzeas e terrenos húmidos c/ arvoredos; orlas de aldeamentos	Anexo III
<i>Lutra lutra</i>	Lontra	Lagos e charcos; rios e canais	Anexo II
<i>Martes foina</i>	Fuinha	Orla dos cursos de água; terrenos c/ sebes e muros de pedra	Anexo III
<i>Genetta genetta</i>	Gineta	Matas de arbustos e terrenos áridos; encostas rochosas; campos abandonados	
<i>Felis silvestris</i>	Gato bravo	Florestas; bosques c/ vegetação densa	Anexo II
<i>Sus scrofa</i>	Javali	Florestas húmidas caducifólicas ou mistas; orlas de várzeas agrícolas	
<i>Capreolus capreolus</i>	Corço	Orlas de florestas caducifólicas	
<i>Delphinus delphinus</i>	Golfinho comum	Costas marítimas da Europa	Anexo II
<i>Tursiops truncatus</i>	Roaz corvineiro	Águas costeiras de temperatura moderada a fria	
<i>Grampus griseus</i>	Grampo	Costas marítimas da Europa do sul	Anexo II
<i>Phocoena phocoena</i>	Toninha comum	Costas atlânticas	

FONTE: REICHHOLF, Josef - *Mamíferos*, Lisboa, Editorial Pública, 1984, pp. 18-266

QUADRO IV - Aves que se podem observar no Alto Minho

AVIFAUNA	NOME VULGAR	FREQUENCIA DA ESPÉCIE	NIDIFICAÇÃO DA ESPÉCIE	HABITAT	ESTATUTO DE PROTECÇÃO
<i>Podiceps auritus</i>	Mergulhão de pescoço castanho	Invernante		Zonas húmidas	
<i>Podiceps nigricollis</i>	Mergulhão de pescoço preto	Invernante		Zonas húmidas	
<i>Tachybaptus ruficollis</i>	Mergulhão pequeno	Residente	provável	Zonas húmidas	
<i>Puffinus puffinus</i>	Pardela sombria	Invernante		Marinho	Anexo II
<i>Hydrobates pelagicus</i>	Painho de cauda quadrada	Invernante		Marinho	
<i>Oceanites oceanicus</i>	Painho casquilho	Estival		Marinho	
<i>Phalacrocorax carbo</i>	Corvo marinho de faces brancas	Invernante		Marinho	
<i>Phalacrocorax aristotelis</i>	Corvo marinho de crista	Estival		Marinho	
<i>Ixobrychus minutus</i>	Garça pequena	Estival	possível	Zonas húmidas	Anexo II
<i>Ardea cinerea</i>	Garça real	Invernante	possível	Zonas húmidas	
<i>Ardea purpurea</i>	Garça vermelha	Estival	possível	Zonas húmidas	Anexo II
<i>Anas platyrhynchos</i>	Pato real	Residente	confirmada	Zonas húmidas	
<i>Anas strepera</i>	Frisada	Invernante		Zonas húmidas	
<i>Anas penelope</i>	Piadeira	Invernante		Zonas húmidas	
<i>Anas crecca</i>	Marrequinho	Invernante		Zonas húmidas	
<i>Anas querquedula</i>	Marreco	Invernante		Zonas húmidas	
<i>Anas clypeata</i>	Pato trombeteiro	Invernante		Zonas húmidas	
<i>Aythya ferina</i>	Zarro comum	Invernante		Zonas húmidas	
<i>Aythya fuligula</i>	Negrinha	Invernante		Zonas húmidas	
<i>Melanitta nigra</i>	Pato preto	Invernante		Marinho	
<i>Mergus serrator</i>	Merganso de poupa	Invernante		Marinho	
<i>Rallus aquaticus</i>	Franco d'água	Residente	possível	Zonas húmidas	

QUADRO IV (Cont.)

AVIFAUNA	NOME VULGAR	FREQUENCIA DA ESPÉCIE	IDENTIFICAÇÃO DA ESPÉCIE	HABITAT	ESTATUTO DE PROTECÇÃO
<i>Porzana pusilla</i>	Franga d'água pequena	Residente		Zonas húmidas	Anexo II
<i>Gallinula chloropus</i>	Galinha d'água	Residente	confirmada	Zonas húmidas	
<i>Fulica atra</i>	Galeirão comum	Residente	provável	Zonas húmidas	
<i>Haematopus ostralegus</i>	Ostraceiro	Invernante		Meio linícola	
<i>Recurvirostra avosetta</i>	Alfaiate	Invernante		Meio linícola	
<i>Himantopus himantopus</i>	Perna longa	Invernante		Meio linícola	
<i>Charadrius dubius</i>	Borrelho pequeno de coleira	Residente	confirmada	Meio linícola	Anexo II
<i>Charadrius alexandrinus</i>	Borelho de coleira interrompida	Residente	possível	Meio linícola	Anexo II
<i>Pluvialis squatarola</i>	Tarambola cinzenta	Invernante		Meio linícola	
<i>Calidris canutus</i>	Seixoeira	Invernante		Meio linícola	
<i>Calidris alba</i>	Pilrito sanderlingo	Invernante		Meio linícola	Anexo II
<i>Calidris alpina</i>	Pilrito comum	Invernante		Meio linícola	Anexo II
<i>Arenaria interpres</i>	Rola do mar	Invernante		Meio linícola	Anexo II
<i>Tringa hypoleucos</i>	Maçarico das rochas	Estival	confirmada	Meio linícola	Anexo II
<i>Tringa totanus</i>	Perna vermelha comum	Residente		Meio linícola	
<i>Gallinago gallinago</i>	Narceja comum	Invernante		Meio linícola	
<i>Limosa limosa</i>	Maçarico de bico direito	Invernante		Meio linícola	
<i>Limosa lapponica</i>	Fuselo	Invernante		Meio linícola	
<i>Larus ridibundus</i>	Guincho comum	Invernante		Marinho	
<i>Larus argentatus</i>	Gaivota argentea	Residente	possível	Marinho	NÃO
<i>Larus fuscus</i>	Gaivota d'asa escura	Invernante		Marinho	NÃO
<i>Larus canus</i>	Alcatraz pardo	Invernante		Marinho	

QUADRO I (Cont.)

AVIFAUNA	NOME VULGAR	FREQUENCIA DA ESPECIE	NIDIFICAÇÃO DA ESPECIE	HABITAT	ESTATUTO DE PROTECÇÃO
<i>Rissa tridactyla</i>	Gaivota tridáctila	Invernante		Marinho	
<i>Sterna albifrons</i>	Andorinha do mar anã	Estival	possível	Marinho	Anexo II
<i>Chlidonias hybrida</i>	Gaivina de faces brancas	Estival		Marinho	Anexo II
<i>Uria aalga</i>	Arau comum	Residente		Marinho	
<i>Acrocephalus arundinaceus</i>	Rouxinol grande dos caniços	Estival	provável	Zonas húmidas	
<i>Cinclus cinclus</i>	Melro d'água	Residente	confirmada	Zonas húmidas	Anexo II
<i>Alcedo atthis</i>	Guarda rios comum	Residente	confirmada	Zonas húmidas	Anexo II
<i>Pernis apivorus</i>	Falcão abelheiro	Estival	confirmada	Mato(as)	
<i>Milvus migrans</i>	Milhafre preto	Estival	possível	Zonas húmidas	
<i>Neophron percnopterus</i>	Abutre do egipto	Estival	possível	Elevações rochosas	
<i>Circus cyaneus</i>	Tartaranhão azulado	Invernante	confirmada	Terrenos agrícolas	
<i>Circus pygargus</i>	Tartaranhão caçador	Estival	confirmada	Terrenos agrícolas	
<i>Accipiter gentilis</i>	Açor	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Accipiter nisus</i>	Gavião da europa	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Buteo buteo</i>	Águia de asa redonda	Residente	confirmada	Terrenos agrícolas	
<i>Aquila chrysaetos</i>	Águia real	Residente	confirmada	Elevações rochosas	
<i>Hieraaetus pennatus</i>	Águia calçada	Estival	possível	Mato(as)	
<i>Falco naumanni</i>	Peneireiro das torres	Estival	possível	Elevações rochosas	Anexo II
<i>Falco tinnunculus</i>	Peneireiro vulgar	Residente	confirmada	Terrenos agrícolas	Anexo II
<i>Falco subbuteo</i>	Ógea	Estival	provável	Zonas húmidas	Anexo II
<i>Alectoris rufa</i>	Perdiz comum	Residente	confirmada	Mato(as)	
<i>Coturnix coturnix</i>	Codorniz	Estival	confirmada	Terrenos agrícolas	

QUADRO IV (Cont.)

AVIFAUNA	NOME VULGAR	FREQUENCIA DA ESPÉCIE	NIDIFICAÇÃO DA ESPÉCIE	HABITAT	ESTATUTO DE PROTECÇÃO
<i>Columba oenas</i>	Pombo bravo	?	provável	Elevações rochosas	
<i>Columba palumbus</i>	Pombo torcaz	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Streptopelia decaocto</i>	Rola turca	Residente	confirmada	Áreas urbanas	
<i>Streptopelia turtur</i>	Rola comum	Estival	confirmada	Terrenos agrícolas	
<i>Clamator glandarius</i>	Cuco rabilongo	Estival	possível	Mato(as)	Anexo II
<i>Cuculus canorus</i>	Cuco canoro	Estival	confirmada	Fragas	
<i>Tyto alba</i>	Coruja das torres	Residente	confirmada	Áreas urbanas	
<i>Otus scops</i>	Mocho d'orelhas	Estival	confirmada	Áreas urbanas	
<i>Bubo bubo</i>	Bufo real	Residente	provável	Elevações rochosas	
<i>Athene noctua</i>	Mocho galego	Residente	confirmada	Mato(as)	
<i>Strix aluco</i>	Coruja do mato	Residente	provável	Fragas	
<i>Caprimulgus europaeus</i>	Noitibó da europa	Estival	provável	Fragas	
<i>Apus apus</i>	Andorinhão preto	Estival	confirmada	Áreas urbanas	
<i>Upupa epops</i>	Poupa	Estival	confirmada	Terrenos agrícolas	Anexo II
<i>Jynx torquilla</i>	Torcicolo	Estival	possível	Mato(as)	
<i>Picus viridis</i>	Peto verde	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Dendrocopus major</i>	Pica-pau malhado grande	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Calandrella brachydactyla</i>	Calhandrinha comum	Estival	provável	Mato(as)	Anexo II
<i>Galerida cristata</i>	Cotovia de poupa	Residente	confirmada	Terrenos agrícolas	
<i>Lulula arborea</i>	Cotovia pequena	Residente	confirmada	Terrenos agrícolas	
<i>Alauda arvensis</i>	Laverca	Invernante	confirmada	Terrenos agrícolas	
<i>Riparia riparia</i>	Andorinha das barreiras	Invernante	provável	Zonas húmidas	
<i>Ptyonoprogne rupestris</i>	Andorinha das rochas	Residente	confirmada	Elevações rochosas	

QUADRO IV (Cont.)

AVIFAUNA	NOME VULGAR	FREQUENCIA DA ESPÉCIE	CONFIRMAÇÃO DA ESPÉCIE	HABITAT	ESTATUTO DE PROTECÇÃO
<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha das chaminés	Invernante	confirmada	Áreas urbanas	Anexo II
<i>Hirundo daurica</i>	Andorinha daurica	Estival	provável	Terrenos agrícolas	Anexo II
<i>Delichon urbica</i>	Andorinha dos beirais	Estival	confirmada	Áreas urbanas	Anexo II
<i>Anthus campestris</i>	Petinha dos campos	Estival	confirmada	Terrenos agrícolas	
<i>Motacilla flava</i>	Alvéola amarela	Estival	confirmada	Terrenos agrícolas	Anexo II
<i>Motacilla cinerea</i>	Alvéola cinzenta	Residente	confirmada	Terrenos agrícolas	Anexo II
<i>Motacilla alba</i>	Alvéola branca comum	Residente	**confirmada	Terrenos agrícolas	Anexo II
<i>Troglodytes troglodytes</i>	Cariça	Residente	confirmada	Nato(as)	Anexo II
<i>Prunella modularis</i>	Ferreirinha comum	?	confirmada	Nato(as)	
<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco de peito ruivo	Residente	confirmada	Nato(as)	Anexo II
<i>Luscinia megarhynchos</i>	Rouxinol comum	Estival	provável	Nato(as)	Anexo II
<i>Phoenicurus ochruros</i>	Rabirruivo preto	Residente	confirmada	Elevações rochosas	Anexo II
<i>Phoenicurus phoenicurus</i>	Rabirruivo de testa branca	Estival	possível	Nato(as)	Anexo II
<i>Saxicola rubetra</i>	Cartaxo nortenho	Residente	possível	Nato(as)	Anexo II
<i>Saxicola torquata</i>	Cartaxo comum	Residente	confirmada	Nato(as)	Anexo II
<i>Oenanthe oenanthe</i>	Chasco cinzento	Estival	confirmada	Nato(as)	Anexo II
<i>Monticola saxatilis</i>	Melro das rochas	Estival	provável	Elevações rochosas	Anexo II
<i>Turdus merula</i>	Melro preto	Residente	confirmada	Nato(as)	
<i>Turdus viscivorus</i>	Tordeia	Residente	confirmada	Terrenos agrícolas	
<i>Cisticola juncidis</i>	Fuinha dos juncos	Residente	confirmada	Zonas húmidas	
<i>Locustella luscinioides</i>	Felosa unicolor	Estival	possível	Zonas húmidas	
<i>Acrocephalus arundinaceus</i>	Rouxinol grande dos caniços	Estival	provável	Zonas húmidas	

QUADRO IV (Cont.)

AVIFAUNA	NOME VULGAR	FREQUENCIA DA ESPÉCIE	IDENTIFICAÇÃO DA ESPÉCIE	HABITAT	ESTATUTO DE PROTECÇÃO
<i>Hippolais polyglotta</i>	Felosa poliglota	Estival	confirmada	Mato(as)	
<i>Sylvia undata</i>	Felosa do mato	Residente	confirmada	Mato(as)	Anexo II
<i>Sylvia cantillans</i>	Toutinegra carrasqueira	Estival	provável	Mato(as)	Anexo II
<i>Sylvia malanocephala</i>	Toutinegra de cabeça preta	Residente	confirmada	Mato(as)	Anexo II
<i>Sylvia hortensis</i>	Toutinegra real	Estival	provável	Mato(as)	Anexo II
<i>Sylvia communis</i>	Papa amoras comum	Estival	confirmada	Mato(as)	Anexo II
<i>Sylvia borin</i>	Felosa das figueiras	Estival	possível	Terrenos agrícolas	Anexo II
<i>Sylvia atricapilla</i>	Toutinegra de barrete preto	Residente	confirmada	Mato(as)	Anexo II
<i>Phylloscopus bonelli</i>	Felosa de bonelli	Estival	provável	Mato(as)	
<i>Phylloscopus collybita</i>	Felosa comum	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Regulus ignicapillus</i>	Estrelinha de cabeça listada	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Muscicapa striata</i>	Papas moscas cinzento	Estival	possível	Mato(as)	
<i>Ficedula hypoleuca</i>	Papa moscas preto	Estival	possível	Mato(as)	
<i>Aegithalus caudatus</i>	Chapim rabilongo	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Parus cristatus</i>	Chapim de poupa	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Parus ater</i>	Chapim preto	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Parus caeruleus</i>	Chapim azul	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Parus major</i>	Chapim real	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Sitta europaea</i>	Trepadeira azul	Residente	provável	Fragas	
<i>Certhia brachydactyla</i>	Trepadeira comum	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Oriolus oriolus</i>	Papa figos	Estival	confirmada	Mato(as)	Anexo II
<i>Lanius collurio</i>	Picanço de dorso ruivo	Estival	confirmada	Terrenos agrícolas	
<i>Lanius excubitor</i>	Picanço real	Residente	provável	Terrenos agrícolas	
<i>Garrulus glandarius</i>	Gaio comum	Residente	confirmada	Mato(as)	NÃO
<i>Pica pica</i>	Pega rabuda	Residente	confirmada	Terrenos agrícolas	NÃO

QUADRO IV (Cont.)

AVIFAUNA	NOME VULGAR	FREQUENCIA DA ESPÉCIE	NIDIFICAÇÃO DA ESPÉCIE	HABITAT	ESTATUTO DE PROTECÇÃO
<i>Pyrhocorax pyrrhocorax</i>	Gralha de bico vermelho	Residente	confirmada	Elevações rochosas	Anexo II
<i>Corvus monedula</i>	Gralha de nuca cinzenta	Residente	confirmada	Elevações rochosas	NÃO
<i>Corvus corone</i>	Gralha preta	Residente	confirmada	Terrenos agrícolas	NÃO
<i>Corvus corax</i>	Corvo	Residente	provável	Elevações rochosas	
<i>Sturnus unicolor</i>	Estorninho preto	Residente	confirmada	Áreas urbanas	Anexo II
<i>Passer domesticus</i>	Pardal comum	Residente	confirmada	Áreas urbanas	NÃO
<i>Passer montanus</i>	Pardaz montez	Residente	confirmada	Áreas urbanas	
<i>Petronia petronia</i>	Pardaz francês	Residente	confirmada	Fragas	Anexo II
<i>Fringilla coelebs</i>	Tentilhão comum	Residente	confirmada	Áreas urbanas	
<i>Serinus serinus</i>	Chamariz	Residente	confirmada	Áreas urbanas	Anexo II
<i>Carduelis chloris</i>	Verdilhão comum	Residente	confirmada	Áreas urbanas	Anexo II
<i>Carduelis carduelis</i>	Pintassilgo	Residente	confirmada	Terrenos agrícolas	Anexo II
<i>Carduelis cannabina</i>	Pinta roxo comum	Residente	confirmada	Nato(as)	Anexo II
<i>Loxia curvirostra</i>	Cruza bico comum	Estival	confirmada	Elevações rochosas	Anexo II
<i>Pyrrhula pyrrhula</i>	Don-fafe	Residente	confirmada	Fragas	
<i>Coccothraustes coccothraustes</i>	Bico grosso	Residente	possível	Terrenos agrícolas	
<i>Emberiza cirlus</i>	Escrevedeira de garganta preta	Residente	confirmada	Nato(as)	Anexo II
<i>Emberiza cia</i>	Cia	Residente	confirmada	Nato(as)	Anexo II
<i>Emberiza schoeniclus</i>	Escrevedeira dos caniços	Residente	confirmada	Zonas húmidas	Anexo II
<i>Miliaria calandra</i>	Trigueirão	Residente	confirmada	Terrenos agrícolas	

FONTES:

SAUER, Frieder - *Aves aquáticas*, trad., Col. O Mundo da Natureza, Lisboa, Ed. Publica, 1983, pp.18-278

CEMPA - *Atlas das Aves que nidificam em Portugal continental*, coord. Rui Rufino, Lisboa, SNPRCN, 1989, pp.18-205

QUADRO V - Anfíbios e Répteis com distribuição no Alto Minho

DESIGNAÇÃO DA ESPÉCIE	NOME VULGAR	ENDESMISMO	HABITAT	ESTATUTO DE PROTECÇÃO ¹
<i>Chioglossa lusitanica</i>	Salamandra lusitânica	+ (NW da P.I.)	Zonas montanhosas húmidas; Locais com água de fraca corrente	Anexo II
<i>Salamandra salamandra</i>	Salamandra de pintas anarelas		Zonas húmidas e lameiros	Anexo III
<i>Triturus boscai</i>	Tritão de ventre laranja	+ (W da P.I.)	Terrenos húmidos e locais com água	Anexo III
<i>Triturus helveticus</i>	Tritão de patas espalmadas		Ambientes aquáticos	Anexo III
<i>Triturus marmoratus</i>	Tritão marmorado		Zonas húmidas (charcos, lagoas, tanques, ...)	Anexo III
<i>Alytes obstetricans</i>	Sapo parteiro		Áreas montanhosas	Anexo II
<i>Discoglossus pictus</i>	Discoglossos		Locais de média e baixa altitude (com teores médios de salinidade)	Anexo II
<i>Bufo bufo</i>	Sapo		Terrenos húmidos	?
<i>Bufo calamita</i>	Sapo corredor		Dunas litorais e solos cultivados até à alta montanha	Anexo II
<i>Rana iberica</i>	Rã ibérica	+ (NW da P.I.)	Prados húmidos e terrenos encharcados com veg. herbácea	Anexo II
<i>Rana perezi</i>	Rã verde		Meios aquáticos	?
<i>Anguis fragilis</i>	Licranço		Zonas húmidas de prados, vinhas e de sub-bosques	Anexo III
<i>Chalcides chalcides</i>	Cobra de pernas tridáctila		Locais com veg. herbácea e Prados	?
<i>Lacerta lepida</i>	Sardão		Do litoral à montanha	Anexo II
<i>Lacerta shreiberi</i>	Lagarto de água	+ (W da P.I.)	Zonas húmidas de montanha e média altitude c/ coberto vegetal	Anexo II
<i>Podaris bocagei/hispánica</i>	Lagartixa		Zonas rochosas; Matagais e taludes terrosos	Anexo III
<i>Psammodromus algirus</i>	Lagartixa do mato		Pinhais litorais e zonas áridas	Anexo III

¹ CONVENÇÃO DE BERNA

QUADRO V (Cont.)

<i>Coronella austriaca</i>	Cobra austriaca		Zonas montanhosas entre os 400 - 1 000 m	Anexo II
<i>Coronella girondica</i>	Cobra bordalesa		Locais semiáridos e rochosos	Anexo III
<i>Elaphe scalaris</i>	Cobra de escada		Zonas semiáridas até 1 000 m	Anexo III
<i>Malpolon mon spessulanus</i>	Cobra rateira		Terrenos planos e de média altitude como searas, matagais e pinhais	Anexo III
<i>Natrix maura</i>	Cobra de água viperina		Ambientes aquáticos até 1 400 m	Anexo III
<i>Natrix natrix</i>	Cobra de água de colar		Ambientes aquáticos	?
<i>Vipera latastei</i>	Víbora cornuda		Zonas rochosas de montanha e locais mais baixos (matagais e pinhais)	Anexo II
<i>Vipera seoanei</i>	Víbora de seoanei	+ (N da P.I.)	Vertentes (soalheiras) de solo rochoso e arbustivo junto a cursos de água	Anexo III

FONTE: CRESPO, Eduardo G. e OLIVEIRA, Maria E. - *Atlas da Distribuição dos Anfíbios e dos Répteis de Portugal continental*, Lisboa, S.N.P.R.C.N., 1989, pp. 8-94

QUADRO VI - Evolução da População residente

Unidade geográfica	1890 (nº)	1900 (nº)	1911 (nº)	1920 (nº)	1930 (nº)	1940 (nº)	1950 (nº)	1960 (nº)	1970 (nº)	1981 (nº)	1991* (nº)
Arcos de Valdevez	31271	31968	33567	33306	32163	37283	39381	38739	34365	31156	26140
Caminha	14575	15288	16373	15283	15810	16414	17876	16888	13680	15883	15895
Melgaço	15428	15558	16312	15421	15759	17689	17798	18211	15805	13246	10555
Monção	24857	24077	26800	25448	24585	27566	28040	27393	24600	23799	20942
Paredes de Coura	12394	13091	13875	14082	14412	15549	16062	14886	12970	11311	10229
Ponte da Barca	12356	12962	13191	13049	13634	15069	17043	16265	14745	13999	13460
Ponte de Lima	32148	33314	34735	35537	36256	40832	43959	42979	42395	43797	41811
Valença	14462	15265	15483	15249	16034	16903	17139	16237	12850	13948	14471
Viana do Castelo	46259	47311	51466	52858	53380	62856	70331	75320	70455	81009	81346
Vila Nova de Cerveira	9850	9691	9825	9889	10794	10922	11666	11030	8645	8666	9176
DISTRITO	219600	218525	231668	230122	232827	261133	279486	277748	250510	256814	244025

* Resultados preliminares dos Censos 91

FONTE: Recenseamentos da População, I.N.E.

QUADRO VII - Densidades populacionais dos concelhos do distrito de Viana do Castelo, entre 1890-1981

Unidade Administrativa	Area (Km2)	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Arcos de Valdevez	445,89	70.1	71.7	75.3	74.7	72.1	83.6	88.3	86.9	77.1	69.9
Caminha	136,60	106.7	111.9	119.9	111.9	115.7	120.2	130.9	123.6	100.1	116.3
Melgaço	239,04	64.5	65.1	68.2	64.5	65.9	74.0	74.5	76.2	66.1	55.4
Monção	211,51	117.5	113.8	127.7	120.3	116.2	130.3	132.6	129.5	116.3	112.5
Paredes de Coura	138,02	89.8	94.8	100.5	102.0	104.4	112.7	116.4	107.9	94.0	82.0
Ponte da Barca	184,76	66.9	70.2	71.4	70.6	73.8	81.6	92.2	88.0	79.8	75.8
Ponte de Lima	321,20	100.1	103.7	108.1	110.6	113.0	127.1	136.9	133.8	132.0	136.4
Valença	117,43	123.2	130.0	131.8	129.9	136.5	143.9	146.0	138.3	109.4	118.8
Viana do Castelo	319,31	144.9	148.2	161.2	165.5	167.2	196.8	220.3	235.9	220.6	235.7
Vila N. de Cerveira	108,46	90.8	89.4	90.6	91.2	99.5	100.7	107.6	101.7	79.7	79.9
VIANA DO CASTELO	2222,22	98.8	98.3	104.3	103.6	104.8	117.5	125.8	125.0	112.7	115.6

FONTE: Recenseamentos da População, I.N.E.

QUADRO VIII - DADOS DEMOGRAFICOS DO PERIODO DE 1960-69

Unidade geográfica	NASCIMENTOS	OBITOS	SALDO FISIOLÓGICO	EMIGRANTES
Viana do Castelo	57 871	31 130	26 741	36 432
Norte Litoral	633 897	239 313	394 584	151 942
Região do Norte	774 216	303 315	470 901	201 515
Continente	1 913 608	908 915	1 004 693	537 760

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO IX - Indicadores demográficos (1970-1981)

CONCELHOS	Natalidade (nº)	Obitos (nº)	Saldo fisiológico (nº)	Saldo migratório (nº)	Varição População residente
A. de Valdevez	7 217	4 793	2 424	-5 633	-3 209
Caminha	2 004	2 405	-401	2 604	2 203
Melgaço	2 587	2 125	462	-3 021	-2 559
Monção	4 379	3 556	823	-1 624	-801
P. de Coura	2 236	1 843	393	-2 052	-1 659
P. da Barca	3 821	2 010	1 811	-2 557	-746
P. de Lima	11 405	5 076	6 329	-4927	1 402
Valença	2 114	2 209	-95	1 193	1 098
V. do Castelo	19 063	9 144	9 919	635	10 554
V. N. Cerveira	1 422	1 526	-104	125	21
DISTRITO	56 248	34 687	21 561	-15 257	6 304

FONTE: DRAEDM - *Estudo Base de Ordenamento Agrário e Sócio-Económico do Alto Minho*, Porto, Gabinete de Planeamento Agrário Regional, Setembro/1987

QUADRO X - Evolução das taxas de Natalidade e Mortalidade no Alto Minho

VARIAVEL DEMOGRAFICA	1859 ‰	1960 ‰	1970 ‰	1981 ‰	1985 ‰	1986 ‰
T. de Natalidade	27.9	24.0	19.9	16.3	13.1	11.4
T. de Mortalidade	18.5	11.4	11.2	11.8	10.9	11.7
T. de Crescimento Natural	9.4	12.6	8.7	4.5	2.2	- 0.3

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XI - VALORES ABSOLUTOS DA NATALIDADE E DA MORTALIDADE NOS CONCELHOS DO ALTO MINHO

CONCELHOS	NATALIDADE					MORTALIDADE				
	1970	1980	1983	1986	1989	1970	1980	1983	1986	1989
A. de Valdevez	676	487	439	304	277	410	407	399	374	346
Caminha	228	229	236	189	177	194	230	206	208	252
Melgaço	241	195	149	103	83	177	182	198	189	180
Monção	422	390	329	244	200	290	312	301	310	324
P. de Coura	229	171	158	102	106	158	142	126	138	150
P. da Barca	338	252	216	200	183	172	163	163	188	160
P. de Lima	957	834	751	636	570	417	444	484	459	398
Valença	193	194	178	165	134	189	174	197	194	177
V. do Castelo	1 498	1 425	1 277	1 095	980	750	731	768	738	797
V.N. Cerveira	169	113	119	108	88	139	109	134	152	140
MINHO-LIMA	4 951	4 290	3 852	3 146	2 798	2 896	2 894	2 976	2 950	2 924

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XII - Número de emigrantes nos concelhos do Alto Minho

Unidade geográfica	1970	1980	1983	1986	1989
Arcos de Valdevez	409	121	144	30	x
Caminha	75	19	7	1	x
Melgaço	64	39	26	6	x
Monção	113	37	22	4	x
Paredes de Coura	91	27	24	..	x
Pnte da Barca	234	64	18	4	x
Ponte de Lima	282	87	49	4	x
Valença	168	25	22	3	x
Viana do Castelo	635	114	52	5	x
V. N. de Cerveira	83	20	11	2	x
MINHO-LIMA	2 154	553	375	157	x

x - Dado não disponível

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XIII - Estrutura etária da população do Alto Minho

CONCELHOS	1960				1981			
	0-14	15-44	45-64	+ 65	0-14	15-44	45-64	+ 65
A. de Valdevez	12 990	14 557	7 407	3 785	8 542	10 407	7 208	4 999
Caminha	4 666	6 686	3 466	1 870	3 758	5 996	3 538	2 491
Melgaço	5 064	7 840	3 702	1 605	3 255	4 463	3 298	2 230
Monção	8 415	10 461	5 642	2 875	5 803	8 500	5 822	3 674
P. de Coura	4 935	5 562	2 922	1 467	2 894	3 783	2 720	1 914
P. da Barca	5 633	6 131	3 021	1 480	4 143	4 914	2 946	1 996
P. de Lima	14 643	16 511	7 878	3 947	13 716	16 072	8 611	5 398
Valença	4 680	6 140	3 601	1 816	3 130	4 967	3 412	2 439
V. do Castelo	24 675	31 060	13 117	6 468	22 106	33 252	16 321	9 330
V. N. Cerveira	3 441	4 162	2 187	1 240	2 064	2 978	2 200	1 424
DISTRITO	178 284	218 220	105 886	53 106	69 411	95 332	56 176	35 895

FONTE: CCRN - A Região do Norte em Números, 1988

QUADRO XIV - Evolução dos Grandes Grupos Etários, entre 1960-85, no Alto Minho

GRUPOS ETARIOS	1960 (%)	1970 (%)	1981 (%)	1985 (%)
0 - 14 Anos	32	31	27	24
15 - 64 Anos	58	58	59	61
+ 65 Anos	10	11	14	15

FONTE: CONIM, C. e CARRILHO, M.J. - *Situação Demográfica e Perspectivas de Evolução; Portugal, 1960-2000*, Cadernos I.E.D. nº16, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1989

QUADRO XV - População residente, por classes etárias, do concelho de Arcos de Valdevez, em 1981

GRUPO ETARIO	H	M	HM
0 - 4	1 204	1 194	2 398
5 - 9	1 446	1 465	2 911
10 - 14	1 646	1 587	3 233
15 - 19	1 390	1 545	2 935
20 - 24	907	1 156	2 063
25 - 29	545	845	1 390
30 - 34	460	782	1 242
35 - 39	431	840	1 271
40 - 44	542	964	1 506
45 - 49	626	1 061	1 687
50 - 54	754	1 031	1 785
55 - 59	806	1 084	1 890
60 - 64	818	1 028	1 846
65 - 69	780	944	1 724
70 - 74	590	888	1 478
75 - 79	335	635	970
+ 80	269	558	827

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XVI - População residente, por classes etárias, do concelho de Caminha, em 1981

GRUPOS ETÁRIOS	H	M	HM
0 - 4	603	596	1 199
5 - 9	656	627	1 283
10 - 14	642	634	1 274
15 - 19	617	678	1 295
20 - 24	630	577	1 207
25 - 29	468	540	1 008
30 - 34	448	447	895
35 - 39	350	452	802
40 - 44	324	465	789
45 - 49	395	527	922
50 - 54	410	549	959
55 - 59	392	555	947
60 - 64	320	490	810
65 - 69	304	530	834
70 - 74	244	477	721
75 - 79	151	357	508
+ 80	113	315	428

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XVII - População residente, por classes etárias, do concelho de Melgaco, em 1981

GRUPOS ETÁRIOS	H	M	HM
0 - 4	407	397	804
5 - 9	566	549	1 115
10 - 14	686	650	1 336
15 - 19	597	606	1 203
20 - 24	418	476	894
25 - 29	240	361	601
30 - 34	157	375	532
35 - 39	185	422	607
40 - 44	212	414	626
45 - 49	282	503	785
50 - 54	331	507	838
55 - 59	422	510	932
60 - 64	340	403	743
65 - 69	336	365	701
70 - 74	282	364	646
75 - 79	208	285	493
+ 80	120	270	390

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XVIII - População residente, por classes etárias,
do concelho de Monção, em 1981

GRUPOS ETÁRIOS	H	M	HM
0 - 4	892	854	1 746
5 - 9	937	916	1 853
10 - 14	1 109	1 095	2 204
15 - 19	1 033	1 058	2 091
20 - 24	940	867	1 807
25 - 29	502	665	1 167
30 - 34	390	633	1 023
35 - 39	398	669	1 067
40 - 44	510	835	1 345
45 - 49	560	890	1 450
50 - 54	623	820	1 443
55 - 59	712	793	1 505
60 - 64	609	815	1 424
65 - 69	556	716	1 272
70 - 74	388	658	1 046
75 - 79	234	527	761
+ 80	164	431	595

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XIX - População residente, por classes etárias,
do concelho de Paredes do Coura, em 1981

GRUPOS ETÁRIOS	H	M	HM
0 - 4	423	403	826
5 - 9	492	493	985
10 - 14	570	513	1 083
15 - 19	514	492	1 006
20 - 24	389	378	767
25 - 29	258	297	555
30 - 34	211	256	467
35 - 39	150	293	443
40 - 44	243	302	545
45 - 49	266	398	664
50 - 54	278	415	693
54 - 59	337	380	717
60 - 64	282	364	646
65 - 69	286	359	645
70 - 74	207	344	551
75 - 79	153	249	402
+ 80	97	219	316

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XX - População residente, por classes etárias, do concelho de Ponte da Barca, em 1981

GRUPOS ETÁRIOS	H	M	HM
0 - 4	639	601	1 240
5 - 9	726	680	1 406
10 - 14	756	741	1 497
15 - 19	662	697	1 358
20 - 24	469	526	995
25 - 29	325	411	736
30 - 34	222	371	593
35 - 39	201	347	548
40 - 44	263	421	684
45 - 49	309	423	732
50 - 54	306	460	766
55 - 59	349	409	758
60 - 64	304	386	690
65 - 69	290	388	678
70 - 74	228	349	577
75 - 79	131	278	409
+ 80	110	222	332

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XXI - População residente, por classes etárias, do concelho de Ponte de Lima, em 1981

GRUPOS ETÁRIOS	H	M	HM
0 - 4	2 038	2 058	4 096
5 - 9	2 494	2 340	4 834
10 - 14	2 420	2 366	4 786
15 - 19	2 181	2 191	4 372
20 - 24	1 495	1 727	3 222
25 - 29	1 082	1 294	2 376
30 - 34	879	1 166	2 045
35 - 39	784	1 169	1 953
40 - 44	884	1 220	2 104
45 - 49	912	1 291	2 203
50 - 54	969	1 348	2 317
55 - 59	1 014	1 169	2 183
60 - 64	864	1 044	1 908
65 - 69	773	1 058	1 831
70 - 74	629	882	1 511
75 - 79	412	683	1 095
+ 80	322	639	961

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XXII - População residente, por classes etárias, do concelho de Valença, em 1981

GRUPOS ETÁRIOS	H	M	HM
0 - 4	496	497	993
5 - 9	560	497	1 057
10 - 14	568	512	1 080
15 - 19	541	553	1 094
20 - 24	480	447	927
25 - 29	442	438	880
30 - 34	333	365	698
35 - 39	281	343	624
40 - 44	307	437	744
45 - 49	370	469	839
50 - 54	363	504	867
55 - 59	380	533	913
60 - 64	358	435	793
65 - 69	351	464	815
70 - 74	294	451	745
75 - 79	159	321	480
+ 80	98	301	399

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XXIII - População residente, por classes etárias, do concelho de Viana do Castelo, em 1981

GRUPOS ETÁRIOS	H	M	HM
0 - 4	3 578	3 431	7 009
5 - 9	3 678	3 701	7 379
10 - 14	3 875	3 843	7 718
15 - 19	3 863	3 997	7 860
20 - 24	3 469	3 568	7 037
25 - 29	2 725	2 896	5 621
30 - 34	2 187	2 384	4 571
35 - 39	1 798	2 327	4 125
40 - 44	1 722	2 316	4 038
45 - 49	2 027	2 477	4 504
50 - 54	1 832	2 466	4 298
55 - 59	1 772	2 259	4 031
60 - 64	1 553	1 935	3 488
65 - 69	1 344	1 863	3 207
70 - 74	1 003	1 624	2 627
75 - 79	661	1 209	1 870
+ 80	443	1 183	1 626

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADROXXIV - População residente, por classes etárias,
do concelho de Vila Nova de Cerveira, em 1981

GRUPOS ETARIOS	H	M	HM
0 - 4	333	291	624
5 - 9	352	355	707
10 - 14	356	377	733
15 - 19	364	357	721
20 - 24	281	304	585
25 - 29	227	242	469
30 - 34	202	217	419
35 - 39	142	218	360
40 - 44	171	253	424
45 - 49	225	296	521
50 - 54	225	324	549
55 - 59	244	341	585
60 - 64	252	293	545
65 - 69	197	290	487
70 - 74	151	263	414
75 - 79	98	180	278
+ 80	63	182	245

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADROXXV - População residente, por classes etárias,
do distrito de Viana do Castelo, em 1981

GRUPOS ETARIOS	H	M	HM
0 - 4	10 613	10 322	20 935
5 - 9	11 907	11 623	23 530
10 - 14	12 628	12 318	24 946
15 - 19	11 762	12 173	23 935
20 - 24	9 478	10 026	19 504
25 - 29	6 814	7 989	14 805
30 - 34	5 489	6 996	12 485
35 - 39	4 720	7 080	11 800
40 - 44	5 178	7 627	12 805
45 - 49	5 972	8 335	14 307
50 - 54	6 091	8 424	14 515
55 - 59	6 428	8 033	14 461
60 - 64	5 700	7 193	12 893
65 - 69	5 217	6 977	12 194
70 - 74	4 016	6 300	10 316
75 - 79	2 542	4 724	7 266
+ 80	1 799	4 320	6 119

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADROXXVI- Evolução da População Activa, por Sectores de Actividade, entre 1950-1981

Unidade geográfica	1950			1960			1970			1981		
	Pri	Sec	Ter	Pri	Sec	Ter	Pri	Sec	Ter	Pri	Sec	Ter
Distrito de V. do Castelo	64629	16460	17456	62407	20344	16485	63558	27053	15784	45715	28310	23828
Norte Litoral	261960	250324	184635	237048	315888	201484						
Região do Norte	398702	267871	214979	387276	335757	228249				269165	620990	431374
Portugal continental	1446986	696816	786889	1363382	896584	847004	972 905	1 004 672	1 022 085	711132	1429196	1539139

FONTE: Recenseamentos da População, I.N.E.

QUADROXXVII- Evolução do emprego por actividade económica no Alto Minho

Actividade económica	1970 (nº)	1981 (nº)	1970-1981 (%)
Agricultura, pesca, silvicultura	62 005	45 431	-26.7
Industria extractiva	135	284	110.4
Industria transformadora	8 495	11 801	38.8
Electricidade, gás e água	160	545	240.6
Construção civil e O. públicas	9 275	15 964	72.1
Comércio e Hotelaria	5 445	7 923	45.5
Transporte e Comunicações	1 750	2 331	33.2
Serviços ligados à act. económica	530	1 061	100.2
Serviços prestados à comunidade	7 710	12 634	63.9
Actividades mal definidas	2 355	8	-
TOTAL	97 860	97 983	0.1

FONTE: I.N.E.

QUADROXXVIII- Utilização e Capacidade de uso dos solos no Alto Minho

Unidade geográfica	Total (ha)	Agro-florestal (ha)	Agrícola (%)	Agrícola condicionado (%)	Não agrícola (%)
Arcos de Valdevez	44 589	19 550	3.9	11.6	83.1
Caminha	13 660	5 774	12.9	1.4	84.3
Melgaço	23 904	16 066	3.4	10.0	86.0
Monção	21 151	11 349	13.9	10.0	73.7
Paredes de Coura	13 802	8 299	10.0	14.0	73.5
Ponte da Barca	18 476	5 758	2.2	13.1	83.4
Ponte de Lima	32 120	21 436	19.2	8.7	70.8
Valença	11 743	5 832	23.1	4.4	72.3
Viana do Castelo	31 931	15 911	25.4	3.1	71.2
V. N. de Cerveira	10 846	8 193	18.4	3.2	77.7
DISTRITO	222 222	118 162	13.3	8.0	78.7

FONTE: CCRN - *A Região do Norte em Números*, 1988

QUADROXXIX- Explorações segundo a utilização da terra e respectivas superfícies, em 1979

Unidade geográfica	Total (ha)	Agrícola	Florestal	Prados e Pastagens	Matos e Estevas	Outras áreas
Arcos Valdevez	19 550	5 362	6 062	135	2 579	376
Caminha	5 774	1 450	4 235	247	36	52
Melgaço	16 066	2 619	2 220	524	11094	132
Monção	11 349	4 168	5 674	89	1 342	167
Paredes de Coura	8 299	2 601	2 497	112	3 034	166
Ponte da Barca	5 758	2 052	3 622	-	28	54
Ponte de Lima	21 436	7 744	11 151	42	2 233	308
Valença	5 832	2 223	2 192	7	1 321	96
Viana do Castelo	15 911	5 802	8 302	262	1 427	382
V. N. de Cerveira	8 193	1 738	5 200	19	1 182	74
DISTRITO	118 162	35 754	51 159	1 437	29 447	1 805

FONTE: Recenseamento Agrícola do Continente, I.N.E.

QUADRO XXX - Espécies florestais, por concelho, no Alto Minho

Unidade geográfica	FLOR (ha)	P.b. (ha)	P.m. (ha)	Eu. (ha)	So. (ha)	Az. (ha)	Cas. (ha)	Car. (ha)	R.d. (ha)	F.d. (ha)	O.m. (ha)	INC. (ha)	Z.V. (ha)
A. de Valdevez	12 958	7 405	-	27	3	-	-	1 674	1 669	1 498	682	18 653	-
Caminha	5 593	5 434	2	14	2	-	-	-	59	78	4	3 525	-
Melgaço	5 956	2 387	-	5	1	3	-	781	1 778	935	66	11 092	-
Monção	10 134	8 425	15	38	-	-	13	50	532	712	349	2 858	-
P. de Coura	3 980	2 628	2	11	-	-	-	67	136	525	610	4 243	1
P. da Barca	4 582	2 904	-	7	-	-	4	1 048	202	333	84	8 350	-
P. de Lima	12 969	11 506	29	380	-	-	-	58	352	372	272	5 621	-
Valença	4 208	4 059	3	15	-	-	-	19	-	61	51	3 001	-
V. do Castelo	12 978	12 478	3	123	1	-	-	-	237	5	131	4 462	-
V. N. Cerveira	5 012	4 458	-	28	-	-	-	4	520	2	-	2 102	-
DISTRITO	78 370	61 684	54	648	7	3	17	3 701	5 521	4 521	2 249	63 907	1

FONTE: MAP-DGF - *Distribuição da Floresta em Portugal continental; áreas florestais por concelhos, 1984*, col. Estudos e Informação, nº297, Lisboa, Divisão de Inventário Florestal e Cartografia, 1985, pp. 14-16.

FLOR. - Area florestal
P.b. - Pinheiro bravo
P.m. - Pinheiro manso
So. - Sobreiro
Az. - Azinheira
Eu. - Eucalipto
Cas. - Castanheiro
Car. - Carvalho
R.d. - Resinosas diversas
F.d. - Folhosas diversas
O.m. - Outros mistos
INC. - Incultos
Z.V. - Zonas Verdes

QUADRO XXXI- Valor do Emprego e número de estabelecimentos industriais para o Alto Minho

INDUSTRIAS TRANSFORMADORAS	1977 *		1983 *		1988 **	
	Nº de Emprego	VBP 1 000\$	Nº de Empreg	VBP 1 000\$	Nº de Empreg o	Nº de Estabelec.
31-Aliment., Beb. Tab.	955	531 999	1 080	3 315 561	1 089	51
32-Texteis, Vest. Calç.	1 344	311 088	1 412	1 485 845	1 399	14
33-Madeira e Cortiça	617	154 489	604	646 649	500	33
34-Papel, A.G., Ed.	1 445	1 260 330	895	5 029 916	714	14
35-Químicas, Der. Petr.	310	139 499	237	252 344	214	12
36-Prod. Min. n/Metal.	877	203 748	889	773 051	685	17
37-Metalúrgias de Base	-	-	-	-	-	-
Prod. Met., Máq. Equip.	2 050	566 586	1 983	2 255 177	1 879	6
Outras Ind. Transf.	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7 598	3 167 739	7 100	13 758 543	6 480	147

INDUSTRIAS EXTRACTIVAS					
23-Extracção minérios metálicos					49
29-Extracção min. n/met e rochas ind.				32	294
TOTAL					343

ELECTRICIDADE	Valor (1000 kWh)	Nº de Empreg	Nº de Centrais
Produção	367 244	289	3
Consumo	307 901	-	-

AGUA	Valor (1 000 m3)		
Consumo	4 507	-	-

* I.N.E., *Indicadores Estatísticas de Base Regional, 1970 a 1984, Série Estat. Regionais* nº 14, 1987

** I.N.E., *Estatísticas Industriais, 1988*

QUADROXXI- Principais empresas existentes no Alto Minho

EMPRESA	1987		1988		1989	
	Nº de empreg.	Volume de vendas *	Nº de empreg.	Volume de vendas *	Nº de empreg.	Volume de vendas *
Est. Navais VC, EP	1 712	5 628 172	1 695	4 961 902	1 648	7 456 590
F.N. Viana, SA	300	2 339 647	300	2 883 982	391	3 564 806
E. Pesca Viana, SA	600	1 750 000	-	-	565	2 025 293
Lacto-Lima, Ldª	-	-	-	-	90	3 235 463
Facime, SA	-	-	-	-	49	2 841 798
Anhas, Ldª	-	-	-	-	128	2 298 740

FONTE: As 1 000 Maiores Empresas, EXPRESSO (Suplemento), 1987, 1988, 1989
 QUADROXXII (Cont.)

C.Agrícola V. de Avicultores, CRL	89	1 193 856	69	1 108 547	-	-
Mincalça, SA	306	890 757	331	826 291	-	-
Irmãos Cunha, Ldª	80	877 000	52	1 010 387	-	-
E. Lacticínios Âncora, Ldª	94	850 000	102	1 277 074	-	-
Soc. Imp. Lima, Ldª	27	750 000	31	950 032	-	-
Incarcer, Ldª	94	740 000	-	-	-	-
A. M. Sobreiro, Ldª	208	681 197	-	-	-	-
Somavica, SA	42	679 506	56	749 937	-	-
Textil F.M. Durães, SA	?	651 899	15	769 941	-	-
Seixas e F., Ldª	29	612 032	29	687 731	-	-
Arbor, Ldª	45	590 983	41	617 000	-	-
Boxpal, Ldª	5	581 256	5	581 795	-	-
Electo-Lima, Ldª	190	530 000	-	-	-	-
Elsa O. Forte, Ldª	27	520 000	-	-	-	-
A.I. Maciel, Ldª	17	517 245	17	636 479	-	-
R.O.M. Silva, Ldª	8	500 000	-	-	-	-
Auto-Rabal, Ldª	-	-	32	813 313	-	-
F., L. e Silva, Ldª	-	-	28	783 451	-	-
A. Martins, Ldª	-	-	15	769 941	-	-
A.R. Peixoto, Ldª	-	-	22	647 092	-	-
Teixeiras e A., Ldª	-	-	26	593 603	-	-

* Valor em contos

FONTE: As Maiores PME's, EXPRESSO (Suplemento), 1987, 1988

QUADRO XXXIII- População activa nos concelhos do Alto Minho, em 1981.

Unidade geográfica	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário	Total
Arcos de Valdevez	9 177	1 898	1 979	13 054
Caminha	2 579	1 817	2 052	6 448
Melgaço	3 707	855	937	5 499
Monção	5 574	2 161	1 972	9 707
Paredes de Coura	3 256	686	760	4 702
Ponte da Barca	3 362	960	885	5 207
Ponte de Lima	8 474	4 127	2 916	15 517
Valença	2 215	1 730	1 595	5 540
Viana do Castelo	5 860	13 148	9 949	28 957
V. N. de Cerveira	1 511	928	783	3 222
DISTRITO	45 715	28 310	23 828	97 853

FONTE: MAI/SEAA e SEDR - *Administração Local em Números*, Lisboa, Direcção-Geral da Administração Local e Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1985

QUADROXXXV- Evolução dos grupos sociais, em percentagem, entre 1970-1981

CLASSES SOCIAS	V. do Castelo (Distrito)		Norte Litoral		Portugal continental	
	1970	1981	1970	1981	1970	1981
Proletariado rural	14.2	8.5	9.6	5.5	16.2	7.3
Proletariado industrial	17.1	25.3	37.3	40.7	34.0	35.0
Campesinato	32.7	24.8	17.1	12.3	11.7	9.2
Pequena Burguesia tradicional	6.5	7.1	6.3	6.3	6.8	6.4
Nova pequena Burguesia	7.5	13.0	13.5	18.0	19.4	25.9
Burguesia	1.6	3.7	2.4	4.2	3.0	4.4
N/ Remunerados economicam.	18.4	13.2	10.3	6.6	4.1	2.6
Empregados nas Cooperativas	-	0.1	-	0.1	-	0.5

FONTE: GASPARG, Jorge - «Dez Anos de Democracia: Reflexos na geografia política», *in Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984*, III International Meeting on Modern Portugal, Durham, New Hampshire, ed. Teorema, 1985, pp. 144-145

QUADROXXXV- População das freguesias que integram os aglomerados urbanos (cidade e vilas-sedes) e Vilas recentemente criadas

	1970(*)	1981(*)	1991(**)
VIANA DO CASTELO, cidade (c/ Meadela e Areosa)	13 656 -	15 388 (24 572)	15 463 (25 186)
VILA PRAIA DE ÂNCORA	3 212	3 707	3 899
VALENÇA	1 805	2 136	2 813
MONÇÃO	2 395	2 547	2 612
ARCOS DE VALDEVEZ	2 559	2 500	2 266
PONTE DE LIMA	2 463	2 592	2 058
CAMINHA	1 672	1 754	1 796
PONTE DA BARCA	1 140	1 579	1 734
VILA NOVA DE CERVEIRA	855	1 047	1 563
PAREDES DE COURA	1 266	1 294	1 347
MELGAÇO	1 144	1 424	1 310

Vila Nova de Anha	-	4 160	4 253
Vila de Darque	-	5 455	6 702
Vila de Barroselas	-	3 529	3 463

(*) Resultados provisórios do XII RGPB, I.N.E., 1982

(**) Resultados preliminares dos Censos 91, I.N.E., 1991

QUADROXXXVZ- Entrada de estrangeiros em Portugal, por países de nacionalidade

1969			1979			1989		
País	Nº	%	País	Nº	%	País	Nº	%
Espanha	1 374 158	49.3	Espanha	3 514 810	66.5	Espanha	12 175 003	75.4
R. Unido	339 474	12.2	R. Unido	399 771	7.6	R. Unido	1 039 010	6.4
E.U.A.	304 097	10.9	R.F.A.	286 667	5.4	França	635 391	4.0
França	168 135	6.0	França	183 164	3.5	R.F.A.	557 911	3.5
R.F.A.	113 185	4.1	E.U.A.	153 807	3.0	Holanda	324 935	2.0
Itália	88 899	3.2	Holanda	129 844	2.5	E.U.A.	208 982	1.3
Brasil	56 826	2.0	Itália	70 145	1.3	Itália	178 096	1.1
Holanda	40 552	1.5	Brasil	52 108	1.0	Bélgica	143 721	0.9
Canadá	38 575	1.4	Suécia	51 108	1.0	Brasil	102 168	0.6
Argentina	35 782	1.3	Bélgica	48 248	0.9	Canadá	78 341	0.5
Suíça	32 772	1.2	Suíça	35 973	0.7	Suíça	72 089	0.4
Bélgica	32 245	1.2	Noruega	25 071	0.5	Suécia	66 914	0.4
Suécia	20 201	0.7	Dinamarca	24 979	0.5	Outros	572 198	3.5
Outros	140 467	5.0	Austria	21 068	0.4	TOTAL	16 154 759	100
TOTAL	2 785 368	100	Outros	290 286	5.5			
			TOTAL	5 287 352	100			

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADROXXXVZ- Entrada de estrangeiros em Portugal, por países de nacionalidade

1969			1979			1989		
País	Nº	%	País	Nº	%	País	Nº	%
Espanha	1 374 158	49.3	Espanha	3 514 810	66.5	Espanha	12 175 003	75.4
R. Unido	339 474	12.2	R. Unido	399 771	7.6	R. Unido	1 039 010	6.4
E.U.A.	304 097	10.9	R.F.A.	286 667	5.4	França	635 391	4.0
França	168 135	6.0	França	183 164	3.5	R.F.A.	557 911	3.5
R.F.A.	113 185	4.1	E.U.A.	153 807	3.0	Holanda	324 935	2.0
Itália	88 899	3.2	Holanda	129 844	2.5	E.U.A.	208 982	1.3
Brasil	56 826	2.0	Itália	70 145	1.3	Itália	178 096	1.1
Holanda	40 552	1.5	Brasil	52 108	1.0	Bélgica	143 721	0.9
Canadá	38 575	1.4	Suécia	51 108	1.0	Brasil	102 168	0.6
Argentina	35 782	1.3	Bélgica	48 248	0.9	Canadá	78 341	0.5
Suíça	32 772	1.2	Suíça	35 973	0.7	Suíça	72 089	0.4
Bélgica	32 245	1.2	Noruega	25 071	0.5	Suécia	66 914	0.4
Suécia	20 201	0.7	Dinamarca	24 979	0.5	Outros	572 198	3.5
Outros	140 467	5.0	Austria	21 068	0.4	TOTAL	16 154 759	100
TOTAL	2 785 368	100	Outros	290 286	5.5			
			TOTAL	5 287 352	100			

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADROXXXVII- Número de Praias de uso balnear e com bandeira azul, por concelhos, no Continente, em 1990

CONCELHO	BOA	ACEITAVEL	MA
Caminha	3	0	0
Viana do Castelo	6	1	0
Esposende	5	1	0
Póvoa de Varzim	0	1	1
Vila do Conde	6	1	5
Matosinhos	0	0	2
Porto	0	0	3
Vila Nova de Gaia	1	5	2
Espinho	2	0	2
Ovar	0	4	0
Murtosa	1	1	0
Aveiro	0	0	1
Ilhavo	2	1	0
Vagos	2	0	0
Mira	1	0	0
Cantanhede	1	0	0
Figueira da Foz	3	4	1
Pombal	1	0	0
Marinha Grande	2	0	0
Alcobaça	1	1	0
Nazaré	1	0	0
Caldas da Rainha	4	1	1
Peniche	4	0	1
Lourinhã	0	0	1
Torres Vedras	0	1	5
Mafra	1	0	3
Sintra	4	1	0
Cascais	1	1	11

BANDEIRA AZUL
1
3
5
0
7
0
0
0
2
3
1
0
2
1
1
0
2
1
2
2
0
1
2
0
2
0
4
1

QUADRO XXXVIII (Cont.)

Oeiras	0	0	3	0
Alcochete	0	0	1	0
Almada	5	0	1	5
Sesimbra	1	0	1	1
Setúbal	3	1	0	2
Grândola	5	0	0	3
Sines	3	0	0	4
Odemira	3	2	0	3
Aljezur	5	0	0	1
Vila do Bispo	8	0	1	0
Lagos	3	0	2	3
Portimão	6	2	1	6
Lagoa	4	1	1	2
Silves	1	1	0	1
Albufeira	8	1	3	2
Loulé	7	0	0	5
Faro	5	0	1	2
Olhão	5	0	1	1
Tavira	4	1	0	2
Castro Marim	3	1	0	4
V. R. Stº António	1	1	1	2
TOTAL	132	35	56	92

FONTE: DGT, 1990

(Segundo dados do INAmb o total de praias c/ bandeira azul é de 94. Vd. mapa/figura elaborado)

QUADRO XXXIX- Categoria dos Estabelecimentos Hoteleiros classificados, em 1969 e 1989, no Alto Minho (31-08/07)

1969	HOTEIS					MOT.	POU.	EST.	PENSÕES			
	Lux	1ª	2ª	3ª	1ª				2ª	3ª		
(39)	-	-	2	1	3	-	1	-	-	9	13	10
1989	5ª	4ª	3ª	2ª	1ª				4ª	3ª	2ª	1ª
(54)	-	2	4	2	3	1	2	1	3	17	15	4

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XL - Número de Estabelecimentos hoteleiros (31-08)

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	43	40	-	43	43	42	42	41	40	40
NORTE LITORAL	213	205	-	214	213	214	216	213	220	218
REG. NORTE	270	262	-	278	277	277	280	279	284	282
CONTINENTE	1 284	1 282	-	1 328	1 314	1 315	1 316	1 303	1 304	1 342

QUADRO XL - Número de Estabelecimentos Hoteleiros (31-07)

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	39	39	40	43	43	43	44	47	51	54
COSTA VERDE	225	219	228	233	241	241	252	259	272	255
REG. NORTE	287	279	291	294	307	305	319	358	373	402
CONTINENTE	1 351	1 319	1 331	1 316	1 365	1 368	1 418	1 449	1 499	1564

QUADRO XLI - Capacidade de alojamento nos Estabelecimentos Hoteleiros (31-08)

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	1 885	1 719	-	2 245	2 083	2 013	2 065	2 028	2 121	2 111
NORTE LITORAL	10 700	10 252	-	9 551	11 218	11 510	12 132	12 248	12 869	12 595
REG. NORTE	13 191	13 196	-	12 625	14 379	14 650	15 448	15 726	15 899	15 677
CONTINENTE	68 537	68 854	-	76 896	77 976	91 348	84 779	87 519	87 025	107 146

QUADRO XLI - Capacidade de alojamento nos Estabelecimentos Hoteleiros (31-07)

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	3115	2 094	2 089	2 208	2 182	2 264	2 447	2 624	2 748	2 890
COSTA VERDE	12 949	12 722	13 047	13 550	14 854	15 604	16 483	17 627	18 175	19 108
REG. NORTE	15 899	15 621	16 074	16 266	17 782	18 427	19 335	22 405	22 988	24 285
CONTINENTE	106 314	107 296	110 572	113 959	117 708	117 892	128 738	135 432	144 076	152 923

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XLII - Pessoal ao serviço, na actividade exclusiva ou principal, em Estabelecimentos Hoteleiros (31-08)

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	517	503	-	633	499	451	471	447	432	408
NORTE LITORAL	2 837	2 756	-	3 376	3 080	2 860	3 005	3 017	3 202	3 044
REG. NORTE	3 488	3 374	-	4 089	3 772	3 481	3 624	3 656	3 809	3 669
CONTINENTE	22 332	22 672	-	26 269	24 681	22 952	24 475	24 853	24 584	27 886

QUADRO XLII - Pessoal ao serviço, na actividade exclusiva ou principal, em Estabelecimentos Hoteleiros (31-07)

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	422	441	438	435	416	385	463	504	544	526
COSTA VERDE	3 036	3 065	3 201	3 198	3 308	3 278	3 666	3 936	4 093	4 179
REG. NORTE		3 667	3 813	3 523	3 783	3 992	4 194	4 711	4 895	5 017
CONTINENTE	23 620	28 291	28 462	27 815	27 998	27 699	28 658	29 876	31 586	32 255

QUADRO XLIII - Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	48 663	52 979	53 134	55 244	48 624	50 272	68 647	51 658	52 172	66 227
NORTE LITORAL	346 633	379 527	416 767	459 187	415 256	436 889	514 652	500 045	526 129	580 423
REG. NORTE	424 085	463 986	507 723	559 687	505 451	532 041	633 139	625 321	653 929	710 514
CONTINENTE	2 753 912	2 895 404	3 088 603	3 320 624	2 945 957	2 973 669	3 178 847	3 475 772	3 629 188	4 022 664

QUADRO XLIII - Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	68 163	66 826	69 671	66 242	68 836	75 833	89 798	112 721	128 690	142 885
COSTA VERDE	595 977	585 534	616 755	619 893	672 413	714 626	721 638	862 213	953 090	1 013 009
REG. NORTE	729 089	700 454	739 332	719 302	777 333	820 047	830 884	1 034 993	1 149 127	1 231 923
CONTINENTE	4 187 472	4 122 334	4 389 230	4 486 851	4 645 598	5 058 378	5 123 281	5 577 157	5 933 465	6 264 106

FONTE: I.N.E.. Portugal

QUADRO XLIV- Hóspedes estrangeiros nos Estabelecimentos Hoteleiros

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	11 104	13 501	14 243	16 320	10 238	6 478	6 480	10 279	10 784	21 096
NORTE LITORAL	85 839	99 293	110 479	127 174	83 645	55 212	63 143	105 175	127 331	163 348
REG. NORTE	91 719	106 319	119 140	137 606	89 228	59 246	67 641	112 327	138 215	175 658
CONTINENTE	1 216 848	1 305 678	1 385 345	1 451 016	1 034 629	649 753	685 129	1 162 961	1 393 386	1 769 740

QUADRO XLIV- Hóspedes estrangeiros na Hotelaria

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	22 602	20 590	19 295	20 727	24 628	28 691	37 124	44 555	54 291	57 893
COSTA VERDE	174 871	167 080	181 569	177 018	215 509	252 931	268 304	329 342	373 727	400 633
REG. NORTE	188 219	180 206	194 037	192 008	233 465	275 402	295 064	369 028	409 641	438 391
CONTINENTE	1 919 342	1 850 735	1 982 213	2 106 158	2 383 587	2 747 956	2 844 006	3 077 697	3 212 177	3 377 699

QUADRO XLV - Dormidas na Hotelaria

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	104 801	116 378	120 376	127 084	110 796	100 459	233 036	240 216	133 388	144 274
NORTE LITORAL	906 062	959 724	1 025 687	1 127 893	1 042 233	1 048 278	1 574 209	1 704 456	1 466 923	1 478 109
REG. NORTE	1 090 108	1 147 355	1 219 905	1 350 774	1 238 036	1 246 394	2 005 163	2 083 725	1 739 544	1 738 163
CONTINENTE	7 568 491	7 957 206	8 373 718	9 084 460	8 066 623	9 900 548	15 009 380	15 079 481	11 703 995	13 801 100

QUADRO XLV - Dormidas na Hotelaria

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	141 818	141 121	139 739	130 495	130 864	135 779	164 430	218 669	230 974	242 783
COSTA VERDE	1 411 312	1 269 223	1 390 451	1 238 186	1 247 769	1 403 447	1 396 086	1 761 432	1 896 493	1 971 312
REG. NORTE	1 644 734	1 467 924	1 589 962	1 437 069	1 461 133	1 541 560	1 611 984	2 048 157	2 211 604	2 302 590
CONTINENTE	14 077 337	13 326 157	13 688 530	13 708 392	14 169 215	15 736 103	16 567 386	17 159 754	18 037 309	18 855 748

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO XLVI- Dormidas de cidadãos estrangeiros na Hotelaria

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	30 862	39 295	44 821	46 223	26 088	11 576	12 914	26 873	25 281	48 095
NORTE LITORAL	208 831	248 881	291 565	315 154	221 554	144 155	137 578	225 695	302 199	369 772
REG. NORTE	216 557	258 145	302 528	329 179	229 863	154 852	143 871	234 154	315 320	384 728
CONTINENTE	3 748 299	4 076 950	4 369 504	4 639 936	3 388 157	2 113 784	2 197 034	4 201 326	5 014 931	7 096 574

QUADRO XLVII- Dormidas de cidadãos estrangeiros na Hotelaria

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	44 924	48 062	38 488	40 977	46 109	51 116	75 842	106 369	112 144	107 870
COSTA VERDE	377 766	363 920	376 890	377 366	408 934	504 051	503 640	748 033	828 620	863 426
REG. NORTE		379 673	392 321	387 102	430 906	530 845	603 975	792 068	877 487	914 514
CONTINENTE	7 577 781	7 468 087	7 774 702	7 066 537	9 000 325	10 565 156	11 675 547	11 978 690	12 380 274	12 891 500

QUADRO XLVIII- Número de Parques de Campismo

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3
NORTE LITORAL	-	-	-	-	-	-	-	11	11	11
REG. NORTE	-	-	-	-	-	-	-	12	12	12
CONTINENTE	-	-	-	-	-	-	-	71	73	77

QUADRO XLVIII- Número de Parques de Campismo

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	4	4	5	5	5	6	4	6	5	6
COSTA VERDE	12	12	15	17	18		22	24		
REG. NORTE		13	18	30	23	26	27	30	29	31
CONTINENTE	85	39	100	104	111	116	124	130	132	150

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADROXLVIII- Capacidade em número de Campistas

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	-	-	-	-	-	-	-	3 950	3 450	6 900
NORTE LITORAL	-	-	-	-	-	-	-	9 650	9 590	12 000
REG. NORTE	-	-	-	-	-	-	-	9 930	9 870	12 300
CONTINENTE	-	-	-	-	-	-	-	115 200	117 944	153 270

QUADROXLVIII- Capacidade em número de Campistas

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	7 400	5 942	6 940	6 940	6 890	7 350	7 350	7 350	6 910	7 390
COSTA VERDE										
REG. NORTE	45 540	18 162	20 680	21 310	24 050	28 210	31 010	39 560	39 580	43 360
CONTINENTE	177 159	183 807	186 147	201 955	206 790	215 170	230 870	245 954	247 825	254 885

QUADROXLIX- Pessoal ao serviço nos Parques de Campismo (31-08)

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	-	-	-	-	-	-	-	16	15	36
NORTE LITORAL	-	-	-	-	-	-	-	80	84	112
REG. NORTE	-	-	-	-	-	-	-	91	86	116
CONTINENTE	-	-	-	-	-	-	-	747	793	1 129

QUADROXLIX - Pessoal ao serviço nos Parques de Campismo (31-07/08)

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	39	40	45	42	50	58	63	58	57	93
COSTA VERDE										
REG. NORTE	111	150	176	196	224	237	273	338	300	455
CONTINENTE	1 239	1 488	1 680	1 680	1 803	1 835	2 126	2 412	2 450	3 224

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO L - Movimento de Campistas nos Parques de Campismo

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	10 443	10 360	11 686	55 753	13 996	48 562	20 157	27 378	33 760	35 323
NORTE LITORAL	35 562	34 863	47 698	88 509	42 468	79 547	55 402	72 273	82 777	94 183
REG. NORTE	36 844	36 060	49 477	90 871	45 183	82 279	58 673	77 235	88 306	100 810
CONTINENTE	326 767	399 725	486 943	574 696	504 043	486 235	465 674	757 589	861 701	1 295 497

QUADRO L' - Movimento de campistas nos Parques de Campismo

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	42 360	44 204	47 175	34 527	40 989	48 566				
COSTA VERDE										
REG. NORTE	250 266	341 801	313 153	149 083	199 229	247 058	283 656	326 573	312 114	349 776
CONTINENTE	1 607 906	1 564 681	1 636 892	1 388 421	1 444 306	1 514 117	1 870 809	1 698 711	1 741 813	1 808 491

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO LI - Dormidas em Parques de Campismo

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	44 572	46 649	65 735	80 830	88 329	124 804	168 201	288 930	369 755	470 260
NORTE LITORAL	122 975	135 659	179 807	207 639	239 348	299 475	327 046	451 464	542 725	723 599
REG. NORTE	125 585	138 193	183 383	213 126	246 343	305 963	335 391	462 271	554 714	735 345
CONTINENTE	1 412 210	1 785 910	1 785 158	1 805 087	1 808 338	2 071 623	2 416 620	3 643 998	4 772 571	5 618 712

QUADRO LI - Dormidas nos Parques de Campismo

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	558 753	584 815	629 003	375 957	487 382	574 344	447 594	430 375	385 609	217 148
COSTA VERDE	972 392	1 061 965	1 105 214	920 119	1 086 363	1 259 980	1 002 491	1 201 210	939 407	889 429
REG. NORTE	982 574	1 079 020	1 136 206	945 989	1 181 376	1 298 203	1 111 903	1 201 210	1 044 016	1 076 683
CONTINENTE	7 388 577	7 745 455	8 304 791	8 077 917	7 729 530	7 700 164	7 569 485	7 424 042	7 533 430	7 759 224

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO LII - Dormidas de estrangeiros nos Parques de Campismo

Unidade geográfica	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
V. DO CASTELO	15 709	13 150	15 869	22 984	16 311	16 023	15 546	23 615	31 310	31 347
NORTE LITORAL	58 530	51 884	68 517	77 575	62 606	63 674	48 728	82 761	106 709	126 401
REG. NORTE	59 526	52 868	70 028	79 888	64 535	65 383	50 151	86 727	111 001	130 988
CONTINENTE	447 669	493 644	605 984	670 369	387 515	424 014	356 104	655 044	949 870	1 332 702

QUADRO LII - Dormidas de cidadãos estrangeiros nos Parques de Campismo

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	43 185	40 723	42 473	41 634	41 644	45 881	55 006	54 647	65 180	70 852
COSTA VERDE	183 571	169 264	204 050	171 911	156 854	194 663	217 341	221 574	251 202	282 878
REG. NORTE	197 059	177 056	218 937	183 980	169 584	210 715	267 800	281 822	312 554	386 275
CONTINENTE	1 853 340	2 373 542	2 233 901	1 972 005	1 650 807	1 911 355	2 309 454	2 499 584	2 674 923	2 662 807

FONTE: I.N.E., Portugal

QUADRO LIII - Número de unidades de Turismo em Espaço Rural

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	-	-	-	-	-	-	-			
COSTA VERDE	-	-	-	-	-	-	-		70	74
CONTINENTE	-	-	-	-	-	-	153		180	197

FONTE: D.G.T., Portugal

QUADRO LIV - Capacidade de alojamento das Casas de Turismo em Espaço Rural

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	-	-	-	-	-	-	-			
COSTA VERDE	-	-	-	-	-	-	338	551	516	598
CONTINENTE	-	-	-	-	-	-	1 154	1 478	1 403	1 587

FONTE: D.G.T., Portugal

QUADRO LV - Dormidas em Casas de Turismo em Espaço Rural

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	-	-	-	-	-	-	-			
COSTA VERDE	-	-	-	-	-	-	18 694	31 700	15 387	15 724
CONTINENTE	-	-	-	-	-	-	53 126	83 900	56 950	59 172

FONTE: D.G.T., Portugal

QUADRO LVI - Dormidas de cidadãos estrangeiros nas Casas de Turismo em Espaço Rural

Unidade geográfica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MINHO-LIMA	-	-	-	-	-	-	-			
COSTA VERDE	-	-	-	-	-	8 600	12 100			9 031
CONTINENTE	-	-	-	-	-	-26 400	30 400			35 507

FONTE: D.G.T., Portugal

QUADRO LVII - Número de Unidades de Turismo no Alto Minho, em 1988

CONCELHOS	HOTEL	POUSADA	ALBERGARIA	MOTEL e ESTALAGEM	PENSÃO e RESIDENCIAL	CASAS de T.E.R.	PARQUE CAPISMO
A. de Valdevez					1	4	1
Caminha	1				4	3	2
Melgaço	2				2		
Monção			1			5	1
P. de Coura					1		
P. da Barca						3	
P. de Lima					2	23	
Valença	2	1			5		
V. do Castelo	6		1	1	11	4	2
V.N. Cerveira		1		1			
DISTRITO	11	2	2	2	26	42	6

FONTE:

Região de Turismo do Alto Minho, Documentos de promoção, 1988 e União das Associações da Industria Hoteleira e Similares do Norte de Portugal, Roteiro turístico e hoteleiro do Norte de Portugal, 1988

QUADRO LVIII- Unidades de apoio ao Turismo no Alto Minho

CONCELHOS	SERVIÇOS/ACTIVIDADES DE APOIO AO TURISMO					
	CAPTARIA ⁽¹⁾	(SNACK) BAR ⁽²⁾	RESTAURANTES	ANIMAÇÃO ⁽⁴⁾	ALOJAMENTO ⁽³⁾	AGENCIAS DE VIAGENS
A. de Valdevez	17	10	10	1	6	3
Caminha	17	9	25	3	6	0
Melgaço	14	2	4	2	5	1
Monção	13	11	13	2	6	4
P. de Coura	12	0	3	0	3	2
P. da Barca	17	4	5	0	2	2
P. de Lima	23	13	18	1	5	2
Valença	14	4	19	0	4	2
V. do Castelo	58	28	45	1	15	5
V.N. Cerveira	5	3	10	0	5	0
DISTRITO	190	84	152	10	57	21

FONTE: CTT - Lista do Código Postal/Giro de Compras, Lisboa, ed. ITT(Portugal), 1991.

1 Inclui os serviços de Pastelaria e Confeitaria.

2 Inclui os estabelecimentos com as seguintes designações: Hotéis; Pousadas; Albergarias, Estalagens, Residenciais, Pensões, ...

3 Inclui os estabelecimentos com a seguinte designação: Cervejarias, Casas de Pasto, Tabernas, ...

4 Engloba as discotecas e pubs

FONTES BIBLIOGRAFICAS

ABREU, A. Antunes de

«1987-1989: dois anos de pesquisa em Arqueologia Medieval e Moderna». *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, 14, 1990;

ACOT, Pascal

História da Ecologia, Rio de Janeiro, Campus, 1990;

ALCOFORADO, Maria J. et al

Domínios bioclimáticos em Portugal; definidos por comparação dos índices de Gaussen e de Emberger, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/INIC, 1982;

ALEGRIA, Maria Fernanda

A organização dos transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego, col. "Memórias do CEG", 12, Lisboa, Univ. de Lisboa e INIC, 1990;

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de

Alto Minho, col. "Novos Guias de Portugal", 5, Lisboa, Presença, 1987;

ALPUIM, Maria Augusta

A montanha dourada, 2ª ed., Viana do Castelo, Confraria de Stª Luzia, 1989;

ANDRADE, Ferreira

«Turismo: indústria de interesse nacional», in *Portugal: país de turismo*, 3, Lisboa, 1955;

Associação Nacional dos Industriais de Aguas Minero-Medicinais e de Mesa

Termas de Portugal, Lisboa, ANIAMM, 1984;

BARATA, José F. Nunes

O turismo em Portugal, Lisboa, Bibl. do Centro de Estudos Político-Sociais, 1964;

BRANCO, José Luís

«Apontamento Histórico: para a história do concelho de Viana do Castelo» in *Cadernos vianenses*, Viana do Castelo, 11, 1988;

BRETT-CROWTHER, M. R.

«Human Ecology and Development» in *International journal: environment studies*, vol. 24, Londres, 1985;

BRITO, Raquel Soeiro de

«Uma aldeia da montanha do Minho: o Soajo: estudo de Geografia Humana», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2ª ser., 18 (1-3), 1953;

BUCHINGER, Maria

«Los parques nacionales y otras áreas protegidas: su uso y abuso» in *Actas do 2º Seminário Internacional sobre Áreas Naturais e Turismo*, Chubut (Argentina), 1971;

CARVALHO, L. Nandim de

Colectânea de legislação turística, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988;

CAVACO, Carminda

«O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais», in *Estudos italianos em Portugal*, 40-41-42, Lisboa, 1978;

- *Turismo e demografia no Algarve*, col. "Ciência e Técnica", Lisboa, Progresso Social e Democracia, 1980;

CAZES, Georges et al

L'aménagement touristique, col. "Que sais-se?", Paris, PUF, 1980;

COELHO, Eusébio C.C.P.

Estatística do districto de Vianna do Castelo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861;

Comunidade Económica Europeia

A Comunidade Europeia e o turismo, col. "O dossier da Europa", 9, Lisboa, Gabinete de Imprensa e Informação da CEE, 1987;

Comunidade Europeia

Rapport de la Commission au Conseil et au Parlement Europeen sur l'Année Europeenne du Tourisme, Bruxelas, CE, 1991;

Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento

O nosso futuro comum, trad., Lisboa, Meibéria/Liber, 1991;

Conselho Nacional de Turismo

Como se visita Portugal, Lisboa, CNT, 1932;

CORTESÃO, Jaime

Portugal: a terra e o homem, col. "Autores Portugueses", Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987;

COSTA, P. António Carvalho da

Corografia portuguesa e descriçãom topográfica ..., 2ª ed., Braga, Typographia Domingos G. Gouveia, 1868;

COUDE-GAUSSSEN, Geneviève

Les Serras da Peneda et do Gerês: étude geomorphologique, col. "Memórias do CEG", 5, Lisboa, Univ. de Lisboa e INIC, 1981;

COUDÉ, A., et al

«Nouvelles observations sur la glaciation des montagnes du Nord-Ouest du Portugal» in *Aspectos da evolução geomorfológica quaternária de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/INIC, 1983;

CRESPO, G. e OLIVEIRA, M. E.

Atlas da distribuição dos anfíbios e dos reptéis de Portugal Continental, Lisboa, SNPRCN/SÉARN, 1989;

CUISIN, Michel

O que é a Ecologia?, trad., Lisboa, Livros Horizonte, 1981;

CURRY-LINDAHL, Kai

«Principios ecológicos para la conservación de los animales» in *Ecología y Protección de la Naturaleza: conclusiones internacionales*, Barcelona, Blume, 1982;

D'AURORA, Conde

«O turismo em Viana do Castelo» in *Actas do I Congresso Nacional de Turismo*, II secção, Lisboa, 1936;

DAVEAU, Suzanne et al

Répartition et rythme des précipitations au Portugal, col. "Memórias do CEG", 3, Lisboa, Univ. de Lisboa e INIC, 1977;

- *Mapas climáticos de Portugal: nevoeiro e nebulosidade: contrastes térmicos*, col. "Memórias do CEG", 7, Lisboa, Univ. de Lisboa/INIC, 1985;

- *Geografia de Portugal*, vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1988;

DERRUAU, Max

Geografia Humana, vol. II, trad., Lisboa, Presença/Liv. Martins Fontes, 1977;

DEVY-VARETA, Nicole

«La question du reboisement au Portugal; un processus de longue durée» in *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tome 59, Fasc. 2-3, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1988;

DIAS, Jorge

«Reflexões de um antropólogo» in *Cadernos de Etnografia*, 2ª sér., 6, Barcelos, Museu de Cerâmica Popular Portuguesa, 1968;

- *Estudos de Antropologia*, col. "Temas Portugueses", Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990;

DORST, Jean

Antes que a natureza morra, trad., São Paulo, Edgar Blucher, 1973;

DUVIGNEAUD, Paul

A síntese ecológica, trad., 2 volumes, Lisboa, Socicultur, 1977;

EHRlich, Paul R. et al.

Human Ecology: problems and solutions, San Francisco, W. H. Freeman and Company, 1973;

FEIO, Mariano *et al.*

Bibliografia geográfica de Portugal, I vol., Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/INIC, 1982;

FERRÃO, João

Indústria e valorização do capital: uma análise geográfica, col. "Memórias do CEG", 11, Lisboa, Univ. de Lisboa e INIC, 1987;

FERREIRA, A. de Brum

«Os mantos de alteração e o modelado das regiões graníticas: ideias recentes e orientações de pesquisa» in *Finisterra*, vol. XIV, nº 28, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1977;

– «Problemas da evolução geomorfológica quaternária do Noroeste de Portugal», in *Aspectos da evolução geomorfológica quaternária de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/INIC, 1983;

– *Ambiência climática e recreio ao ar livre: duas tentativas de classificação e sua aplicação a estações litorais portuguesas*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/INIC, 1983;

FERREIRA, Denise de Brum

Le système climatique de l'upwelling ouest iberique, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/INIC, 1984;

FRANCO, Amaral *et al.*

Distribuição de pteridófitos e gimnospérmicas em Portugal, col. "Parques Naturais", 14, Lisboa, SNPRCN, 1982;

GAMA, António

«Notas para uma geografia do tempo-livre» in *Cadernos de Geografia*, 7, Coimbra, Univ. de Coimbra, 1988;

GASPAR, Jorge

Portugal em mapas e números, col. "Espaço e Sociedade", 2ª ed., 1, Lisboa, Livros Horizonte, 1981;

– «Dez anos de democracia política: reflexos na geografia política», in *Conflitos e mudanças em Portugal*, Lisboa, Teorema, 1985;

GAY-PARA, Guy

La pratique du tourisme, Paris, Economica, 1985;

GIRÃO, A. de Amorim

«Três excursões na Serra do Jurês» in *Panorama*, 11, 3ª série, Lisboa, S.N.I., 1958;

GOMEZ, Alberto Luíz

La geografia del ocio, Barcelona, Antrophos, 1988;

GRABURN, H.H. e JAFARI, Jafar

«Introduction: tourism: social science» in *Annals of tourism research*,
vol. 18, 1991;

GUERRA, Luís Figueiredo da

Castelos do distrito de Viana, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926;

– «A arte em Viana e Caminha» in *A Arte em Portugal*, Porto, Marques de Abreu, 1929;

GUERREIRO, Manuel Viegas

«Etnografia e Geografia: Leite de Vasconcelos e Orlando Ribeiro» in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, 1º volume, Centro de Estudos Geográficos, 1984;

GUICHARD, François

Géographie du Portugal, col. "Géographie", Paris, Masson, 1990;

HAULOT, Arthur

«The environment and the social value of tourism» in *International journal: environmental studies*, vol. 25, 1985;

HAWLEY, Amos H.

La estructura de los sistemas sociales, Madrid, Tecnos, 1966;

JACKSON, Joanne B. e STEINER, Frederick

«Human Ecology for land-use planning» in *Urban Ecology*, 9, Amsterdam, 1985;

JACOBS, Jurgen

«Diversidad, estabilidad y madurez en ecosistemas influidos por las actividades humanas» in *Concepts unificadores en Ecología*, Barcelona, Blume, 1980;

KRIPPENDORF, Jost

Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens, trad., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989;

LANQUAR, Robert et al.

Le tourisme social, col. "Que sais-je?", Paris, PUF, 1978;

LANQUAR, Robert

L'économie du tourisme, col. "Que sais-je?", Paris, PUF, 1983;

LAUTENSACH, Herman et al.

Geografia de Portugal, vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1988;

LEÃO, Cláudio Carvalho

Marginalisation et développement des zones de montagnes méditerranéennes: le cas de la commune de Soajo au Portugal, Montpellier, Centre International de Hautes Etudes Agronomiques Méditerranéennes/Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier, s/d;

LEITÃO, Aristides G.

«Turismo em áreas protegidas» in *Correio da Natureza*, 3, Lisboa, SEARN/SNPRCN, 1988;

LOPES, J. da Cruz

«Formações dunares no litoral do Alto Minho» in *Boletim do CER*, 3, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1987;

– «Tradições marítimas de Anha: tecnologia da apanha do sargaço» in *Boletim das Festas de Vila Nova de Anha*, Viana do Castelo, Comissão das Festas de V. N. de Anha, 1987;

LOUREIRO, Adolpho

«O porto de Vianna do Castelo» in *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905;

LOZATO-GIOTART, J. P.

Géographie du tourisme, col. "Géographie", Paris, Masson, 1990;

MACEDO, Adolfo M.

«Aspectos inovadores na criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês» in *1º Congresso de Areas Protegidas*, Lisboa, SNPRCN, 1987;

MACHADO, Falcão

«O teclado minhoto» in *Alto Minho*, 1º vol., Viana do Castelo, 1938;

MARGALEFF, Ramón

Perspectivas de la teoria ecológica, Baecelona, Blume, 1978;

MATHIESON A. e WALL, Geoffrey

Tourism: economic, physical, and social impacts, Londres, Longman, 1982;

MATHIEU, Daniel et al.

Les géographes et le tiers-temps, Cahier de Géographie, 30, Paris, Annales Littéraires de l'Université de Besançon, 1989;

MEDEIROS, Isabel

Estruturas pastoris e povoamento na Serra da Peneda, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/INIC, 1984;

MELO, Pedro Homem de

Danças portuguesas, Porto, Lello & Irmão, 1962;

MERLIN, Pierre

- Géographie de l'aménagement*, col. "Espace et Liberté", Paris, PUF, 1988;
- *Géographie, économie et planification des transports*, Col. "Puf fundamental", Paris, PUF, 1991;

MICHAUD, Jean-Luc

Le tourisme face à l'environnement, col. "Le géographe", Paris, PUF, 1983;

Ministério da Administração Interna

Carta europeia do litoral, trad., Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte, 1982;

Ministério da Agricultura e Pescas

Estudo base de ordenamento agrário e sócio-económico do Alto Minho, Porto, Gabinete de Planeamento Agrário Regional da DRAEDM, 1987;

Ministério do Comércio e Turismo

Turismo, Lisboa, Direcção-Geral do Turismo/SET, 1990

- *O Plano Nacional de Turismo, 1986-1989: Relatório*, Lisboa, SET, 1985;

Ministério do Plano e Administração do território

Relatório do Seminário do Programa CORINE, Lisboa, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais/DGQA, 1986;

- *O nosso futuro comum*, Lisboa, GEPAT, 1987;

- *Relatório do estado do ambiente e do ordenamento do território*, Lisboa, GEPAT, 1987;

- *Ordenamento do litoral*, 14, SEALOT/Direcção-Geral do Ordenamento do Território, 1990;

MOORE, Peter D.

Ecologia animal, col. "Animais de todo o mundo", Lisboa, Círculo de Leitores, 1990;

NAZARETH, J. Manuel

Explosão demográfica e planeamento familiar; subsídios para uma política de defesa da vida em Portugal, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1982;

- «População, emigração e retorno» in *Portugal contemporâneo: problemas e perspectivas*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 1986;

- *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*, col. "Portugal, os próximos 20 anos", III vol., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1988;

NEVES, Carlos M.L. Baeta

«Flora, fixação e aproveitamento turístico das dunas em Portugal» in *Gazeta das Aldeias*, 2720-21 e 2723, Lisboa, 1972;

NOIRFALISE, A.

Paysages: L'Europe de la diversité, Bruxelas, Comunidade Europeia, 1989;

NONN, Henro

Geografía de los litorales, Madrid, Akal, 1987;

ODUM, Eugene P.

Fundamentos de Ecologia, trad., 2ª ed., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1976;

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de et al.

Actividades agro-marítimas em Portugal, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos de Etnologia, 1975;

OLIVIER, George

Ecologia Humana, Lisboa, Interciência Editora, 1979;

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

L'environnement urbain: quelles politiques pour les années 1990?, Paris, OCDE, 1990;

Organização Mundial do Turismo (WTO)

Aspectos ambientais do turismo, Madrid, WTO/UNEP Workshop, 1983;

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Environnement et Droits de l'Homme, Paris, UNESCO, 1987;

ORTIGÃO, Ramalho

Banhos de caldas e águas minerais, Porto, Magalhães & Moniz/Liv. Universal, 1875;

- *As praias de Portugal*, Porto, Magalhães & Moniz Ed./Liv. Universal, 1876;

PEARCE, Douglas

Tourist development: topics in applied Geography, London, Longman, 1981;

- «Tourism and environmental research: a review» in *Intern. Environmental Studies*, vol. 25, 1985;

PEIXOTO, Rocha

«Os palheiros do litoral ...» in *Portugália*, tomo 1º, Fasc. 1-4, Lisboa, 1899-1903;

PINA, Paulo

Portugal: o turismo no século XX, Lisboa, Lucidus, 1988;

- «Histurismo» in *Turismo*, 9-11, Lisboa, DGT, 1989;

Programa das Nações para o Ambiente

«Tourism and the environment» in *Industry and Environment*, Jan-Mar, Paris, UNEP, 1984;

RIBEIRO, Orlando

«Portugal» in *Geografia de España y Portugal*, tomo V, Barcelona, Montaner y Simon, 1955;

– *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico*, 4 ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1986;

ROMERIL, Michael

«Tourism and the environment: towards a symbiotic relationship: introductory paper)» in *The International Journal of Environment Studies*, vol. 25, nº 4, London, Gordon and Breach Science Publishers, 1985;

RUFINO, Rui (coord.)

Atlas das aves que nidificam em Portugal Continental, Lisboa, CENPA/SEARN, 1989;

SAMPAIO, Francisco

Alto Minho: região de turismo, Viana do Castelo, Governo Civil/RTAM, 1986;

SAMPAIO, Gonçalo

Flora Portuguesa, 3ª ed., Lisboa, INIC, 1988;

SANTOS, José António

Regionalização: processo histórico, col. "Espaço e Sociedade", 4, Lisboa, Livros Horizonte, 1985;

SEQUEIRA, E. Menezes

«Situação dos solos em Portugal» in *Livro Branco sobre o Ambiente* (Anexos), Lisboa, MARN, 1991;

Serviço Meteorológico Nacional

O Clima de Portugal, Fasc. XIII, 2 ed., Lisboa, S.M.N., 1970;

Serviços de Estudos do Ambiente

Estratégia mundial da conservação, Évora, Associação de Estudantes da Universidade de Évora, 1980;

– *O clima de Portugal*, Fasc. II, Lisboa, Observatório do Infante D. Luíz, 1942;

SILVA, Baldaque da

Estado actual das pescas em Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891;

SILVA, Rosa F. Moreira da

«A aldeia da Várzea (serra do Soajo): situação actual e a inundação, para breve, da sua veiga» in *Revista da Faculdade de Letras da Univ. do Porto*, Porto, FLUP, 1985;

SOARES, Franquelim Neiva

«Costumes e tradições das populações marítimas do concelho de Esposende», in *Actas do Colóquio «Santos Graça» de Etnografia Marítima*, vol. III, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1985;
- *A Romaria de S. Bartolomeu do Mar*, Esposende, Centro Social da Juventude do Mar, 1988;

Sociedade de Propaganda de Portugal

Portugal Ilustrado, Évora, Revista Terras de Portugal, 1927;

SONG, Micheline

«Facteurs du milieu et vieillissement de la peau», in *Santé de l'Homme et Environnement*, Luxembourg, Sang de la Terre, 1988;

STRINGER, Peter F. e PEARCE, Philip L.

«Toward a symbiosis of Social Psychology and tourism studies» in *Annals of Tourism Research*, vol. 11, 1984;

TARLET, Jean

La planification écologique: méthodes et techniques, Paris, Economica, 1985;

TEIXEIRA, Carlos

«Alguns aspectos da geologia dos granitos do Norte de Portugal» in *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, Porto, 1945;

TEIXEIRA, Carlos e PAIS, J.

Introdução à Paleobotânica: as grandes fases da evolução dos vegetais, Lisboa, 1976;

TEXIER, J.P. e MEIRELES, J.

«As formações quaternárias do litoral do Minho: propostas» in *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 4, Braga, 1987;

TORGA, Miguel

Portugal, 5ª ed., Coimbra, Ed. do Autor, 1986;

TRIGUEIROS, Luís Forjaz

Paisagens portuguesas; uma viagem literária, 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985;

VASCONCELLOS, J. Leite de

«Alto Minho» in *Arquivo do Alto Minho*, vol. 1º, 1ª série, Viana do Castelo, 1945

VASCONCELOS, Maria E.

«Negrumes em Viana» in *Cadernos Vianenses*, tomo IX, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1985;

- «Como se acolhia um forasteiro em Viana» in *Cadernos Vianenses*, tomo XI, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1980;

VAYDA, Andrew P.

«Progressive contextualization: methods for research in Human Ecology»,
in *Human Ecology: An Interdisciplinary Journal*, vol. 11, (3), Gerard
Young, 1983;

VIEIRA, José Augusto

O Minho Pittoresco, 2 volumes, 2ª ed., Valença, Rotary Club de Valença,
1987;

VILAÇA, Alberto

«O porto-de-mar de Viana-do-Castelo: um migalho de história» in
Portugal Económico, Monumental e Artístico, vol. I, Fasc. I e II (1ª/2ª
parte), 1936;

WAHAB, Salah-Eldin Abdel

*Introdução à Administração do Turismo; alguns aspectos estruturais e
operacionais do turismo internaciona: teoria e prática*, trad., S. Paulo,
Pioneira, 1988;

WALL, Geoffrey

«Human Ecology, tourism and sustainable development» in *Annals of
Tourism Research*, vol. 17, (4), 1990.

FONTES ESTATÍSTICAS

Anuário Estatístico (Região Norte), Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, v/d (1990)

Alguns Elementos Socio-Económicos do Continente: uma perspectiva regional, Lisboa, Ministério da Administração Interna, 1985

Compêndio (experimental) de Estatísticas do Ambiente, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território do MPAT, 1987

Distribuição da Floresta em Portugal continental áreas florestais por distritos, Lisboa, Divisão de Inventário Florestal do MAPA, 1989

Estatísticas Demográficas, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, v/d

Estatísticas Industriais, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, v/d

Estatística da Pesca, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, v/d

Estatística dos Transportes e Comunicações, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1989

Estatísticas do Turismo, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, v/d

Inquérito às Férias, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, v/d

O Turismo em ..., Lisboa, Gabinete de Estatística e Inquéritos da Secretaria de Estado do Turismo, v/d

O Turismo Estrangeiro em Portugal, Lisboa, Divisão de Inquéritos e Estatística da Secretaria de Estado do Turismo, v/d

Produção de Algas Industrializáveis na Safra de ..., Lisboa, Departamento Técnico da JCCP, v/d

Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, v/d

Região do Norte em Números (A), Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte/MAI, 1988

FONTES CARTOGRAFICAS

Atlas Nacional do Ambiente, escala 1/1 000 000, Lisboa, Comissão Nacional do Ambiente e Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais

Carta Administrativa de Portugal, escala 1/500 000, Lisboa, CNA/Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, 1986

Carta Corográfica de Portugal, escala 1/50 000, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral

Carta Geológica de Portugal, escala 1/50 000, v/folhas, Lisboa, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos/Serviços Geológicos de Portugal

Carta Geológica da Plataforma Continental, escala 1/1 000 000, Instituto Hidrográfico e Serviços Geológicos de Portugal

Carte Geomorphologique du Portugal, escala 1/500 000, Lisboa, Univ. de Lisboa e INIC

Carta Militar de Portugal, escala 1/250 000, folha nº 1, Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército

Carta de Portugal, escala, 1/100 000, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral
- escala 1/500 000, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral

INDICE

	Página
AGRADECIMENTOS	1
INTRODUÇÃO	2
Cap. I – DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO ALTO MINHO	4
1. Geografia Natural	7
1.1. Aspectos climáticos	7
1.2. Geologia regional	11
1.3. Altitude e orografia	15
1.4. Hidrografia	18
1.5. Geomorfologia	20
1.6. O solo	25
1.7. O coberto vegetal	29
1.8. A fauna	36
2. Geografia Humana	39
2.1. Demografia	40
2.2. Actividades Económicas	52
2.3. As classes sociais	58
2.4. Rede urbana	60
2.5. Rede viária e comunicações	62
Cap. II – O TURISMO: DE UMA ESCALA GLOBAL A UMA ANALISE A ESCALA REGIONAL	67
1. Aspectos Conceptuais e Evolutivos do Fenómeno Turístico	67
2. O Turismo em Portugal	79
3. O Turismo Regional	101
3.1. Os dados estatísticos	113
Cap. III – ECOLOGIA HUMANA E TURISMO NO ALTO MINHO	133
1. Enquadramento Teórico-Metodológico em Portugal	133
2. Os Espaços-Casos no Alto Minho	142
2.1. A povoação da Várzea no Parque Nacional da Peneda-Gerês	144
2.2. A aglomeração da Amorosa no litoral de Viana do Castelo	152
CONCLUSÃO	166
ANEXOS	
FONTES BIBLIOGRAFICAS	
FONTES ESTATISTICAS	
FONTES CARTOGRAFICAS	
INDICE (assuntos, figuras e quadros)	

INDICE DAS FIGURAS

CAPITULO I

- Fig. 1/I - Enquadramento territorial da área em estudo em Portugal continental
- Fig. 2/I - Climogramas de duas estações meteorológicas no Alto Minho
- Fig. 3/I - Perfil morfo-topográfico NE-SW no Alto Minho
- Fig. 4/I - Vertentes de nebulosidade e precipitação em dois postos udométricos no Alto Minho
- Fig. 5/I - Esboço termo-pluviométrico na área do Minho
- Fig. 6/I - Esboço geológico do Alto Minho
- Fig. 7/I - Pontos cotados e respectivas altitudes entre os rios Cávado e Minho
- Fig. 8/I - Zonagem morfológica do Alto Minho
- Fig. 9/I - As bacias hidrográficas no Alto Minho
- Fig. 10/I - Esboço estrutural e geomorfológico do Alto Minho
- Fig. 11/I - Superfícies e formas geomorfológicas no Alto Minho
- Fig. 12/I - Esboço dos tipos de solos ocorrentes no Alto Minho
- Fig. 13/I - Capacidades de uso do solo entre os rios Cávado e Minho
- Fig. 14/I - Areas de *Carvalhos* dominantes no Alto Minho
- Fig. 15/I - Identificação de alguns *biotopos* de interesse para a conservação da natureza no Alto Minho
- Fig. 16/I - Densidades populacionais dos concelhos do Alto Minho, em 1911, 1950 e 1991
- Fig. 17/I - Evolução da população residente do distrito de Viana do Castelo entre 1940 e 1991
- Fig. 18/I - Evolução da população residente nos concelhos do Alto Minho entre 1970-1991
- Fig. 19/I - Evolução dos nascimentos eóbitos nos concelhos do Alto Minho entre 1970-1991
- Fig. 20/I - Variação do saldo fisiológico e do saldo migratório nos concelhos do Alto Minho entre 1970-81
- Fig. 21/I - Evolução recente das taxas de natalidade e de mortalidade no distrito de Viana do Castelo entre 1984-89
- Fig. 22/I - Evolução dos emigrantes do distrito de Viana do Castelo entre 1960-89
- Fig. 23/I - Estrutura etária da população residente nos concelhos do Alto Minho, em 1981
- Fig. 24/I - Evolução dos sectores de actividade económica no distrito de Viana do Castelo
- Fig. 25/I - População activa, por sectores de actividade, nos concelhos do Alto Minho
- Fig. 26/I - Unidades territoriais com novo estatuto político-administrativo no Alto Minho
- Fig. 27/I - Rede rodoviária e ferroviária a norte do rio Cávado
- Fig. 28/I - Isócronas, em minutos, de transporte privado a partir de Viana do Castelo

CAPÍTULO II

- Fig. 1/II - Ocorrências de águas minero-medicinais e termais no Continente
- Fig. 2/II - As praias balneares na obra de R. Ortigão (1876)
- Fig. 3/II - As Termas de Portugal citadas em 1875 e 1984, e as Praias indicadas em 1908
- Fig. 4/II - Número de Praias classificadas no Continente, por Capitánias, seg. a Portaria nº 372/91
- Fig. 5/II - Praias com Bandeira Azul, nos concelhos do Continente, seg. INAMB (1989)
- Fig. 6/II - Órgãos regionais e locais de Turismo em Portugal continental
- Fig. 7/II - Regões mais carenciadas em iniciativas empresariais, ao abrigo da Portaria nº 760/89
- Fig. 8/II - Áreas de desenvolvimento turístico no quadro do ordenamento turístico consignado no PNT (1986-89)
- Fig. 9/II - Categoria dos Estabelecimentos Hoteleiros, em 31-I-90, no concelho de Viana do Castelo
- Fig. 10/II - Estabelecimentos hoteleiros classificados, em 1969 e 1989, no distrito de Viana do Castelo
- Fig. 11/II - Áreas das Regiões de Turismo do Alto Minho e Verde Minho, em 1990, no quadro da regionalização turística do Continente
- Fig. 12/II - Evolução do número de Estabelecimentos Hoteleiros
- Fig. 13/II - Evolução do número de Parques de Campismo
- Fig. 14/II - Evolução da capacidade de alojamento nos Estabelecimentos Hoteleiros
- Fig. 15/II - Evolução da capacidade em número de Campistas nos Parques de Campismo
- Fig. 16/II - Evolução do pessoal ao serviço nos Estabelecimentos Hoteleiros
- Fig. 17/II - Evolução do pessoal ao serviço nos Parques de Campismo
- Fig. 18/II - Evolução dos hóspedes totais nos Estabelecimentos Hoteleiros
- Fig. 19/II - Evolução dos hóspedes estrangeiros nos Estabelecimentos Hoteleiros
- Fig. 20/II - Evolução do movimento de Campistas nos Parques de Campismo
- Fig. 21/II - Evolução das dormidas totais na Hotelaria
- Fig. 22/II - Evolução das dormidas totais em Parques de Campismo
- Fig. 23/II - Evolução das dormidas de estrangeiros na Hotelaria
- Fig. 24/II - Evolução das dormidas de estrangeiros em Parques de Campismo
- Fig. 25/II - Equipamento hoteleiro nos concelhos com termas na área da RTAM, em 1984
- Fig. 26/II - Distribuição geográfica das unidades turísticas na área da RTAM, em 1988

CAPÍTULO III

- Fig. 1/III - Localização geográfica e substrato geológico das povoações da Várzea e Amorosa
- Fig. 2/III - Enquadramento geográfico da Várzea
- Fig. 3/III - Barragens e áreas a submergir pelas águas de albufeira no Vale do Lima
- Fig. 4/III - Organização geográfica do espaço litoral de Amorosa

INDICE DOS QUADROS

- QUADRO I - Inserção hidro-territorial das Serras, e respectivas altitudes, na área do Alto Minho
- QUADRO II - Plantas a proteger em Portugal com ocorrência no Noroeste setentrional (seg. DRAY 1985)
- QUADRO III - Mamíferos com ocorrência na área do Alto Minho
- QUADRO IV - Aves que se podem observar no Alto Minho
- QUADRO V - Anfíbios e Reptéis com distribuição no Alto Minho
- QUADRO VI - Evolução da população residente nos concelhos do Alto Minho
- QUADRO VII - Densidades populacionais dos concelhos do distrito de Viana do Castelo
- QUADRO VIII - Dados demográficos do período de 1960-69
- QUADRO IX - Indicadores demográficos do período de 1970-81 nos concelhos do Alto Minho
- QUADRO X - Evolução das taxas de natalidade e mortalidade no Alto Minho
- QUADRO XI - Valores absolutos da natalidade e da mortalidade nos concelhos do Alto Minho
- QUADRO XII - Número de emigrantes nos concelhos do Alto Minho
- QUADRO XIII - Estrutura etária da população do Alto Minho
- QUADRO XIV - Evolução dos grupos etários no período de 1960-85
- QUADRO XV - População residente, por classes etárias, do concelho de Arcos de Valdevez, em 1981
- QUADRO XVI - População residente, por classes etárias, do concelho de Caminha, em 1981
- QUADRO XVII - População residente, por classes etárias, do concelho de Melgaço, em 1981
- QUADRO XVIII - População residente, por classes etárias, do concelho de Monção, em 1981
- QUADRO XIX - População residente, por classes etárias, do concelho de Paredes de Coura, em 1981
- QUADRO XX - População residente, por classes etárias, do concelho de Ponte da Barca, em 1981
- QUADRO XXI - População residente, por classes etárias, do concelho de Ponte de Lima, em 1981
- QUADRO XXII - População residente, por classes etárias, do concelho de Valença, em 1981
- QUADRO XXIII - População residente, por classes etárias, do concelho de Viana do Castelo, em 1981
- QUADRO XXIV - População residente, por classes etárias, do concelho de Vila Nova de Cerveira, em 1981
- QUADRO XXV - População residente, por classes etárias, do distrito de Viana do Castelo, em 1981

- QUADRO XXVI - Evolução da população activa, por sectores de actividade, entre 1950-1981
- QUADRO XXVII - Evolução do emprego por actividade económica no Alto Minho
- QUADRO XXVIII - Utilização e capacidade de uso dos solos no Alto Minho
- QUADRO XXIX - Explorações segundo a utilização da terra e respectivas superfícies, em 1979
- QUADRO XXX - Espécies florestais, por concelho, no Alto Minho
- QUADRO XXXI - Valor do emprego e número de estabelecimentos industriais para o Alto Minho
- QUADRO XXXII - Principais empresas existentes no Alto Minho
- QUADRO XXXIII - População activa nos concelhos do Alto Minho, em 1981
- QUADRO XXXIV - Evolução dos grupos sociais, em percentagem, entre 1970 e 1981
- QUADRO XXXV - População das freguesias que integram os aglomerados urbanos (cidades e vilas-sedes) e vilas recentemente criadas
- QUADRO XXXVI - Entrada de estrangeiros em Portugal, por países de nacionalidade
- QUADRO XXXVII - Número de praias classificadas, por Capitánias, no Continente
- QUADRO XXXVIII - Número de praias de uso balnear e com bandeira azul, por concelhos, no Continente, em 1990
- QUADRO XXXIX - Categoria dos estabelecimentos hoteleiros classificados, em 1969 e 1989, no Alto Minho
- QUADRO XL - Número de Estabelecimentos Hoteleiros
- QUADRO XLI - Capacidade de alojamento nos Estabelecimentos Hoteleiros
- QUADRO XLII - Pessoal ao serviço, na actividade exclusiva ou principal, em Estabelecimentos Hoteleiros
- QUADRO XLIII - Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros
- QUADRO XLIV - Hóspedes estrangeiros nos Estabelecimentos Hoteleiros
- QUADRO XLV - Dormidas na Hotelaria
- QUADRO XLVI - Dormidas de cidadãos estrangeiros na Hotelaria
- QUADRO XLVII - Número de Parques de Campismo
- QUADRO XLVIII - Capacidade em número de Campistas
- QUADRO XLIX - Pessoal ao serviço nos Parques de Campismo
- QUADRO L - Movimento de Campistas nos Parques de Campismo
- QUADRO LI - Dormidas em Parques de Campismo
- QUADRO LII - Dormidas de cidadãos estrangeiros nos Parques de Campismo
- QUADRO LIII - Número de unidades de Turismo em Espaço Rural
- QUADRO LIV - Capacidade de alojamento das casas de Turismo em Espaço Rural

- QUADRO LV - Dormidas em casas de Turismo em Espaço Rural
- QUADRO LVI - Dormidas de cidadãos estrangeiros nas casas de Turismo em Espaço Rural
- QUADRO LVII - Número de unidades de turismo no Alto Minho, em 1988
- QUADRO LVIII - Número de estruturas de apoio ao turismo nos concelhos do Alto Minho

